



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Mesa Diretora - 2020
Presidente: Edgard Camargo Rodrigues
Vice-Presidente: Cristiana de Castro Moraes
Corregedor: Dimas Ramalho

Diário do Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br

Avenida Rangel Pestana, 315
Centro - São Paulo - SP
CEP 01017-906
Fone: (11) 3292.3266

SP tem mais de R\$ 50 bilhões em obras com atraso de cronograma

A Linha 6-Laranja do Metrô é o empreendimento mais caro do Estado de São Paulo; obra já custou aos cofres públicos mais de R\$ 23 bilhões.

Com mais de 550 municípios em estado de calamidade pública, o Estado de São Paulo contabiliza 1.248 obras atrasadas ou paralisadas. Os empreendimentos que ainda não saíram do papel e estão pendentes de ser entregues à população já custaram, aproximadamente, R\$ 50,2 bilhões aos cofres públicos.

O levantamento, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e acessível para consulta no 'Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas', refere-se ao segundo trimestre de 2020, com data-base de julho. Os dados foram colhidos pelo TCE junto aos 644 municípios jurisdicionados (exceto a Capital) e estão disponíveis na íntegra pelo link <https://bit.ly/3g531z8>.

No total, 617 obras estão atrasadas, ao passo que 631 estão paralisadas. A maior parte dos empreendimentos – 1.059 obras, ou seja, 84,86% do total – são de âmbito municipal e, em valores iniciais de contrato, somam cerca de R\$ 2,5 bilhões. O restante das obras travadas – 189 ou o correspondente a 15,14% – são de responsabilidade estadual e já geraram um custo de mais de R\$ 47,7 bilhões.

Entre as principais causas dos atrasos ou das paralisações apresentadas pelas administrações estão demoras nos repasses de verbas públicas, questões técnicas que se revelaram após a licitação, contingenciamento de recursos próprios e deficiências ou insuficiências nas informações contidas no projeto básico.

Ao todo, 274 obras (21,9%) são destinadas à Educação, 208 (16,6%) têm como alvo equipamentos urbanos, como praças e quadras, e 146 (11,7%) visam a construções ou reparos de vias urbanas.

• Maior cifra

De acordo com a mais nova atualização do Tribunal de Contas, a obra



PARALISADA: A obra da Linha 6-Laranja do Metrô, na Capital paulista, a mais cara do levantamento do Tribunal de Contas, deveria ter sido entregue em maio deste ano.

mais cara é referente à Linha 6-Laranja do Metrô, na Capital, que está paralisada há mais de quatro anos.

A obra da Linha Laranja, que tem o objetivo de ligar os bairros da Vila Brasilândia à Estação São Joaquim, deveria ter sido entregue em 19 de maio de 2020 e, até o momento, já custou R\$ 23.138.729.185,58 em valores iniciais de contrato.

A concessionária convocada para a construção justifica que não teve êxito na obtenção de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para execução dos investimentos de responsabilidade exclusiva. Em julho, um grupo espanhol assumiu as obras para a conclusão da linha.

No 'Painel de Obras', a Linha 4-Amarela do Metrô também aparece entre as dez construções mais caras. O empreendimento, de âmbito estadual, já gerou uma despesa de mais de R\$ 858 milhões ao Estado. A execução da obra civil e bruta e dos acabamentos, incluindo os serviços remanescentes para conclusão da Fase 2 da Linha 4, está atrasada e deveria ter sido concluída em janeiro deste ano.

• Parada

Assim como no levantamento anterior, o Tribunal aponta que a obra com mais atraso no cronograma está localizada no município de Bauru. A construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Vera Lúcia Pereira Arlindo – Bauru

I – Núcleo Habitacional Isaura Pitta Garms está parada há 14 anos, desde 27 de setembro de 2006. A obra, que deveria ter sido entregue em maio de 2003, já custou R\$ 1.535.496,75 aos cofres públicos

OBRAS ATRASADAS E PARALISADAS
Acesse a plataforma



Para acessar o painel basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem acima ou visitar o link <https://bit.ly/3g531z8>.

PLENÁRIO

TCE transmite sessões das Câmaras pela internet hoje

Com transmissão em tempo real pela internet e pelas redes sociais, o Tribunal de Contas realiza hoje (22/9), às 14h30 e às 10h00, edições da 27ª e da 26ª Sessão Ordinária da Primeira e da Segunda Câmara, respectivamente. As atividades ocorrem com o uso da tecnologia de videoconferência.

A Primeira Câmara, que acontece no período vespertino, será presidida pela Conselheira Cristiana de Castro Moraes e terá como integrantes os Conselheiros Antonio Roque Citadini e Sidney Estanislau Beraldo.

Já na parte da manhã, a Segunda Câmara, sob o comando do Conselheiro Renato Mar-

tins Costa, contará com a presença do Conselheiro Dimas Ramalho e do Auditor-Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis.

As sessões podem ser acompanhadas pela TVTCE pelo link disponibilizado antes do início das atividades no site do Tribunal (www.tce.sp.gov.br/streaming) e pelo

canal oficial do TCE-SP no YouTube (www.youtube.com/tcespoficial).

Os trabalhos realizados por meio da tecnologia de videoconferência seguem a mesma dinâmica das sessões presenciais, com processos de interesse estadual e municipal. A íntegra das pautas já está disponível para consulta no link www.tce.sp.gov.br/sessoes.

Fonte: G1 – Campinas e Região
Link: <https://glo.bo/3kAOCZ5>

Gastos para combater a COVID-19 superam R\$ 8 mi em Araçatuba

Araçatuba já gastou mais de R\$ 8 milhões no enfrentamento à pandemia de COVID-19, doença provocada pelo novo coronavírus. Conforme balanço mensal feito pelo TCE-SP, em agosto, a Prefeitura elevou em 21% o volume desembolsado em ações preventivas. Segundo o 'Painel COVID-19', ferramenta virtual do órgão fiscalizador para divulgar as despesas, no mês passado, a maior cidade da região desembolsou R\$ 8,39 milhões. No mês anterior, o volume aplicado foi de R\$ 6,96 milhões.

Fonte: O Liberal Regional
Link: <https://bit.ly/32Q2JE4>

Para acessar basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem acima ou visitar o link <https://bit.ly/32Q2JE4>.

OBSERVATÓRIO FISCAL

www.tce.sp.gov.br/observatoriofiscal

TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº 07/2020
TC-A-011476/02616
SEI Nº 0007766/2020-77

Aprova as Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o inciso XXVI do artigo 2º, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro 1993 e inciso VII do parágrafo único, do artigo 53, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO as competências atribuídas pelo art. 71 da Constituição Federal, c.c. art. 33 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das Instruções vigentes e sua adequação às novas metodologias de fiscalização e tecnologias de transmissão, recepção, armazenamento e tratamento de dados, informações e documentos, bem como à produção de relatórios, alertas e demonstrativos;

CONSIDERANDO as novas disposições legais inseridas nas Leis nº 13.709/2018 (Lei Geral do Proleto de Dados Pessoais) e Lei nº 13.703/2018 (Lei da Proteção de Dados Pessoais);

CONSIDERANDO a criação do novo sistema "Cadastro TCESP", para unificação dos cadastros pessoais e corporativos demandando adequações nos termos de Ciência e Notificação;

CONSIDERANDO a inclusão de normas relativas às fiscalizações operacionais na área das Contas do Governador, bem como sua adequação ao processo eletrônico;

CONSIDERANDO a elevação dos valores consignados nos artigos 1º, 2º, 4º e 5º Resolução nº 04/2015, modificada pela Resolução nº 06/2016 e pela Resolução nº 03/2020, para 2.500 (duas mil e quinhentas) UFSPs;

CONSIDERANDO a oportunidade e a conveniência de promover adequações às Instruções nº 02/2016, publicadas no DOE de 04/08/2016 e alteradas pela Resolução nº 03/2017, publicada no DOE de 01/12/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Instruções nº 01/2020, relativas à Prestação Anual de Contas e à Gestão Fiscal dos órgãos fiscalizados; ao Controle Interno; aos Atos de Pessoal; às Licitações e Contratos e aos Repasses Públicos.

Art. 2º - Revogar as Instruções nº 02/2016.

Art. 3º - Revogar as Resoluções nº 04/2016 e 03/2017.

Art. 4º - Revogar a Resolução nº 03/2018.

Art. 5º - Dar nova redação aos artigos da Resolução nº 04/2017 (TC-A-023406/02610), abaixo especificados:

I - O artigo 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. Serão encaminhados ao Tribunal:

I – os contratos e atos jurídicos análogos selecionados e requisitados para exame e acompanhamento da execução contratual, na forma disciplinada nos arts. 94 e 95 das Instruções nº 01/2020;

II – no âmbito estadual, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua assinatura, todos os convênios celebrados com órgãos públicos, contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração e de fomento e convênios celebrados com entidades de terceiro setor, selecionados e requisitados para exame e acompanhamento da execução contratual, na forma disciplinada nas Instruções nº 01/2020.

III – no âmbito municipal, todos os contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração e de fomento e convênios celebrados com entidades de terceiro setor, selecionados e requisitados para exame e acompanhamento da execução contratual, na forma disciplinada nas Instruções nº 01/2020.

IV – o artigo 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. Uma vez protocolizados, autuados e distribuídos nos termos do artigo 198 do Regimento Interno, os contratos, atos jurídicos análogos nos arts. 123, I, 134, I, 140, I, 147, I, 153, I, das Instruções nº 01/2020, sobre os quais não incidam apontamentos de irregularidade pela Fiscalização, restando concluído sem apreciação de mérito.

§ 2º - O exame de julgamento abrange todos os contratos e demais ajustes requisitados pela fiscalização nos termos dos artigos 94 e 95; 167, 178 e 186, objeto de acompanhamento da execução contratual, além daqueles especificados no parágrafo 1º do presente artigo que contenham apontamentos de irregularidade pela Fiscalização, além dos casos em que houver determinação do Conselho Relator para sua adoção, hipóteses em que os autos poderão seguir para manifestação dos órgãos técnicos.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 18 de setembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES – Presidente

ANTONIO ROQUE CITADINI

RENATO MARTINS COSTA

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

DIMAS RAMALHO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

ALEXANDRE MANFIM FIGUEIREDO SARQUIS – Auditor Substituto de Conselheiro

INSTRUÇÕES Nº 01/2020

TC-A-011476/02616

SEI Nº 7766/2020-77

LIVRO I - DOS JURISDIÇÃOAIS

Art. 1º - Subordinam-se a estas Instruções, de acordo com suas especificidades, e, no que couber, os seguintes órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das esferas Estadual e Municipal:

Na área estadual: O PODER EXECUTIVO; AS UNIDADES GESTORAS DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO; AS AUTARQUIAS; AS FUNDAÇÕES; A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL; AS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA; AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E SUAS SUBSIDIÁRIAS; AS EMPRESAS PÚBLICAS; O PODER LEGISLATIVO; A UNIDADE GESTORA DO PODER LEGISLATIVO, INCLUSIVE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO; O PODER JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO; AS UNIDADES GESTORAS E OS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO, na área municipal: AS PREFEITURAS; AS CÂMARAS; AS AUTARQUIAS; AS FUNDAÇÕES; AS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA; AS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS; OS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS; E OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS (LEI FEDERAL Nº 11.107, DE 06 DE ABRIL DE 2005).

§ 1º Os responsáveis pelos órgãos e entidades referidos acima deverão manter atualizados os dados constantes do campo "órgão/entidade" do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", disponível no Portal de Sistemas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (doravante TCESP).

§ 2º Com fundamento no artigo 25 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, os órgãos e entidades acima referidos obrigam-se a dar atendimento aos Comunicados emitidos pelo Gabinete da Presidência e pela Secretaria Diretoria-Geral, publicados no Diário Oficial do Estado, em especial quanto à prestação de informações nos sistemas e aplicativos disponibilizados no Portal de Sistemas do TCESP.

Art. 2º - Subordinam-se, ainda, a estas Instruções, os ordenadores de despesas, gestores e demais responsáveis por bens

e valores públicos, fundos especiais e almoxarifados dos órgãos e entidades relacionados no artigo 1º, bem como qualquer pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda, ou que, em nome deste assumam obrigações de qualquer natureza, e demais pessoas abrangidas pelos artigos 14 e 15 da Lei Complementar nº 709/93.

I – Todas as pessoas físicas a que se refere o caput deverão ser cadastradas no sistema "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP". O primeiro acesso será feito por meio de login na página inicial da internet <https://www.tcesp.sp.gov.br/>, sendo gerada senha específica de acesso a referido Portal.

a) Sempre que, nos termos destas Instruções, estiver prevista a apresentação do Termo de Ciência e de Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) nas presentes Instruções, o jurisdicionado deverá atualizar os dados no sistema e emitir a "Declaração de Atualização Cadastral", que será anexada aos referidos documentos.

II – As pessoas físicas a que se refere o caput terão 5 (cinco) dias úteis de prazo para se cadastrarem no sistema "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", a partir da data de sua diplomação, nomeação, indicação ou designação para o cargo ou função pública.

LIVRO II - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS E GESTÃO FISCAL

TÍTULO I - ÁREA ESTADUAL

CAPÍTULO I - DAS CONTAS DO GOVERNADOR

Art. 3º - Para fins de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, objetivando o acompanhamento das contas anuais e da gestão do Governo do Estado, deverá ser inserida pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, no processo eletrônico específico - "Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira – Contas do Governador" - processo dependente ao processo de contas anuais – Balanço Geral do Exercício, até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao quadrimestre encerrado, a seguinte documentação, assinada digitalmente:

I - balancetes englobando as execuções orçamentárias das administrações direta e indireta, demonstrando valores acumulados até o quadrimestre em exame;

II - informação da Secretaria responsável pelas pastas de Fazenda e Planejamento sobre o acompanhamento e avaliação dos resultados dos programas aprovados por meio do Plano Plurianual implementados no exercício, com as justificativas, no último quadrimestre, relativas ao não atingimento de metas;

III - demonstrativo dos valores retidos dos servidores públicos e repassados às entidades estaduais e ao Regime Geral de Previdência Social para o pagamento das aposentadorias, pensões e assistência médica, por entidade da administração direta e indireta;

IV - demonstrativo das transferências para pagamento de pessoal da administração indireta e das empresas, individualizado por entidade;

V - demonstrativo das transferências para investimentos e inversões financeiras em empresas estatais, individualizado por empresa;

VI - demonstrativo das transferências às empresas estatais relativas à dívida contratual;

VII - demonstrativo das receitas de operações de crédito, destacando credor, projeto e identificação no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (doravante SIAFEM-SP);

VIII - demonstrativo das despesas com as amortizações, juros e encargos da dívida contratual do Governo do Estado, individualizado por identificação no SIAFEM-SP;

IX - composição do total da dívida do Estado por títulos e contratos, contendo a identificação no SIAFEM-SP, credor, vencimento, número do contrato, autorização e valor;

X - demonstrativo do estoque da dívida fundada, discriminando a dívida interna e externa, de curto prazo e de longo prazo, contendo a identificação no SIAFEM-SP;

XI - relação dos empréstimos e/ou financiamentos obtidos no exercício, ou em exercícios anteriores e ainda não quitados, indicando valor, credor, finalidade, prazos, encargos e demais informações pertinentes;

XII - cópia de Certidão e Resolução referentes ao valor da Receita Corrente Líquida utilizada para cálculo dos depósitos mensais ao Tribunal de Justiça Estadual para o pagamento de precatórios;

XIII - cópia das Ordens Bancárias de depósitos efetuados ao Tribunal de Justiça Estadual para o pagamento de precatórios;

XIV - planilhas de acompanhamento e controle de valores de depósitos judiciais, incluindo dados relativos à transferência para a conta única e fundo de reserva, bem como à devolução do principal, correção dos valores e saldos;

XV - demonstrativo das receitas provenientes de multas de trânsito;

XVI - demonstrativo das despesas realizadas com as receitas provenientes de multas de trânsito, em atendimento ao art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

XVII - relação da legislação concedente de benefícios fiscais, identificando as que entraram em vigência e as que foram revogadas no período; acompanhamento dos estudos que indicam os impactos econômicos e orçamentários, as medidas de compensação e a previsão na LDO;

XVIII - quadro demonstrativo do montante de benefícios fiscais fluídos, por tributo, por modalidade de renúncia e por setor econômico, no período e acumulado do exercício; e

XIX - relatório detalhado das alterações orçamentárias realizadas, informando créditos suplementares, especiais e extraordinários realizados no quadrimestre em referência; além dos créditos automáticos e programáticos diretos e indiretos, de despesa, indicando a legislação pertinente;

Parágrafo único - A documentação referente ao último quadrimestre do exercício em exame poderá ser entregue juntamente com a prestação de contas anual, no prazo indicado no art. 5º destas Instruções.

Art. 4º - A Secretaria da Fazenda e Planejamento deverá inserir no processo eletrônico específico - "Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira – Contas do Governador" a seguinte documentação, assinada digitalmente, providenciada pela Procuradoria Geral do Estado:

I - até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao quadrimestre encerrado:

a) demonstrativo mensal, acumulado até o quadrimestre, do total de pagamentos de precatórios, separados em "alimentares" e "não alimentares", da administração direta e indireta, identificando ainda aqueles que decorrem de relação trabalhista com o Estado, exceto indenizações;

b) demonstrativo mensal, acumulado até o quadrimestre, do total de pagamentos de obrigações de pequeno valor, separados em "alimentares" e "não alimentares", da administração direta e indireta, identificando ainda aqueles que decorrem de relação trabalhista com o Estado, exceto indenizações;

c) demonstrativo mensal, acumulado até o quadrimestre, do total de pagamentos de precatórios e obrigações de pequeno valor, separados em "alimentares" e "não alimentares", da administração direta e indireta, identificando ainda o total daqueles que decorrem de relação trabalhista com o Estado, exceto indenizações;

d) demonstrativo quadrimestral do estoque da Dívida Ativa do Estado informo o prazo final por tipo de débito e segmentação por situação do CNPJ; inscrições no período por faixa de valor e montante ajustado e não ajustado também por faixas; baixas por recebimento, remissão e outros tipos; total acumulado de ajustados e não ajustados por faixa de valor; saldo inicial e movimentação mensal de entradas e saídas do estoque; e detalhamento dos 200 maiores devedores do Estado e dos 200 maiores pagantes no período, informando: CNPJ, razão social, quantidade de débitos, valor total sem verba hono-

rária, verba honorária, se referido débito estava ajustado ou não e identificar os casos suspensos por processo judicial;

II - até o dia 30 (trinta) de abril, a seguinte documentação relativa ao exercício anterior:

a) demonstrativo sintético da dívida total com precatórios em 31 (trinta e um) de dezembro, discriminando valor total geral, valores disponíveis em contas dos tribunais e dívida efetiva;

b) demonstrativo sintético do estoque de precatórios em 31 (trinta e um) de dezembro, por exercício, discriminando os "alimentares" e "não alimentares", a quantidade de requisitos e de credores, por entidade da administração direta e indireta;

c) demonstrativo anual do estoque da dívida ativa em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício em referência, discriminando, estoque final por tipo de débito e segmentação por situação do CNPJ; inscrições no período por faixa de valor e montante ajustado e não ajustado também por faixas; baixas por recebimento, remissão e outros tipos; total acumulado de ajustados e não ajustados por faixa de valor; saldo inicial e movimentação mensal de entradas e saídas do estoque; e detalhamento dos 200 maiores devedores do Estado e dos 200 maiores pagantes no período, informando: CNPJ, razão social, quantidade de débitos, valor total sem verba honorária, verba honorária, se referido débito estava ajustado ou não e identificar os casos suspensos por processo judicial;

Parágrafo único - A documentação referente aos pagamentos de precatórios deverá ser mantida na Origem, à disposição deste Tribunal.

Art. 5º - A Secretaria da Fazenda e Planejamento deverá inserir, no processo eletrônico relativo ao Balanço Geral do Exercício – Contas do Governador, até o dia 30 (trinta) de abril, a seguinte documentação, assinada digitalmente, relativa ao exercício anterior:

I - relatórios gerenciais individualizados das áreas de atuação do Governo do Estado, em especial das Secretarias responsáveis pelas pastas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Administração Penitenciária, Transportes, Habitação, Saneamento, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Cultura, Agricultura, Turismo, Esportes e Relações Internacionais, indicando a realização dos programas inerentes às suas atividades, demonstrando os números dessas realizações e as verbas despendidas para esse fim;

II - cópia do programa de trabalho e/ou eventuais alterações enviadas ao Ministério dos Transportes, devidamente publicado, nos termos dos parágrafos 7º e 8º, do art. 1º-A, da Lei Federal nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com os acréscimos da Lei 10.866, de 04 de maio de 2004, relativamente à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;

III - demonstrativo indicando, por Poder e tipo de administração, o valor total da despesa com pessoal e a quantidade de servidores ativos e inativos, por regime de contratação;

IV - informações acerca do atingimento das metas ou compromissos relativos ao Programa de Restruturação e de Ajuste Fiscal;

V - em relação à Lei Federal nº 9496/1997, demonstrativos do balanço (pagamentos e estoque, ano a ano) e demonstrativos do fluxo mensal de pagamentos (caixa e competência);

VI - informação da Procuradoria Geral do Estado acerca das medidas adotadas para incrementar o recebimento de créditos inscritos na dívida ativa;

VII - demonstrativo de disponibilidades de caixa, destacando os acréscimos e reduções a recursos vinculados, conforme art. 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII - relação das contas bancárias de titularidade do Poder Executivo Estadual, incluindo as contas com saldo zero ao final do exercício, segregada em administração direta e indireta, acompanhada de documento emitido pela instituição financeira, em 31 (trinta e um) de dezembro, comprobatório dos saldos bancários das contas do Estado, incluindo aplicações financeiras e suas condições de negociação;

IX - relação de restos a pagar, do exercício e de exercícios anteriores, identificando os valores processados e os não processados, destacando separadamente:

a) na área da saúde: os empenhados com recursos da fonte "Tesouro";

b) na área do ensino: I - empenhados com recursos da fonte "Tesouro", separados por subfunção; 2 - empenhados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (doravante FUNDEB); e

c) demais despesas, individualizadas por fontes de recursos. X - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação dos responsáveis pelos balanços e demonstrações contábeis;

Y - relação das ações negociadas (aquisição e venda), na qual conste empresa, tipo, quantidade, valor e as instituições envolvidas na operação;

XII - informações circunstanciadas do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPE e do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGPPP sobre as atividades desenvolvidas, tanto as realizadas no exercício em exame quanto as realizadas nos exercícios anteriores, incluindo em andamento, exigência extensiva a eventuais Conselhos criados com o objetivo de dirigir programas de desestatização de atividades do Estado;

XIII - demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (PPPs), contendo data da assinatura, prazo e valor do contrato, bem como o valor despendido no exercício e o acumulado em relação a cada contrato;

XIV - relatório detalhado das atividades desenvolvidas no período e de desempenho dos contratos de Parcerias Público-Privadas, encaminhados trimestralmente pelo Conselho Gestor do Programa de PPP à Assembleia Legislativa;

XV - atas das reuniões semestrais conjuntas entre Presidente do Conselho Gestor do Programa de PPP, Secretário de Fazenda e Planejamento e Comissões Legislativas, previstas no art. 10 da Lei Estadual nº 11.688, de 19 de maio de 2004, realizadas na Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre as atividades do Conselho Gestor e apresentar resultados auferidos com as parcerias;

XVI - Demonstrações Contábeis exigíveis pelo Manual de Administração Aplicada ao Setor Público (MCASP), por tipo de administração e consolidadas;

XVII - cronograma de implantação de normas e procedimentos contábeis a serem adotados, com os padrões estabelecidos pelo MCASP, conforme normas contábeis vigentes ao final de cada exercício;

XVIII - demonstrativo das contribuições previdenciárias devidas no exercício, apresentando a base de cálculo e apuração das contribuições patronais por entidade da administração direta e indireta;

XIX - relatório de avaliação atuarial das reservas técnicas, dos ativos e passivos atuariais, escriturados nas contas estaduais;

XX - certidão contendo os nomes dos responsáveis pelo controle interno, com os respectivos períodos de atuação, afiliações e substituições, além da declaração de ciência dos ditames desta Instrução, em especial quanto às disposições dos artigos 66 a 68;

XI - relatório de avaliação, pelo sistema de controle interno, da eficácia da ação, notadamente quanto aos aspectos de estimativa, controle, mensuração e efetividade; e

XII - relatório de avaliação, pelo sistema de controle interno, quanto à situação patrimonial e financeira do sistema previdenciário do Estado.

Art. 6º O Conselho Relator das contas poderá, a qualquer tempo, solicitar outros documentos ou demais elementos que julgar pertinentes à instrução do processo, sem prejuízo da realização de auditorias, quando necessárias.

Seção I - DA GESTÃO FISCAL

Art. 7º O Poder Executivo deverá encaminhar, assinados digitalmente, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e os demonstrativos que o acompanham até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao encerramento de cada bimestre, inserindo-o no processo eletrônico específico - Acesso 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal – Contas do Governador.

Parágrafo único - Quando houver republicação de demonstrativos, estes também deverão ser encaminhados.

Art. 8º O Poder Executivo deverá inserir no processo eletrônico específico - Acesso 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal – Contas do Governador, até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao encerramento do quadrimestre, inserindo-o no processo eletrônico específico - Acesso 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal – Contas do Governador.

Parágrafo único - Quando houver republicação de demonstrativos, estes também deverão ser encaminhados.

Art. 9º O Poder Executivo deverá inserir no processo eletrônico específico - Acesso 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal – Contas do Governador, até o dia 15 (quinze) de abril de cada exercício, os seguintes documentos, assinados digitalmente:

I - demonstrativo das metas bimestrais de arrecadação, em cumprimento ao previsto no art. 58 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), contemplando, ainda, os resultados alcançados pelas medidas adotadas na forma do art. 13 da mesma Lei;

II - demonstrativo da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).

Art. 10. O Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, deverá encaminhar, por meio digital, assinada digitalmente, até o dia 15 (quinze) de abril do 2º (segundo) ano de vigência, cópia do Plano Plurianual e, durante sua vigência, as alterações eletrônicas.

Seção II - DA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Art. 11. Para fins de acompanhamento das receitas e das despesas vinculadas ao ensino, o Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, deverá inserir no processo eletrônico específico - Acesso 2 - Aplicação no Ensino – Contas do Governador, até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao quadrimestre encerrado, a seguinte documentação, assinada digitalmente:

I - demonstrativo das receitas auferidas até o quadrimestre;

II - quadro demonstrativo das receitas alocadas ao FUNDEB, até o quadrimestre, informando também os valores totais apropriados e efetivamente depositados, bem como eventuais depósitos referentes ao exercício anterior, de forma individualizada;

III - quadro demonstrativo dos demais recursos para aplicação direta no ensino;

IV - quadro demonstrativo das despesas realizadas com recursos do Tesouro na educação básica, distinguindo as modalidades de educação: ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), além daquelas alocadas por rateio;

V - quadro demonstrativo das despesas da Educação desconsideradas para efeito de atendimento ao art. 255 da Constituição Estadual;

VI - publicação a que alude o art. 256 da Constituição Estadual, acompanhada de quadros demonstrativos da aplicação dos recursos mencionados no dispositivo legal citado;

VII - resumo das receitas e das despesas realizadas com recursos do FUNDEB para pagamento de professores, bem como daqueles custeados com o percentual remanescente, devidamente visitado pelo Conselho criado para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo;

VIII - pareceres do Conselho a que se refere o inciso anterior, sobre o acompanhamento e o controle social da distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB; e

IX - extratos das contas corrente bancárias dos restos a pagar do ensino, incluindo aplicações financeiras, acompanhadas de demonstrativo detalhado dos pagamentos efetuados.

Parágrafo único - A documentação referente ao último quadrimestre poderá ser entregue juntamente com a prestação de contas anual, no prazo indicado no art. 5º destas Instruções.

Art. 12. A Secretaria da Educação, por suas Unidades, deverá manter à disposição deste Tribunal:

I - documentação das despesas pertinentes ao ensino, de forma a possibilitar a atuação fiscalizadora deste Tribunal, distinguindo-se as amparadas pelos recursos FUNDEB, QESE (Quota Estadual de Salário Educação), convênios, próprios e outros;

II - posição financeira conciliada das contas vinculadas à educação, a saber:

a) com recursos próprios;

b) com recursos FUNDEB; e

c) demais recursos;

III - processos licitatórios, bem como os de inexigibilidade e de dispensa, devidamente formalizados, que envolvam recursos do ensino, contendo os documentos exigidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 13. A Secretaria da Fazenda e Planejamento deverá, igualmente, manter à disposição deste Tribunal:

I - folhas de pagamentos salariais dos professores e dos demais profissionais do ensino básico; e

II - registros contábeis, cópias dos extratos bancários e demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados e os recebidos à conta do FUNDEB, separadamente dos demais.

Seção III - DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Art. 14. Para fins de acompanhamento, o Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, deverá inserir no processo eletrônico específico - Acesso 4 - Aplicação na Saúde – Contas do Governador -, até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao quadrimestre encerrado, os seguintes documentos, assinados digitalmente:

I - demonstrativo quadrimestral do valor aplicado nas ações e serviços de saúde, destacando as receitas vinculadas nos termos do inciso II, § 2º, do art. 198 da Constituição Federal, e as despesas realizadas segundo sua natureza, individualizadas por fonte de recursos;

II - cópias das atas das audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa para apreciação dos relatórios financeiros e operacionais da saúde; e

III - extratos da conta corrente bancária dos restos a pagar da saúde - incluindo aplicações financeiras, acompanhadas de demonstrativo detalhado dos pagamentos efetuados.

Parágrafo único - A documentação referente ao último quadrimestre poderá ser entregue juntamente com a prestação de contas anual, no prazo indicado no art. 5º destas Instruções.

Art. 15. O Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, encaminhará à este Tribunal, por meio de inserção no processo eletrônico específico - Acesso 4 - Aplicação na Saúde - das contas do Governador -, até o dia 30 (trinta) de abril, a seguinte documentação, assinada digitalmente, relativa ao exercício anterior:

I - resumo das despesas realizadas com o pagamento de pessoal da área da saúde, devidamente visitado pelos membros do Conselho Estadual de Saúde - CES; e

II - protocolo de entrega gerado pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde - SIOPS, atestando o envio do relatório ao Ministério da Saúde, bem como a carta dirigida ao Conselho Estadual de Saúde devidamente visitada pelos seus membros.

II - posição financeira conciliada das contas vinculadas à saúde, a saber:

- a) com recursos próprios;
- b) com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS (Piso de Atenção Básica - PAB e/ou Médio e Alto Custo/Complexidade e Autorização de Internação Hospitalar - MAC-AIH); e
- c) demais recursos; e
- III - processos licitatórios, bem como os de inexigibilidade e de dispensa, devidamente formalizados, que envolvam recursos da saúde, contendo os documentos exigidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

Art. 17. A Secretaria da Fazenda e Planejamento deverá, igualmente, manter à disposição deste Tribunal:

- I - folhas de pagamento dos profissionais da saúde; e
- II - registros contábeis e demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados.

Art. 18. O Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, deverá inserir, assinado digitalmente, no processo eletrônico específico - Acessório 4 - Aplicação na Saúde - Contas do Governador - o Plano Estadual de Saúde, bem como as respectivas Programações Anuais e Relatórios de Gestão previstos no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§1º. O Plano Estadual de Saúde deverá ser encaminhado até 15 (quinze) de agosto do primeiro ano do mandato do Governador eleito.

§2º. Os prazos para envio da Programação Anual e do Relatório de Gestão a este Tribunal serão os mesmos para encaminhamento ao Conselho de Saúde, dispostos nos §§ 1º e 2º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Seção IV - DAS FISCALIZAÇÕES OPERACIONAIS

Art. 19. Constituem objeto da fiscalização operacional o exame independente e objetivo, realizado digitalmente, da eficácia e efetividade de programas e ações governamentais ou desempenho de órgãos e entidades, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública e a melhoria de desempenho.

Art. 20. A fiscalização operacional mencionada será realizada pela Diretoria de Contas do Governador com a colaboração das Diretorias de Fiscalização, Unidades Regionais, Controle Interno de Órgãos e Auditoria Interna das entidades, com trâmite e apreciação nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 21. Ao servidor do Tribunal de Contas responsável pela realização de fiscalizações operacionais são asseguradas as seguintes prerrogativas:

- I - livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal;
- II - acesso a todos os processos, documentos e informações necessários à realização de seu trabalho, inclusive a sistemas eletrônicos de processamento de dados e respectivas bases de dados, que não podem ser sonegados, sob qualquer pretexto;
- III - competência para requerer por escrito, ou por meio eletrônico aos responsáveis pelos órgãos e entidades jurisdicionados, os documentos e informações necessários ao seu trabalho, ficando prazo razoável para atendimento; e
- IV - competência para exigir dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição a remessa de dados e/ou informações impressas ou por meio informatizado, magnético ou eletrônico de forma protegida e editável.

Parágrafo único - Sempre que solicitadas, serão encaminhadas as bases de dados dos sistemas eletrônicos dos órgãos estaduais para a AUDESP ou outro serviço equivalente para recepção dos arquivos atualizados, a fim de se alimentar os sistemas de fiscalização, não podendo ser sonegados, sob qualquer pretexto.

Art. 22. A Diretoria de Contas do Governador poderá solicitar pareceres e/ou relatórios do Controle Interno e da Auditoria Interna, a fim de subsidiar as fiscalizações operacionais.

Art. 23. Constatada obstrução ao livre exercício de fiscalização, ou sonegação de processo, documento ou informação, o Relator assinará prazo para apresentação de documentos, informações e esclarecimentos julgados necessários, fazendo-se a comunicação do fato ao Secretário de Estado ou responsável pelo órgão, para as medidas cabíveis.

Parágrafo único - Vencido o prazo e não cumprida a exigência, o Tribunal aplicará multa ao responsável, nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº 709, de 1993.

Art. 24. As fiscalizações operacionais realizadas pela Diretoria de Contas do Governador são compostas das fases de planejamento, execução e relatório.

Parágrafo único - A Diretoria de Contas do Governador proporá, para efeito do disposto no parágrafo único do art. 178 do Regimento Interno, os programas, ações, órgãos e entidades que deverão ser selecionados, com base em critérios previamente definidos, que integram o plano anual de fiscalização.

Art. 25. A fase de planejamento incluirá-se com reunião de apresentação da equipe de fiscalização designada ao representante do órgão ou entidade selecionada, oportunidade em que serão esclarecidos os objetivos da fiscalização.

§ 1º. Caberá à equipe de fiscalização, no início dos trabalhos, identificar-se formalmente ao representante do órgão ou entidade selecionada, em reunião, no local de apresentação assinado pelo Diretor de Contas do Governador.

§ 2º. Durante a fase de planejamento poderão ser solicitadas novas reuniões, bem como requisições de informações e/ou documentos necessários para elucidar questões de fiscalização.

Art. 26. A fase de execução da fiscalização consistirá na obtenção de evidências apropriadas e suficientes para respaldar os achados e conclusões da fiscalização.

§ 1º. As atividades de coleta realizadas durante a execução poderão contemplar trabalhos de campo, questionários online ou presenciais, requisições de documentos e/ou informações enviadas por e-mail ou entregues pessoalmente, e análise de dados secundários.

§ 2º. É obrigatória a participação dos jurisdicionados em pesquisas realizadas por e-mail e/ou presencialmente no âmbito das fiscalizações operacionais.

§ 3º. As constatações e informações obtidas durante a execução da fiscalização devem ser acompanhadas da documentação comprobatória.

Art. 27. Os resultados das fiscalizações serão apresentados ao Relator das Contas na forma de relatório, cujo prazo para elaboração será fixado em cronograma de atividades definidas na fase de planejamento.

Art. 28. Caberá ao órgão ou entidade jurisdicionado disponibilizar instalações físicas, equipamentos e acesso a sistemas informatizados, adequados ao planejamento e à execução da fiscalização.

Art. 29. Os documentos e/ou justificativas requisitados pela fiscalização poderão ser apresentados no original, devidamente assinados, ou encaminhados por e-mail, devidamente identificados.

Parágrafo único - A equipe de fiscalização poderá requerer cópias dos documentos necessários à análise da questão de fiscalização.

Art. 30. As recomendações e ressalvas emitidas pelo Relator no parecer das Contas, decorrentes de fiscalizações operacionais, quando não passíveis de implantação imediata, deverão ser objeto de plano de ação com identificação de etapas, responsáveis e cronograma detalhado, devidamente certificado pelo órgão central de Controle Interno.

Parágrafo único - O Controle Interno remeterá, até 30 de março de cada exercício, relatório de acompanhamento das recomendações constantes do parecer deste Tribunal, referentes às das contas do último exercício apreciado, inserindo-o (nos processos) eletrônicos (es) específicos (s) autuado(s) para análise (s) da fiscalização (ões) operacional (ais).

Seção V - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 31. A inserção das informações no sistema e-TCESP, por parte da Secretaria da Fazenda e Planejamento, não isenta as áreas respectivas da responsabilidade pela elaboração e envio, em tempo hábil, dos documentos que lhes cabem.

Parágrafo único - As informações e documentos inseridos no e-TCESP obedecerão às especificidades e formatação exigidas pelo respectivo sistema, porém, os responsáveis pela fiscalização poderão requerer o envio dos arquivos e respectivas bases de dados em outros formatos ou linguagens, com o objetivo de atender às necessidades de alimentação dos sistemas próprios de fiscalização, não podendo ser sonegados, sob qualquer pretexto.

Capítulo II - DAS CONTAS DOS DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS

Art. 32. Para fins de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade, exercida por meio do controle externo, e julgamento das contas das Unidades Gestoras dos órgãos do Poder Executivo, das autarquias, das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, das entidades de previdência estadual, das entidades fechadas de previdência, instituídas pelas sociedades controladas pelo Poder Público do Estado de São Paulo, das sociedades de economia mista e empresas públicas, quanto o Poder Público tiver maioria acionária com direito a voto, de forma individual ou coletiva, da Unidade Gestora do Poder Legislativo, inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, das Unidades Gestoras do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de São Paulo, além da apreciação dos atos praticados pelos ordenadores de despesas, administradores, gestores e demais responsáveis por bens e valores públicos, deverá ser enviada a documentação descrita nos artigos a seguir, conforme suas especificidades, relativamente ao exercício anterior.

§ 1º A documentação relativa à prestação de contas deverá ser encaminhada exclusivamente por meio eletrônico, assinada digitalmente, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como, quando for o caso, por meio de alimentação do SISCOE - Sistema de Contas Estaduais. Para tanto, os órgãos deverão possuir login e senha de acesso ao processo eletrônico, nos termos do Comunicado específico do e-TCESP.

§ 2º Toda justificativa e/ou documentação encaminhada, caso requisitada, deverá ser apresentada, obrigatoriamente, por meio do petiçãoamento via web; para tanto, os órgãos deverão possuir login e senha de acesso ao processo eletrônico, nos termos do Comunicado específico do e-TCESP.

§ 3º Caberá aos órgãos e entidades, ainda, enviar os dados, informações e documentos pertinentes, de acordo com as disposições do Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, editado por Comunicado divulgado no DOE e na página eletrônica deste Tribunal na internet, devendo observar com rigor os formatos, prazos, periodicidades e demais detalhes técnicos definidos naquele documento.

§ 4º O Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUDESP, a ser divulgado até 10 (dez) de dezembro de cada ano, para rigurar no exercício seguinte, poderá sofrer alterações e ajustes por novos Comunicados, os quais também serão divulgados no DOE e na página eletrônica do Tribunal na internet.

Seção I - DAS UNIDADES GESTORAS DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 33. As Unidades Gestoras dos Órgãos do Poder Executivo deverão encaminhar, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada exercício, ao Sistema de Contas Estaduais, os dados relativos às suas prestações de contas, conforme Manual Técnico-Operacional - SISCOE.

Parágrafo único - As Unidades deverão arquivar de forma individualizada a seguinte documentação: contratos de consórcio, convênios de cooperação, contratos de programa e contratos de rateio bem como a respectiva documentação pertinente, inclusive a que comprove a compatibilização e a adequação das despesas decorrentes às normas vigentes nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), mantendo-os à disposição deste Tribunal.

Seção II - DAS AUTARQUIAS

Art. 34. As Autarquias estaduais e suas unidades administrativas remeterão até o dia 31 (trinta e um) de março, a seguinte documentação, assinada digitalmente, relativa ao exercício anterior: via web, diretamente ao processo eletrônico previamente autuado para exame das contas:

I - relatório das atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e dados quantitativos das ações realizadas;

II - Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - certidão contendo os nomes dos dirigentes e integrantes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, do Conselho de Administração, dos Conselhos e dos responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo patrimônio, pelo patrimônio e pelos fundos especiais, com indicação dos respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia da fixação da remuneração e demonstrativo dos pagamentos efetuados ao Superintendente, aos Diretores e Conselheiros, quando couber;

V - balanços e demais demonstrações contábeis, legalmente exigíveis;

VI - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VII - relação de restos a pagar, identificando os valores processados e não processados;

VIII - cópia dos balancetes da receita e da despesa de dezembro, inclusive extra orçamentária, abrangendo os fundos especiais;

IX - cópia da lei orçamentária e respectivo(s) decreto(s), bem como quadro demonstrativo dos créditos adicionais, de conformidade com o modelo contido no Anexo PC-01;

X - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;

XI - relação dos auxílios, subsídios e contribuições recebidos do Estado contendo órgão conessor, objeto, valor e data do recebimento de tais repasses;

XII - relação dos auxílios, subsídios e contribuições recebidos da União para a área da saúde, quando for o caso, contendo órgão conessor, objeto, valor e data do recebimento de tais repasses;

XIII - relação dos empréstimos, financiamentos e operações de crédito firmados com instituições públicas ou privadas, discriminando, por operação, instituições envolvidas, data do ajuste, objetivos, vigência e valores;

XIV - relação dos adiantamentos concedidos, por meio do preenchimento da planilha eletrônica oferecida por este Tribunal;

XV - cópia da publicação anual dos valores das remunerações dos cargos e empregos públicos;

XVI - cópia da lei de criação, regulamentos e regimentos, se houver;

XVII - relação dos processos de furto e/ou extravio de bens permanentes, exclusivamente, consoante o art. 37 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, contendo: número do processo de origem, ocorrência (furto, extraviado, roubo ou incêndio), descrição completa do bem permanente, número do patrimônio, Boletim de Ocorrência, data da ocorrência, autoria, situação da sindicância (não instaurada, em andamento, encerrada com conclusão pela responsabilização ou não) e número da nota de lançamento (N.L.) de baixa; e

XVIII - relação dos contratos de programa em vigor no exercício - firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, contendo número do ajuste, data da assinatura, con-

tratado, prazo, resumo das obrigações e quantitativos previstos - acompanhada de pareceres anuais emitidos pela autoridade pública contratante para cada contrato de programa, os quais devem conter a identificação do contrato e o atestado sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas e o atingimento dos resultados previstos, nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 c.c. o art. 30, parágrafo único, da Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 1º As autarquias integrantes do sistema SIAGEM ficam desobrigadas do encaminhamento dos documentos a que se refere o inciso V, XIV deste artigo, quando estes estiverem disponíveis no sistema, sendo obrigatório, por ocasião da prestação de contas, identificar as disponibilidades.

§ 2º Remetida a documentação prevista no inciso XVI, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 3º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

§ 4º As autarquias deverão arquivar de forma individualizada os contratos de programa e a respectiva documentação pertinente, inclusive a que comprove a compatibilização e a adequação das despesas decorrentes às normas vigentes nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), mantendo-os à disposição deste Tribunal.

Seção III - DAS FUNDAÇÕES

Art. 35. As Fundações estaduais remeterão até o dia 31 (trinta e um) de maio, no caso de se submeterem à Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou até o dia 31 (trinta e um) de março, nos demais casos, os seguintes documentos, relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas, assinados digitalmente, no sistema, se houver:

I - relatório da diretoria sobre as atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as principais realizações, incluindo os projetos e programas planejados, realizados, seus custos e resultados;

II - Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - certidão contendo os nomes dos dirigentes e integrantes da Presidência, da Diretoria, dos Conselhos e dos responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo almoxarifado, pelo patrimônio e pelos fundos especiais, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia da fixação da remuneração e demonstrativo dos pagamentos efetuados aos dirigentes da Fundação;

V - norma que fixou o orçamento do exercício;

VI - balanços e demais demonstrações contábeis, legalmente exigíveis;

VII - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VIII - relação dos restos a pagar, identificando os valores processados e não processados, quando couber;

IX - cópia dos balancetes da receita e da despesa de dezembro, inclusive extraorçamentária, abrangendo os fundos especiais, quando couber;

X - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações contábeis;

XI - cópia do parecer do Conselho Fiscal e/ou de Curadores, conforme o caso;

XII - cópia do parecer da auditoria interna e/ou independente, quando houver;

XIII - relação de ações negociadas (aquisição e venda), contendo empresa, tipo, quantidade, valor e as instituições envolvidas no operação;

XIV - relação dos empréstimos, financiamentos e operações de crédito, firmados com instituições públicas ou privadas, discriminando, por operação, instituições envolvidas, data do ajuste, objetivos, vigência e valores;

XV - cópia da ata da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício e a respectiva publicação, quando couber;

XVI - relação dos adiantamentos concedidos, por meio do preenchimento da planilha eletrônica oferecida por este Tribunal;

XVII - cópia da publicação anual dos valores das remunerações dos cargos e empregos públicos, quando couber;

XVIII - relação de restos a pagar, identificando os valores processados e não processados, quando couber;

XIX - relação dos processos de furto e/ou extravio de bens permanentes, exclusivamente, consoante o art. 37 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, contendo número do processo de origem, ocorrência (furto, extraviado, roubo ou incêndio), descrição completa do bem permanente, número do patrimônio, Boletim de Ocorrência, autoria, situação da sindicância (não instaurada, em andamento, encerrada com conclusão pela responsabilização ou não) e número da N.L. de baixa ou equivalente; e

XX - relação dos contratos de programa em vigor no exercício - firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, contendo número do ajuste, data da assinatura, contratado, prazo, resumo das obrigações e os quantitativos previstos - acompanhada de pareceres anuais emitidos pela autoridade pública contratante para cada contrato de programa, contendo identificação do contrato e atestado sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas e o atingimento dos resultados previstos, nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 c.c. o art. 30, parágrafo único, da Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso XVIII, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

§ 3º As fundações integrantes do sistema SIAGEM ficam desobrigadas do encaminhamento dos documentos a que se referem os incisos VI, IX e XVI deste artigo, quando estes estiverem disponíveis no sistema, devendo-se, por ocasião da prestação de contas, mencionar quais estão disponíveis.

§ 4º As fundações deverão arquivar de forma individualizada os contratos de programa e a respectiva documentação pertinente, inclusive a que comprove a compatibilização e a adequação das despesas decorrentes às normas vigentes nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), mantendo-os à disposição deste Tribunal.

§ 5º O disposto nesta Seção aplica-se, no que couber, às fundações que se enquadram em qualquer das condições abaixo descritas:

I - estejam sob a supervisão ou sob o controle dos órgãos da Administração Pública;

II - recebam recursos financeiros de órgãos da Administração Pública;

III - sejam geridos por funcionários ou servidores de quaisquer órgãos da Administração Pública;

IV - estejam localizadas em imóveis públicos e/ou destinados ao serviço público; ou

V - ajustem, regularmente, convênios e/ou contratos com órgãos da Administração Pública.

§ 6º As fundações referidas nesta seção, quando for o caso, deverão encaminhar a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, os documentos relativos à decisão de sua paralisação ou de sua extinção.

Seção IV - DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Art. 36. A entidade de previdência estadual remeterá, até 31 (trinta e um) de maio, os seguintes documentos, relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas, assinados digitalmente:

I - relatório das atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações financeiras e seus resultados e as principais realizações;

II - Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - certidão contendo os nomes dos dirigentes e membros dos Conselhos de Administração, Fiscal e/ou Curador, conforme o caso, e dos responsáveis pelo controle interno, tesouraria, almoxarifado e patrimônio, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia da fixação da remuneração e demonstrativo dos pagamentos efetuados aos dirigentes da entidade e aos membros dos Conselhos, se houver;

V - balanços e demais demonstrações contábeis, legalmente exigíveis;

VI - demonstrações financeiras a que alude o inciso VI do art. 5º da Portaria MPAS nº 4.992/99 e suas alterações;

VII - notas explicativas às demonstrações financeiras;

VIII - avaliação atuarial, de acordo com as normas de atuária estabelecidas pela Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999 e suas alterações;

IX - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

X - balancete analítico do mês de dezembro;

XI - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;

XII - certidão expedida pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, comprovando a habilitação do profissional ou da empresa de atuária;

XIII - cópia das ata(s) das reunião(ões) ou respectivo(s) extrato(s) do(s) órgão(s) deliberativo(s) competente(s) que tenha(m) aprovado as demonstrações financeiras;

XIV - cópia do parecer do Conselho Fiscal ou do Conselho Curador, conforme o caso;

XV - relação das incorporações e desincorporações de bens móveis e imóveis, especificando forma e razão;

XVI - relação das ações negociadas (aquisição e venda), contendo empresa, tipo, quantidade, valor e as instituições envolvidas na operação;

XVII - cópia das publicações do demonstrativo financeiro e orçamentário mensal das receitas e despesas previdenciárias e do acumulado no exercício;

XVIII - relação dos adiantamentos concedidos, por meio do preenchimento da planilha eletrônica oferecida por este Tribunal;

XIX - cópia da lei que autorizou a criação da entidade de Previdência Social, acompanhada de escritura pública, estatuto, regimento interno, regulamento de compras, obras e serviços, de admissão de pessoal e demais normas internas, se houver; e

§ 1º A entidade de previdência estadual integrante do sistema SIAGEM fica desobrigada do encaminhamento da relação a que se refere o inciso XVII.

§ 2º Remetida a documentação prevista no inciso XIX, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 3º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

§ 4º A entidade de previdência estadual deverá encaminhar a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, os documentos relativos à decisão de sua paralisação ou de sua extinção.

Seção V - DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Art. 37. As entidades fechadas de previdência privada, instituídas pelo Poder Público do Estado de São Paulo ou por suas sociedades controladas, remeterão, até o dia 31 (trinta e um) de março, os seguintes documentos relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas:

I - relatório das atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as suas principais realizações;

II - Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - certidão contendo os nomes dos dirigentes e integrantes dos conselhos e os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia da fixação da remuneração e demonstrativo dos pagamentos efetuados aos dirigentes da Entidade;

V - balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis, legalmente exigíveis;

VI - demonstrativo analítico de investimento e de enquadramento das aplicações;

VII - notas explicativas às demonstrações contábeis;

VIII - avaliação atuarial e plano de custeio para o exercício anterior;

IX - parecer do atuariário;

XI - atestado de avaliação atuarial das reservas técnicas;

XII - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

XIII - balancete analítico do mês de dezembro;

XIV - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;

XV - cópia da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) ou respectivo(s) extrato(s) do(s) órgão(s) deliberativo(s) competente(s) que tenha(m) aprovado as demonstrações contábeis;

XVI - cópia do parecer do Conselho Fiscal ou do Conselho Curador, conforme o caso;

XVII - cópia do parecer da auditoria interna e/ou independente, quando houver;

XVIII - comprovante de entrega das demonstrações contábeis e dos pareceres do atuariário e do auditor independente à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

XIX - relação das desincorporações de bens móveis e imóveis, especificando forma e razão;

XX - relação das ações negociadas (aquisição e venda), contendo empresa, tipo, quantidade, valor e as instituições envolvidas na operação; e

XI - cópia da lei que autorizou a criação da entidade fechada de previdência privada, acompanhada de escritura pública, estatuto, regimento interno, regulamento de compras, obras e serviços, de admissão de pessoal e demais normas internas, se houver.

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso XXI, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

§ 3º As entidades fechadas de previdência privada, quando for o caso, deverão encaminhar a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, os documentos relativos à decisão de sua paralisação ou de sua extinção.

Seção VI - DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E SUAS SUBSIDIÁRIAS E DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Art. 38. As sociedades de economia mista e suas subsidiárias e as empresas públicas remeterão, até o dia 31 (trinta e um) de maio, quando realizarem Assembleia Geral Ordinária, ou, quando não se submeterem a este procedimento, até o dia

31 (trinta e um) de março, os seguintes documentos, relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas, assinados digitalmente:

I - relatório das atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as suas principais realizações;

II - Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - certidão contendo os nomes dos dirigentes e integrantes da Presidência, da Diretoria, dos Conselhos e dos responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo almoxarifado e pelo patrimônio, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia da lei que autorizou a instituição da sociedade de economia mista ou da empresa pública, acompanhada de escritura pública, estatuto, regimento interno, regulamento de compras, obras e serviços, de admissão de pessoal e demais normas internas, se houver;

V - cópia da fixação da remuneração e demonstrativos dos pagamentos efetuados aos Presidentes, aos Diretores e aos Conselheiros;

VI - balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis, legalmente exigíveis;

VII - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VIII - cópia do balancete analítico do mês de dezembro;

IX - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações contábeis;

X - parecer do Conselho Fiscal;

XI - cópia do parecer da auditoria interna e/ou independente;

XII - cópia da ata - e respectiva publicação - da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício, quando couber;

XIII - relação com os nomes e participação de cada acionista, inclusive constando a parte integralizada e a integralizar do capital;

XIV - relação das carteiras de ações contendo empresa, tipo, quantidade e valor;

XV - relação das ações negociadas (aquisição e venda) contendo empresa, tipo, quantidade, valor e as instituições envolvidas na operação;

XVI - cópia da publicação anual dos valores das remunerações dos cargos e empregos públicos, quando couber;

XVII - relação dos empréstimos, financiamentos e operações de crédito, firmados com instituições públicas ou privadas, discriminando, por operação, as instituições envolvidas, a data do ajuste, o objetivo, a vigência e os valores;

XVIII - relação das garantias reais, fiduciárias e seguros contratados, oferecidos aos contratos de parcerias público-privadas;

XIX - relação dos contratos de programa em vigor no exercício - firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, contendo número do ajuste, data da assinatura, contratado, prazo, resumo das obrigações e os quantitativos previstos;

- acompanhada de pareceres anuais emitidos pela autoridade pública contratante para cada contrato de programa, contendo identificação do contrato e atestado sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas e o atingimento dos resultados previstos, nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, c.c. o art. 30, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

XX - relação dos processos de furto e/ou extravio de bens permanentes, exclusivamente, consoante o art. 37 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, contendo número do processo de origem, ocorrência (furto, extravio, roubo ou incêndio), data, descrição completa do bem permanente, número do patrimônio, Boletim de Ocorrência, autoria, situação da sindicância (não instaurada, em andamento, encerrada com conclusão pela responsabilização ou não) e número da baixa.

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso IV, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

§ 3º Os órgãos deverão arquivar separadamente e de forma individualizada os contratos de programa e a respectiva documentação pertinente, inclusive a que comprove a compatibilização e a adequação das despesas decorrentes às normas vigentes nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), mantendo-os à disposição deste Tribunal.

Art. 39. As empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias que se enquadram nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, inclusive quando participantes de consórcio, e as sociedades de propósito específico controlada por empresa pública ou sociedade de economia mista, deverão enviar ao Tribunal de Contas no mesmo prazo e na mesma forma o artigo anterior, ainda os seguintes documentos:

I - certidão contendo a composição do Comitê de Auditoria Estatutária e declaração de cumprimento ao previsto no artigo 25 da Lei Federal nº 13.303/2016, incluindo seus incisos e parágrafos;

II - cópia das demonstrações contábeis auditadas, em formato eletrônico editável;

III - declaração contendo a relação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária;

IV - cópia da definição adotada pela empresa do que é considerado sigilo estratégico, comercial ou industrial;

V - declaração de que despesas com publicidade e patrocínio da empresa pública ou da sociedade de economia mista não ultrapassaram, no exercício, os limites estabelecidos no artigo 93 da Lei e de seus parágrafos;

VI - declaração de que não realizou, em ano de eleição para cargos do ente federativo a que sejam vinculadas, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecederam o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição;

VII - autorização legislativa para criação de subsidiárias da empresa pública ou sociedade de economia mista assim como para a participação em empresa privada, ocorridas no exercício;

VIII - comprovação de atendimento ao previsto no § 7º do artigo 1º da Lei Federal nº 13.303/2016, em relação às sociedades empresariais em que a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias tenham participação societária, porém não detenham o controle acionário; ou, declaração negativa;

IX - cópia do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, acompanhado de comprovante da sua publicação;

X - declaração do dirigente máximo da entidade de que cumpre as exigências do art. 8º, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 13.303/2016;

XI - cópia do Código de Conduta e Integridade, elaborado nos termos do § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 13.303/2016, acompanhado do comprovante de sua aprovação;

XII - declaração acerca do cumprimento dos artigos 17, 20 e 22 da Lei Federal nº 13.303/2016, seus incisos e parágrafos, afetos ao Conselho de Administração;

XIII - quando sujeitas às disposições do Título II, Capítulo I, da Lei Federal nº 13.303/2016, que trata das licitações e dos casos em que é dispensável ou inexigível a sua realização, com comprovação da existência do banco de dados eletrônico atualizado e com acesso em tempo real aos órgãos de controle externo.

§ 1º Remetida a documentação prevista nos incisos IX e XI, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

Art. 40. As sociedades de economia mista e as empresas públicas referidas nesta seção, quando for o caso, deverão encaminhar a este Tribunal, em até 20 (vinte) dias úteis, os documentos relativos à decisão de sua paralisação ou de sua extinção.

Seção VII - DA UNIDADE GESTORA DO PODER LEGISLATIVO, INCLUSIVE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, DAS UNIDADES

GESTORAS DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 41. A Unidade Gestora do Poder Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as Unidades Gestoras dos Órgãos do Poder Judiciário remeterão, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, a seguinte documentação, relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas, assinada digitalmente:

I - relatório das atividades desenvolvidas, contendo exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as suas principais realizações;

II - cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - certidão contendo os nomes do Chefe de Poder ou Procurador Geral de Justiça ou dos responsáveis pela Unidade e Ordenadores de Despesa, bem como dos responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo almoxarifado e pelo patrimônio e os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia do Regulamento Interno;

V - certidão ou declaração contendo o número de sessões (ordinárias e extraordinárias) realizadas mês a mês, exclusivamente no caso do Poder Legislativo;

VI - balanços e demonstrações contábeis na forma da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VII - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VIII - relação de restos a pagar, identificando os valores processados e não processados;

XIX - cópia dos balancetes da receita e da despesa de dezembro, inclusive extraorçamentária, abrangendo os fundos especiais;

X - relação dos recursos orçamentários repassados mensalmente pelo Executivo; e

XI - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações contábeis.

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso IV, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

Art. 42. As Unidades Gestoras do Ministério Público do Estado de São Paulo deverão encaminhar, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, por meio do SISCOE - Sistema de Contas Estaduais, os dados relativos às suas prestações de contas, conforme Manual Técnico-Operacional - SISCOE.

Subseção I - DA GESTÃO FISCAL

Art. 43. Os órgãos de que trata esta seção deverão encaminhar a este Tribunal o Relatório de Gestão Fiscal e os demonstrativos que o acompanham, bem como a respectiva publicação, até o dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente ao encerramento do quadrimestre.

Parágrafo único - A documentação referida no caput, assinada digitalmente, deverá ser encaminhada via web, diretamente no processo eletrônico acessório às contas anuais, previamente autuado para análise da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. O Relatório de Gestão Fiscal e os demonstrativos que o acompanham serão entregues conforme modelos padronizados pelo Conselho Nacional de Gestão Fiscal ou, à falta destes, pelo órgão central de contabilidade da União, como determina o art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).

Capítulo III - DOS ADIANTAMENTOS

Art. 45. As Unidades Gestoras dos órgãos do Poder Executivo do Governo do Estado de São Paulo, as autarquias estaduais, as fundações estaduais, a entidade de previdência estadual, a Unidade Gestora do Poder Legislativo, inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e as Unidades Gestoras dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de São Paulo darão conhecimento a este Tribunal, em até 10 (dez) dias úteis do término do prazo para prestação de contas, dos nomes dos responsáveis que deixaram de comprovar a aplicação dos recursos de adiantamentos recebidos, fornecendo todos os elementos que permitam a sua identificação.

§ 1º Em se configurando a hipótese do caput deste artigo, os Poderes, as Entidades e os Órgãos estaduais deverão tomar providências relativas à sustação da entrega de numerário aos responsáveis em falta.

§ 2º A liberação de novos adiantamentos somente poderá ocorrer depois da entrega da prestação de contas em atraso feita pelo responsável ou, se for o caso, do atendimento às notificações quanto a sua regularização.

§ 3º As alegações apresentadas ao Tribunal de Contas deverão ser referendadas pela autoridade superior.

Art. 46. Os processos de prestação de contas de adiantamentos serão autuados, física ou eletronicamente, nos órgãos de origem e conterão:

I - cópia(s) da(s) nota(s) de empenho vinculada(s) ao adiantamento;

II - comprovante de depósito bancário ou ordem de pagamento do valor não utilizado, se houver;

III - guia de recebimento de depósito na conta "C" (GRDEPC) referente ao recolhimento do saldo não utilizado, se houver;

IV - nota de lançamento (NL) de estorno do saldo do adiantamento não utilizado, se houver;

V - documento comprobatório da anulação do saldo de adiantamento não utilizado, se houver;

VI - nota de liquidação (NL) da baixa da responsabilidade do valor utilizado no adiantamento;

VII - exame analítico efetuado pelo órgão e ratificado pela autoridade competente;

VIII - autorização para prorrogação do prazo de aplicação, se for o caso;

IX - extrato bancário da conta específica para adiantamento; X - balancete das despesas; e

XI - comprovantes originais das despesas, contendo declaração do responsável pelo recebimento do material ou serviço, quando for o caso.

§ 1º Em se tratando de processo autuado fisicamente na origem, os Poderes, os Órgãos e as Entidades mencionados no art. 42 destas Instruções, em suas respectivas unidades e em consonância com suas especificidades, deverão conservar à disposição deste Tribunal os documentos originais dos processos versando sobre prestação de contas de adiantamentos.

§ 2º Em se tratando de processos autuados eletronicamente pela origem, os documentos eletrônicos deverão estar assinados digitalmente pelo seu autor, nos termos da legislação vigente, como garantia do conteúdo e da identificação de seu signatário, ressaltando que os documentos físicos originais das despesas que, digitalizados, compuseram referidos processos, deverão ser conservados à disposição deste Tribunal de Contas até cinco anos após o julgamento das contas do exercício.

Art. 47. Na concessão e utilização dos recursos de adiantamentos, deverão ser observados:

I - a verba de adiantamento somente deverá ser concedida a responsável servidor; e não a agente político;

II - somente serão admitidos comprovantes das despesas realizadas dentro dos prazos de aplicação estabelecidos em lei e que primem pela modicidade, em obediência aos princípios constitucionais da economicidade e legitimidade;

III - o numerário correspondente aos adiantamentos deverá permanecer depositado em instituição bancária oficial, em nome da entidade, enquanto não aplicados;

IV - todas as despesas serão documentadas e deverão enquadrar-se nas categorias econômicas próprias, de acordo com a classificação orçamentária;

V - os comprovantes deverão discriminar as despesas efetuadas, constando nos autos, obrigatoriamente, prova de que foram realizadas de forma motivada, autorizadas por quem de direito, mediante originais das notas e cupons fiscais; igualmente, os recibos de serviço de pessoa física devem identificar o prestador qualificando-o com nome, endereço, RG, CPF, nº de inscrição no INSS e nº de inscrição no ISS;

VI - não serão aceitos documentos com alterações, rasuras, emendas ou entrelinhas que prejudiquem a sua clareza ou legitimidade.

Art. 48. As prestações de contas de adiantamentos recebidos de caráter reservado, inclusive as fazendárias, far-se-ão semelhança, em referência à lei ou ao decreto respectivo, bem como à prorrogação de vigência, se houver.

Art. 49. A comprovação de dispêndios com viagens deverá:

I - demonstrar, de forma clara e não genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participaram;

II - conter relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados; e

III - nos casos de viagens ao exterior, as prestações de contas dos adiantamentos serão feitas mediante a apresentação das passagens utilizadas e/ou documentos de embarque, acompanhados dos comprovantes das despesas, aceitando-se, entretanto, em virtude de legislação específica de cada país, declaração de sua realização.

Art. 50. A prestação de contas relativa a operações policiais de caráter reservado, inclusive as fazendárias, far-se-ão semelhança, em um só processo, o qual deverá conter, além dos elementos previstos no art. 46 destas Instruções, os comprovantes originais das despesas devidamente autorizadas ou apenas a declaração de seus valores quando, a juízo do Secretário de Estado, forem consideradas de caráter reservado.

§ 1º É do Secretário de Segurança Pública a responsabilidade exclusiva pela prestação de contas de adiantamentos utilizados em despesas para operações policiais de caráter reservado, vedada a delegação.

§ 2º A realização das despesas para operações policiais de caráter reservado deverá ficar restrita a número mínimo de responsáveis, com vistas a facilitar o controle das operações e dos gastos decorrentes do sigilo.

§ 3º Sem prejuízo do sigilo de que se revestem, as prestações de contas de caráter reservado deverão conter singela identificação, a qual poderá ser representada pela denominação ou tema da operação.

§ 4º Para fins de prestação de contas, deverá ser procedida a individualização dos adiantamentos a cada operação policial sigilosa.

§ 5º Referidos processos serão encaminhados a este Tribunal, assinados digitalmente, pelo sistema e-TCESP, em até 10 (dez) dias úteis após o prazo final para prestação de contas do último adiantamento do semestre, acompanhados de balancete assinado pelo responsável, conferido pela autoridade superior, se for o caso, e aprovado pelo respectivo Secretário de Estado.

§ 6º A partir da entrada da documentação referente à prestação de contas dos adiantamentos tratados no caput, os autos serão distribuídos e encaminhados, in continenti, ao Conselho de Estado, para que, de ofício, determine a abertura de processo de responsabilização, a quem cumprirá, após exame preliminar, o rito ordinário ou a necessidade de imediato acionamento do art. 45 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, com a solicitação de informações complementares acerca da despesa, ou diligência in loco.

Art. 51. Os processos relativos às despesas com representação do responsável pela Pasta serão encaminhadas a este Tribunal, pelo Sistema e-TCESP, em até 10 (dez) dias úteis após o prazo final para prestação de contas, devidamente formalizados nos termos do art. 46.

Art. 52. Nas prestações de contas relativas às despesas com representação geral do Estado, quando de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, do Chefe do Poder Legislativo ou do Chefe do Poder Judiciário, deverá constar expressamente a informação de que as despesas foram por eles aprovadas, sempre por despacho em processo.

Parágrafo único. Nos processos de prestação de contas de que trata este artigo, fica dispensada a remessa dos respectivos comprovantes de despesa, devendo, entretanto, deles constar, além dos elementos indicados no art. 46 destas Instruções, a relação discriminada das despesas realizadas.

Art. 53. Os processos referidos nos artigos 50 e 51 serão encaminhados a este Tribunal, assinados digitalmente, para fins de cadastramento, em nome do responsável, exclusivamente por meio digital, ou serão inseridos diretamente via web, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, divulgada em comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 54. Os processos de prestação de contas de adiantamentos, após julgamento e publicação das competentes quitações, deverão permanecer nos órgãos de origem, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Título II - ÁREA MUNICIPAL

Capítulo I - ÓRGÃOS INTEGRANTES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 55. Os órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do município, a saber, Prefeituras, Câmaras, Autarquias, Fundações, Entidades de Previdência, incluindo as constituídas na forma de Fundos, e Empresas Estatais Dependentes, estas entendidas conforme definição do art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão enviar os dados, informações e documentos referentes à Gestão Fiscal e à Prestação Anual de Contas de acordo com as disposições do Calendário Anual de Obrigações do Sistema AUEPSP, editado por este Tribunal.

§ 1º Os dados de inscrição e a atualização relativa à situação social e aos limites e condições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal serão gerados pelo sistema eletrônico do Tribunal com base nos dados informados pela origem e ficarão disponíveis no Portal da Transparência Municipal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º A ciência de leitura das informações relacionadas no parágrafo anterior será efetuada no Sistema AUEPSP por meio de login e senha de acesso; enquanto existirem pendências de

leitura, o sistema não permitirá novas remessas de dados e informações.

§ 3º No processamento dos documentos enviados, os erros porventura existentes, de acordo com as regras de validação publicadas, terão duas naturezas: indicativa e impeditiva. A primeira não impedirá o recebimento do documento, importando em aviso para futura correção; a segunda, por sua vez, impedirá o recebimento do documento, importando em falta de prestação de contas após o decurso do prazo de entrega e, consequentemente, em sujeição às penalidades previstas no art. 104 da Lei Complementar nº 101, de 14 de janeiro de 1993, e/ou suspensão das transferências voluntárias e operações de crédito nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF).

§ 4º As informações remetidas por meio do Sistema AUEPSP poderão ser substituídas, sem necessidade de solicitação, até o término do prazo de entrega. Após, não serão aceitados pedidos de exclusão quando as alterações se referirem exclusivamente a registros contábeis, caso em que as correções deverão ocorrer por meio dos mecanismos técnicos admitidos, na forma de lançamentos de estorno ou complementação.

§ 5º Quando não constituído o Conselho Nacional de Gestão Fiscal referido no art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), os modelos de relatórios, demonstrativos e metodologias de cálculos serão oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 6º Os contratos de programa e a respectiva documentação pertinente, inclusive a que comprove a compatibilização e a adequação das despesas decorrentes às normas vigentes nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), deverão ser arquivados separadamente e de forma individualizada, mantendo-os à disposição deste Tribunal.

Art. 56. As Cidades do Estado de São Paulo, para a prestação de Contas, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para análise das contas anuais relativas ao primeiro ano da legislatura, assinados digitalmente:

I - os atos de fixação dos subsídios dos Vereadores e Presidentes de Câmaras, bem como eventuais alterações, no prazo de 48 horas após sua promulgação, que deverá ocorrer antes das eleições municipais;

II - a declaração negativa de fixação dos subsídios dos Vereadores e/ou Presidente de Câmaras para a próxima legislatura, acompanhada da identificação dos critérios que serão utilizados para a remuneração dos agentes políticos eleitos, até o dia anterior às eleições municipais.

Capítulo II - ÓRGÃOS NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 57. As Empresas Estatais não Dependentes, os Consórcios Intermunicipais, os Consórcios Públicos a que se referem a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e as Fundações caracterizadas no § 5º do artigo 58 deverão enviar os dados, informações e documentos referentes às suas Prestações Anuais de Contas exclusivamente por meio eletrônico, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Para tanto, deverão possuir login e senha de acesso ao processo eletrônico, nos termos de Comunicado específico do e-TCESP.

Seção I - DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, EMPRESAS PÚBLICAS NÃO DEPENDENTES E FUNDAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 58. As Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas não Dependentes deverão encaminhar a este Tribunal, na forma definida no art. 57 destas Instruções, até o dia 31 (trinta e um) de maio, os seguintes documentos, relativos ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas:

I - relatório das atividades desenvolvidas, com identificação dos resultados finalísticos obtidos, acompanhado de exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as suas principais realizações;

II - Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III - declaração contendo os nomes dos dirigentes e integrantes da Presidência, da Diretoria, dos Conselhos e dos responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo almoxarifado e pelo patrimônio, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV - cópia da fixação da remuneração e demonstrativos dos pagamentos efetuados aos Presidentes, aos Diretores e aos Conselheiros, quando couber;

V - balanços e demais demonstrações contábeis legalmente exigíveis;

VI - cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VII - cópia dos balancetes analíticos de dezembro;

VIII - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;

IX - cópia do parecer do Conselho Fiscal e/ou de Curadores, quando couber;

X - cópia do parecer da Auditoria Interna e/ou Independente, quando couber;

XI - cópia da ata - e respectiva publicação - da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício, quando couber;

XII - relação com os nomes e participação de cada acionista, inclusive constando a parte integralizada e a integralizar do capital, quando couber;

XIII - relação das ações negociadas (aquisição e venda), contendo empresa, tipo, quantidade, valor e as instituições envolvidas;

XIV - cópia da publicação anual dos valores dos subsídios e das remunerações dos empregos públicos, quando couber;

XV - cópia da lei que autorizou a instituição da sociedade de economia mista ou empresa pública, acompanhada de escritura pública, estatuto, regimento interno, regulamentos de compras, obras e serviços, de admissão de pessoal e demais normas internas, se houver, devidamente registradas, se for o caso;

XVI - relação dos contratos de programa em vigor no exercício - firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, contendo número do ajuste, data da assinatura, contratado, prazo, resumo das obrigações e os quantitativos previstos, acompanhada de pareceres anuais emitidos pela autoridade pública contratante para cada contrato de programa, contendo identificação do contrato e atestado sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas e o atingimento dos resultados previstos, nos termos do art. 30 do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, c.c. o art. 30, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

XVII - relação das operações de crédito contratadas no exercício, contendo nome da contratada, número do ajuste, data, objeto, prazo, valor, modalidade da licitação ou fundamento da dispensa ou da inexigibilidade; e

XVIII - protocolo de entrega da prestação de contas ao Ministério Público, no caso das Fundações a que se referem o § 5º deste artigo.

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso XV, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer incisos deste artigo, deverá ser encaminhada a declaração nesse sentido.

§ 3º As empresas públicas e sociedades de economia mista municipais - e suas subsidiárias - que se enquadram nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, inclusive quando participantes de consórcio, e as sociedades de propósito específico controlada por empresa pública ou sociedade de economia mista, deverão enviar ao Tribunal de Contas, no mesmo

prazo e na mesma forma prevista no caput, ainda, a documentação relacionada no art. 39 destas Instruções.

§ 4º As entidades deverão arquivar de forma individualizada os contratos de programa e a respectiva documentação pertinente, inclusive a que comprove a compatibilização e a adequação das despesas decorrentes às normas vigentes nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), mantendo-os à disposição deste Tribunal.

§ 5º O disposto nesta seção aplica-se, no que couber, às fundações não integrantes da administração indireta que se enquadrem em qualquer das condições abaixo descritas:

I – que sejam mantidas por órgãos da administração pública, com exceção das entidades do terceiro setor a que se referem o Livro VI destas Instruções;

II – estejam sob a supervisão ou sob controle dos órgãos da administração pública ou de seus delegados;

III – sejam administradas por funcionários ou servidores de qualquer órgão da administração pública; e

IV – estejam localizadas em imóveis públicos ou destinados ao serviço público.

§ 6º As entidades referidas neste artigo, quando for o caso, deverão encaminhar a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, os documentos relativos à decisão de sua paralisação ou de sua extinção.

Seção II – DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

Art. 59. Os consórcios intermunicipais personalizados juridicamente deverão encaminhar a este Tribunal, na forma definida no art. 57 destas Instruções, até 31 (trinta e um) de março, a seguinte documentação, assinada digitalmente, relativa ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas:

I – relatório do Conselho Municipal de Prefeitos ou equivalente sobre as atividades desenvolvidas, com identificação dos resultados finalísticos obtidos, acompanhado de exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as principais realizações;

II – Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III – certidão contendo os nomes dos dirigentes, membros titulares, respectivos substitutos ou suplentes dos Conselhos existentes e os responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo almoxarifado e pelo patrimônio, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV – cópia da fixação da remuneração e demonstrativos dos pagamentos efetuados aos dirigentes do Consórcio Intermunicipal;

V – balanços e demais demonstrações contábeis legalmente exigíveis;

VI – cópia dos balancetes da receita e da despesa de dezembro, inclusive extraorçamentária;

VII – cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VIII – certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;

IX – cópia do parecer do Conselho Fiscal e outros, conforme o caso;

X – relação dos repasses públicos recebidos do Estado, contendo órgão concissor, objeto, valor e data do recebimento; XI – relação dos empréstimos, financiamentos e operações de crédito, firmados com instituições públicas ou privadas, discriminando por operação, as instituições envolvidas, a data do ajuste, os objetivos, a vigência e os valores;

XII – cópia da publicação anual dos valores dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos, quando couber;

XIII – cópia da lei que autorizou a instituição do consórcio intermunicipal, acompanhada de escritura pública, estatuto, regimento interno, regulamentos de compras, obras e serviços, de admissão de pessoal e demais normas internas, se houver;

XIV – relação dos contratos de programa em vigor no exercício – firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, contendo número do ajuste, data da assinatura, contrato, prazo, resumo das obrigações e os quantitativos previstos; e

XV – relação dos contratos de rateio, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, firmados e/ou vigentes no exercício, bem como de eventuais alterações, contendo número do ajuste, data da assinatura, prazo, interveniente e valor total.

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso XIII, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas com relação a quaisquer dos incisos deste artigo, deverá ser encaminhada declaração nesse sentido.

§ 3º As entidades referidas neste artigo, quando for o caso, deverão encaminhar a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, os documentos relativos à decisão de sua paralisação ou de sua extinção.

Seção III – CONSÓRCIOS PÚBLICOS (Lei Federal 11.107, de 06 de abril de 2005)

Art. 60. Os consórcios públicos a que se referem a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, deverão encaminhar a este Tribunal, na forma definida no art. 57 destas Instruções, até 31 (trinta e um) de março, a seguinte documentação, assinada digitalmente, relativa ao exercício anterior, via web, diretamente no processo eletrônico previamente autuado para exame das contas:

I – relatório das atividades desenvolvidas, com identificação dos resultados finalísticos obtidos, acompanhado de exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados e as principais realizações;

II – Cadastro do(s) Responsável(is) pelo órgão/entidade no período examinado, conforme Anexo PC-02;

III – certidão contendo o nome do representante legal do consórcio público, dos integrantes da Assembleia Geral e dos demais dirigentes, conforme estrutura definida nos Estatutos (Diretoria, Conselho Fiscal etc.), bem como dos responsáveis pelo controle interno, pela tesouraria, pelo almoxarifado, pelo patrimônio e pelos fundos públicos, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

IV – cópia da fixação da remuneração e dos demonstrativos dos pagamentos efetuados ao representante legal, aos diretores e aos conselheiros, quando couber;

V – balanços e demonstrações financeiras legalmente exigíveis;

VI – cópia do boletim de caixa e bancos de 31 (trinta e um) de dezembro e respectiva conciliação bancária;

VII – relação de restos a pagar, identificando os valores processados e não processados;

VIII – cópia dos balancetes da receita e da despesa de dezembro, inclusive extraorçamentária, abrangendo os fundos especiais;

IX – certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade-CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelos balanços e demonstrações contábeis;

X – cópia do parecer do Conselho Fiscal e outros, se houver;

XI – cópia do parecer da auditoria interna e/ou independente, quando couber;

XII – cópia da ata e respectiva publicação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício, quando couber;

XIII – relação, por entidade concensora ou órgão de governo concissor das esferas municipal e estadual, dos repasses públicos recebidos, constando objeto, valor e data do recebimento;

XIV – relação dos repasses públicos recebidos da União, constando órgão concissor, objeto, valor e data do recebimento, separando os destinados à área da saúde;

XV – cópia dos Estatutos do consórcio público;

XVI – relação dos contratos de rateio, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, firmados e/ou vigentes no

exercício, bem como de eventuais alterações, contendo número do ajuste, data da assinatura, prazo, interveniente e valor total;

XVII – cópia dos demonstrativos enviados aos entes consorciados contendo as informações das despesas realizadas com os recursos entregues em virtude dos contratos de rateio;

XVIII – no caso de alteração ou extinção do contrato de consórcio público, cópia do instrumento aprovado pela Assembleia Geral e das leis ratificadoras dos entes federativos consorciados;

XIX – ato formal de comunicação e lei embasadora, no caso de ocorrência de retirada de ente da Federação do consórcio público;

XX – relação dos adiantamentos concedidos, por meio do preenchimento da planilha eletrônica oferecida por este Tribunal, exceto no caso de integrar o sistema SIAFEM, o qual alimentará diretamente o Sistema de Adiantamentos – SIA-Ad;

XXI – declaração informando o embasamento legal que regulamenta a realização de despesas, pelo consórcio público, sob o regime de adiantamento;

XXII – cópia da publicação anual dos valores das remunerações dos cargos e empregos públicos;

XXIII – relação dos funcionários cedidos ao consórcio público, contendo nome, ente de origem, permissão legal e cópia da respectiva legislação disciplinadora da matéria;

XXIV – relação dos contratos de programa em vigor no exercício – firmados com entes federativos por força de convênios de cooperação, no âmbito da gestão associada de serviços públicos, contendo número do ajuste, data da assinatura, contrato, prazo, resumo das obrigações e os quantitativos previstos; e

XXV – relação dos empréstimos, financiamentos e operações de crédito firmados com instituições públicas ou privadas, discriminando, por operação, instituições envolvidas, data do ajuste, objetivos, vigência e valores;

§ 1º Remetida a documentação prevista no inciso XV, serão enviadas nos exercícios seguintes apenas as alterações ocorridas, por meio digital.

§ 2º Não havendo informações a serem prestadas deverá ser encaminhada declaração nesse sentido.

§ 3º O respectivo representante legal deverá comunicar por ofício a este Tribunal a constituição de consórcio público até o dia 30 (trinta) do mês subsequente à data da Assembleia Geral que aprovou sua eleição, fazendo-o acompanhado de cópia dos seguintes documentos:

I – contrato de consórcio público, registrado se pessoa jurídica de direito privado;

II – protocolo de intenção acompanhado de suas publicações pelas imprensa oficiais dos entes da Federação consorciados;

III – cópia das leis de ratificação do protocolo de intenções e suas respectivas publicações;

IV – documento comprobatório da eleição do representante legal do consórcio público; e

V – comprovante de inscrição do consórcio público no CNPJ.

§ 4º Aplicam-se as disposições deste artigo na hipótese de eleição de novo representante legal de consórcio público já constituído, que implique a transferência de sua subordinação jurisdicional para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Capítulo III – DOS ADIANTAMENTOS

Art. 61. As Prefeituras, as Câmaras, as Autarquias Municipais, as Fundações Municipais, as Entidades e Fundos de Previdência Municipal, as Sociedades de Economia Mista Municipais, as Empresas Públicas Municipais, os Consórcios Intermunicipais e os Consórcios Públicos a que se referem a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no uso do regime de adiantamento, devem atentar para os procedimentos determinados na lei local específica e, também, para as demais disposições deste capítulo.

§ 1º Os órgãos e entidades acima mencionados darão conhecimento aos responsáveis pelo Sistema de Controle Interno, em até 10 (dez) dias úteis do término do prazo para prestação de contas, dos nomes dos responsáveis que deixaram de comprovar a aplicação dos recursos de adiantamentos recebidos, fornecendo todos os elementos que permitam a sua identificação.

§ 2º Configurada a ausência de prestação de contas, deverão ser tomadas providências relativas à sustação da entrega de numerário aos responsáveis em falta/mora.

§ 3º A liberação de novos adiantamentos somente poderá ocorrer depois da entrega da prestação de contas em atraso feita pelo responsável ou, se for o caso, do atendimento às notificações quanto a sua regularização.

Art. 62. Os processos de prestação de contas de adiantamentos serão autuados, física ou eletronicamente, nos órgãos de origem e conterão:

I – cópia(s) da(s) nota(s) de empenho vinculada(s) ao adiantamento;

II – autorização para prorrogação do prazo de aplicação, se for o caso;

III – documento comprobatório da anulação do saldo de adiantamento não utilizado, se houver;

IV – comprovante de depósito bancário ou ordem de pagamento do valor não utilizado, se houver;

V – extrato bancário da conta específica para adiantamento;

VI – balançete das despesas;

VII – comprovantes originais das despesas, contendo declaração do responsável pelo recebimento do material ou serviço, quando for o caso; e

VIII – parecer do Sistema de Controle Interno ou declaração de que o processo não fora selecionado para análise.

§ 1º Os processos versando sobre prestação de contas de adiantamentos, autuados fisicamente na origem, deverão ser conservados à disposição deste Tribunal de Contas, até cinco anos após o julgamento das contas do exercício.

§ 2º Em se tratando de processos autuados eletronicamente pela origem, os documentos eletrônicos deverão estar assinados digitalmente pelo seu autor, nos termos da legislação vigente, com garantia do conteúdo e da identificação de seu signatário, ressaltando que os documentos físicos originais das despesas que, digitalizados, compuseram referidos processos, deverão ser conservados à disposição deste Tribunal de Contas até cinco anos após o julgamento das contas do exercício.

Art. 63. Na concessão e utilização dos recursos de adiantamentos, deverão ser observados:

I – a verba de adiantamento somente deverá ser concedida a responsável servidor; e não a agente político;

II – somente serão admitidos comprovantes das despesas realizadas dentro dos prazos de aplicação estabelecidos em lei e que primem pela modicidade, em obediência aos princípios constitucionais da economicidade e legitimidade;

III – o numerário correspondente aos adiantamentos deverá permanecer depositado em instituição bancária oficial, em conta específica, enquanto não aplicado;

IV – todas as despesas serão documentadas e deverão enquadrar-se em categorias econômicas próprias, de acordo com a classificação orçamentária;

V – os comprovantes deverão discriminar as despesas efetuadas, constando nos autos, obrigatoriamente, prova de que foram realizadas de forma motivada, autorizadas por quem de direito, mediante originais das notas e cupons fiscais; igualmente, os recibos de serviço de pessoa física devem identificar o prestador qualificando-o no nome, endereço, RG, CPF, nº de inscrição INSS e nº de inscrição no IESS;

VI – os documentos não deverão conter alterações, rasuras, emendas ou entrelinhas que prejudiquem a sua clareza ou legitimidade;

Art. 64. As prestações de contas de adiantamentos recebidos em virtude de crédito especial ou extraordinário deverão fazer referência à lei ou ao decreto respectivo, bem como à prorrogação de vigência, se houver.

Art. 65. A comprovação de dispêndios com viagens deverá:

I – demonstrar, de forma clara e não genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participaram, e II – conter relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados;

III – nos casos de viagens ao exterior, as prestações de contas dos adiantamentos serão feitas mediante a apresentação das passagens utilizadas e/ou documentos de embarque, acompanhados dos comprovantes das despesas, aceitando-se, entretanto, em virtude de legislação específica de cada país, declaração de não realização.

LIVRO III – DO CONTROLE INTERNO

Art. 66. O(s) responsável(is) pelos controles internos dos Poderes, Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º destas Instruções, a mando dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim do art. 35 da Constituição Estadual, do artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal e também do artigo 38, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, deverão assegurar a observância dos princípios e Parceres exarados no cumprimento das funções constitucionais e legais atribuídas ao controle interno, quais sejam:

I – avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados;

II – comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III – comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados;

IV – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V – apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional;

VI – atuar em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal; e

VII – atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

Art. 67. Os responsáveis pelos Poderes, Órgãos e Entidades, para atendimento ao disposto nestas Instruções, sistematizarão as atividades de controle interno, as quais incluirão, dentre outras, a obrigatoriedade de prestação de informações e esclarecimentos dos setores da Administração mediante o preenchimento de relatórios padronizados para subsidiar o relatório periódico do controle interno.

§ 1º Deverão ser mantidos à disposição da fiscalização os planejamentos dos roteiros de acompanhamento do controle interno, porventura existentes e aprovados pelo responsável, consubstanciados em planos anuais ou plurianuais, e os encaminhamentos dos setores da Administração mediante o preenchimento de relatórios padronizados para subsidiar o relatório periódico do controle interno.

§ 2º A documentação de controle do relatório ou parecer respectivo.

LIVRO IV – DOS ATOS DE PESSOA

Capítulo I – DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Art. 69. Para fins de apreciação da legalidade e registro dos atos de admissão de pessoal, os Poderes, órgãos e entidades mencionados no art. 1º destas Instruções providenciarão:

I – remessa, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, da relação das admissões de servidores e/ou empregados públicos, por seus alterações, no processo seletivo realizado para fins de admissão por tempo indeterminado, ocorridas no exercício anterior, por meio do preenchimento das planilhas eletrônicas específicas, oferecidas por este Tribunal; ou declaração negativa enviada pelo sistema, no caso de inexistência;

II – remessa, em 5 (cinco) dias úteis da data da publicação, dos editais de concurso público e processo seletivo realizado para fins de admissão por tempo indeterminado, e de suas alterações, no processo seletivo, no módulo Concursos e Seleções, dentro do Portal de Serviços do TCE, bem como as demais publicações posteriores, atinentes a homologações, convocações, chamamentos, nomeações, cumprimentos de decisões judiciais e correlatos;

III – preenchimento, de forma eletrônica, dos dados relativos aos Módulos de Atos de Pessoal, de acordo com Comunicados e orientações disponibilizadas pelo Sistema AUIPSP – Fase II e IV – informação dos desligamentos de cargos/empreços dos servidores (exceto aposentadoria), ocorridos no exercício, por meio da opção “baixa” no SistemaWeb de Controle de Admissão e Aposentadoria/Pensão – SisCAAWeb, no mesmo prazo de encaminhamento previsto no inciso I do presente artigo.

Art. 70. Os processos de admissão de pessoal, devidamente classificados segundo o fundamento do ato – concurso público ou tempo determinado –, permanecerão nos órgãos, à disposição deste Tribunal.

Art. 71. Os processos relativos aos atos aqui tratados serão autuados física ou eletronicamente nos órgãos e entidades, contendo os seguintes documentos:

I – se precedidos de concurso público:

a) quadro de pessoal atualizado à data da primeira publicação;

b) autorização para abertura do procedimento, devidamente assinada pelo responsável;

c) edital de abertura e suas eventuais alterações, com sua(s) respectiva(s) publicação(ões);

d) publicação da lista de classificação de todas as fases do concurso público e da lista de classificação final dos candidatos habilitados;

e) publicação do termo de homologação;

f) publicação da prorrogação do prazo de validade do concurso público, se for o caso;

g) comprovantes de convocação dos candidatos classificados e eventuais comprovantes de desistência;

h) ato de admissão contendo os seguintes dados, devidamente comprovados por documentos: nome do candidato; documento de identidade (RG) e CPF – Cadastro de Pessoa Física; número do PIS/PASEP; classificação no certame; início da posse e do exercício; número do concurso; cargo ou emprego público correspondente e o motivo da existência do cargo vago;

i) declaração negativa de acúmulo de cargo ou emprego público (cuja consistência deverá ser verificada nos sistemas de dados de pessoal deste Tribunal); prova de exoneração ou da rescisão de cargo ou emprego, se for o caso ou, na hipótese de acúmulo de cargo, declaração emitida pelo órgão em que o servidor encontra-se vinculado, mencionando a necessária compatibilidade de horários públicos exercida anteriormente;

j) prorrogação de prazo para posse ou exercício, se for o caso;

k) decisão judicial, se for o caso, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado; e

l) Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, firmado pelo(s) responsável(is) e pelo interessado, conforme Anexo – AP-01.

II – se decorrente de contratação por tempo determinado:

a) cópia da legislação autorizadora da contratação por prazo determinado;

b) justificativa, comprovada documentalmente, quanto à necessidade da contratação temporária de excepcional interesse público;

c) requisitos básicos para seleção (editais do processo seletivo, publicações do edital, homologação, convocação/desistências);

d) publicação da lista de classificação final;

e) contrato de trabalho indicando nome do contratado, documento de identidade (RG), CPF – Cadastro de Pessoa Física, número do PIS/PASEP, função, classificação na seleção e vigência do contrato; e

f) rescisão contratual.

Parágrafo único. Os processos físicos deverão conter originais ou cópias autenticadas dos documentos acima elencados. No caso de processos eletrônicos, os documentos deverão estar, preferencialmente, no formato “PDF” pesquisável, sem qualquer tipo de restrição de arquivo PDF, e assinados digitalmente por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, pelo próprio órgão (e-CNPJ) ou por representante legal (e-CPF), observando-se, no que couber, a forma definida em comunicado específico do Tribunal de Contas para apresentação de documentação.

Art. 72. Excetuada-se de registro as admissões para cargos de provimento em comissão e funções de confiança, bem como aquelas destinadas às admissões por prazo determinado, que serão conhecidas e examinadas in loco pela fiscalização.

Titulo II – DOS ATOS DE APOSENTADORIA

Art. 73. Para fins de apreciação da legalidade e registro dos atos de aposentadoria, os Poderes, órgãos e entidades mencionados no art. 1º destas Instruções providenciarão:

I – a remessa, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, da relação dos atos concessórios de aposentadoria que onerem diretamente o tesouro estadual/municipal ou os Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, bem como eventuais apostilas retificatórias, emitidas no exercício anterior, por meio do preenchimento das planilhas eletrônicas específicas oferecidas por este Tribunal, ou declaração negativa, enviada pelo sistema.

§ 1º Na área estadual, a responsabilidade pela remessa das informações é do Poder ou órgão concissor do benefício, de tal forma que:

I – compete à SPPEV-São Paulo Previdência informar os atos de aposentadorias, bem como suas respectivas apostilas retificatórias, nos casos em que o ato concessório ou retificatório tenha sido lavrado por aludida autarquia; e

II – compete ao Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Defensoria Pública e Universidades Estaduais informar os atos de aposentadoria de seus membros e servidores, bem como as correspondentes apostilas retificatórias, concedidos nos termos do § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007.

§ 2º Na área municipal, as informações relativas às aposentadorias concedidas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social-RPPS serão encaminhadas por seu órgão gestor. Não havendo RPPS no município, os atos de concessão e cancelamento dos cofres públicos serão informados pelo respectivo órgão concissor.

Art. 74. Os processos relativos aos atos aqui tratados serão autuados física ou eletronicamente nos órgãos, contendo os seguintes documentos:

I – ato concessório;

II – requerimento do interessado, em se tratando de aposentadoria voluntária;

III – laudo médico, quando se tratar de aposentadoria por invalidez;

IV – apostilas retificatórias do ato de aposentadoria, se for o caso, bem como os documentos que embasaram as alterações;

V – nos casos de aposentadoria voluntária ou compulsória, documento que comprove a idade, tais como cédula de identidade (RG), carteira profissional, certidão de nascimento ou certidão de casamento;

VI – comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

VII – cadastro de Pessoa Física (CPF);

VIII – decisão judicial, se for o caso, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado;

IX – certidão(ões) de contagem e liquidação de tempo de serviço ou de contribuição, oriunda(s) de outros órgãos previdenciários, inclusive do Regime Geral de Previdência Social (INSS), para fins de aposentadoria, diferenciando-se, de forma clara, o tempo especial do tempo normal;

X – certidão de Liquidação de Tempo de Contribuição ou similar, emitida pelo órgão a que o servidor estava vinculado, consolidando a contagem de tempo para fins de aposentadoria até a data do requerimento do interessado – no caso da aposentadoria voluntária, data do laudo médico que declarou o servidor incapacitado para o trabalho, no caso de aposentadoria por invalidez ou data em que o servidor completar a idade legal, no caso da aposentadoria compulsória;

XI – ato de nomeação ou admissão do servidor no serviço público;

XII – ato concessório da sexta parte, se for o caso;

XIII – ato concessório do último adicional por tempo de serviço, se for o caso;

XIV – apostila do último enquadramento ocorrido antes da aposentadoria;

XV – documentação relativa à concessão de outras vantagens pecuniárias incluídas nos proventos (atos e legislação autorizativa), se for o caso;

XVI – demonstrativo de cálculo do valor da aposentadoria de acordo com o enquadramento legal;

XVII – no caso de aposentadoria especial, a documentação adicional necessária à comprovação de aquisição do direito, inclusive o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;

XVIII – confirmação dos proventos, emitida pelo setor competente do órgão concissor;

XIX – manifestação(ões) jurídica(s);

XX – publicação do ato; e

XXI – Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, firmado pelo(s) responsável(is) e pelo interessado, conforme Anexo AP-01.

Parágrafo único. Os processos físicos deverão conter originais ou cópias autenticadas dos documentos acima elencados. No caso de processos eletrônicos, os documentos deverão estar, preferencialmente, no formato “PDF” pesquisável, sem qualquer tipo de restrição de arquivo PDF e assinados digitalmente por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, pelo próprio órgão (e-CNPJ) ou por representante legal (e-CPF), observando-se, no que couber, a forma definida em comunicado específico do Tribunal de Contas para apresentação da documentação.

Art. 75. São passíveis de registro perante este Tribunal de Contas as apostilas retificatórias que alterem o fundamento legal do ato concessório, compreendendo-se a modificação da regra constitucional de enquadramento da aposentadoria, bem como alterações das parcelas pecuniárias integrantes dos proventos, previstas em legislação própria, tais como reequivalência, concessão de adicionais, sexta-parte e outros, de caráter individual, posteriores à data da concessão.

§ 1º As vantagens posteriores decorrentes de decisão judicial deverão ser formalizadas por meio de apostila retificatória e comprovadas pela juntada de cópia da sentença, acompanhada de certidão do respectivo trânsito em julgado.

§ 2º Os beneficiários que tiverem os correspondentes atos objeto de apostilas retificatórias que venham a anular ou reaver benefícios serão devidamente notificados por esta E. Corte durante a instrução do correspondente processo, não havendo necessidade da prévia assinatura dos termos de Ciência e de Notificação.

Art. 76. Quaisquer atos, por requerimento do interessado ou ex officio, que provoquem a cessação do benefício, tais como renúncia, cancelamento, cassação, revogação, anulação ou outros, deverão ser comunicados por meio de ofício a este Tribunal, em até 10 (dez) dias úteis após a sua publicação, para fins de averbação à margem dos registros.

Art. 77. Os processos aqui tratados deverão permanecer à disposição deste Tribunal.

Art. 78. O Tribunal de Contas, após o trânsito em julgado da sentença que determinou o registro do ato de aposentadoria, expedirá certidão, mediante solicitação do órgão interessado, por meio eletrônico, para fins de compensação financeira.

Título III – DOS ATOS DE REFORMA OU TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA

Art. 79. Para fins de apreciação da legalidade e consequente registro, o órgão responsável providenciará:

I – a remessa, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, da relação dos atos de Reforma ou Transferência para Reserva (Inatividade), bem como eventuais apostilas retificadoras, concedidas no exercício anterior, por meio do preenchimento das planilhas eletrônicas específicas oferecidas por este Tribunal.

Parágrafo único. Compete aos setores responsáveis da Polícia Militar o preenchimento da planilha contendo as informações sobre a inatividade de seus integrantes (reformas e transferências para a reserva), bem como das correspondentes apostilas retificadoras, na forma prevista na Lei Complementar nº 1.013, de 06 de julho de 2007 e Decreto Estadual nº 52.860, de 02 de abril de 2008.

Art. 80. Os processos relativos aos atos aqui tratados serão autuados física ou eletronicamente nos órgãos, contendo os seguintes documentos:

- I - ato concessório;
- II - apostila retificatória do ato, quando for o caso;
- III - requerimento do interessado, em se tratando de ato voluntário;
- IV - laudo médico, nos casos de reforma por invalidez;
- V - nos casos de reforma, documento que comprove a idade, tais como cédula de identidade (RG), carteira profissional, certidão de nascimento ou certidão de casamento;
- VI - comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- VII - comprovante do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- VIII - decisão judicial, se for o caso, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado;

IX - certidão de Liquidação de Tempo de Contribuição, ou similar, emitida pelo órgão a que o servidor estava vinculado, averbando o tempo para fins de inatividade;

X - decisão do Conselho de Disciplina e despacho do Comandante Geral ou do Tribunal de Justiça Militar, quando se tratar de reforma administrativa;

XI - certidão(ões) de contagem e liquidação de tempo de serviço ou contribuição, oriundas de outros órgãos previdenciários, inclusive do Regime Geral de Previdência Social (INSS), para fins de inatividade;

XII - ato de nomeação ou admissão do interessado no serviço público;

XIII - ato concessório da sexta parte, se for o caso;

XIV - ato concessório do último adiantamento por tempo de serviço, se for o caso;

XV - última apostila de enquadramento ocorrido antes da inatividade;

XVI - documentação relativa à concessão de outras vantagens pecuniárias incluídas nos proventos;

XVII - manifestação(ões) jurídica(s);

XVIII - publicação do ato; e

XIX - termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, firmado pelo(s) responsável(is) e pelo interessado, conforme Anexo AP-01.

Parágrafo único. Os processos físicos deverão conter originais ou cópias autenticadas dos documentos acima elencados. No caso de processos eletrônicos, os documentos deverão estar, preferencialmente, no formato "PDF" pesquisável, sem qualquer tipo de restrição de arquivo PDF, e assinados digitalmente por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, pelo próprio órgão (e-CNPJ) ou por representante legal (e-CPF), observando-se, no que couber, a forma definida em comunicado específico do Tribunal de Contas para apresentação da documentação.

Art. 81. São passíveis de registro perante este Tribunal de Contas, as apostilas retificadoras que alterem o fundamento legal do ato de inativação, compreendendo-se a modificação da regra constitucional de enquadramento da inatividade, bem como alterações das parcelas pecuniárias integrantes dos proventos previstos em legislação própria, tais como: reatamento, concessão de adicionais, sexta-parte e outros, de caráter individual, posteriores à data da inatividade.

§ 1º As vantagens posteriores decorrentes de decisão judicial deverão ser formalizadas por meio de apostila retificatória e comprovadas pela junta de cópia da sentença, acompanhada de certidão do respectivo trânsito em julgado.

§ 2º Os beneficiários que tiverem os correspondentes atos objeto de apostilas retificadoras que venham a anular ou reverter benefícios serão devidamente notificados por esta E. Corte durante a instrução do correspondente processo, não havendo necessidade da prévia assinatura dos Termos de Ciência e de Notificação.

Art. 82. Quaisquer atos, por requerimento do interessado ou ex officio, que provoquem a cessação do benefício, tais como renúncia, cancelamento, cassação, revogação, anulação ou outros, deverão ser comunicados por ofício a este Tribunal, por meio digital, em até 10 (dez) dias úteis após sua publicação, para fins de averbação à margem dos registros.

Art. 83. Os processos aqui tratados deverão permanecer nos órgãos, à disposição deste Tribunal.

Art. 84. O Tribunal de Contas, após o trânsito em julgado da sentença que determinou o registro do ato de reforma ou transferência para reserva, expedirá certidão, mediante solicitação do órgão interessado, por meio eletrônico, para fins de compensação financeira.

Título IV - DOS ATOS DE PENSO

Art. 85. Para fins de apreciação da legalidade e registro dos atos de pensão, os órgãos responsáveis providenciarão:

I - a remessa, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, da relação dos atos concessórios de pensão, que onerem diretamente o tesouro estadual/ municipal e os Regimes Próprios de Previdência Social-RPPS, bem como eventuais apostilas retificadoras, concedidos no exercício anterior, por meio do preenchimento das planilhas eletrônicas específicas oferecidas por este Tribunal ou de declaração negativa, a ser enviada pelo sistema.

§ 1º Na área estadual, a responsabilidade pela remessa das informações é do órgão concessor do benefício, de tal forma que compete à SPPREV-São Paulo Previdência informar os atos de pensões dos servidores civis e militares, bem como suas respectivas apostilas retificadoras.

§ 2º Na área municipal, as informações relativas às pensões concedidas no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social-RPPS serão encaminhadas por seu órgão gestor, não havendo RPPS no município, os atos que onerarem diretamente os cofres públicos serão informados pelo respectivo órgão gestor.

Art. 86. Os processos relativos aos atos aqui tratados serão autuados física ou eletronicamente nos órgãos, contendo os seguintes documentos:

- I - ato concessório;
- II - requerimento do interessado;
- III - certidão de óbito;
- IV - qualificação do(s) beneficiário(s), conforme o caso, comprovada por certidão de nascimento ou cédula de identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), certidão de casamento ou confirmação de união estável ou decisão judicial; ou declaração de vontade, se for o caso;

V - comprovante de inscrição no PIS/PASEP do ex-servidor;

VI - composição dos proventos ou remuneração, emitida pelo setor competente do órgão em que o servidor se encontrava vinculado por ocasião do seu falecimento, bem como o valor da pensão a ser paga ao(s) beneficiário(s), com o fundamento legal;

VII - apostilas retificadoras do ato de pensão, se for o caso, bem como os documentos que embasam as alterações;

VIII - decisão judicial, se for o caso, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado;

IX - justificativas fundamentadas sobre eventuais parcelas ou vantagens não consideradas no cálculo do valor da pensão;

X - confirmação do valor da pensão emitida pelo setor competente do órgão que a concedeu;

XI - manifestação(ões) jurídica(s);

XII - publicação do ato.

XIII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, firmado pelo(s) responsável(is) e pelo interessado, conforme Anexo AP-01.

Parágrafo único. Os processos físicos deverão conter originais ou cópias autenticadas dos documentos acima elencados. No caso de processos eletrônicos, os documentos deverão estar, preferencialmente, no formato "PDF" pesquisável, sem qualquer tipo de restrição de arquivo PDF, e assinados digitalmente por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil, pelo próprio órgão (e-CNPJ) ou por representante legal (e-CPF), observando-se, no que couber, a forma definida em comunicado específico do Tribunal de Contas para apresentação da documentação.

Art. 87. Serão registradas perante este Tribunal de Contas as apostilas retificadoras que alterem o fundamento legal do ato concessório, compreendendo-se a modificação da hipótese normativa em que se amparou a concessão, bem como alterações das parcelas pecuniárias integrantes da pensão, previstas em legislação própria, tais como reatamento, concessão de adicionais, sexta-parte e outros, de caráter individual, posteriores à data da concessão.

§ 1º As vantagens posteriores decorrentes de decisão judicial deverão ser formalizadas por meio de apostila retificatória e comprovadas pela junta de cópia da sentença, a qual deverá vir acompanhada de certidão do respectivo trânsito em julgado.

§ 2º Os beneficiários que tiverem os correspondentes atos objeto de apostilas retificadoras que venham a anular ou reverter benefícios serão devidamente notificados por esta E. Corte durante a instrução do correspondente processo, não havendo necessidade da prévia assinatura dos Termos de Ciência e de Notificação.

Art. 88. Os processos aqui tratados deverão permanecer à disposição deste Tribunal.

Art. 89. O Tribunal de Contas, após o trânsito em julgado da sentença que determinou o registro do ato de pensão, expedirá, mediante solicitação do órgão interessado por meio eletrônico, para fins de compensação financeira.

Título V – DOS ATOS DE COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DE PENSOES

Art. 90. Para fins de apreciação da legalidade e consequente registro, os órgãos estaduais e municipais providenciarão:

I - até o dia 31 (trinta e um) de janeiro, relações dos atos concessórios de complementação de proventos de aposentadoria e complementação do valor de pensões, que onerem diretamente os cofres públicos, bem como apostilas retificadoras, concedidas no exercício anterior, por meio do preenchimento das planilhas eletrônicas específicas oferecidas por este Tribunal, ou declaração negativa enviada pelo sistema.

Art. 91. Os processos deverão conter originais ou cópias autenticadas pelo órgão dos seguintes documentos:

I - nos casos de complementação de proventos de aposentadoria:

- a) requerimento do interessado;
- b) cópia da legislação que embasa a concessão;
- c) decisão judicial, se for o caso, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado;
- d) documentos de identificação, a saber, cédula de identidade (RG) ou carteira profissional ou certidão de nascimento ou certidão de casamento;

e) comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

f) cadastro de Pessoa Física (CPF);

g) certidão fornecida pelo Instituto Previdenciário competente;

h) título expedido pela direção da unidade, que conste a diferença do provento a que tiver direito;

i) termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, firmado pelo(s) responsável(is) e pelo interessado, conforme Anexo AP-01.

II - nos casos de complementação do valor da pensão:

- a) requerimento do(s) beneficiário(s) do empregado falecido;
- b) cópia da legislação que embasa a concessão;
- c) decisão judicial, se for o caso, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado;
- d) certidão fornecida pelo Instituto Previdenciário competente;
- e) certidão de óbito;
- f) qualificação do(s) beneficiário(s), conforme o caso, comprovada por certidão de nascimento ou cédula de identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF), certidão de casamento ou confirmação de união estável ou decisão judicial; ou declaração de vontade, se for o caso;

g) comprovante de inscrição no PIS/PASEP do ex-servidor;

h) título concessório da complementação da pensão, que conste a diferença a que o(s) beneficiário(s) tiver(em) direito;

i) termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, firmado pelo(s) responsável(is) e pelo interessado, conforme Anexo AP-01.

Art. 92. Os processos aqui tratados deverão permanecer à disposição deste Tribunal.

LIVRO V – DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS**Título I - DOS CONTRATOS**

Art. 93. Os órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal mencionados no art. 1º desta Lei deverão informar, os dados relativos aos editais de licitação, bem como os contratos e atos jurídicos análogos que celebrarem, inclusive os relativos a concessão e/ou permissão de serviços públicos e parcerias público-privadas.

§ 1º A prestação das informações pertinentes aos editais deverá ser realizada de acordo com instruções contidas no manual referencial à ferramenta ALICE (Análise de Licitações Editais), disponível no ícone "Documentação", da página do Sistema Audeps. Quando necessárias, orientações adicionais serão emitidas por meio de Comunicados, publicados no Diário Oficial do Estado, para fins de instrução aos jurisdicionados sobre a remessa de informações na ferramenta.

§ 2º A prestação das informações sobre licitações realizadas, contratações e atos jurídicos celebrados, liquidação da despesa, execução contratual, entre outros, se dará no Sistema Audeps-Fase IV, de acordo com o valor de remessa vigente e em face de Comunicados específicos publicados em Diário Oficial do Estado, disponíveis na página eletrônica do Tribunal de Contas.

Art. 94. Sistema informatizado aplicará regras sobre os dados informados pelos órgãos e entidades com base em critérios objetivos previamente definidos, efetuando a seleção dos contratos ou atos jurídicos análogos a serem encaminhados a este Tribunal, os quais serão analisados e terão sua execução acompanhada.

Art. 95. A partir desta seleção automatizada, será gerada, periodicamente, relação de contratos ou atos jurídicos análogos a serem requisitados pela Fiscalização aos órgãos e entidades públicos municipais e estaduais.

Art. 96. Os processos versando sobre os contratos ou atos selecionados nos termos destas instruções serão autuados no Sistema e-TCESP e tramitarão, exclusivamente, por meio eletrônico.

Art. 97. A documentação dos contratos ou atos análogos selecionados deverá ser encaminhada para fins de cadastramento em processo eletrônico exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 98. Os órgãos e entidades que tiveram contratos ou atos análogos selecionados deverão encaminhar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento das requisições da Fiscalização, os documentos previstos no art. 100 destas Instruções.

Art. 99. Os documentos relativos a termos aditivos, modificativos ou complementares, distratos ou rescisões, decorrentes dos ajustes selecionados para análise, deverão ser encaminhados no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua assinatura.

Art. 100. Os contratos ou atos jurídicos análogos deverão, conforme o caso, vir acompanhados dos seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - documentação atinente à correspondente licitação:

a) indicação da contratação pretendida;

b) indicação do valor estimado, incluindo-se as fontes consultadas, com a comprovação documental das pesquisas de preços;

c) comprovação da reserva de recursos;

d) pareceres técnicos e/ou jurídicos (sem anexos) emitidos sobre o edital de licitação, dispensa ou inexigibilidade, e sobre a minuta de contrato;

e) edital e anexos, bem como eventuais retificações;

f) comprovante de publicação do edital resumido, bem como de eventuais retificações do edital;

g) pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital, acompanhados das respostas dadas pela Administração aos requerentes;

h) quadro comparativo de preços das propostas, assinado pela autoridade competente;

i) proposta completa da vencedora do certame;

j) atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora, inalteradas, informações acerca dos motivos que ensejaram as inabilitações e/ou desclassificações eventualmente ocorridas no certame;

k) comprovante de publicação dos atos de adjudicação e da homologação;

l) recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões da Administração;

m) termo de contrato ou instrumento equivalente, com seus anexos, inclusive a proposta de preços, conforme o caso;

n) comprovante de publicação do resumo do termo de contrato ou instrumento equivalente;

o) memória de cálculo, nos termos do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e suas alterações, quando for o caso, assinada pela autoridade competente;

p) declaração informando quantas e quais empresas realizaram a visita técnica, indicando seus representantes e data da visita, se for o caso;

q) nos casos em que o análise de amostras constituir condição de classificação ou de contratação, encaminhar justificativa acerca de tal exigência, bem como informações sobre os critérios adotados e cópia do laudo parecer da Administração relativo aos itens avaliados;

r) ordem de início dos serviços ou do fornecimento, quando for o caso;

s) V - na aplicação de quaisquer dos benefícios previstos nos incisos I a III e § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações, encaminhar, conforme o caso:

a) Plano de Subcontratação apresentado no certame; ou

b) justificativas para a preferência de contratação das ME/ EPPs sediadas local/regionalmente; e

c) nos casos em que for possível aplicar os benefícios obrigatórios às ME/ EPPs, arts. 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06, mas a Administração optar por não fazê-lo, encaminhar as justificativas/pareceres que amparam a decisão.

V - nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a competente justificativa contendo indicação do dispositivo legal da exceção, ato de ratificação e sua publicação na Imprensa Oficial;

t) nota(s) de empenho, quando aplicável(is), vinculada(s) ao contrato ou ato jurídico análogo;

VII - nos casos de alienação de imóveis, prova da avaliação prévia e autorização legislativa e, nos casos de permuta, prova de que o preço é compatível com o de mercado;

VIII - nos casos de contratação para prestação de serviços técnicos especializados, nos quais a empresa apresente relação com o objeto da licitação, de seu corpo técnico para participar do procedimento licitatório ou como elemento para justificar a dispensa ou inexigibilidade de licitação, comprovante de que tais integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato;

IX - nos casos de notória especialização, a documentação que a comprove, nos termos do artigo 25, § 1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

XVI - declaração de exclusividade, atestada e fornecida pelo órgão de registro do comércio, Sindicato, Federação, Confederação Patronal ou entidades equivalentes;

XI - nos casos de emergência, caracterização da situação calamitosa, motivo da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93;

XII - nos casos de licitação cujo valor ultrapasse 100 (cem) vezes o limite previsto para concorrência de obras e serviços de engenharia, prova de que foram adotadas as medidas previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

XIII - comprovante do recolhimento da caução, se exigida;

XIV - tratando-se de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras que impliquem criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

XV - na área estadual, autorização da Secretaria da Fazenda e Planejamento, em atendimento ao Decreto Estadual nº 41.165, de 20 de setembro de 1996 e alterações;

XVI - declaração de exclusividade, assinada pela autoridade competente, de que os demais documentos oriundos, atinentes à correspondente licitação encontram-se à disposição deste Tribunal e serão remetidos imediatamente, quando requisitados, conforme Anexo LC-02; e

XVII - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas do Estado, conforme Anexo LC-01.

Parágrafo único - Deverão vir atualizados os documentos solicitados no inciso XIV deste artigo caso a assinatura do contrato ocorra em exercício diverso daquele em que for publicado o edital.

Art. 101. Para a modalidade licitatória do Pregão, também deverá ser encaminhada a ata ou relatório circunstanciado da apresentação de lances e negociação direta com o proponente hipótese de sua ocorrência, ou, ainda, despesa de caráter continuado, encaminhar os documentos que comprovem atendimento aos arts. 16 ou 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme o caso;

alterações ocorridas, trazendo aos autos o histórico acumulado dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro protocolados no âmbito do contrato, o valor de cada pedido e a análise do órgão/gestor sobre os impactos financeiros potenciais, no ano em análise e em exercícios futuros;

VIII – demonstrativo financeiro das contraprestações da Administração Pública, tipificadas conforme art. 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, contendo datas, especificação dos documentos, valores, previsão orçamentária, indicando a fonte de recursos, se Tesouro ou financiamento, interno ou externo, e a correspondente identificação dos serviços ofertados – objeto do contrato de PPP, ou das retenções de pagamentos para a contingência de indenização de bens reversíveis;

IX – no caso de financiamento realizado pelo Poder Concedente para pagamento das contraprestações/aportes, indicar o estágio dessa contratação e o impacto nos limites de endividamento do respectivo ente;

X – eventuais mecanismos de garantia, se houver, acionados no ano em análise e em exercícios futuros, que onerem o orçamento do Poder Concedente (ex: fundo garantidor, cessão fiduciária ou penhor do produto da arrecadação de impostos, repasses de receitas, etc);

XI – eventuais multas e outros passivos relativos ao contrato a serem pagos pelo outorgante no ano em análise e em exercícios futuros;

XII – declaração(ões) de utilidade pública para efeito(s) de desapropriação do(s) bem(s) que, por sua(s) caracteristíca(s), seja(m) apropriado(s) ao desenvolvimento do objeto do contrato de PPP;

XIII – situação das desapropriações, se houver, a cargo do Poder Concedente, e o impacto das correspondentes indenizações no orçamento do respectivo ente;

XIV – relação das eventuais alterações ocorridas na composição acionária da contratada;

XV – publicação do balanço patrimonial da contratada, acompanhada dos respectivos demonstrativos e notas explicativas, inclusive quanto à identificação das contas conciliadas que envolvam o contrato e à possível ocorrência de compartilhamento, com a Administração Pública, dos ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados; e

XVI – ata publicada da Assembleia Geral pertinente à tomada-ada-anta das contas da contratada, contendo a deliberação sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos Administradores.

Parágrafo único – Os documentos relativos a processos com tramitação eletrônica serão juntados diretamente via web ao processo específico de acompanhamento da concessão, autuado anualmente para este fim, observando-se as disposições do Comunicado específico do e-TCESP.

Art. 106. Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, relativamente aos contratos em exame neste Tribunal de Contas, deverá a outorgante da concessão encaminhar, até o dia 30 (trinta) de junho do exercício subsequente, cópia dos seguintes documentos, retratando o respectivo período anual encerrado:

I – certidão com o nome dos integrantes dos órgãos responsáveis pela fiscalização da concessão e/ou permissão, nos termos dos arts. 3º a 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições;

II – cópia dos relatórios elaborados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização da concessão e/ou permissão mencionados no inciso anterior;

III – relatório contendo a manifestação expressa do Secretário da Pasta ou do responsável por entidade reguladora quanto à regularidade dos atos e às providências adotadas no caso de constatação de alguma irregularidade ou descumprimento das normas estabelecidas nos contratos de concessão e/ou permissão;

IV – relatório circunstanciado contendo as obrigações do concessionário no que diz respeito ao cumprimento do cronograma físico-financeiro de execução das obras vinculadas à concessão, pormenorizando as etapas e prazos previstos e realizados, explicitando, ainda, quaisquer alterações ocorridas, relativamente a prazos, localização, acréscimos e/ou supressões;

V – demonstrativo das receitas, decorrentes da concessão, arrecadadas pelo Poder Concedente;

VI – cópia da documentação relativa à homologação de reajustes e à revisão de tarifas, decorrentes de contratos de concessão e/ou permissão de serviços públicos;

VII – documentação relativa ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em função de quaisquer alterações ocorridas;

VIII – relação da composição acionária da concessionária e/ou permissionária, bem como das alterações ocorridas, se houver;

IX – cópia das demonstrações financeiras das concessionárias e/ou permissionárias, de conformidade com a periodicidade estabelecida no contrato de concessão; e

X – documentação relativa ao retorno ao Poder concedente dos bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, quando da extinção da concessão.

Parágrafo único – Os documentos relativos a processos com tramitação eletrônica serão juntados diretamente via web ao processo específico de acompanhamento da concessão, autuado anualmente para este fim, observando-se as disposições do Comunicado específico do e-TCESP.

Art. 107. Os órgãos e entidades deverão comunicar o término das obras e/ou serviços decorrentes dos contratos ou atos jurídicos análogos em exame neste Tribunal, nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por meio dos seguintes documentos, quando for o caso:

I – termo circunstanciado de recebimento definitivo, com indicação expressa da existência ou não de pendências, reajustamentos ou acertos de qualquer natureza;

II – comunicação da contratada quanto ao término das obras ou serviços;

III – comprovante de devolução da caução; e

IV – declaração da autoridade pública responsável pelas obras e/ou serviços, contendo informações sobre:

a) cumprimento dos prazos previstos;

b) existência de multas contratuais, devendo, em caso afirmativo, vir acompanhada de cópia do comprovante de recolhimento;

c) manifestação sobre a qualidade e perfeição das obras e/ou serviços executados; e

d) na hipótese de não restarem quaisquer pendências, reajustamentos ou acertos de qualquer natureza, indicação expressa de que o contrato ou ato jurídico análogo foi integralmente cumprido.

Parágrafo único – Os termos de recebimento definitivo serão encaminhados pelos jurisdicionados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da sua emissão, acompanhados dos documentos elencados nos incisos I a IV do presente artigo, devendo ser autuados nos termos do art. 103.

Art. 108. A documentação referente ao cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 9.076, de 02 de fevereiro de 1995 (somente para a área estadual), deverá ser encaminhada por meio digital para processos em tramitação eletrônica neste Tribunal, observando-se as disposições do Comunicado específico do e-TCESP, ou por meio físico, para processos autuados fisicamente – anteriormente ao advento do e-TCESP, fazendo-se referência ao número do processo, neste Tribunal, do contrato inicial.

Art. 109. Todo e qualquer documento requisitado e/ou encaminhado com base nas presentes Instruções, cujo ajuste esteja tramitando eletronicamente, deverá estar em formato eletrônico e ser inserido, preferencialmente, pelo próprio órgão/

entidade, via web, através de login e senha de acesso do e-TCESP, na forma estabelecida em Comunicado próprio.

Art. 110. Para os contratos em trâmite neste Tribunal por meio físico, deverá ser observado o art. 99, c/c, do art. 103 das presentes Instruções, quanto a seus termos aditivos, modificativos ou complementares, distratos ou rescisões, sendo que os documentos serão encaminhados ao setor de Protocolo, nos termos das normas vigentes por ocasião da remessa, acompanhados de ofício fazendo referência ao número da licitação que a originou e ao número do processo, neste Tribunal, do contrato inicial.

Art. 111. Para os contratos de Parceria Público-Privada (PPP), bem como de concessão e/ou permissão de serviços públicos, em trâmite neste Tribunal por meio físico, deverão ser observados os arts. 105 e 106 destas Instruções, sendo que os documentos serão encaminhados ao setor de Protocolo, nos termos das normas vigentes por ocasião da remessa, acompanhados de ofício, fazendo referência ao número do processo, neste Tribunal, do contrato inicial.

Art. 112. Toda documentação requisitada pela fiscalização ou demais áreas do Tribunal de Contas, para efeito de complementação do exame e para seu convencimento, deverá ser providenciada in continent, sob pena de responsabilidade da autoridade ou do servidor que assim deixar de proceder.

Art. 113. As disposições destas Instruções aplicam-se também aos contratos, atos jurídicos análogos ou equivalentes firmados e não requisitados, devendo, no entanto, permanecer na origem, à disposição deste Tribunal, em formato físico ou eletrônico.

Título II – DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 114. Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, todas as unidades da Administração, relacionadas no artigo 1º destas Instruções, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, deverão obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Art. 115. Para efeito do acompanhamento da ordem cronológica de pagamentos, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo realizará a análise do cumprimento ao mandamento expresso no artigo 114, por meio das relações das exigibilidades de pagamentos.

Art. 116. Os órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dos municípios (obrigados a prestar informações via sistema AUDESP – Fases I e II), bem como os órgãos, entidades e Poderes estaduais integrantes do sistema SIAFEM, terão o seu acompanhamento realizado diretamente por estes sistemas, devendo manter em arquivo as respectivas publicações das justificativas de alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos, para exame pela Fiscalização.

Art. 117. Os demais órgãos ou entidades, não abrangidos no artigo 116, remeterão a este Tribunal, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao encerramento do semestre anterior, relação das exigibilidades de pagamentos, fazendo-se uma relação para cada fonte diferenciada de recursos:

I – serão relacionadas todas as exigibilidades, independentemente de terem sido pagas ou não, ainda que parceladas, decorrentes de contratações cujo valor total seja igual ou superior ao estipulado para a modalidade tomada de preços – compras e serviços;

II – a referida relação deverá estar acompanhada de cópia das publicações das justificativas de alterações que tenham sido feitas na ordem cronológica dos pagamentos;

III – os recursos relacionados serão considerados vinculados e não vinculados:

a) são vinculados os recursos provenientes de contratos de empréstimos, convênios, emissão de títulos ou de outra forma de obtenção de recursos que exija vinculação;

b) não vinculados serão todos os demais recursos, oriundos de receita própria, de transferências ou outro meio, desde que não vinculada especificamente sua aplicação;

IV – as informações requeridas deverão ser prestadas por meio do preenchimento da planilha eletrônica específica oferecida por este Tribunal, devendo, por ocasião da remessa, vir acompanhada de ofício assinado pelo responsável, atestando a veracidade do conteúdo digital encaminhado.

V – não havendo exigibilidades, deverá ser encaminhada declaração nesse sentido.

Título III – DO EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Art. 118. Os Poderes, Órgãos e Entidades de que trata o art. 1º destas Instruções, enviarão, por meio eletrônico, quando solicitada por este Tribunal, para os fins previstos nos §§ 1º e 2º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, cópia completa dos editais de licitação regulados naquela Lei, bem como na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 13.303, de 23 de junho de 2016, ou dos certos previstos nos arts. 23 a 31 do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999, e nos arts. 23 a 27 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da solicitação.

Parágrafo único – Dos editais de licitação deverá constar, expressamente, a origem dos recursos que custearão as correspondentes contratações, especialmente quando versarem sobre recursos exclusivamente federais.

Título IV – DAS SANÇÕES AOS LICITANTES

Art. 119. Os Poderes, Órgãos e Entidades de que trata o art. 1º destas Instruções deverão comunicar a este Tribunal, in continent, as sanções decorrentes de licitações e contratos que tenham sido aplicadas a pessoas físicas e jurídicas, bem como eventuais reabilitações.

Parágrafo único. São passíveis de comunicação as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no art. 83 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como as decorrentes de decisões judiciais.

Art. 120. A comunicação de que trata o artigo anterior será efetuada de conformidade com o Sistema Apenados, disponível na página eletrônica deste E.Tribunal, disciplinado em manual próprio do sistema.

LIVRO VI – DOS REPASSES PÚBLICOS

Título I – DAS DEFINIÇÕES

Art. 121. Para os fins destas Instruções, considera-se:

I – convênio entre órgãos públicos: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros, tendo como partes, de ambos os lados, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação;

II – Contrato de Gestão: instrumento firmado entre Poder Público e entidade qualificada como Organização Social (OS), com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998 e na Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998 e alterações;

III – Termo de Parceria: instrumento firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

IV – Termo de Colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recur-

sos financeiros, nos termos da Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015;

V – Termo de Fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 13.204, de 14 de dezembro de 2015; e

VI – Termo de Parceria: instrumento que disciplina a transferência de recursos financeiros, tendo como partes, de um lado, órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, e de outro lado, entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco em regime de mútua cooperação, nos termos da Lei Federal nº 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

Título II – ÁREA ESTADUAL

Capítulo I – DOS REPASSES AO PRIMEIRO SETOR

Seção I – DOS REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS

Art. 122. Para fins de fiscalização e apreciação dos convênios e suas prestações de contas, bem como dos auxílios, subvenções ou contribuições concedidos pelos órgãos da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público – e respectivas autarquias, fundações, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, deverá ser encaminhada por meio digital, pelos respectivos órgãos, a este Tribunal, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro do exercício seguinte ao repasse, a seguinte documentação relativa ao exercício anterior:

I – relação dos convênios e dos instrumentos jurídicos semelhantes, inclusive aditivos, firmados no exercício com órgãos públicos, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, contendo número do ajuste, data, interessado, CNPJ do interessado, objeto, prazo, valor e fonte(s) de recurso (federal e estadual); e

II – relação, em conformidade com o modelo contido no Anexo RP-01, de todos os repasses financeiros efetuados no exercício, decorrentes dos convênios e dos instrumentos jurídicos semelhantes vigentes, firmados com órgãos públicos, bem como os repasses, sem formalização de ajuste, a conta de auxílios, subvenções e contribuições, nos termos dos arts. 12, 16 e 21 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, inclusive os destinados ao Parlamento – Parlamento Latino Americano, devendo, ainda, ser atendido o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único – Relativamente aos repasses a órgãos públicos identificados conforme o inciso II deste artigo, deverão ser encaminhados por meio digital, até o dia 30 (trinta) de junho, os pareceres conclusivos elaborados nos termos do art. 200 destas Instruções, devidamente assinados com certificado digital, acompanhados do Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas preenchido pelos beneficiários, em cumprimento ao inciso VII, do art. 125, destas Instruções e ao modelo contido no Anexo RP-02.

Seção II – DOS REPASSES PRECEDIOS DE AJUSTE

Art. 123. Os órgãos de que trata o art. 122 remeterão a este Tribunal, até 5 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura:

I – todos os convênios e instrumentos jurídicos semelhantes celebrados com órgãos públicos, de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), corrigidos anualmente pela variação da UFESP, por meio de Comunicado específico divulgado para esse fim, acompanhados dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

c) justificativa para firmar o convênio, com indicações das atividades a serem executadas;

d) norma autorizadora do repasse contendo órgão público beneficiário, valor conveniado e sua destinação;

e) plano de trabalho aprovado, estabelecido em conformidade com o § 1º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

f) declaração quanto à compatibilização e a adequação das despesas do convênio aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao convênio, quando for o caso;

h) protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio à Assembleia Legislativa;

i) publicação na imprensa oficial do extrato do convênio; e

j) Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-03.

Art. 124. Compete ao órgão público conveniente:

I – todos os termos aditivos, modificativos ou complementares, distratos e rescisões, relativos aos ajustes indicados no inciso anterior, que deverão vir acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

a) justificativas sobre as alterações ocorridas;

b) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

c) Plano de Trabalho, se for o caso;

d) parecer(es) técnico(s) e/ou jurídico(s), se couber;

e) autorização prévia da autoridade competente;

f) publicação do termo;

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

h) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-03), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Art. 125. Compete ao órgão público conveniente:

I – estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II – estabelecer as hipóteses em que os recursos repassados aos conveniados possam ser redistribuídos a entidades sem fins lucrativos, com exigência de destinação para a mesma finalidade prevista no ato concessório, nos termos do disposto no § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III – autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo, para aplicação dos recursos e prestação de contas, sem prejuízo do disposto no inciso I deste artigo e desde que atendidas também as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

IV – fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades decorrentes;

V – exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do convênio e identificação do órgão público conveniente a que se referem;

VI – receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VII – no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir dos conveniados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da notificação, prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

VIII – suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, exigindo dos conveniados a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

IX – esgotadas as providências dos incisos VII e VIII, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 37 da LC 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão concessor para a regularização da pendência, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções; e

X – expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de participação referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XIX do art. 2º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

Art. 125. Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas pelos conveniados, os órgãos públicos mencionados no art. 122 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos ou aplicação de eventual saldo anterior, os seguintes documentos:

I – folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II – ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III – certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concessor e os respectivos períodos de atuação;

IV – certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do(s) convênio(s) e respectivos períodos de atuação;

V – certidão contendo os nomes e CPFs da(s) autoridade(s) responsável(ais) pelo órgão conveniado e os respectivos períodos de atuação;

VI – relatório anual do conveniado das atividades desenvolvidas com recursos próprios e as verbas públicas repassadas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

VII – Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, na conformidade do modelo contido no Anexo RP-02;

VIII – na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro cartil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

IX – comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;

X – demonstrativos contábeis e financeiros do conveniado, com indicação dos valores repassados pelo órgão conveniente e correspondentes despesas realizadas, acompanhados de conciliação bancária do mês de dezembro da respectiva competência específica aberta em instituição financeira oficial indicada pelo órgão público conveniente para movimentação destes recursos;

XI – certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XII – parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções; e

XIII – Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo de prestação de contas neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-03.

Parágrafo Único. O disposto nesta Seção no tocante à documentação referente ao ajuste e à prestação de contas também se aplica aos convênios e aos instrumentos jurídicos semelhantes de valor inferior ao de remessa, devendo permanecer na origem, à disposição deste Tribunal.

Art. 126. Os processos relativos aos convênios e instrumentos jurídicos semelhantes e sobre termos aditivos, e prestação de contas, descritos nesta Seção, serão autuados no sistema e-TCESP passando a tramitar, exclusivamente, por meio eletrônico.

§ 1º Toda a documentação pertinente aos ajustes deverá ser encaminhada, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º Os termos referidos no inciso II do art. 123 e as prestações de contas previstas no art. 125 serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com atualização específica em processo dependente dos atos que tratam do ajuste inicial, para processos em tramitação eletrônica neste Tribunal, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP.

Art. 127. Os órgãos mencionados no art. 122 comunicarão a este Tribunal, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC 709/93), a abertura de processo administrativo por descumprimento do convênio ou do instrumento jurídico semelhante, informando a natureza das descumprimentos e as medidas adotadas, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 128. Os responsáveis pela fiscalização da execução do convênio ou do instrumento jurídico semelhante e/ou a Secretaria da Fazenda e Planejamento, por intermédio do controle interno, deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 03 (três) dias úteis do conhecimento (art. 37 da LC 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pelo órgão/entidade público(a) conveniado(a) na utilização dos recursos ou bens vinculados ao ajuste, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventual saldo de recursos e rendimentos de aplicação financeira, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização, para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

Seção III – DOS REPASSES NÃO PRECEDIOS DE AJUSTE

Art. 129. Os repasses de recursos a órgãos públicos caracterizados como auxílios, subvenções e contribuições somente poderão ser concedidos pelos órgãos de que trata o art. 122 se comprovado o atendimento às exigências contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo que as transferências ocorridas sem formalização de ajuste devem ser autuadas na origem, em processo próprio, contendo:

I – norma autorizadora do repasse, discriminando órgão beneficiário, valor concedido e sua destinação;

II – programa de trabalho aprovado ou exposição das unidades de serviço objeto dos repasses concedidos;

III – declaração quanto à compatibilização e a adequação das transferências aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

IV – nota(s) de empenho, quando for o caso; e

V – Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-03.

Art. 130. Compete ao órgão público concessor:

I – estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais;

II – estabelecer as hipóteses em que os recursos repassados aos beneficiários possam ser redistribuídos às entidades sem fins lucrativos, com exigência de destinação para a mesma finalidade prevista no ato concessório, nos termos do disposto no § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

III – autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo, para aplicação dos recursos e prestação de contas, sem prejuízo do disposto no

inciso i deste artigo e desde que atendidas, também, as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

IV - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;

V - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número da norma autorizadora do repasse e identificação do órgão público conessor a que se referem;

VI - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções, observando o determinado no parágrafo único do art. 122 destas Instruções;

VII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir dos beneficiários, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da notificação, prorrogação por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

VIII - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, exigindo dos beneficiários, quando for o caso, a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

IX - esgotadas as providências dos incisos VII e VIII, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo de 3 (três) dias úteis (art. 37 da LC 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão conessor para a regularização da pendência, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções; e

X - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularização de obrigações ou finalidades apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XIX do art. 2º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

Art. 131. No tocante às comprovações da aplicação dos recursos financeiros repassados, os entes consores deverão exigir dos órgãos públicos beneficiários:

I - Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas, computadas por fontes de recursos e por categorias ou finalidades dos gastos, na conformidade do modelo contido no Anexo RP-02;

II - juntar, ainda, nas comprovações, os seguintes documentos:

a) relatório anual das atividades desenvolvidas pelo beneficiário, identificando as custeadas com recursos próprios e com recursos transferidos;

b) na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro cartorial, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

c) relação dos beneficiários e critérios estabelecidos para concessão de bolsas de estudo, quando for o caso;

d) comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;

e) cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros do beneficiário, com indicação de referências às repassados pelo órgão conessor e respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que o numerário foi recebido, de modo a atestar que os recursos públicos foram movimentados em conta específica aberta em instituição financeira oficial indicada pelo órgão público conessor; e

f) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis;

Parágrafo único. Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao ato conessorário, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados, depois de contabilizados, ficarão arquivados no órgão beneficiário à disposição deste Tribunal.

Art. 132. Os responsáveis pela fiscalização da execução dos repasses e/ou a Secretaria da Fazenda e Planejamento, por intermédio do controle interno, deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 03 (três) dias úteis do conhecimento (art. 37 da LC 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pelo beneficiário na utilização dos recursos repassados, bem como o defeito do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de aplicação financeira, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização, para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

Capítulo II – DOS REPASSES AO TERCEIRO SETOR

Seção I – REPASSES A ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 133. Para fins de fiscalização e apreciação dos Contratos de Gestão, Termos de Parceria, Termos de Colaboração, Termos de Fomento, Convênios e suas respectivas prestações de contas, firmados pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo, e respectivas autarquias, fundações, inclusive as de apoio, e consórcios públicos, deverá ser encaminhado a este Tribunal, pelos respectivos órgãos/entidades, a este Tribunal, na mesma data de entrega da prestação de contas anual prevista nestas Instruções, a seguinte documentação relativa ao exercício anterior:

I - relação, em conformidade com o modelo contido no Anexo RP-04, de todos os repasses financeiros efetuados no exercício, sem formalização de ajuste;

II - relação dos contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, e atos jurídicos análogos, firmados no exercício com entidades do Terceiro Setor, separados por modalidade, contendo o número do ajuste, data, interessada (OSs, OSCIPs e OSCs), objeto, prazo, valor, fonte(s) de recurso (federal e estadual);

III - relação, em conformidade com o modelo contido no Anexo RP-04, de todos os repasses financeiros ao Terceiro Setor, efetuados no exercício, decorrentes dos seguintes ajustes; e

IV - comprovantes de remessa dos relatórios trimestrais da Comissão de Avaliação da execução dos Contratos de Gestão ao Secretário da Pasta correspondente e à Assembleia Legislativa do Estado.

Seção II – DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Art. 134. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo e respectivas autarquias, fundações e consórcios públicos encaminharão, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura:

I - todos os contratos de gestão e seus respectivos anexos, celebrados com Organizações Sociais (OS), de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), corrigidos anualmente pela variação da UFESP, por meio de Comunicado específico divulgado para esse fim, que deverão vir acompanhados dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

c) publicação na imprensa oficial da intenção do Poder Público de celebrar o contrato de gestão, mediante convocação pública, com especificação do objeto do ajuste, detalhamento das atividades a serem executadas e indicação de que a minuta do mesmo se encontra em seu sítio eletrônico, bem como da relação das entidades que manifestaram interesse na celebração do contrato de gestão;

d) justificativa quanto ao prazo estabelecido para convocação pública e apresentação do plano operacional previsto no § 3º do art. 6º da Lei Estadual nº 846, de 04 de junho de 1998;

e) proposta técnica e orçamentária aprovada pelo Secretário de Estado da área e pelo Conselho de Administração da OS, com cronograma atualizado e programa de investimentos;

f) estatuto social registrado da entidade qualificada como OS;

g) comprovação de que a entidade qualificada como OS atua na área pelo tempo mínimo estabelecido na Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, ou nos decretos regulamentadores de cada ente contratante;

h) parecer favorável quanto à conveniência e oportunidade de qualificação da entidade como OS exarado pelo Secretário de Estado da área correspondente;

i) certificado de regularidade cadastral da entidade - CRCE da OS contratada;

j) cópia de publicação na imprensa oficial da qualificação da entidade contratada com OS;

k) justificativa sobre os critérios de escolha da OS selecionada;

l) inscrição da OS e da(s) entidade(s) gerenciada(s) no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

m) demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento;

n) declaração quanto à compatibilização e a adequação da despesa contratada aos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

o) ato de aprovação do ajuste pelo conselho de administração da OS e pelo contratante;

p) declaração, firmada pelo representante legal da OS, contendo a relação de todos os membros eleitos e/ou indicados para compor os órgãos diretivos, consultivos e normativos daquela entidade, atuantes no exercício, com indicação de seus respectivos CPFs e datas de início e término dos mandatos;

q) declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OS e no quadro administrativo da entidade gerenciada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

r) plano de trabalho, caso este não integre os anexos do contrato de gestão;

s) nota(s) de empenho vinculada(s) ao contrato de gestão, quando for o caso;

t) publicação do contrato de gestão na imprensa oficial; e

u) termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-05), relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas.

II - todos os termos aditivos, modificativos ou complementares, distritos e rescisões, relativos aos ajustes indicados no inciso anterior, que serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autuação específica em processo de fomento aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) parecer técnico do contratante contendo justificativas sobre as alterações ocorridas;

c) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

d) parecer(es) técnico(s) e/ou jurídico(s), se caber(em);

e) autorização prévia da autoridade competente;

f) cópia do extrato do termo;

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

h) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-05), caso haja alteração das partes que assinam o ajuste inicial.

Art. 135. Compete ao órgão público contratante:

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em sítio oficial do poder público na internet as informações referentes à contratação, disponibilizando o contrato de gestão vigente, seus respectivos anexos e aditamentos, bem como os relatórios anuais de prestação de contas da OS, os pareceres anuais do órgão público contratante e os relatórios conclusivos anuais da Comissão de Avaliação, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - proibir que a OS redistribua, entre eventuais outras entidades gerenciadas, os recursos a ela repassados;

IV - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do contrato de gestão e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do contrato de gestão e identificação do órgão público contratante a que se referem;

VII - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir da OS, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da notificação, prorrogação por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, e exigir da OS a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X - esgotadas as providências dos incisos VIII a IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo contratante para a regularização da pendência, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XI - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993; e

XII - cumprir o Decreto nº 64.367, de 8 de agosto de 2019 que institui o Portal Eletrônico das Organizações Sociais.

Parágrafo único. Para fins de fiscalização, acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas pelas OSs, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 134 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão conessor e os respectivos períodos de atuação;

IV - certidão indicando os nomes e CPFs dos membros da Comissão de Avaliação da execução contratual, os órgãos que representam e os respectivos períodos de atuação;

V - certidão contendo a composição (nomes completos dos membros, a entidade que representam, se houver, a forma de seus remunerações e os respectivos períodos de atuação) do

Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se houver, da OS;

VI - certidão contendo os nomes e CPFs dos componentes da Diretoria da OS, os períodos de atuação, o tipo de vínculo trabalhista, os valores nominais anuais de remuneração, os atos e datas de fixação ou alteração da remuneração e a afirmação do não exercício de cargos de chefia ou função de confiança no SUS, quando exigível;

VII - certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e dos conselheiros da entidade pública gerenciada e respectivos períodos de atuação, o tipo de vínculo trabalhista, os valores nominais anuais de remuneração e os atos e datas de fixação ou alteração da remuneração;

VIII - certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão conessor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

IX - relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão, apresentando: a) comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, com justificativas para as metas não atingidas ou excessivamente superadas; e b) exposição sobre a execução orçamentária e seus resultados;

X - relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OS para os fins estabelecidos no contrato de gestão, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício, condições de pagamento e informações sobre multas, atrasos, pendências ou irregularidades, se houver;

XI - relação dos bens móveis e imóveis mantidos pelo Poder Público no período, com permissão de uso para as finalidades do contrato de gestão, especificando forma e razão, inclusive das eventuais substituições e dos responsáveis pelos bens;

XII - relação dos servidores e funcionários públicos que foram cedidos à OS, contendo o nome do servidor/funcionário, órgão de origem, cargo público ocupado, função desempenhada na OS e datas de início e término da prestação de serviço;

XIII - relação nominal dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do contrato de gestão, indicando as funções, as datas de admissão, as datas de demissão (quando for o caso), bem como a remuneração bruta e individual do período;

XIV - demonstrativo das eventuais ajudas de custo pagas aos membros do Conselho de Administração;

XV - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão contratante para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada dos respectivos extratos de movimentação de aplicação financeira;

XVI - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06;

XVII - balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, da entidade pública gerenciada;

XVIII - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XIX - relatório conclusivo da análise da execução do contrato de gestão elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração pública, utilizando inclusive como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea "m", inciso I, do art. 134 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

XX - cópia da publicação na imprensa oficial:

a) do relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão; e

b) dos balanços dos exercícios encerrado e anterior, com as demais demonstrações contábeis e financeiras;

XVI - relação atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OS ou da entidade gerenciada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XVII - declaração atualizada de que as contratações e aquisições/compras da OS com terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fixadas em regulamento próprio, com critérios impositivos e objetivos e em observância aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal;

XVIII - declaração atualizada de que os procedimentos de seleção de pessoal da OS, devidamente previstos em regulamento próprio, contendo plano de cargos dos empregados, obedeceram a critérios impositivos e objetivos e aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal; e

XIX - relação nominal dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do contrato de gestão, indicando as funções, as datas de admissão, as datas de demissão (quando for o caso), bem como a remuneração bruta e individual do período;

XX - demonstrativo das eventuais ajudas de custo pagas aos membros do Conselho de Administração;

XXI - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão contratante para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada dos respectivos extratos de movimentação de aplicação financeira;

XXII - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06;

XXIII - balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, da entidade pública gerenciada;

XXIV - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XXV - relatório conclusivo da análise da execução do contrato de gestão elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração pública, utilizando inclusive como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea "m", inciso I, do art. 134 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

XX - cópia da publicação na imprensa oficial:

a) do relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão; e

b) dos balanços dos exercícios encerrado e anterior, com as demais demonstrações contábeis e financeiras;

XXVI - relação atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OS ou da entidade gerenciada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXVII - declaração atualizada de que as contratações e aquisições/compras da OS com terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fixadas em regulamento próprio, com critérios impositivos e objetivos e em observância aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal;

XXVIII - declaração atualizada de que os procedimentos de seleção de pessoal da OS, devidamente previstos em regulamento próprio, contendo plano de cargos dos empregados, obedeceram a critérios impositivos e objetivos e aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal; e

XXIX - relação nominal dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do contrato de gestão, indicando as funções, as datas de admissão, as datas de demissão (quando for o caso), bem como a remuneração bruta e individual do período;

XXX - demonstrativo das eventuais ajudas de custo pagas aos membros do Conselho de Administração;

XXXI - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão contratante para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada dos respectivos extratos de movimentação de aplicação financeira;

XXXII - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06;

XXXIII - balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, da entidade pública gerenciada;

XXXIV - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XXXV - relatório conclusivo da análise da execução do contrato de gestão elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração pública, utilizando inclusive como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea "m", inciso I, do art. 134 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

XX - cópia da publicação na imprensa oficial:

a) do relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão; e

b) dos balanços dos exercícios encerrado e anterior, com as demais demonstrações contábeis e financeiras;

XXXVI - relação atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OS ou da entidade gerenciada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXXVII - declaração atualizada de que as contratações e aquisições/compras da OS com terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fixadas em regulamento próprio, com critérios impositivos e objetivos e em observância aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal;

XXXVIII - declaração atualizada de que os procedimentos de seleção de pessoal da OS, devidamente previstos em regulamento próprio, contendo plano de cargos dos empregados, obedeceram a critérios impositivos e objetivos e aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal; e

XXXIX - relação nominal dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do contrato de gestão, indicando as funções, as datas de admissão, as datas de demissão (quando for o caso), bem como a remuneração bruta e individual do período;

XL - demonstrativo das eventuais ajudas de custo pagas aos membros do Conselho de Administração;

XL - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão contratante para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada dos respectivos extratos de movimentação de aplicação financeira;

XL - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06;

XL - balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, da entidade pública gerenciada;

XL - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XL - relatório conclusivo da análise da execução do contrato de gestão elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração pública, utilizando inclusive como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea "m", inciso I, do art. 134 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

XX - cópia da publicação na imprensa oficial:

a) do relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão; e

b) dos balanços dos exercícios encerrado e anterior, com as demais demonstrações contábeis e financeiras;

XL - relação atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OS ou da entidade gerenciada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XL - declaração atualizada de que as contratações e aquisições/compras da OS com terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fixadas em regulamento próprio, com critérios impositivos e objetivos e em observância aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal;

XL - declaração atualizada de que os procedimentos de seleção de pessoal da OS, devidamente previstos em regulamento próprio, contendo plano de cargos dos empregados, obedeceram a critérios impositivos e objetivos e aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal; e

XL - relação nominal dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do contrato de gestão, indicando as funções, as datas de admissão, as datas de demissão (quando for o caso), bem como a remuneração bruta e individual do período;

XL - demonstrativo das eventuais ajudas de custo pagas aos membros do Conselho de Administração;

XL - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão contratante para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada dos respectivos extratos de movimentação de aplicação financeira;

XL - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06;

XL - balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, da entidade pública gerenciada;

XL - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XL - relatório conclusivo da análise da execução do contrato de gestão elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração pública, utilizando inclusive como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea "m", inciso I, do art. 134 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

XX - cópia da publicação na imprensa oficial:

a) do relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão; e

b) dos balanços dos exercícios encerrado e anterior, com as demais demonstrações contábeis e financeiras;

XL - relação atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OS ou da entidade gerenciada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XL - declaração atualizada de que as contratações e aquisições/compras da OS com terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fix

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às OSCs, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - proibir que a OSC redistribua, entre eventuais outras entidades beneficiárias, os recursos a ela repassados;

IV - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do termo de parceria e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do termo de parceria e identificação do órgão público parceiro a que se referem;

VII - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir da OSC, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação, prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, e exigir da OSC a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X - esgotadas as providências dos incisos VIII e IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XI - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

Art. 142. Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas pela OSC, os órgãos e entidades mencionados no art. 140 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável da OSC;

III - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo Órgão Concessor e os respectivos períodos de atuação;

IV - certidão indicando os nomes e CPFs dos membros da Comissão de Avaliação da execução do termo de parceria, os órgãos que representam e os respectivos períodos de atuação;

V - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de parceria;

VI - certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concessor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

VII - relatório anual de execução do objeto do ajuste, elaborado pela OSC, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

VIII - relatório governamental sobre a execução do objeto do termo de parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

IX - relatório conclusivo da análise da execução do termo de parceria, elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública, utilizando inclusive como parâmetro comparativo os dados informados no documento previsto na alínea "o", inciso I, do art. 140 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

X - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-08;

XI - extrato de execução física e financeira previsto no inciso VI, do § 2º do art. 10 da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e inciso VI do art. 3º da Lei Estadual nº 11.598, de 15 de dezembro de 2003, elaborado conforme modelo contido no Anexo I do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999;

XII - relação de contratos e respectivos aditivos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de parceria, contendo o tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XIII - relação de eventuais bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do termo de parceria, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

XIV - balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício, da OSC;

XV - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública, indicada pelo órgão público parceiro, para movimentação dos recursos do termo de parceria, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XVI - publicação do Balanço Patrimonial da OSC, dos exercícios encerrado e anterior;

XVII - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XVIII - parecer e relatório de auditoria, quando for o caso, nos termos do inciso IX do art. 15-B da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e art. 13 da Lei Estadual nº 11.598, de 15 de dezembro de 2003;

XIX - parecer do Conselho de Políticas Públicas da área correspondente de atuação existente;

XX - parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções;

XXI - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXII - declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OSC, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXIII - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

XXIV - declaração quanto à compatibilização e à adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XXV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXVI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXVII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXVIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXIX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

§ 2º Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao termo de parceria, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública, depois de contabilizados, ficarão arquivados na OSC, por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria, à disposição deste Tribunal.

§ 3º Toda documentação explicitada nesta Seção referente ao termo de parceria a ser apresentada ao órgão concedente aplica-se aos ajustes firmados com valor inferior ao de remessa (inciso I do art. 140), devendo permanecer na origem à disposição deste Tribunal; entretanto, deverão ser encaminhados no mesmo prazo previsto no caput, por meio digital e devidamente assinados com certificado digital, os pareceres conclusivos, nos termos do art. 200 destas Instruções, acompanhados dos demonstrativos integrais de receitas e despesas, conforme modelo contido no Anexo RP-08.

Art. 143. Os órgãos públicos e entidades mencionados no art. 140 enviarão a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), a abertura de processo administrativo por descumprimento do termo de parceria, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 144. Os responsáveis pela fiscalização da execução do termo de parceria e/ou a Secretaria da Fazenda e Planejamento, por meio do controle interno, deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela OSC na utilização dos recursos ou bens de origem pública, bem como o descumprimento do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição do saldo de recursos e rendimentos de aplicação financeira observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

Art. 145. No caso de encerramento da parceria por decurso do prazo de vigência do termo de parceria em trâmite neste Tribunal, o órgão público deverá enviar, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a OSC prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação do encerramento de todas as contas do termo de parceria finalizado, com demonstração da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da execução do ajuste, para aquele órgão ou para as contas do novo termo de parceria vinculado ao objeto da parceria.

Seção IV – DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO

Art. 146. As transferências voluntárias a Organizações da Sociedade Civil (OSC), com classificação econômica de subvenções, auxílios e contribuições, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão realizadas exclusivamente mediante formalização de termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 147. Os órgãos da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – incluindo-se o Tribunal de Contas e o Ministério Público – e respectivas autarquias, fundações, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias encaminharão, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da assinatura:

I - todos os termos de colaboração e/ou de fomento e respectivos anexos celebrados com Organizações da Sociedade Civil (OSC), de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), corrigidos anualmente pela variação da UFESP, por meio de Comunicação específico divulgado para esse fim, que deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

c) edital de chamamento público para a seleção da Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, acompanhado de comprovante de sua divulgação, ou justificativa detalhada para sua dispensa ou inexistência, nos termos dos arts. 30 a 32 da referida Lei Federal, acompanhada da devida publicação;

d) eventuais pedidos de esclarecimento e impugnações ao edital de chamamento público, acompanhados das respostas ofertadas pelo órgão concessor aos requerentes;

e) ato de designação da comissão de seleção, quando for o caso;

f) recursos eventualmente apresentados pelas OSCs e respectivas manifestações e decisões do órgão concessor;

g) ata de julgamento do chamamento público, ato de homologação e divulgação do resultado do julgamento, quando for o caso;

h) comprovante da divulgação em site oficial do poder público na internet e/ou publicação do resultado da seleção e da respectiva homologação, quando for o caso;

i) comprovação do cumprimento das exigências previstas na alínea "a", inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

j) declaração de que as exigências contidas nos incisos II, III e VII do art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, foram cumpridas e que a documentação pertinente se encontra à disposição deste Tribunal para as partes para verificação;

k) plano de trabalho aprovado pelo Poder Público, a ser apresentado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

l) declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

m) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional, bem como as instalações da OSC foram avaliados e são compatíveis com o objeto do ajuste;

n) demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e o orçamento;

o) pareceres do órgão técnico e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública, nos termos do art. 35, incisos V e VI, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

p) estatuto social registrado da OSC;

q) ata de eleição do quadro dirigente atual da OSC;

r) quadro de dirigentes da OSC, com respectivos endereço residencial, número e órgão expedidor da carteira de identidade (RG ou RNE) e CPF;

s) declaração atualizada acerca da não existência no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

t) declaração quanto à compatibilização e à adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

u) declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

v) declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

w) declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

v) declaração com indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

w) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso;

x) publicação, em meio oficial de publicidade da Administração Pública, do extrato do termo de colaboração ou de fomento; e

y) Termo de Ciência e de Notificação relativo à transição do termo de colaboração ou de fomento para o modelo contido no Anexo RP-09.

II - todos os termos aditivos, modificativos ou complementares e os distritos e rescisões relativos aos ajustes indicados no inciso anterior, que serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com atuação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e fazendo referência ao número do processo eletrônico do termo de colaboração e/ou de fomento neste Tribunal, e dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) justificativas sobre as alterações ocorridas;

c) plano de trabalho, se configuradas as hipóteses dos arts. 57 e/ou 72, §2º da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e alterações;

d) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

e) parecer(es) técnico(s) e/ou jurídico(s), se couber;

f) autorização prévia da autoridade competente;

g) publicação em meio oficial de publicidade da Administração Pública, do extrato do termo;

h) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

i) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-09), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Art. 148. Compete ao órgão ou entidade pública(a):

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às organizações da sociedade civil, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos dos arts. 10 e 11 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, bem como do art. 2º do Decreto Estadual nº 61.981, de 20 de maio de 2016;

III - permitir a atuação em rede para execução do objeto da parceria, atendido o art. 35-A da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

IV - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do termo de colaboração ou de fomento, e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – do número do ajuste e identificação do órgão ou entidade pública(a) a que se referem;

VII - receber e examinar a prestação de contas apresentada e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades beneficiárias, no prazo previsto no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida implementação das medidas saneadoras apontadas pela Administração ou pelos órgãos de controle interno ou externo e exigir da entidade parceira a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X - esgotadas as providências dos incisos VIII e IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XI - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

Art. 149. Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, os órgãos mencionados no art. 147 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concessor e respectivos períodos de atuação;

IV - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do termo de colaboração ou de fomento e respectivos períodos de atuação;

V - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração ou fomento;

VI - certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concessor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

VII - relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

VIII - relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, elaborado pela Administração Pública e homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção, utilizando como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea "a", inciso I, do art. 147 desta Seção, bem como parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas elaborado pelo gestor da parceria;

IX - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicados no objeto do termo de colaboração ou de fomento, conforme modelo contido no Anexo RP-10;

X - relação dos contratos e respectivos aditivos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de colaboração ou de fomento, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XI - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração ou

fomento, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XII - comprovante de divulgação do Balanço Patrimonial da OSC, dos exercícios encerrado e anterior;

XIII - demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

XIV - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XV - parecer e relatório de auditoria, quando for o caso, nos termos do inciso IX do art. 15-B da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999 e art. 13 da Lei Estadual nº 11.598, de 15 de dezembro de 2003;

XVI - parecer do Conselho de Políticas Públicas da área correspondente de atuação existente;

XX - parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções;

XXI - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXII - declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OSC, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXIII - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

XXIV - declaração quanto à compatibilização e à adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XXV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXVI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXVII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXVIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXIX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXIV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXVI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXVII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXVIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXIX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXIV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXVI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXVII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXVIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXIX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXIV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXV - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXVI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXVII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXVIII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXIX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXX - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXXI - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

XXXXXXII - declaração quanto à existência ou não de situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

f) plano de trabalho conforme estabelecido no § 1º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente aprovado;

g) declaração de que a conveniada não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;

h) inscrição da entidade conveniada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

i) estatuto social registrado da entidade conveniada;

j) ata de eleição do quadro dirigente atual da entidade conveniada;

k) declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

l) declaração quanto à compatibilização e a adequação das despesas do convênio aos dispositivos dos arts 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

m) nota(s) de empenho vinculada(s) ao convênio, quando for o caso;

n) protocolo de remessa da notificação da celebração do ajuste à Assembleia Legislativa;

o) publicação na imprensa oficial do extrato do convênio; e,

p) Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-11.

II – todos os termos aditivos, modificativos ou complementares e os distratos e rescisões relativos aos ajustes incluídos no inciso anterior, que serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autuação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) justificativas sobre as alterações ocorridas;

c) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

d) parecer(es) da consultoria jurídica, quando for o caso;

e) autorização prévia da autoridade competente;

f) publicação na imprensa oficial do extrato do termo;

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

h) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-11), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Art. 154. Compete ao órgão ou entidade pública(a):

I – estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II – divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às conveniadas, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – proibir que a entidade conveniada redistribua, entre eventuais outras entidades, os recursos a ela repassados;

IV – autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V – fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do convênio e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI – exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica –, do número do convênio e identificação do órgão/entidade pública(a) conveniente a que se referem;

VII – receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII – no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades conveniadas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação, prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX – suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior, sem a devida regularização, e exigir das entidades conveniadas a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X – esgotadas as providências dos incisos VIII e IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções; e

XI – expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referente às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Art. 155. Para fins de fiscalização e acompanhamento das atividades anualmente desenvolvidas pelas entidades conveniadas, os órgãos mencionados no art. 153 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I – folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II – ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III – certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concissor e respectivos períodos de atuação;

IV – certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do convênio e respectivos períodos de atuação;

V – certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da entidade conveniada, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do convênio;

VI – certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concissor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

VII – relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do convênio, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, assinado pelo representante legal da entidade conveniada;

VIII – relatório governamental da análise da execução do convênio, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública, utilizando como base comparativa os dados informados no documento previsto na alínea “e”, inciso I, do art. 153 desta Seção;

IX – Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso, individualizando o gestor pela forma de contratação, na conformidade do modelo contido no Anexo RP-12;

X – relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela entidade conveniada, para os fins estabelecidos no convênio, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XI – conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XII – publicação do Balanço Patrimonial da entidade conveniada, dos exercícios encerrado e anterior;

XIII – demais demonstrações contábeis e financeiras da entidade conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

XIV – certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XV – na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova dos respectivos registros contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

XVI – comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;

XVII – parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções;

XVIII – declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XIX – declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da Conveniada, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública conveniada, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade; e,

XX – Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-11) relativo à tramitação do processo de prestação de contas neste Tribunal de Contas.

§ 1º Os documentos previstos nos incisos acima deverão ser encaminhados, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autuação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º Os documentos originais de receitas e despesas referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública vinculados ao convênio, depois de contabilizados, ficarão arquivados na entidade conveniada, à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria.

§ 3º Toda documentação explicitada nesta Seção referente ao convênio e respectiva prestação de contas também se aplica aos ajustes firmados com valor inferior ao de remessa (inciso I do art. 153), devendo permanecer na origem à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência do ajuste; entretanto, deverão ser encaminhados, no mesmo prazo previsto no caput, por meio digital e devidamente assinados com certificado digital, os pareceres conclusivos, nos termos do art. 200 destas Instruções, acompanhados dos demonstrativos integrais de receitas e despesas, conforme modelo contido no Anexo RP-12, por meio digital.

Art. 156. Os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 153 enviarão a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, (art. 37 da LC nº 709/93), a abertura de processo administrativo por descumprimento do convênio, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 157. Os responsáveis pela fiscalização da execução do convênio e/ou a Secretária da Fazenda e Planejamento, por meio do controle interno, deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela entidade conveniada, na utilização dos recursos ou bens vinculados ao convênio, bem como o descumprimento do respectivo compromisso administrativo para apurar irregularidade e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de aplicação financeira, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no inciso I do art. 158.

Art. 158. No caso de encerramento do ajuste por decurso do prazo de vigência do convênio em trâmite neste Tribunal, o órgão ou entidade pública(a) deverá enviar, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a conveniente prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação do encerramento de todas as contas do convênio finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função de sua execução, para aquele órgão ou para as contas do novo convênio vinculado ao objeto.

TÍTULO III – ÁREA MUNICIPAL

CAPÍTULO I – DOS REPASSES AO TERCEIRO SETOR

Seção I – REPASSES A ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 159. Os órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e respectivas autarquias, fundações, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e suas subsidiárias deverão, até o dia 30 (trinta) de junho, prestar informações, por intermédio do sistema eletrônico disponibilizado por este Tribunal – SiERTS, relativas a todos os repasses financeiros ao Terceiro Setor efetuados por meio de contratos de gestão, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento, convênios, auxílios, subvenções, contribuições, efetuados no exercício anterior.

Seção II – DOS CONTRATOS DE GESTÃO

Art. 160. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo, as respectivas autarquias, fundações, inclusive as de apoio, consórcios intermunicipais e consórcios públicos, deverão informar, via sistema AUDESP (módulo Seletividade de Ajustes Terceiro Setor), os dados relativos aos ajustes tratados nesta Seção.

Art. 161. Para fins de fiscalização e apreciação dos ajustes selecionados via sistema eletrônico, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 160 encaminharão, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da requisição emitida pela Fiscalização, os seguintes documentos:

I – folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II – ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III – legislação local reguladora dos procedimentos de qualificação de entidades como Organização Social (OS) e dos contratos de gestão preceituados pela Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998 e alterações;

IV – publicação na imprensa oficial da intenção do Poder Público de celebrar o contrato de gestão, mediante convocação

pública, com especificação do objeto do ajuste, detalhamento das atividades a serem executadas e indicação de que a minuta do mesmo se encontra em seu site eletrônico, bem como da relação das entidades que manifestaram interesse na celebração do contrato de gestão;

V – justificativa quanto ao prazo estabelecido para convocação pública e apresentação do plano operacional;

VI – proposta técnica e orçamentária aprovada pela autoridade competente e pelo Conselho de Administração da OS, com cronograma atualizado e programa de investimentos;

VII – estatuto social registrado da entidade qualificada como OS;

VIII – parecer favorável quanto à conveniência e oportunidade de qualificação da entidade como OS exarado pela autoridade competente da área correspondente;

IX – certificação governamental e/ou cópia de publicação na imprensa oficial da qualificação da contratada como OS;

X – justificativa sobre os critérios de escolha da OS selecionada;

XI – inscrição da OS e da(s) entidade(s) gerenciada(s) no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

XII – demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento;

XIII – declaração quanto à compatibilização e a adequação da despesa contratual aos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XIV – ata de aprovação do ajuste pelo Conselho de Administração da OS e pelo contratante;

XV – declaração firmada pelo representante legal da OS contendo a relação de todos os membros eleitos e/ou indicados para compor os órgãos diretivos, consultivos e normativos daquela entidade, atuantes no exercício, com indicação de seus respectivos CPFs e datas de início e término dos respectivos mandatos;

XVI – declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OS e no quadro administrativo da entidade gerenciada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XVII – plano de trabalho, caso este não integre os anexos do contrato de gestão;

XVIII – nota(s) de empenho vinculada(s) ao contrato de gestão, quando for o caso;

XIX – contrato de gestão e sua publicação na imprensa oficial; e,

XX – Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-05), relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas.

Parágrafo único. – Para os ajustes não selecionados, a documentação acima especificada deverá permanecer na origem, à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término de sua vigência.

Art. 162. Os termos aditivos, modificativos ou complementares, distratos e rescisões relativos aos ajustes selecionados, serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua assinatura, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autuação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) parecer técnico do contratante contendo justificativas sobre as alterações ocorridas;

c) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

d) parecer(es) da Consultoria Jurídica do contratante, quando for o caso;

e) autorização prévia da autoridade competente;

f) publicação do extrato do termo;

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

h) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-05), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Parágrafo único. – Os termos aditivos, modificativos ou complementares relativos aos ajustes não selecionados, bem como a documentação acima especificada, deverão permanecer na origem à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

Art. 163. Compete ao órgão público contratante:

I – estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II – divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes à contratação, disponibilizando o contrato de gestão vigente, seus respectivos anexos e aditamentos, bem como os relatórios anuais de prestação de contas da OS, os pareceres anuais do órgão contratante e os relatórios conclusivos anuais da Comissão de Avaliação, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III – proibir que a OS redistribua, entre eventuais outras entidades, os recursos a ela repassados;

IV – autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V – fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do convênio e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI – exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica –, do número do contrato de gestão e identificação do órgão público contratante a que se referem;

VII – receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII – no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir da OS, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação, prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX – suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, e exigir da OS a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X – esgotadas as providências dos incisos VIII e IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo contratante para a regularização da pendência observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XI – expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709/93;

XII – exigir da OS, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução do contrato de gestão no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; e

XIII – exigir da OS, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, demonstrativo das receitas e despesas computadas

por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicados no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06.

Art. 164. Para fins de fiscalização e acompanhamento dos ajustes selecionados, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 160 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I – folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II – ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III – certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concissor e os respectivos períodos de atuação;

IV – certidão indicando os nomes e CPFs dos membros da Comissão de Avaliação da execução contratada, os órgãos que representam e os respectivos períodos de atuação;

V – certidão contendo a composição (nomes completos dos membros, a entidade que representam, se houver, a forma de suas remunerações e os respectivos períodos de atuação) do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se houver; da OS;

VI – certidão contendo os nomes e CPFs dos componentes da Diretoria da OS, os períodos de atuação, o tipo de vínculo trabalhista, os valores nominais anuais de remuneração, os atos e datas de fixação ou alteração da remuneração e a afirmação do não exercício de cargos de chefia ou função de confiança no SUS, quando exigível;

VII – certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e dos conselheiros da entidade pública gerenciada e respectivos períodos de atuação, o tipo de vínculo trabalhista, os valores nominais anuais de remuneração e os atos e datas de fixação ou alteração da remuneração;

VIII – certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concissor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

IX – relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão, apresentando:

a) comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, com justificativas para as metas não atingidas ou excessivamente superadas; e

b) exposição sobre a execução orçamentária e seus resultados.

X – relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OS para os fins estabelecidos no contrato de gestão, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício, condições de pagamento e informações sobre multas, atrasos, pendências ou irregularidades, se houver;

XI – relação dos bens móveis e imóveis mantidos pelo Poder Público no período, com permissão de uso para as finalidades do contrato de gestão, especificando forma e razão, inclusive das eventuais substituições dos respectivos bens;

XII – relação dos servidores e funcionários públicos que foram cedidos à OS, contendo nome do servidor/funcionário, órgão de origem, cargo público ocupado, função desempenhada na OS e datas de início e término da prestação de serviço;

XIII – relação nominal dos empregados em função pública indicada pelo órgão contratante para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XIV – Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicados no objeto do contrato de gestão, conforme modelo contido no Anexo RP-06;

XV – balanços dos exercícios encerrado e anterior, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício, da entidade pública gerenciada;

XVIII – certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XX – relatório anual de execução técnica e orçamentária do contrato de gestão elaborado pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública, utilizando, inclusive, como base comparativa os dados informados no documento previsto no inciso XII do art. 161 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

XI – cópia da publicação na imprensa oficial:

a) do relatório anual da OS sobre a execução técnica e orçamentária do contrato de gestão; e

b) dos balanços dos exercícios encerrado e anterior, com as demais demonstrações contábeis e financeiras.

XXI – Parecer - ou ata de reunião de aprovação - sobre o relatório anual de execução técnica e orçamentária e sobre as contas e demonstrações financeiras e contábeis da entidade pública gerenciada emitido pelo Conselho de Administração da OS e pelo Conselho Fiscal, se houver;

XXII – parecer da auditoria independente, se houver;

XXIII – parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções;

XXIV – declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OS e no quadro administrativo da entidade gerenciada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXV – declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OS ou do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XXVI – declaração atualizada de que as contratações e aquisições/compras da OS por terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fixadas em regulamento próprio, com critérios impositivos e objetivos e em observância aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal;

XXVII – declaração atualizada de que os procedimentos de seleção de pessoal da OS, devidamente previstos em regulamento próprio, contendo plano de cargos dos empregados, obedeceram a critérios impositivos e objetivos e em observância aos demais princípios do art. 37, caput, da Constituição Federal;

XXVIII – Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-05), relativo à tramitação do processo de prestação de contas neste Tribunal de Contas.

§ 1º Os documentos previstos nos incisos acima deverão ser encaminhados, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autuação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao contrato de gestão selecionado, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública, depois de contabilizados, ficarão arquivados na OS por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria, à disposição deste Tribunal.

§ 3º Toda documentação explicitada nesta Seção, referente ao contrato de gestão e à respectiva prestação de contas, também se aplica aos ajustes não selecionados, devendo permanecer na origem à disposição deste Tribunal por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência do ajuste.

Art. 165. Os órgãos públicos e entidades mencionados no art. 160 enviarão a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência:

I - comunicação da abertura de processo administrativo objetivando a desqualificação da entidade como OS por descumprimento do contrato de gestão, informando as cláusulas descumpridas e as eventuais medidas adotadas (art. 37 da LC nº 709/93), observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções; e

II - comunicação sobre aditamento da parcela de recursos destinada à cobertura das despesas de pessoal cedido pelo Município, com cópia da justificativa e indicação do valor adicionado.

Art. 166. Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão e/ou o(s) responsável(is) pelos controles internos deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, (art. 37 da LC nº 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela OS na utilização dos recursos ou bens de origem pública, bem como o descumprimento do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventual saldo de recursos e rendimentos de aplicação financeira, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização, para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

Art. 167. No caso de encerramento contratual por decurso do prazo de vigência do contrato de gestão selecionado, o órgão ou entidade público(a) deverá enviar exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a OS prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação de encerramento de todas as contas do contrato de gestão finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da execução contratual, para aquele órgão ou para as contas do novo contrato de gestão vinculado ao objeto contratual.

Seção III – DOS TERMOS DE PARCERIA E DE FOMENTO

Art. 168. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo, as respectivas autarquias, fundações, consórcios intermunicipais, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias deverão informar, via sistema AODESP (módulo Seletividade de Ajustes Terceiro Setor), os dados relativos aos ajustes tratados nesta Seção.

Art. 169. Para fins de fiscalização e apreciação dos ajustes selecionados, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 168 encaminharão, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da requisição emitida pela Fiscalização, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - publicação do edital de concurso de projetos para a escolha da OSCIP, nos termos dos arts. 23 a 25 do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e Decreto Federal nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, ou justificativa do Poder Público para a celebração do termo de parceria com dispensa da realização de concurso de projetos, mencionando ainda os critérios adotados para a escolha da entidade parceira;

IV - ato de designação da comissão julgadora do concurso de projetos, quando for o caso;

V - ata de julgamento do concurso, quando for o caso;

VI - publicação do resultado do concurso e da respectiva homologação, quando for o caso;

VII - certificado de qualificação da entidade como OSCIP, expedido pelo Ministério da Justiça;

VIII - certidão de que a OSCIP não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;

IX - inscrição da OSCIP no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

X - estatuto social registrado da OSCIP, contendo expressamente a regência das normas indicadas pelo art. 4º da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.019/14;

XI - ata de eleição da atual Diretoria da OSCIP;

XII - atestados comprovando que a OSCIP se dedica às atividades configuradas no art. 3º da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, com a redação dada pela Lei Federal nº 13.019/14, mediante a execução direta de projetos, programas ou plano de ações correlatas por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins;

XIII - plano de trabalho, caso este não integre os anexos do termo de parceria;

XIV - projeto técnico e detalhamento de custos apresentados pela OSCIP ao órgão estatal parceiro;

XV - demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento;

XVI - declaração quanto à compatibilização e a adequação da despesa da parceria aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XVII - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSCIP de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XVIII - manifestação prévia do Conselho de Políticas Públicas da área correspondente de atuação existente, em relação ao termo de parceria;

XIX - nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo de parceria, quando for o caso;

X - Termo de Parceria e publicação na imprensa oficial de seu extrato e do demonstrativo de previsão de sua execução física e financeira, elaborados conforme modelos contidos nos Anexos I e II do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e

XI - Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-07), relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas.

Parágrafo único – Para os ajustes não selecionados, a documentação acima especificada deverá permanecer na origem, à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da sua vigência.

Art. 170. Os termos aditivos, modificativos ou complementares, os distratos e rescisões relativos aos ajustes selecionados, serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua assinatura, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autenticação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - justificativas sobre as alterações ocorridas;

III - memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

IV - parecer(es) técnico(s) e/ou jurídico(s), se couber;

V - autorização prévia da autoridade competente;

VI - publicação do extrato do termo;

VII - nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

VIII - Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-07), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Parágrafo único – Os termos aditivos, modificativos ou complementares e os distratos referentes aos ajustes não selecionados, bem como a documentação acima especificada, deverão permanecer na origem à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

Art. 171. Compete ao órgão ou entidade público(a) parceiro(a):

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às OSCIPs, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - proibir que a OSCIP redistribua, entre eventuais outras entidades parceiras, os recursos e/ou repasses;

IV - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do termo de parceria e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica –, do número do termo de parceria e identificação do órgão público parceiro a que se referem;

VII - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir da OSCIP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação, prorrogação por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminçamento;

IX - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, e exigir da OSCIP a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X - esgotadas as providências dos incisos VII a IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XI - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993;

XII - exigir da OSCIP, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução do termo de parceria no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;

XIII - exigir da OSCIP, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicadas no objeto do termo de parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-08.

Art. 172. Para fins de fiscalização e acompanhamento dos ajustes selecionados, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 168 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concissor e os respectivos períodos de atuação;

IV - certidão indicando os nomes e CPFs dos membros da Comissão de Avaliação da execução do termo de parceria, os órgãos que representam e os respectivos períodos de atuação;

V - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSCIP, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de parceria;

VI - certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concissor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

VII - relatório anual de execução do objeto do ajuste, elaborado pela OSCIP, contendo as atividades desenvolvidas por seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

VIII - relatório governamental sobre a execução do objeto do termo de parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

IX - relatório elaborado na análise da execução do termo de parceria, concluído pela Comissão de Avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública, utilizando, inclusive, como base comparativa, os dados informados no documento previsto no inciso XIV do art. 169 desta Seção, acompanhado do comprovante de remessa à autoridade competente;

X - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-08;

XI - extrato de execução física e financeira previsto no inciso VI do § 2º do art. 10 da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, elaborado conforme modelo contido no Anexo II do Decreto Federal nº 3.100, de 30 de junho de 1999;

XII - relação de contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSCIP para os fins estabelecidos no termo de parceria, contendo o tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XIII - relação de eventuais bens imóveis adquiridos com recursos provenientes da celebração do termo de parceria, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

XIV - balanços dos exercícios encerrado e anterior, e demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete anualizado acumulado do exercício, da OSCIP;

XV - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública, indicada pelo órgão público parceiro, para movimentação dos recursos do termo de parceria, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XVI - publicação do Balanço Patrimonial da OSCIP, dos exercícios encerrado e anterior;

XVII - declaração expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XVIII - parecer e relatório de auditoria, quando for o caso, nos termos do inciso IX do art. 15-B da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

XIX - parecer do Conselho de Políticas Públicas da área correspondente de atuação existente;

XX - parecer conclusivo elaborado nos termos do artigo 200 destas Instruções;

XI - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSCIP de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XII - declaração atualizada acerca da contratação ou não da empresa(s) pertencente(s) a dirigentes da OSCIP, agentes políticos de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade; e

XIII - Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-07) relativo à tramitação do processo de prestação de contas neste Tribunal de Contas.

§ 1º Os documentos previstos nos incisos acima deverão ser encaminhados, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autenticação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

§ 2º Os documentos originais de receitas e despesas vinculados ao termo de parceria selecionado, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública, depois de contabilizados, ficarão arquivados na OSCIP por 5 (cinco) anos, após o trânsito em julgado da matéria, à disposição deste Tribunal.

§ 3º Toda documentação explicitada nesta Seção referente ao contrato de gestão e à respectiva prestação de contas também se aplica aos ajustes não selecionados, devendo permanecer na origem à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência do ajuste.

Art. 173. Os órgãos públicos e entidades mencionados no art. 168 enviarão a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, a abertura de processo administrativo por descumprimento do termo de parceria, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 174. Os responsáveis pela fiscalização da execução do termo de parceria e/ou o(s) responsável(is) pelos controles internos deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, a abertura de processo administrativo por descumprimento do termo de parceria, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 175. No caso de encerramento da parceria por decurso do prazo de vigência, do termo de parceria selecionado, o órgão público deverá enviar, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a OSCIP prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação do encerramento de todas as contas do termo de parceria finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da execução do ajuste, para aquele órgão ou para as contas do novo termo de parceria vinculado ao objeto contratual.

Seção IV – DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO

Art. 176. As transferências voluntárias a Organizações da Sociedade Civil (OSC), com classificação econômica de subvenções, auxílios e contribuições, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão realizadas exclusivamente mediante formalização de termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 177. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo, as respectivas autarquias, fundações, consórcios intermunicipais, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias deverão informar, via sistema AODESP (módulo Seletividade de Ajustes Terceiro Setor), os dados relativos aos ajustes tratados nesta Seção.

Art. 178. Para fins de fiscalização e apreciação dos ajustes selecionados, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 177, encaminharão, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da requisição emitida pela Fiscalização, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - edital de chamamento público para a seleção da Organização da Sociedade Civil (OSC), nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, acompanhado de comprovante de sua divulgação, ou justificativa detalhada para sua dispensa ou inexigibilidade, nos termos dos arts. 30 a 32 da referida Lei Federal, acompanhada da devida publicação;

IV - eventuais pedidos de esclarecimento e impugnações ao edital de chamamento público, acompanhados das respostas ofertadas pelo órgão concissor aos requerentes;

V - ato de designação da comissão de seleção, quando for o caso;

VI - recursos eventualmente apresentados pelas OSCs e respectivas manifestações e decisões do órgão concissor;

VII - ata de julgamento do chamamento público, ato de homologação e divulgação do resultado do julgamento, quando for o caso;

VIII - comprovante da divulgação em site oficial do poder público da publicação do resultado da seleção e da respectiva homologação, quando for o caso;

IX - comprovação do cumprimento das exigências previstas na alínea “a”, inciso V do art. 33 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

X - declaração de que as exigências contidas nos incisos II, III e VI do art. 34 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, foram cumpridas e que a documentação pertinente se encontra à disposição deste Tribunal de Contas para verificação;

XI - plano de trabalho aprovado pelo Poder Público, a ser apresentado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

XII - declaração de que a OSC não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos e que, portanto, não se submete às vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

XIII - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional, bem como as instalações da OSC, foram avaliados e são compatíveis com o objeto do ajuste;

XIV - demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento;

XV - pareceres do órgão técnico e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública, nos termos do arts. 35, incisos V e VI, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

XVI - estatuto social registrado da OSC;

XVII - ata de eleição do quadro dirigente atual da OSC;

XVIII - quadro de dirigentes da OSC, com respectivos endereço residencial, número e órgão expedidor da carteira de identidade (RG ou RNE) e CPFs;

XIX - declaração atualizada acerca da não existência no quadro diretivo da OSC, de membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

XX - declaração quanto à compatibilização e à adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XI - declaração com indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

XII - nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso;

XIII - termo de colaboração/fomento e publicação de seu extrato em meio oficial de publicidade da Administração Pública; e

XIV - Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-09), relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas.

Parágrafo único – Para os ajustes não selecionados, a documentação acima especificada deverá permanecer na origem, à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

Art. 179. Os termos aditivos, modificativos ou complementares, os distratos e rescisões relativos aos ajustes selecionados, serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua assinatura, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autenticação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP, devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) justificativas sobre as alterações ocorridas;

c) plano de trabalho, se configuradas as hipóteses dos arts. 57 e/ou 72, §2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

d) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

e) parecer(es) técnico(s) e/ou jurídico(s), se couber;

f) publicação em meio oficial de publicidade da Administração Pública, do extrato do termo;

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

h) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-09), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Parágrafo único – Os termos aditivos, modificativos ou complementares e os distratos referentes aos ajustes não selecionados, bem como a documentação acima especificada deverão permanecer à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

Art. 180. Compete ao órgão ou entidade público(a):

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às organizações da sociedade civil, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos dos arts. 10 e 11 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

III - desenvolver mecanismos para cumprimento do disposto nos arts. 63, §1º e 65 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações (observar o disposto no inciso II do art. 81-A da referida lei);

IV - permitir a atuação em rede para execução do objeto da parceria, atendido o art. 35-A da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações;

V - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

VI - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do termo de colaboração ou de fomento, e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VII - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica –, do número do termo e identificação do órgão ou entidade público(a) a que se referem;

VIII - receber e examinar a prestação de contas apresentada e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

IX - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades beneficiárias, no prazo previsto no art. 70, § 1º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminçamento;

X - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida implementação das medidas saneadoras apontadas pela Administração ou pelos órgãos de controle interno ou externo, e exigir da entidade parceira a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

XI - esgotadas as providências dos incisos IX e X, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XII - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referentes às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII, do art. 2º, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993;

XIII - exigir da OSC, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; e

XIV - exigir da OSC, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicadas no objeto da parceria, conforme modelo contido no Anexo RP-10.

Art. 181. Para fins de fiscalização e acompanhamento dos ajustes selecionados, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 177 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento;

III - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concesso e respectivos períodos de atuação;

IV - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do termo de colaboração ou de fomento e respectivos períodos de atuação;

V - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/ fomento;

VI - certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concesso, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

VII - relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

VIII - relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, elaborado pela Administração Pública e homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção, utilizando como base comparativa os dados informados no documento previsto no inciso XIV do art. 178 desta Seção, bem como parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas elaborado pelo gestor da parceria;

IX - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração ou de fomento, conforme modelo contido no Anexo RP-10;

X - relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização dos recursos para o seu cumprimento, pela OSC para os fins estabelecidos no termo de colaboração ou de fomento, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XI - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração ou de fomento, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XII - comprovante de divulgação do Balanço Patrimonial da OSC, dos exercícios encerrado e anterior;

XIII - demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;

XIV - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XV - na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

XVI - comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados, ou comprovação de que será utilizado no próximo exercício, desde que a parceria permaneça vigente;

XVII - parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções;

XVIII - declaração atualizada acerca da não existência no quadro diretivo da OSC de membro de Poder ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XIX - declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, ainda que previstos em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

XX - informação e comprovação da destinação de eventuais bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos recebidos à conta do termo de colaboração/ fomento, quando do término da vigência do ajuste;

XXI - Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-09), relativo à tramitação do processo de prestação de contas neste Tribunal de Contas.

§ 1º No caso de adoção de procedimentos simplificados a que alude o art. 63, § 3º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, a documentação relativa à prestação de contas deverá observar o que dispõe o regulamento próprio do ente federado e deverá conter elementos que permitam avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento, contendo no mínimo as exigências previstas nos incisos V, VII, IX, XI e XVI deste artigo.

§ 2º Os documentos previstos nos incisos acima deverão ser encaminhados, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autenticação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 3º Os documentos originais de receitas e despesas referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública, vinculados ao ajuste selecionado, depois de contabilizados, ficarão arquivados na OSC à disposição deste Tribunal por 10 (dez) anos contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas ao órgão concesso.

§ 4º Toda documentação explicada nesta Seção referente a termo de colaboração ou de fomento e à respectiva prestação de contas também se aplica aos ajustes não selecionados, devendo permanecer no órgão público ou na entidade beneficiária à disposição deste Tribunal, por 10 (dez) anos contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas ao órgão concesso.

Art. 182. Os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 177 enviarão a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), a abertura de processo administrativo por descumprimento do ajuste informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 183. Os responsáveis pela fiscalização da execução do termo de colaboração ou do termo de fomento e/ou os responsáveis (s) pelos controles internos deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela OSC na utilização dos recursos ou bens de origem pública, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de saldo de recursos e rendimentos de aplicação financeira, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

Art. 184. No caso de encerramento da parceria por decurso do prazo de vigência do termo de colaboração ou de fomento em trâmite neste Tribunal, o órgão ou entidade pública (a) deverá enviar, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a OSC prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação do encerramento de todas as contas do termo de colaboração ou de fomento finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da sua execução, para aquele órgão ou para as contas do novo convênio vinculado ao objeto

sados, captados ou gerados em função da execução do ajuste, para aquele órgão ou para a conta do novo termo.

Seção V – DOS CONVÊNIO

Art. 185. Os órgãos da administração direta do Poder Executivo, as respectivas autarquias, fundações, consórcios intermunicipais, consórcios públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias deverão informar, via sistema AUESP (módulo Seletividade de Ajustes Terceiro Setor), os dados relativos aos ajustes tratados nesta Seção.

Parágrafo único. Os convênios tratados nesta Seção referem-se aos ajustes que tenham sido alterados no art. 3º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações.

Art. 186. Para fins de fiscalização e apreciação dos ajustes selecionados via sistema eletrônico, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 185 encaminharão, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da requisição emitida pela fiscalização, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - justificativas para firmar o convênio, com indicações do critério de escolha da entidade conveniada e das atividades a serem executadas;

IV - lei específica do repasse (se houver), contendo identificação da entidade conveniada, valor e sua destinação;

V - demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento;

VI - plano de trabalho conforme estabelecido no § 1º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente aprovado;

VII - declaração de que a entidade conveniada não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;

VIII - inscrição da entidade conveniada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

IX - estatuto social registrado da entidade conveniada;

X - ata de eleição do quadro dirigente atual da entidade conveniada;

XI - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XII - declaração quanto à compatibilização e a adequação das despesas do convênio aos dispositivos dos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XIII - nota(s) de empenho vinculada(s) ao convênio, quando for o caso;

XIV - convênio e publicação na imprensa oficial de seu extrato;

XV - protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio à Câmara Municipal;

XVI - Termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-11.

Parágrafo único. – Para os ajustes não selecionados, a documentação acima especificada deverá permanecer na origem, à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

Art. 187. Os termos aditivos, modificativos ou complementares, os distratos e rescisões relativos aos ajustes selecionados serão encaminhados para fins de cadastramento em processo eletrônico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua assinatura, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autenticação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando-se a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP devendo estar acompanhados de ofício assinado digitalmente pelo responsável e dos seguintes documentos:

a) folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

b) justificativas sobre as alterações ocorridas;

c) memória de cálculo contendo quantidades e custos detalhados e cronograma atualizado, quando cabíveis;

d) parecer(s) da consultoria jurídica, quando for o caso;

e) autorização prévia da autoridade competente;

f) publicação na imprensa oficial do extrato do termo;

g) nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo, quando for o caso; e

h) Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-11), caso haja alteração das partes que assinaram o ajuste inicial.

Parágrafo único. – Os termos aditivos, modificativos ou complementares e os distratos referentes aos convênios não selecionados, bem como a documentação acima especificada, deverão permanecer na origem, à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência dos mesmos.

Art. 188. Compete ao órgão ou entidade pública(a):

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - divulgar em site oficial do poder público na internet as informações referentes aos repasses financeiros às conveniadas, inclusive os documentos relativos aos ajustes e às prestações de contas, nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - proibir que a entidade conveniada redistribua, entre eventuais outras entidades, os recursos a ela repassados;

IV - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo, para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

V - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução do convênio e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

VI - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica –, do número do convênio e identificação do órgão/ entidade pública(a) conveniente a que se referem;

VII - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VIII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades conveniadas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

IX - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior, sem a devida regularização, e exigir das entidades conveniadas a devolução de eventual numerário, com os devidos acréscimos legais;

X - esgotadas as providências dos incisos VIII e IX, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou pela entidade para a regularização da pendência, observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

XI - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referente às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709/93;

II - exigir da conveniada, para os ajustes selecionados, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre, o ano civil, relatório sobre a execução do convênio no período, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, e

III - exigir da conveniada, para os ajustes selecionados, em até 15 (quinze) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre, o ano civil, demonstrativo das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos no período, aplicados no objeto do convênio, conforme modelo contido no Anexo RP-12.

Art. 189. Para fins de fiscalização e acompanhamento dos ajustes selecionados, os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 185 remeterão a este Tribunal, até 30 (trinta) de junho do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, os seguintes documentos:

I - folha de rosto (conforme modelo disponibilizado pelo e-TCESP);

II - ofício de encaminhamento, assinado digitalmente pelo responsável;

III - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concesso e respectivos períodos de atuação;

IV - certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do convênio e respectivos períodos de atuação;

V - certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da entidade conveniada, forma de remuneração, períodos de atuação, com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do convênio;

VI - certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concesso, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições;

VII - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do convênio, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, assinado pelo representante legal da entidade conveniada;

VIII - relatório governamental da análise da execução do convênio, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção para a Administração Pública, utilizando como base comparativa os dados informados no documento previsto no inciso V do art. 174 desta Seção;

IX - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas Computadas por fontes de recurso, individualizando os gastos pela forma de contratação, na conformidade do modelo contido no Anexo RP-12;

X - relação dos contratos e respectivos aditamentos, firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela entidade conveniada, para os fins estabelecidos no convênio, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XI - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

XII - publicação do balanço patrimonial da entidade conveniada, dos exercícios encerrado e anterior;

XIII - demais demonstrações contábeis e financeiras da entidade conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

XIV - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

XV - na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

XVI - comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;

XVII - parecer conclusivo elaborado nos termos do art. 200 destas Instruções;

XVIII - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da conveniada de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XIX - declaração atualizada acerca da contratação ou não de empresa(s) pertencente(s) a dirigente(s) da conveniada, agente(s) político(s) de Poder, membros do Ministério Público ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública conveniente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XX - Termo de Ciência e de Notificação (Anexo RP-11) relativo à tramitação do processo de prestação de contas neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no

§ 1º Os documentos previstos nos incisos acima deverão ser encaminhados, para fins de cadastramento em processo eletrônico, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, com autenticação específica em processo dependente aos autos que tratam do ajuste inicial, observando a formação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º Os documentos originais de receitas e despesas referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou de origem pública vinculados ao convênio selecionado, depois de contabilizados, ficarão arquivados na entidade conveniada à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado da matéria.

§ 3ª Toda documentação explicada nesta Seção referente ao convênio e respectiva prestação de contas também se aplica aos ajustes não selecionados, devendo permanecer na origem à disposição deste Tribunal, por 5 (cinco) anos contados a partir do término da vigência do ajuste.

Art. 190. Os órgãos e entidades públicos mencionados no art. 185 enviarão a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), a abertura de processo administrativo por descumprimento do convênio, informando as cláusulas descumpridas e eventuais medidas adotadas observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Art. 191. Os responsáveis pela fiscalização da execução do convênio deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência (art. 37 da LC nº 709/93), qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela entidade conveniada na utilização dos recursos ou bens vinculados ao convênio, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado para apurar irregularidade e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de aplicação financeira observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

Art. 192. No caso de encerramento do ajuste por decurso do prazo de vigência do convênio em trâmite neste Tribunal, o órgão ou entidade pública(a) deverá enviar, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados do término do prazo estipulado para a OSC prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação do encerramento de todas as contas do termo de colaboração ou de fomento finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da sua execução, para aquele órgão ou para as contas do novo convênio vinculado ao objeto

a conveniente prestar contas do último ano-exercício, por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, a comprovação do encerramento de todas as contas do convênio finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função de sua execução, para aquele órgão ou para as contas do novo convênio vinculado ao objeto

Seção VI - DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS MUNICÍPIOS ÀS

ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL POR MEIO DE AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Art. 193. O regramento pertinente a esta Seção alcança os repasses ocorridos em data anterior a 1º/01/2017, data de início da vigência da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, nos termos de seu art. 88, §1º, passando as transferências voluntárias realizadas pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo, respectivas autarquias, fundações, consórcios intermunicipais e consórcios públicos a ocorrer exclusivamente mediante parcerias com a formalização de termo de colaboração ou termo de fomento, observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 194. Os repasses de recursos a entidades do Terceiro Setor, caracterizados como auxílios, subvenções e contribuições, somente poderão ser concedidos pelos órgãos de que trata esta Seção se comprovado o atendimento às exigências contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de maio de 1964 e no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), sendo que a documentação relativa às transferências deverá ser autuada na origem, em processo próprio contendo:

I - plano de trabalho proposto pela entidade beneficiária ou exposição das unidades de serviço objeto dos repasses concedidos;

II - lei autorizadora do repasse, contendo entidade beneficiária, valor concedido e sua destinação, III - estatuto registrado da entidade beneficiária e sua inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ);

IV - justificativas quanto ao critério de escolha da entidade beneficiária;

V - declaração quanto à compatibilização e a adequação das transferências aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);

VI - nota(s) de empenho e comprovantes das transferências de recursos, separados por fontes de financiamento; e

VII - termo de Ciência e de Notificação, relativo à tramitação do processo neste Tribunal de Contas, conforme modelo contido no Anexo RP-13.

Art. 195. Compete ao órgão ou entidade pública(a) concesso(a):

I - estabelecer, formalmente, a data limite para apresentação das comprovações de despesas anuais ou totais;

II - proibir, às entidades beneficiárias, a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

III - autorizar, a seu critério, de forma fundamentada, eventuais solicitações de prorrogação de prazo para aplicação dos recursos e prestação de contas, desde que atendidas as exigências do § 2º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF);

IV - fiscalizar a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes; expedir relatórios de execução dos repasses e, quando houver, de visita técnica in loco realizada durante a sua vigência;

V - exigir a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica –, do número da norma autorizadora do repasse com identificação do órgão/entidade a que se referem;

VI - receber e examinar as comprovações apresentadas e emitir parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções;

VII - no caso de irregularidades na comprovação apresentada ou na ausência da prestação de contas, exigir das entidades beneficiárias, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da notificação, prorrogável por igual período, se necessário, o saneamento da prestação de contas ou seu encaminhamento;

VIII - suspender, por iniciativa própria, novos repasses aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no inciso anterior sem a devida regularização, e exigir das entidades beneficiárias a devolução de eventual numerário com os devidos acréscimos legais;

IX - esgotadas as providências dos incisos VII e VIII, comunicar a ocorrência a este Tribunal, no prazo de 3 (três) dias úteis (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal, se houver, acompanhado de cópia da documentação relativa às providências adotadas pelo órgão ou entidade pública para a regularização da pendência observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções;

X - expedir, a pedido dos interessados, declarações ou atestados de regularidade referente às comprovações apresentadas, ressalvado o julgamento deste Tribunal, conforme o disposto no inciso XVII do art. 2º da Lei Complementar nº 709/93; e

XI - atestar a existência de fato e o funcionamento da entidade beneficiária, durante o período de concessão.

Art. 196. No tocante às comprovações da aplicação dos recursos financeiros repassados, os órgãos/entidades concessores deverão exigir das entidades beneficiárias os seguintes documentos:

I - Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do ato concessório, relacionando os documentos comprobatórios das despesas pagas, computadas na prestação de contas, conforme modelo contido no Anexo RP-14;

II - relatório emitido pela entidade beneficiária, assinado pelo responsável, sobre as atividades desenvolvidas, identificando as custeadas com recursos próprios e as com recursos transferidos;

VII - declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da entidade beneficiária de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública concesso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

IV - na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova dos respectivos registros contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

V - relação dos beneficiados e critérios estabelecidos para concessão de bolsas de estudo, quando for o caso;

VI - comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados;

VII - cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da entidade beneficiária, com indicação dos valores repassados pelo órgão/entidade concesso(a) e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício do repasse;

VIII - certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis; e

IX - manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente da entidade beneficiária sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão/entidade pública concesso(a).

§ 1º Os órgãos/entidades públicos deverão prestar informações no sistema oferecido por este Tribunal (SisRIS), até o dia 30 (trinta) de junho, de todos os repasses financeiros ao Terceiro Setor efetuados no exercício anterior e anexar parecer conclusivo, nos termos do art. 200 destas Instruções, estatuto da entidade beneficiária, Demonstrativo Integral de Receitas e

Despesas (Anexo RP-14), plano de trabalho e declaração quanto à existência do Termo de Ciência e de Notificação.

§ 2º Os documentos originais das receitas e despesas vinculados ao ato concessório, referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e/ou repassados por ente público, depois de contabilizados, ficarão arquivados na entidade beneficiária por 5 (cinco) anos, após o trânsito em julgado da matéria, à disposição deste Tribunal.

Art. 197. O(s) responsável(is) pelo controle interno e o ordenador da despesa deverão comunicar a este Tribunal, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, no prazo de 3 (três) dias úteis da ocorrência, (artigo 37 da LC nº 709/93), por meio de ofício assinado digitalmente, qualquer irregularidade ou ilegalidade praticada pela entidade beneficiária na utilização dos recursos repassados, bem como o desfecho do respectivo procedimento administrativo instaurado e demais providências adotadas, inclusive quanto à restituição de eventuais saldos de recursos e rendimentos de aplicação financeira observando-se as disposições do art. 199 destas Instruções.

Parágrafo único. Se não houver consenso dos responsáveis pela fiscalização para a comunicação conjunta, o membro dissidente deverá fazê-la individualmente, em qualquer das situações descritas e no prazo constante no caput deste artigo.

TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 198. O envio de documentos em atendimento a requisições e notificações dar-se-á exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A documentação enviada em atendimento a requisições e notificações, relativa a processos que tramitam em meio físico, deverá ser encaminhada ao setor de Protocolo, nos termos das normas vigentes por ocasião da remessa, acompanhada de ofício assinado pelo responsável, fazendo referência ao número do processo neste Tribunal.

Art. 199. A comunicação prevista no artigo 37 da LC 709/93 deverá ser enviada a este Tribunal por meio de ofício assinado digitalmente pelo responsável, exclusivamente por meio digital ou diretamente via web, para cadastramento em processo eletrônico, com autuação em expediente próprio, observando-se a formatação prevista nas disposições atinentes ao e-TCESP divulgadas em Comunicado específico na página eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 200. A emissão de parecer conclusivo pelos órgãos e entidades concessionários sobre a aplicação de recursos transferidos em cada exercício financeiro a órgãos/entidades públicas(s) e a entidade do Terceiro Setor deve atender à transparência da gestão definida pelo art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devendo a autoridade competente atestar conclusivamente, no mínimo:

I - a legalidade e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;

II - relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como os rendimentos financeiros auferidos;

III - datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

IV - os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;

V - a devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente;

VI - se as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do

plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

VII - o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII - a disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária;

IX - a conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, definidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

X - que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem;

XI - a disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

XII - o atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIII - a existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público(a) concessor(a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis; e

XIV - indicação quanto à realização de visita in loco pelo órgão ou entidade público(a) concessor(a), quando houver.

§ 1º O atestado indicado no inciso IX é aplicável somente aos casos de repasses públicos a entidades do Primeiro Setor.

§ 2º Os atestados indicados nos incisos I, VIII e XI são aplicáveis somente aos casos de repasses públicos a entidades do Terceiro Setor.

Art. 201. Os dispositivos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, se aplicam às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, termos de colaboração e de fomento, convênios ou outros instrumentos congêneres, cabendo ao órgão público concessor adotar medidas para que os beneficiários de recursos públicos cumpram os dispositivos legais relativos ao direito de acesso à informação, bem como de sua divulgação, inclusive em sítio eletrônico.

Art. 202. A documentação relativa às prestações de contas e aos termos de aditamento às parcerias tratadas no artigo 83 e parágrafos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, deverá atender ao disposto nas Seções que tratam dos Termos de Colaboração e de Fomento, Estaduais (Seção IV do Capítulo II, Título II, Livro VI) e Municipais (Seção IV do Capítulo I, Título III, Livro VI).

LIVRO COMPLEMENTAR DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 203. O acesso à informação, direito fundamental previsto no inciso XXXIII do art. 5º, também previsto no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, cujo regramento se encontra descrito na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, constitui escopo de verificação deste Tribunal, inclusive no tocante às despesas individualizadas com remuneração de pessoal, com nomes e valores dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

Art. 204. A Presidência e a Secretaria-Diretoria Geral, nos respectivos âmbitos, ficam autorizadas a baixar as Ordens de Serviço necessárias à adequada execução do quanto disposto nestas Instruções.

Art. 205. Estas Instruções entram em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 18 de setembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES
PRESIDENTE

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEL PELO ATO:

Nome: _____

cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

INTERESSADO(A):

Nome: _____

Cargo (se for o caso): _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

Telefone(s) para contato: _____

E-mail institucional (se for o caso): _____

E-mail pessoal: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

ANEXO AP-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (ATOS DE PESSOAL)

ÓRGÃO OU ENTIDADE: _____

PROCESSO Nº (DE ORIGEM): _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE: _____

RESPONSÁVEL PELO ATO: _____

INTERESSADO(A): _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB / E-MAIL: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ato do processo acima referido, objetivando seu registro pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, será objeto de prévia análise, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, cabendo, para tanto, procedermos à regular habilitação no Sistema de Processo Eletrônico, na conformidade do quanto estabelece a Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pelo órgão/entidade estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) no caso de habilitação do interessado no Sistema de Processo Eletrônico, os dados informados deverão manter-se sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR:

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO:

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo**PELO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR:**

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____
 Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e respectiva prestação de contas:**PELO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO:**

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____
 Assinatura: _____

PELO INTERVENIENTE (devidamente cadastrado no sistema):

Nome: _____
 Cargo (se for o caso): _____
 CPF: _____
 Assinatura: _____

- (1) Quando for o caso.
 (2) Convênio, Auxílio, Subvenção ou Contribuição.
 (3) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas
 (4) Facultativo. Indicar quando já constituído.

ANEXO RP-04 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - RELAÇÃO DOS VALORES TRANSFERIDOS

VALORES REPASSADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE:

ÓRGÃO CONCESSOR:

I – DECORRENTES DE AJUSTES:

CONTRATO DE GESTÃO N°	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO (Rua, nº, Cidade, CEP)	DATA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR GLOBAL DO AJUSTE	OBJETO	FONTE (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO
TOTAL									

TERMO DE PARCERIA N°	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO (Rua, nº, Cidade, CEP)	DATA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR GLOBAL DO AJUSTE	OBJETO	FONTE (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO
TOTAL									

TERMO DE COLABORAÇÃO N°	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO (Rua, nº, Cidade, CEP)	DATA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR GLOBAL DO AJUSTE	OBJETO	FONTE (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO
TOTAL									

TERMO DE FOMENTO N°	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO (Rua, nº, Cidade, CEP)	DATA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR GLOBAL DO AJUSTE	OBJETO	FONTE (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO
TOTAL									

CONVÊNIO N°	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO (Rua, nº, Cidade, CEP)	DATA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR GLOBAL DO AJUSTE	OBJETO	FONTE (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO
TOTAL									

II – AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E/OU CONTRIBUIÇÕES PAGOS:

TIPO DA CONCESSÃO (A / S / C)	BENEFICIÁRIO	CNPJ	ENDEREÇO (Rua, nº, Cidade, CEP)	LEI Nº DATA	FINALIDADE	DATA DO PGTO	FONTE (*)	VALOR REPASSADO NO EXERCÍCIO
TOTAL								

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo e assinatura)

(*) Fonte de recursos: Federal ou estadual.

ANEXO RP-05 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - CONTRATOS DE GESTÃO

CONTRATANTE: _____
 CONTRATADA: _____
 CONTRATO DE GESTÃO N° (DE ORIGEM): _____
 OBJETO: _____
 VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): _____
 EXERCÍCIO (1): _____
 ADVOGADO(S)/ Nº OAB / E-MAIL : (2) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONTRATANTE:

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**Pelo ÓRGÃO PÚBLICO CONTRATANTE:**

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____
 Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**Pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL:**

Nome: _____
 Cargo: _____
 CPF: _____
 Assinatura: _____

- (1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

- (2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

Pelo ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

Pela ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

- (2) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**ANEXO RP-08 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO
INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - TERMO DE PARCERIA**

ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE INTERESSE PÚBLICO:

CNPJ:

ENDEREÇO E CEP:

RESPONSÁVEL(IS) PELA OSCIP:

CPF:

OBJETO DA PARCERIA:

EXERCÍCIO:

ORIGEM DOS RECURSOS (1):

DOCUMENTO	DATA	VIGÊNCIA	VALOR - R\$
Termo de Parceria nº			
Aditamento nº			
Aditamento nº			

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
(A) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
(B) REPASSES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO				
(C) RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				
(D) OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE (3)				
(E) TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS (A + B+ C + D)				
(F) RECURSOS PRÓPRIOS DA OSCIP				
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO (E + F)				

- (1) Verba: Federal, Estadual ou Municipal, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.
(2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício.
(3) Receitas com estacionamento, aluguéis, entre outras.

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da _____ (nome da entidade) vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/20XX bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
ORIGEM DOS RECURSOS (4):					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)					
Recursos humanos (6)					
Medicamentos					
Material médico e hospitalar (*)					
Gêneros alimentícios					
Outros materiais de consumo					
Serviços médicos (*)					
Outros serviços de terceiros					
Locação de imóveis					
Locações diversas					
Utilidades públicas (7)					
Combustível					
Bens e materiais permanentes					
Obras					
Despesas financeiras e bancárias					
Outras despesas					
TOTAL					

- (4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.
- (5) Salários, encargos e benefícios.
- (6) Autônomos e pessoa jurídica.
- (7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.
- (8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.
- (9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTEs, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá ser indicado como nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas.

(*) Apenas para entidades da área da Saúde

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E - (J - F)]	
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K - L)	

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Parceiro.

Local e data:

Responsáveis pela Organização Social de Interesse Público: (nome, cargo e assinatura)

(2) Incluir valores previstos no exercício anterior e repassados neste exercício.
(3) Receitas com estacionamento, aluguéis, entre outras.

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da _____ (nome da entidade) vem indicar, na forma abaixo detalhada, as despesas incorridas e pagas no exercício/20XX bem como as despesas a pagar no exercício seguinte.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS INCORRIDAS NO EXERCÍCIO					
ORIGEM DOS RECURSOS (4):					
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA (8)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO (R\$)	DESPESAS CONTABILIZADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (H)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (I)	TOTAL DE DESPESAS PAGAS NESTE EXERCÍCIO (R\$) (J= H + I)	DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE (R\$)
Recursos humanos (5)					
Recursos humanos (6)					
Medicamentos					
Material médico e hospitalar (*)					
Gêneros alimentícios					
Outros materiais de consumo					
Serviços médicos (*)					
Outros serviços de terceiros					
Locação de imóveis					
Locações diversas					
Utilidades públicas (7)					
Combustível					
Bens e materiais permanentes					
Obras					
Despesas financeiras e bancárias					
Outras despesas					
TOTAL					

(4) Verba: Federal, Estadual, Municipal e Recursos Próprios, devendo ser elaborado um anexo para cada fonte de recurso.

(5) Salários, encargos e benefícios.

(6) Autônomos e pessoa jurídica.

(7) Energia elétrica, água e esgoto, gás, telefone e internet.

(8) No rol exemplificativo incluir também as aquisições e os compromissos assumidos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

(9) Quando a diferença entre a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO e a Coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO E PAGAS NESTE EXERCÍCIO for decorrente de descontos obtidos ou pagamento de multa por atraso, o resultado não deve aparecer na coluna DESPESAS CONTABILIZADAS NESTE EXERCÍCIO A PAGAR EM EXERCÍCIOS SEGUINTE, uma vez que tais descontos ou multas são contabilizados em contas de receitas ou despesas. Assim sendo deverá ser indicado como nota de rodapé os valores e as respectivas contas de receitas e despesas.

(*) Apenas para entidades da área da Saúde.

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
(G) TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	
(J) DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO (H+I)	
(K) RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO [E – (J – F)]	
(L) VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO PÚBLICO	
(M) VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE (K – L)	

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Público Conveniente.

Local e data:

Responsáveis pela Conveniada: (nome, cargo e assinatura)

ANEXO RP-13 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - AUXÍLIOS/SUBVENÇÕES/CONTRIBUIÇÕES

(utilização apenas para os repasses anteriores à edição da LF 13019/2014 atualizada)

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): _____

ENTIDADE BENEFICIÁRIA: _____

AUXÍLIO/SUBVENÇÃO/CONTRIBUIÇÃO: _____

Nº DA LEI AUTORIZADORA: _____

OBJETO: _____

VALOR REPASSADO: _____

EXERCÍCIO: _____

ADVOGADO(S)/ Nº OAB / E-MAIL : (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o processo de prestação de contas estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO CONCESSOR:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Responsáveis pelo repasse e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO CONCESSOR:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Responsáveis pela prestação de contas:

PELA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

**ANEXO RP-14 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR - DEMONSTRATIVO
INTEGRAL DAS RECEITAS E DESPESAS - AUXÍLIOS / SUBVENÇÕES /
CONTRIBUIÇÕES**

ÓRGÃO CONCESSOR:

TIPO DE CONCESSÃO: (1)

LEI AUTORIZADORA:

OBJETO:

EXERCÍCIO:

ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

CNPJ:

ENDERECO e CEP:

RESPONSÁVEL(IS) PELA ENTIDADE:

VALOR TOTAL RECEBIDO:

ORIGEM DOS RECURSOS(2):

DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS			
VALORES PREVISTOS – R\$	DOC. DE CRÉDITO Nº	DATA	VALORES REPASSADOS – R\$
RECEITA COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS			TOTAL
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS PELA ENTIDADE			

O(s) signatário(s), na qualidade de representante(s) da entidade beneficiária (*nome da entidade*) vem indicar, na forma abaixo detalhada, a aplicação dos recursos recebidos no exercício supra mencionado, na importância total de R\$ (*por extenso*).

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS		
CATEGORIA OU FINALIDADE DA DESPESA	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	VALOR APLICADO R\$
TOTAL DAS DESPESAS		
RECURSO PÚBLICO NÃO APLICADO		
VALOR DEVOLVIDO AO ÓRGÃO CONCESSOR		
VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE		

[illegible]

Declaramos, na qualidade de responsáveis pela entidade supra epígrafa, sob as penas da Lei, que a despesa relacionada, examinada pelo Conselho Fiscal, comprova a exata aplicação dos recursos recebidos para os fins indicados, conforme programa de trabalho aprovado, proposto ao Órgão Concessor.

LOCAL e DATA:

DIRIGENTE: (nome, cargo e assinatura)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL: (nomes e assinatura)

- (1) Auxílio, subvenção ou contribuição.
- (2) Origem dos recursos: federal, estadual ou municipal, devendo ser elaborado um Anexo para cada fonte de recurso.
- (3) Notas Fiscais e recibos.
- (4) No rol das despesas incluir também os gastos que não são classificados contabilmente como DESPESAS, como, por exemplo, aquisição de bens permanentes.

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG N° 45/2020

ALERTA AOS PREFEITOS sobre a adequação aos ditames da Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com
fundamento nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 9º e art. 11 da Emenda Constitucional
103, de 2019, c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.717, de 1998, e os incisos VI e
XIV do art. 5º da Portaria MPS nº 204, de 2008, e:

Considerando que a ausência de comprovação à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, da vigência de lei que evidencie a adequação das alíquotas de contribuição ordinária devida ao RPPS, para atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, bem como de norma dispondo sobre a transferência do RPPS para o ente federativo da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de incapacidade temporária para o trabalho, salário-maternidade, salário-família e auxílio-reclusão, para atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, irão gerar impeditivo para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária:

Considerando que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho da SPREV-ME definiu prazo para regularizar essa inadequação, com apresentação de norma local, inicialmente até 31/07/2020, prorrogado pela Portaria nº 18.084, de 29 de julho de 2020, até 30 de setembro de 2020; e

Considerando que a falta de Certidão de Regularidade Previdenciária-CRP do município devido ao descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento do regime próprio de previdência social acarretará as sanções previstas no inciso XIII do art. 167 da Constituição Federal, quais sejam, vedação de transferência voluntária de recursos, concessão de avais, garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, podendo gerar prejuízos à gestão do Ente.

ALERTA OS SENHORES PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS
ABAIXO RELACIONADOS, com base nos dados informados no questionário “Providências em face da Emenda Constitucional nº 103/2019”, para que adotem providências sobre o disposto na Emenda Constitucional 103/19, em especial com relação aos tópicos listados a seguir, sem prejuízo de eventual apontamento no relatório da Fiscalização e de outras providências que os eminentes Conselheiros deliberarem na condição de Relatores dos processos de Contas Anuais.

SDG, em 21 de setembro de 2020.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

➤ Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social que **não** tiveram iniciativa pelo Poder Executivo de elaborar projeto de lei visando à adequação do município às alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103/19:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARO DE CARVALHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITIBA-MIRIM
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIEIRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPURA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORANDI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÚ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JULIO MESQUITA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAIRIPORÃ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGENTE FELÍO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PIRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIÚBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

- Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social que tiveram iniciativa pelo Poder Executivo de elaborar projeto de lei visando à adequação do município às alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103/19, mas que **não** foi enviado à Câmara Municipal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO RODRIGUES
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIGUÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARÉ

- Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social onde o projeto de lei proposto pelo Poder Executivo **não** foi aprovado pela Câmara Municipal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE Bady Bassitt
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOREAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAÇU DO TIETÊ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO DE FÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBINÉIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA

- Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social onde o projeto de lei ou a lei promulgada **não** contemplou o ajuste da alíquota de contribuição previdenciária para, no mínimo, 14% (art. 11 e art. 9º, § 4º, da EC 103, de 2019), **nem** referendou as alterações do art. 149 da Constituição Federal:

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÁ

- Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social onde o projeto de lei ou a lei promulgada **não** definiu que os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade, serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula, **nem** delimitou o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social às aposentadorias e à pensão por morte (art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103, de 2019):

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÚ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MACEDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIMBÊ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJOBÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEVES PAULISTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ PAULISTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LUZITÂNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARÍS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACAIÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POPULINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA SALETE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE IRACEMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIANÓPOLIS DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO PAULISTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE DO SUL

- Municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social onde a contribuição previdenciária (do servidor e patronal) **não** incide somente sobre vantagens incorporadas até a data da promulgação da Emenda Constitucional 103, de 2019, e **não** estabeleceu a vedação da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo (art. 39, § 9º da CF, incluído pela EC 103, de 2019):

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARANDU
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DOS PERDÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVINHOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA
PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRA ESTRELA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORINDIÚVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA D OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE IRACEMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIANÓPOLIS DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO PAULISTA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URÂNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS

- Municípios que **não concluíram o questionário** aplicado por este E. Tribunal, de acordo com o Comunicado SDG nº 40/2020 que trata sobre "Providências em face da Emenda Constitucional nº 103/2019":

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASTÃO VIDIGAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

INSTRUÇÃO POR: DF-04 PROCESSO PRINCIPAL: 13469.989-20-6 PROCESSO: 00019603.989-20-3 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJUA ADVOGADO: ROBERTO FONTANELLI PRESTES DE ABREU E SILVA (OAB/SP 172.253-3) GREGÓRIO BATTAZZA LONZA (OAB/SP 182.332) CONTRATADO(A): PILAR ORGANIZAÇÕES E FESTAS LTDA INTERESSADO(A): LUIS CARLOS CASARINI ASSUNTO: 2º Termo de Aditamento ao Contrato nº 23/2020, que objetiva a locação de tenda estrutural para abrigar o Hospital de Campanha a ser implantada na área do estacionamento do Paço Municipal visando a operacionalização das ações e serviços de prevenção e combate à COVID-19 decorrente do coronavírus - COVID 19. PRAZO: 6 dias - VIGÊNCIA: 03/08/2020 à 08/08/2020. VALOR: R\$ 39.054,40. CONTRATADA: PILAR ORGANIZAÇÕES E FESTAS LTDA EPP. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-04 PROCESSO PRINCIPAL: 13469.989-20-6 Muito embora o exame da 4ª DF não tenha feito apontamentos comprometedores em relação ao acompanhamento do contrato, a representação e as alegações decorrentes, em face dos quesitos consignados no evento nº 52 do TC-13469.989-20-6, que podem contaminar todo o procedimento, assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses.

Publique-se.
PROCESSO: 00013455.989-20-2 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URU Autoridade que homologou o certame e que firmou o instrumento: Benedito José Ribeiro Contratrado(A): FÁRIA VEÍCULOS LTDA INTERESSADO(A): BENEDITO JOSÉ RIBEIRO ASSUNTO: Licitação: Pregão Presencial nº 05/2020. Contrato nº 022, de 20/03/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Uru e a empresa Faria Veículos Ltda. Objeto: Aquisição de 1 veículo de passeio VW Gol 1.6, 5 passageiros, 4 portas, 0 km, 2020, flex, 104 cv, cor branca. VALOR: R\$ 49.800,00. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-04 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00013667.989-20-6, 00021593.989-20-5 Em face dos apontamentos suscitados pela Fiscalização assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses.

Publique-se.
PROCESSO: 00016251.989-19-1 INTERESSADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA ADVOGADO: JORGE ALEXANDRE LANGONA (OAB/SP 249.180) IRMÃO DADEA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI ADVOGADO: ADILSON PERES ECHELLI (OAB/SP 137.111) RICARDO LUIS ARONI (OAB/SP 212.827) SERGIO DE OLIVEIRA VIANI (OAB/SP 322.100) LUCIANO ABREU OLIVEIRA (OAB/SP 328.975) ANDERSON PRADO DE LIMA RICARDO CONTI BARBERO CLAUDIO CASTELLO LOPES ASSUNTO: Prestação anual de contas da Administração Financeira EXERCÍCIO: 2019 Evento 112.2.4. Notifico os interessados acima nomeados, para que conhecendo do relatório da Fiscalização apresentem as alegações que forem de seus interesses ou aditementos preventivos no prazo de cumprimento da lei. Consigo que o prazo para resposta é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da publicação deste despacho, advertindo os interessados de que, na ausência de notícias, o processo poderá ir a julgamento à revelia e envolver determinação de recolhimento de valor impugnado, devidamente atualizado, sem prejuízo de sanções aplicáveis à espécie.

Publique-se.
PROCESSO: 00016689.989-20-0 CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE - IS - IATPECARIBA DA SERRA CONTRATADO(A): QUALITY MEDICAL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA INTERESSADO(A): MICHELLE SALES DOS SANTOS DA SILVA ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº. S00154/2020 - Processo Administrativo nº. 1.6159/2020 - Ordem de Fornecimento nº. 22/2020. Objeto: Fornecimento de medicamentos para tratamento de COVID-19. Nota de Empenho nº. 263. Data de emissão da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho: 28/04/2020. VALOR: R\$ 450.000,00. Prazo de Vigência ou Fornecimento: não informado. Objeto: aquisição de 3.000 testes rápidos para Sars-Cov-2 / Covid-19. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: DF-07 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00018973.989-20-5 Após o despacho publicado no evento 48/2020, o Conselho de Administração do Hospital de Campanha de Uru, em nome do Hospital de Campanha de Uru, apresenta a seguinte alegação: A empresa não apresentou a completa instrução processual. Assim sendo, assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses.

Publique-se.
PROCESSO: 00018052.989-20-9 INTERESSADOS: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA CONTRATADO(A): QUALITY MEDICAL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA INTERESSADO(A): MICHELLE SALES DOS SANTOS DA SILVA ASSUNTO: Licitação: Edital de Tomada de Preços nº 04/2020. Processo LUPMP nº 19/2020. Objeto: contratação de empresa para elaboração e execução de projeto de reforma e ampliação da área Poliesportiva e prevenção ambiental, que consiste na reforma da quadra de areia, arquibancada, construção de piso, cobertura de quadra poliesportiva, vestiários, banheiros com acessibilidade, anfiteatro para eventos de educação ambiental, alambrado, iluminação, calçamento de todo espaço e reflorestamento da nascente, mediante termo de Convênio SICFID nº 137/2019. Processo SIC nº 125603/2017 entre esta Municipalidade e o Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID), conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto em anexo, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais normas e condições estabelecidas pelo mercado nacional. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-11 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00018167.989-20-1 Em face dos apontamentos da Equipe de Fiscalização da UR-11 (evento 22.6), assino aos interessados o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação deste despacho, para os fins do inciso XIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses.

Publique-se.
PROCESSO: 00016677.989-20-1 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTALINDA CONTRATADO(A): GEOVANA F. M. DOS SANTOS METALURGICA INTERESSADO(A): ELVIS CARLOS DE SOUSA ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL EDITAL nº 04/2020; LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 04/2020 CONTRATO Nº 23/2020 7º assinado em 24/03/2020. Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação da área de esporte e lazer e prevenção ambiental, que consiste na reforma da quadra de areia, arquibancada, construção de piso, cobertura de quadra poliesportiva, vestiários, banheiros com acessibilidade, anfiteatro para eventos de educação ambiental, alambrado, iluminação, calçamento de todo espaço e reflorestamento da nascente, mediante termo de Convênio SICFID nº 137/2019. Processo SIC nº 125603/2017 entre esta Municipalidade e o Estado de São Paulo, por intermédio do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID), para execução do projeto de reforma e ampliação da área poliesportiva, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto. EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-11 PROCESSO PRINCIPAL: 18052.989-20-5 As incorreções apontadas pela Fiscalização na execução contratual recomendam, desde a adoção de eventuais medidas corretivas. Observo aos interessados que este despacho, no momento, não configura qualquer fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, servindo apenas como ALERTA de que as correções recomendadas serão avaliadas durante o decurso do prazo contratual e quando seu julgamento, nos termos legais.

Publique-se.

PROCESSO: 00018198.989-19-6 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS Autoridade que ratificou a inelegibilidade de licitação e que firmou o instrumento: Edmilson Sarlo (Secretário de Serviços Públicos) ADVOGADO: ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDMAR DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 320.221) CONTRATADO(A): CDR PEDREIRA CENTRO DE DISPOSICAO DE RESIDUOS S/A ADVOGADO: GUSTAVO COSTA FERREIRA (OAB/SP 38.481) INTERESSADO(A): GUSTAVO HENRIC COSTA EDMILSON SARLO ASSUNTO: Acompanhamento da execução contratual. Serviços de coleta e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos gerados no município de Guarulhos. EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO POR: DF-03 PROCESSO PRINCIPAL: 16897.989-19-0 As incorreções apontadas pela Fiscalização na execução contratual, quando da segunda terceira promissória (Evento 51), recomendam, desde já, a adoção de eventuais medidas corretivas. Observo aos interessados que este despacho, no momento, não configura qualquer fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, servindo apenas como ALERTA de que as correções recomendadas serão avaliadas durante o decurso do prazo contratual e quando do seu julgamento, nos termos legais.

Publique-se.
PROCESSO: 00019809.989-20-5 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA Responsável: Átila Ramiro Menezes Dourado (Prefeito) CONTRATADO(A): EMBRACON COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA INTERESSADO(A): ÁTILA RAMIRO MENEZES DOURADO ASSUNTO: EDITAL nº 060/2020. LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL 053/2020. CONTRATO nº 106 de 29/05/2020. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 02 ventiladores pulmonares microprocessados novos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde VIGÊNCIA: 29/05/2020 a 28/11/2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-05 PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00020081.989-20-4 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DO PARANAPANEMA Responsável: Átila Ramiro Menezes Dourado (Prefeito) CONTRATADO(A): EMBRACON COMERCIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA INTERESSADO(A): ÁTILA RAMIRO MENEZES DOURADO ASSUNTO: CONTRATO nº 106/2020 de 29/05/2020 OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 02 ventiladores pulmonares microprocessados novos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde VIGÊNCIA: 29/05/2020 a 28/11/2020 EXERCÍCIO: 2020 INSTRUÇÃO POR: UR-05 PROCESSO PRINCIPAL: 19809.989-20-5 Em face do apontado pela UR-5 (evento 16 do TC-019809.989-20-5 e evento 9 do TC-020081.989-20-4), assino aos responsáveis o prazo comum de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da publicação deste despacho, para os fins do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, ou, ainda, para as alegações que forem de seus interesses. Apresentadas razões de defesa ou decorrido o prazo sem ação dos interessados, retornem os autos ao Gabinete. Ao Cartório.

Publique-se.
EXPEDIENTE: 00021902.989-20-1 INTERESSADA: LITORAL SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA ADVOGADO: LUCAS MORENO PROGIANTE (OAB/SP 300.411) MENCIONADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAEUM ASSUNTO: Petição apresentada em face do despacho que indeferiu o processamento sob rito do Exame Prévio de Edital de Impugnação ao edital da Concorrência nº 07/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Itanhaém tendo por objeto a outorga de concessão para prestação de serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, por ônibus, para município, envolvendo a mobilização, operação, manutenção e reposição de veículos, materiais, equipamentos e sistemas e, ainda, mão de obra especializada (DOE de 16-9-20). RECURSO/AÇÃO DOE nº 00021501.989-20-6 Litoral Sul Transportes Urbanos Ltda. subscreveu pedido de impugnação à Concorrência nº 07/2020, certame instaurado pela Prefeitura Municipal de Itanhaém tendo por objeto a outorga de concessão para prestação de serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, por ônibus, naquele município, envolvendo a mobilização, operação, manutenção e reposição de veículos, materiais, equipamentos e sistemas e, ainda, mão de obra especializada, no TC-021501.989-20-6. A matéria teve distribuição ao meu Gabinete por prevenção em razão da conexão entre seu conteúdo e o teor dos TC-021771.989-19-1 (julgado parcialmente procedente, com recomendações, em Sessão Plenária de 13-11-19) e TC-021323.989-20-2 (expediente arquivado em razão do indeferimento liminar do seu processamento sob rito sumárioíssimo, DOE de 12-9-20). Submetida à apreciação a peça ofertada no TC-021501.989-20-6, foi exarado despacho fundamentado, conforme preceito o art. 220, § 1º, do Regimento Interno desta Corte, indeferindo-se o processamento da matéria sob o rito do Exame Prévio de Edital, com consequente determinação de arquivamento do expediente (DOE de 16-9-20). Na presente oportunidade a empresa apresenta petição intitulada como “emargos de direito”, aduzindo, em síntese, que teria havido omissão no despacho proferido no TC-021501.989-20-6 em relação a sua crítica à qualimetragem atualmente constante do edital. Destacou, ainda, que a Prefeitura não teria ofertado resposta à sua impugnação administrativa. Pede a modificação do juízo, com a finalidade de ver deferida a liminar para suspensão do certame, com o recolhimento da matéria sob rito sumárioíssimo. Passo a analisar a exordial. Em preliminar, tratando-se de despacho, nos termos do art. 220, § 1º do Regimento Interno desta Corte, o recurso cabível é o agravo, conforme art. 152 da referida norma e art. 62 da Lei Complementar nº 709/93. Como efeito, é inadmissível o recebimento na via processual pretendida, já que os embargos, de acordo com o art. 66 da Lei Complementar nº 709/93, são cabíveis em oposição a “julgamentos”. Não obstante, diante do teor do art. 141 do Regimento Interno deste Tribunal e do art. 54 da Lei Complementar nº 709/93, porque respeitado o prazo do recurso cabível e não evidenciada má-fé, aplica-se ao caso o princípio da fungibilidade dos recursos. Nessa senda, recebo o apelo como agravo. Sobre a argumentação apresentada, não vejo elementos para reformar o entendimento já explanado, uma vez que o aspecto atrelado à qualimetragem já foi alvo de decisão de mérito e de reanálise por parte da Prefeitura. Assim, com a devida vênia, entendo inaplicável a situação juízo de retratação, razão pela qual mantenho integralmente o despacho agravado. Dê-se vista ao A. PPC, retornando para deliberação. Ultimeada a instrução, o processo será submetido ao E. Tribunal Pleno nos termos Regimentais. Ao Cartório.

Publique-se.
Despachos publicados pelo Presidente da Segunda Câmara Conselheira Renato Martins Costa
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000006675 (Ref: TC-2947.989-18-2) INTERESSADA: Linamariz Battiastella - Secretária de Direitos da Pessoa com Deficiência ADVOGADOS: Marina Vitória Tiezzi - (OAB/SP n. 298.158) e Outros ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Ao Gabinete do Relator. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000681 (Ref: TC-4316.989-18-5) INTERESSADO: Roberto Donda - Prefeito do Município de Santo Antonio do Aracanguá ADVOGADO: Marcus Vinicius Ibanez Borges - (OAB/SP n. 214.215) ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000682 (Ref: TC-89.989-02-15) INTERESSADO: Enio Luiz Tenório Perrone - Presidente da Câmara do Município de Presidente Prudente ADVOGADOS: José Ubirajara de Oliveira Fontes - (OAB/SP n. 130.091) e Outro ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Comunicue-se SDG.

Publique-se.

EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000684 (Ref: TC-12.756.989-20-8) INTERESSADO: Associação Santa Casa de Misericórdia e Maternidade “Dom Julieta Uyah” Inteiro Objeto: Marcelo Lopes ADVOGADOS: Christiane Leite Fonseca - (OAB/SP n. 355.500) e Outro ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000659 (Ref: TC-13.973.989-20-5) INTERESSADO: Victor Fernando Mussio- Presidente do Instituto de Previdência do Município de Cândido Rodrigues ADVOGADO: Daniel Rinaldi Marzano - (OAB/SP nº 306.747) ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000666 (Ref: TC-7459.989-20-8) INTERESSADO: Fábio Marcondes - Prefeito do Município de Lorena ADVOGADOS: Márcio Cammarosano (OAB/SP nº 24.170) e Outros ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000667 (Ref: TC-107.989-19-6) INTERESSADO: Frederico Guidoni Scarnellano - Prefeito do Município de Campos do Jordão ADVOGADOS: Mayara Oliveira Torres da Silva - (OAB/SP nº 428.806) e Outros ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Ao Gabinete do Relator. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000672 (Ref: TC-23.107.989-19-6) INTERESSADO: Frederico Guidoni Scarnellano - Prefeito do Município de Campos do Jordão ADVOGADOS: Kaique Jacinto Carvalho Almeida - (OAB/SP nº 390.646) e Outros ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Ao Gabinete do Relator. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
EXPEDIENTE: Fale Consocio - PLV 0000000674 (Ref: TC-420.989-18-8) INTERESSADO: Frederico Guidoni Scarnellano - Prefeito do Município de Campos do Jordão ADVOGADOS: Kaique Jacinto Carvalho Almeida - (OAB/SP nº 390.646) e Outros ASSUNTO: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Ao Gabinete do Relator. Comunicue-se SDG.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-021907.989-20-6. Representante: S&T Comércio de Produtos de Limpeza e Descartáveis e Informática Ltda, por sua procuradora Fernanda Massad de Aguilar Fabretti (OAB/SP nº 261.222). Representada: Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora. Responsável: Joel David Haddad (Prefeito Municipal). Assunto: Representação formulada contra o Edital de Pregão Presencial nº 48/2020, Processo Administrativo nº 2808/2020, promovido pela Prefeitura de Salto de Pirapora, tendo por objetivo o registro de preços para eventual aquisição de kit de higiene e limpeza para diversas Secretarias. Trata-se de Representação formulada pela empresa S&T Comércio de Produtos de Limpeza e Descartáveis e Informática Ltda., contra o Edital de Pregão Presencial nº 48/2020, Processo Administrativo nº 2808/2020, promovido pela Prefeitura de Salto de Pirapora, tendo por objetivo o registro de preços para eventual aquisição de kit de higiene e limpeza para diversas Secretarias. Segundo a documentação que acompanha a inicial, a sessão de abertura do pregão está agendada para os 09h da data 22 de setembro de 2020. A petição inicial surge-se, em apertada síntese, contra a especificação de produtos e sem respeito às definições técnicas exigidas em lei, face à dispensa de documentos que assegurem a qualidade dos produtos e do fornecimento, como ficha técnica FISPQ e demais ANVISA. Nesse sentido, explicita que o Edital não exige que as empresas participantes apresentem Registro do Produtos junto à Anvisa, a Licença de Funcionamento (Alvará Sanitário-SIVISA MUNICIPAL), expedida pelo serviço de vigilância sanitária local, conforme Código Sanitário LEI Complementares, e a AFE-Autorização de Funcionamento Específica emitida pela ANVISA. Nesse sentido, pela qualidade dos produtos licitados, mister se faz a inclusão de exigências de apresentação de Registro dos Produtos junto à Anvisa, da certificação SIVISA e AFE- autorização de funcionamento específica emitida pela ANVISA, o que motiva a presente Impugnação, que deverá ser julgada procedente nos termos que seguem. Entende que a dispensa de tais documentos só se aplicaria se a licitação pudesse contemplar empresas varejistas como vencedoras do certame, o que não se dá como o caso em comento. Porante neste sentido, pelo acolhimento de suas razões, com o posterior julgamento no sentido da procedência da representação. É o relatório. Decido. Adstrita aos termos da Representação, não vislumbro motivos para determinar o processamento do presente feito sob o rito de exame prévio de edital. Verifica-se que o questionamento recaiu sobre a ausência de exigência da apresentação de alguns documentos, como autorização de funcionamento emitida pela ANVISA, licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e Municipal e registro do produto. Entendo que a questão não se trata condição capaz de restringir a competitividade do procedimento licitatório em tela. Ademais, verifica-se que o próprio Edital dispõe em seu Anexo I - Termo de referência que: Será exigido para os vencedores Registro/Intimação na ANVISA para os itens que legalmente exigirem. Será exigido dos vencedores amostras de todos os itens. - A administração se reserva no direito de solicitar laudos/laudos técnicos dos vencedores dos itens que julgar necessário para atestar a qualidade. Caso peça será concedido o prazo de 30 (trinta) dias. Não obstante, cabe ressaltar que eventuais impactos negativos à competitividade do presente certame, decorrentes do aspecto aqui tratado ou outros que sobrevierem em sede ordinária, quando da efetiva contratação. Em vista do exposto, sem embargo da ressalva assinalada, deixo de adotar medida de suspensão do certame e determino o arquivamento do feito, com prévia ciência desta decisão, por meio eletrônico, à Representante e à Representada. Esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra da decisão e da representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tcesp.gov.br.

Publique-se.
Expediente: Solicitação PLV0000000678. (Ref: TC-1625.989-20-7, TC-1636.989-20-4, TC-1638.989-20-2 e TC-1665.989-20-8). Interessado: Município de Maracá, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eduardo Correa Sotana. Advogados: Gerválio de Castilho (OAB/SP nº 97.946) e Renê dos Santos (OAB/SP nº 168.250). Assunto: Pedido de Sustentação Oral, formulado pelo Dr. Gerválio de Castilho (OAB/SP nº 97.946), na qualidade de procurador do Município de Maracá (Procurador autônomo chamado), no âmbito dos processos TC-1625.989-20-7, TC-1636.989-20-4, TC-1638.989-20-2 e TC-1665.989-20-8 (Recursos Ordinários - Itens 54 a 57 da Pauta), incluído na pauta da 27ª Sessão da E. Primeira Câmara, a realizar-se no dia 22/09/2020, às 14h30. Defiro a sustentação oral requerida observando-se as cautelas de estilo, devendo o ato ser realizado por sistema eletrônico de videoconferência, nos termos do Comunicado SDG nº 15/2020.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-0001331.989-20-6 (LICITAÇÃO/CONTRATO). Contratante: Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. Contratada: Deliberati Serviços e Construções EIRELI. Objeto: Serviços de revitalização de área (parque infantil), pavimentação e iluminação de vias, execução de passeio em concreto em diversas áreas e vias do Município, conforme planilha, cronograma, memorial descritivo e planta constante dos anexos do edital. Em Exame: Licitação - Tomada de Preços nº 18/2019 (Processo nº 8148/19) - Contrato nº 01/2020, assinado em 14/01/2020, Prazo: Execução: 03 (três) meses (início 20/02/2020) - Valor: R\$ 264.444,67. Assunto: Pedido de Sustentação Oral - por videoconferência Defiro o pedido, nos termos requeridos. Ao Gabinete do Relator. Comunicue-se SDG.

Publique-se.
PROCESSO: eTC-0001336.989-20-5 (EXECUÇÃO CONTRATUAL). Em Exame: Acompanhamento de Execução Contratual. Cuidam os autos da Licitação modalidade Tomada de Preços nº 18/2019 (Processo nº 8148/2019) e do decorrente Contrato nº 01/2020 (eTC-13311.989-20-6), e o consequente Acompanhamento da Execução Contratual (eTC-13536.989-20-5) celebrados entre a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista e a empresa Deliberati Serviços e Construções EIRELI, tendo por objeto a execução de serviços de revitalização de área (parque infantil), pavimentação e iluminação de vias, execução de passeio em concreto em diversas áreas e vias do Município, conforme planilha, cronograma, memorial descritivo e planta constante dos anexos do edital, pelo prazo de execução de 03 (três) meses, no valor inicial de R\$ 264.444,67. A instrução da matéria coube a Unidade Regional de Campinas - UR-03, que elaborou os laudos constantes dos eventos 22.4 do eTC-13311.989-20-6 (Licitação) e Contrato e 15.3 do eTC-13536.989-20-5 (Acompanhamento da Execução Contratual), concluindo que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados, comprometem o procedimento licitatório e o contrato examinados, bem como quanto ao acompanhamento da execução contratual, quais sejam: eTC-0001331.989-20-6 (LICITAÇÃO/CONTRATO). A) Prefeitura de Várzea Paulista não atendeu a Requisição KL nº 19/2020 (evento 22.1) para apresentação de documentos solicitados pela Fiscalização da UR-03 - Campinas, prejudicando a análise e instrução dos autos; b) Não houve publicação do edital em jornal de grande circulação e divulgação em sites oficiais. III do artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93(c). Não demonstrou o atendimento à Cláusula 10, posto que não foi apresentado o comprovante da Garantia para celebração contratual; Não apresentou a declaração nos termos dos artigos 83, inciso XVIII, das Instruções nº 02/2016. eTC-00013536.989-20-5 - Acompanhamento da Execução Contratual/Visita Presencial (Prejudicada - COVID - 19) realizada remotamente em 20/05/2020 - Análise documental - Data Final da Vigência: 20/04/2020.1. A Prefeitura de Várzea Paulista não atendeu a Requisição KL nº 20/2020 (evento 15.1) para apresentação de documentos solicitados pela Fiscalização da UR-03 - Campinas, prejudicando a análise e/ou acompanhamento da execução contratual; e. O contrato não prevê prazo de vigência, apenas de execução do objeto, o qual é de 03 meses, contados da data determinada na Ordem de Serviço, 20/02/2020. Nesse contexto, considerando o pronunciamento externado pela Unidade Regional de Campinas - UR-03.2, assino aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que os interessados tomem conhecimento das objeções consignadas nos citados autos e apresentem as alegações que entenderem cabíveis. Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados no sistema de processo eletrônico, no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCESP, na página www.tcesp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-13634.989-20-6. Origem: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. Responsáveis(s): Marcos Vinicius de Almeida e Melo - Prefeitura Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL agosto/COVID-19. Exercício: 2020. Advogados: Delciani Felizardo - (OAB/SP nº 299.182) e Eduardo Leal e Souza - (OAB/SP nº 109.013, Graziela Nóbrega da Silva - (OAB/SP 247.092). Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. A matéria foi instruída pela UR/7, com apontamentos junto ao evento 64. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrangidas no TC-3323.989-20-2, sob minha relatoria, e integro as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marcos Vinicius de Almeida e Melo, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publique-se.
PROCESSO: TC-13857.989-20-6. Origem: Prefeitura Municipal de Guarulhos. Responsáveis(s): Gustavo Henric Costa - Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL agosto/COVID 19 - Agosto/2020. Exercício: 2020. Advogados: Antonio Carlos Zovini de Barros Fernandes - (OAB/SP 231.360, Edna dos Santos Silva - (OAB/SP 320.221). Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL - COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Guarulhos. A matéria foi instruída pela 3ª DF, com apontamentos junto ao evento 97. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrangidas no TC-3247.989-20-2, sob minha relatoria, e integro as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Gustavo Henric Costa, para que tome ciência da matéria e proceda as correções necessárias de imediato.

Publique-se.

PROCESSO: eTC-00018163.989-20-5 (2º Termo Aditivo). Contratante: Prefeitura Municipal de Baurerri. Contratada: Ferreira Topografia Ltda. Objeto: Serviço de Levantamento Topográfico e correlatos em diversos locais. Matéria: Licitação - Concorrência Pública SO nº 016/2018 - Contrato nº 062/2018, assinado em 22/06/2018, Vigência: 12 (doze) meses a partir da Ordem de Intim (22/06/2018 a 22/06/2019) - Valor: R\$ 805.271,04 (eTC-18023.989-19-6 - SOBRESTADO). 1º Termo de Aditamento SO nº 104/2019 ao Contrato SO nº 62/2018, firmado em 19/06/2019 - Finalidade: Prorrogação prazo de reajuste de valor (TC-18523.989-19-6 - SOBRESTADO). Execução Contratual (TC-18071.989-18-8 - AT. DF-08.1). Em Exame: 2º Termo de Aditamento SO nº 100/2020 ao Contrato SO nº 62/2018, firmado em 19/06/2020 - Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses (22/06/2020 a 21/06/2021), mantido o valor de R\$ 805.271,04 (evento 1.8). Autoridade Responsável pelo Órgão Jurisdicionado e que firmou os instrumentos: Rubens Furlan (Prefeito Municipal) e André Augusto dos Reis (Secretário Municipal de Obras). Pela Contratada: Eduardo Pinto Ferreira (Representante Legal). Termo de Ciência e de Notificação de 19/06/2020 (evento 1.11). Em exame, nesta oportunidade, o 2º Termo de Aditamento SO nº 100/2020 ao Contrato SO nº 62/2018, firmado em 19/06/2020, entre a Prefeitura Municipal de Baurerri e empresa Ferreira Topografia Ltda., tendo por objeto a execução de serviço de Levantamento Topográfico e correlatos em diversos locais, ajuste destinado em prorrogar o prazo contratual por mais 12 (doze) meses (22/06/2020 a 21/06/2021), mantido o valor de R\$ 805.271,04. A 8ª Diretoria de Fiscalização - DF-08.1, ao proceder à instrução da matéria, em sua manifestação constante do evento 16.3 do processo, concluiu que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados, comprometem o termo de aditamento examinado, quais sejam: a) Acessoriedade às irregularidades do certame que seguem a contratação, conforme instruído no TC 18023.989-19;

e.b) Falha ao deixar de exigir-se o recolhimento da garantia adicional prevista no processo (Item 15 do laudo). Considerando o pronunciamento externado pela 8ª Diretoria de Fiscalização – DF-08.1, assino aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento das objeções consignadas nos presentes autos e possam apresentar as alegações que entenderem cabíveis. Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciação, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCSP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
Processo: TC 3334-080-20-0. Órgão: Congresso Diretoria.

Processo: TC-2334.98/20-9. Órgão Concessor: Diretoria de Ensino - Região de Mirante do Paranapanema - Secretaria da Educação. Responsável: Enio Magro. Dirigente Regional de Ensino. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio. Responsável: Ailton Cesar Herling. Prefeito Municipal. Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados ao transporte escolar aos alunos da rede estadual de ensino. Em exame: Prestação de Contas. Convênio. Valor: R\$ 2.936.801,40. Exercício: 2017. Fiscalização: UR-05. Em exame: prestação de contas dos recursos repassados pela Secretaria de Educação

Região de Monte de Paranapanema à Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio, no exercício de 2017, no valor total de R\$ 2.936.801,40, em decorrência de Convênio, celebrado em 01/08/2016, destinado ao auxílio e manutenção do Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino. A Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio não apresentou a regularidade dos repasses e gastos efetuados no total de R\$ 2.677.908,70, concluindo que o restante não aplicado, o montante de R\$ 258.892,70, deverá ser recolhido pela Prefeitura Municipal em 24 parcelas, conforme negociado e autorizado pela Governador do Estado (evento 14.4). Nesse sentido, os documentos anexos apresentam a lista com o valor de cada parcela e o reconhecimento e parcelamento de Dívida foi assinado entre as partes em 30/07/2019, com pagamento da primeira parcela efetuada pela Municipalidade em 15/08/2019 (evento 14.3). Diante do exposto, proceda-se à NOTIFICAÇÃO eletrônica (14.5) da Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio para o recolhimento das parcelas devidas até a presente data, em cumprimento ao termo de Parcelamento firmado. Na sequência, ENCAMINHEM-SE os autos à UR-05, para fins de continuidade da instrução do processo. Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 12.201/2016, do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, que dispõe sobre o uso do sistema de processamento eletrônico, que compõem os autos poderão ser obtidos mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico e TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

PROCESSO: TC-004294.989.16-5. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIUNA. RESPONSÁVEL: Fabio Bello de Oliveira - Prefeito Municipal. ASSUNTO: CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2016. ADVOGADOS: Eurides de Silva (OAB/SP 388.758) e outros. EM EXAME. Requer a cancelamento da Contabilidade de Trânsito em Julgado lançada no evento 24 do TC-001927.989.20-2 e devolução do prazo recursal (eventos 155), reiterando seu pedido (evento 155). Em exame os pedidos formulados pelo Sr. Fabio Bello de Oliveira, Prefeito Municipal de Ibiuna para cancelamento da Contabilidade de Trânsito em Julgado lançada no evento 24 do TC-001927.989.20-2, com fundamento no art. 154 do Regimento Interno (evento 155). Destaco que os autos tratam das Contas Anuais do Exercício de 2016 daquela Municipalidade, as quais foram objeto de Parecer Prévio Desfavorável emitido pela Primeira Câmara (Sessão de 17/07/2018, DOE de 19/09/2018) e confirmado em sessão de Pedido de Reexame pelo e. Tribunal Pleno (Sessão de 20/09/2019, DOE de 14/01/2020). O responsável pelos Embargos de Declaração (evento 155) não apresentou recurso no prazo de 15 dias em sessão de 14/03/2020, conforme Acórdão publicado no DOE de 21/03/2020. Nesta oportunidade, o interessado impugnou a certificação de trânsito em julgado por entender que os prazos processuais estariam suspensos por força do Ato GP nº 05/2020, o qual perdurou até a vigência do Ato GP nº 08/2020. Não obstante, cabe destacar que em virtude dos fatos para apreciação das Contas Municipais e Pedido de Reexame, o interessado não apresentou recurso no prazo de 15 dias e no § 1º do art. 195 do Regimento Interno, esta Corte já havia retomado a tramitação desses feitos e fruição de prazos nessas matérias desde 31/03/2020, data da publicação do Ato GP nº 06/2020: Dispõe sobre a tramitação de processos que tratam das contas anuais das administrações financeiras dos municípios e dos pedidos de reexames apresentados em face dos pareceres desfavoráveis emitidos pelo Conselho Municipal de São Paulo. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES, no uso de suas atribuições CONSIDERANDO os prazos estabelecidos no art. 24 da Lei Complementar Estadual nº 709/93 c/c art. 195, § 1º do Regimento Interno, para emissão de parecer prévio sobre a prestação anual decorrente da administração financeira dos municípios, e no art. 154 do Regimento Interno do TCE/SP, resolve: 1º) Reestabelecer a tramitação, nas dependências internas, dos processos de contas anuais de Prefeitos, bem como os feitos que tratem de respectivos pedidos de reexame. Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação. Dessa forma, considerando que o Acórdão foi publicado em 21/03/2020 e que os prazos processuais em Contas de Prefeitura estavam suspensos por força do Ato GP nº 05/2020, não houve o esgotamento dos recursos frente ao Acórdão do TC-001927.989.20-2 transcorreu entre 01 e 07/04/2020, operando-se o trânsito em julgado em 08/04/2020, conforme bem lançado pelo Cartório desta relatoria. A título argumentativo, destaco que o recálculo do prazo recursal a partir do disposto no Ato GP nº 08/2020 apenas retardaria o trânsito em julgado para 19/05/2020, inexistindo, portanto, nenhum prejuízo ao seu direito de defesa considerando os termos expostos, indeferido os pedidos constantes dos eventos 154 e 155.

Processo: TC-4940.989.19.7. Interessada: Prefeitura Municipal de ORLÂNDIA. Responsável: Osvaldo Ribeiro Junqueira Neto – Prefeito Municipal.Assunto: Contas Municipais. Exercício: 2019. Em exame: Solicitação de prazo suplementar – deferido por 15 dias. Advogado: Leandro Cezar Gonçalves – OAB/SP 193.918. Trata os presentes das contas do exercício de 2019 da Municipalidade de Orândia. O relatório de inspeção foi elaborado pela UR17 (evento 71), do qual a Interessada foi regularmente notificada – DOE 18.07.10 (evento 77). Na sequência, o Interessado/Municipalidade solicitou e obteve a prorrogação de prazo para apresentação de justificativas – DOE 13.08.20 (evento 89). Agora o Interessado/Municipalidade comparece novamente nos autos e apresenta renovação do seu pedido para dilação de prazo para apresentação de justificativas (evento 94). DEFIRO, pelo prazo excepcional e improrrogável de 15 (quinze) dias. Esgotado o termo fixado – independentemente de movimentação por parte do Interessado/Origem, encaminham-se os autos à ATI, retornando pelo MPC.

Publicuse-se.
Processo: TC-14639.989.17-7. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo. Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ n.º 06.147.031/0001-56). Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato n.º 581/2006, abrangido nos autos do TC-13748.989.17-5). Matéria: Termo de Aditamento n.º 668, assinado em 29/11/07. Responsáveis: Autoridade que firmou o aditamento: Cesar José Bonjanni Pagan (Prefeito do Município de Amparo à época).

Signatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hironaga. Prefeito autista: Luiz Oscar Vitale Jacob. Processo: TC-14643.989.17-3. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo. Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ nº 06.147.031/0001-56). Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato nº 581/2006, abrigado nos autos do TC-13748.989.17-5). Matéria: Termo de Aditamento nº 420, assinado em 2005/08. Responsáveis: Autoridade que firmou o aditamento: Cesar José Bonjanni Pagan (Prefeito do Município de Amparo à época). Signatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hironaga. Prefeito autista: Luiz Oscar Vitale Jacob. Processo: TC-14643.989.17-1. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo. Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ nº 06.147.031/0001-56). Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato nº 581/2006, abrigado nos autos do TC-13748.989.17-5). Matéria: Termo de Aditamento nº 688, assinado em 30/09/08. Responsáveis: Autoridade que firmou o aditamento: Cesar José Bonjanni Pagan (Prefeito do Município de Amparo à época). Signatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hironaga. Prefeito autista: Luiz Oscar Vitale Jacob. Processo: TC-14645.989.17-9. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo. Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ nº 06.147.031/0001-56). Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato nº 581/2006, abrigado nos autos do TC-13748.989.17-5). Matéria: Termo de Aditamento nº 712, assinado em 09/10/08. Responsáveis: Autoridade que firmou o aditamento: Cesar José Bonjanni Pagan (Prefeito do Município de Amparo à época).

Sigatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hironaga. Prefeito atual: Luiz Oscar Vital Jacob. Processo: TC-14648.989.17-6. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo/Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ 06.147.031/0001-56).Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato nº 581/2006, abrigado nos autos do TC-13748.989.17-5).Matéria: Termo de compromisso assinado pelo Prefeito do Município de Amparo/SP (Pessoa jurídica que firmou o aditamento: Paulo Turoto Miotta (Prefeito do Município de Amparo à época), Sigatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hironaga. Prefeito atual: Luiz Oscar Vital Jacob. Processo: TC-14652.989.17-9. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo/Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ nº 06.147.031/0001-56).Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município

de Amaro à época). Contrato n.º 581/2006, abrangido nos autos do TC-13748.989.17-5. Matéria: Termo de Aditamento n.º 473, assinado em 29/05/09.Responsáveis: Autoridade que firmou o aditamento: Paulo Turota Miotta (Prefeito do Município de Amparo à época). Signatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hirano. Processo: TC-14656.989.17-5. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo/Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ n.º 06.147.031/0001-56). Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato n.º 581/2006, abrangido nos autos do TC-13748.989.17-5). Matéria: Termo de Aditamento n.º 606, assinado em 23/07/09. Responsáveis: Autoridade que firmou o aditamento: Paulo Turota Miotta (Prefeito do Município de Amparo à época). Signatários do aditamento pela Contratada: Raul Bernardo e Masayuki Hirano. Prefeito atual: Luiz Oscar Vital Jac. Processo: TC-6435.989.18-1. Contratante: Prefeitura Municipal de Amparo/Contratada: BOP Construtora Ltda. (CNPJ n.º 06.147.031/0001-56). Objeto: Execução da obra referente ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (Contrato n.º 581/2006, abrangido nos autos do TC-13748.989.17-5).Matéria: Rescisão unilateral do Contrato n.º 581/2006, publicada no DOE de 22/09/09.Responsáveis: Autoridade que rescindiu unilateralmente o ajuste: Paulo Turota Miotta (Prefeito do Município de Amparo à época). Prefeito atual: Luiz Oscar Vital Jac. Expediente: TC-14077.989.17-6.Interessada: Câmara Municipal de Amparo, por seu Presidente à época, Sr. Rogério de Almeida. Assunto: Relatório conclusivo dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurou irregularidades na execução das obras referentes ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (evento n.º 1.2).Responsáveis: César José Bonjanni Pagan e Paulo Turota Miotta (Prefeitos do Município de Amparo à época). Prefeito atual: Luiz Oscar Vital Jac. Expediente: TC-14077.989.17-6. Interessada: Câmara Municipal de Amparo, por seu Presidente à época, Sr. Rogério de Almeida. Assunto: Relatório conclusivo dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurou irregularidades na execução das obras referentes ao sistema de afastamento, tratamento e disposição final dos esgotos urbanos do município de Amparo/SP (evento n.º 1.2).Responsáveis: Márcia Liberati Barbosa Honorato (OAB/SP n.º 191.573), Priscila Chebal (OAB/SP 162.480), Cláudia Carolina Campana (OAB/SP 242.754) e Marcela Belici Cherubine (OAB/SP 113.601). Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo para entrega de esclarecimentos, formulado por Paulo Turota Miotta - ex-prefeito do Município de Amparo - em nome de sua esposa, Marcela Belici Cherubine (OAB/SP 113.601), conforme evento nº 193 do TC-14639.989.17-7. Defiro o prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis em atendimento ao solicitado no presente supramencionado.

Público-Setor

Processo TC-680.970.195. Contratante: Prefeitura Municipal de Guarulhos. Contratada: Promobom Autopass S/A. Objeto: Fomento de Vale-Transporte Intermunicipal/Municipal, em forma de crédito eletrônico, para Servidores Públicos do Município de Guarulhos. Em exame - Execução do Contrato nº 03830/2016 - GLC, celebrado em 16/12/16, pelo prazo de 12 meses, com vigência até 12/12/17, e o Termo Aditivo nº 001-03830/2016-DLC, firmado em 15/12/17, (Inexigibilidade de Licitação e Contrato em análise no TC-5094.398.145.1). - 1º Relatório de Acompanhamento, de 23/05/17 - Evento 14.1; - 2º Relatório de Acompanhamento, de 04/04/18 - Evento 33.4; - 3º Relatório de Acompanhamento, de 05/02/20 - Evento 75.8; - Termo de Recebimento Definitivo, de 09/08/19: Henrique da Silva Reis (Fiscal do Contrato) – evento 56.2.Responsáveis pela assinatura do Contrato: Geraldo Sergio Nogiri de Siqueira (Secretário Municipal de Administração e Modernização à época);Rubens Fernandes Gil Filho e Edison Jafury (Diretores da empresa contratada) – Termo de Ciência nº 001-03830/2016-GLC, datado em 12/12 do TC-5094.398.145.1, assinável pela assinatura do Termo de Recebimento Definitivo: Henrique da Silva Reis (Fiscal do Contrato).Prefeito Municipal de Guarulhos: Gustavo Henric Costa Advogados - Antonio Aleixo da Costa (OAB/S/P nº 200.564); Elio Guilan Benício de Melo (OAB/S/P nº 371.188); Antonio Carlos Zevin de Barros Fernandes (OAB/S/P nº 231.360); Edma dos Santos Silva (OAB/S/P nº 320.221); Rodrigo Maximiliano Ribeiro de Oliveira (OAB/S/P nº. 188.808); Leandro Wagner Locatelli (OAB/S/P nº. 231.392); Jurandí Fernandes Ferreira (OAB/S/P nº. 113.150).Instrução: 3ª DF. Em exame a execução do Contrato nº. 03830/2016 - GLC, celebrado em 16/12/16, pelo prazo inicial de 12 meses, no valor total de R\$ 1.040.090,00, entre a Prefeitura Municipal de Guarulhos e Guarupó, visando às necessidades de Transporte Urbano de Passageiros de Guarulhos e Região, objetivando o fornecimento de vale transporte em forma de crédito eletrônico, nas modalidades de transporte coletivo, urbana e integrado, municipal ou intermunicipal, para servidores públicos do Município de Guarulhos. O referido ajuste, realizado com

inexistência de Licitação (art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8666/93), encontra-se em análise no TC-5094.989.17.5, e sua vigência foi prorrogada para 16/12/2018, em decorrência do Termo de Aditamento nº 01-038301-2016-DLC, firmado em 15/12/2017. A Equipe de Fiscalização apontou falhas em relação à matéria no 2º e 3º Relatórios de Acompanhamento, elaborados nos meses de novembro e dezembro de 18 (Eventos 33.4 e 02/2018, respectivamente). A primeira impugnação (Evento 33.4) apontou metodologia de pagamento (evento 82 do TC-208.989.187.5) em desacordo com o estabelecido no Item 4.1 do Contrato nº 038301-2016 - GLC (evento 1.21 do TC-5094.989.17.5), acrescentando-se ao montante a ser pago entre 5% a 10% desse valor, a título de “prevenção”, verificando a 3ª DF que o total de R\$ 139.365,41 contabilizava a título de “prevenção”, não foi restituída a quantia de R\$ 10.296,95. Constatada, portanto, a realização de pagamentos em desacordo com o estabelecido no Contrato, mediante aplicação de taxa de administração, de 5% a 10%, e 3,75%, quando um acréscimo de R\$ 8.184,70 sobre a quantia devida (período entre dezembro de 2017 a agosto de 2018 - Memória de Cálculo juntada no evento 705/2015). Concedido prazo de manifestação aos interessados (DOE de 05/08/2020) o Município de Guarulhos alegou no evento 110.71 que o total efetivamente acrescido a título de “prevenção” foi descontado do pagamento referente a outro Contrato, não havendo, portanto, o mesmo em desacordo com o estabelecido, outrossim, que a contratada só estava a devolver o citado montante pago a maior referente à diferença na taxa de administração, pleiteando a Municipalidade, portanto, a este Corte, prazo adicional de 15 dias para regularização da situação. Nessa conformidade, assino aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 70/93, para que apresentem, por meio eletrônico, as informações e documentos necessários à elucidação da matéria. Esclareço que por se tratar de procedimento administrativo, o prazo de 15 dias, previsto no 172º da Lei nº 9782/2019, a integral deste processo poderá ser realizado mediante regular credenciamento no Sistema de Processo Eletrônico - eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Processo: TC-10929.989.19-2. Origem: Prefeitura Municipal de Embu das Artes. Responsável: Claudine Alves dos Santos – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, realizado pela 7ª DF sobre as contas da Municipalidade de Embu das Artes, exercício de 2019, as quais estão abrangidas no TC-4964.989.19-8. O Dof 04.12.19 (evento 82). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, procede-se o arquivamento dos presentes.

Processo: TC-11008.989.19-6. Origem: Prefeitura Municipal de Bocaina. Responsável: Marco Antonio Grio – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada – Transporte Escolar. Exercício: 2019. Trata os presentes da Fiscalização Ordenada, realizado pela UR/13 sobre as contas da Municipalidade de Bocaina, exercício de 2019, as quais estão abrangidas no TC-4727.989.19 – DOE 01.11.19 (evento 33). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Processo: TC-12964.989.19-8. Origem: Prefeitura Municipal de Itupeva. Responsável: Marco Antonio Marchi – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada. Exercício: 2019. Trata-se dos presentes da Fiscalização Ordenada, realizado pela UR/3 sobre as contas da Municipalidade de Itupeva, exercício de 2019, as quais estão abrangidas no TC-4511.989.19-6. O Responsável foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – DOE 15.11.19 (evento 56). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, procede-se o arquivamento dos presentes.

PROCESSO: C-000013122.989.20.05 (LICITAÇÃO/CONTRATO). Contratada: Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo. Contratada: Javex - Veículos, Peças e Serviços Ltda. Objeto: Aquisição de 01 veículo sedan 0 km para o Gabinete do Executivo. Em Exame - Licitação - Pregão Presencial nº 005/2020 (Contrato nº 261/2020) - Contrato nº 011/2020 de 10/02/2020. Vigência: 12 (doze) meses de 10/02/2020 a 10/02/2021) Valor R\$ 19.490,00 (Dezoito mil e quinhentos e noventa e noventa e nove reais e 00/100). Ato de homologação nº 011/2020, de 10/02/2020, Jurisdicionado, pela Homologação da Licitação, pelo Acordo de Acompanhamento da Execução Contratual e que firmou os instrumentos: Marco Aurélio Oliveira Pinheiro – Prefeito Municipal; Contratada: Fernanda Pacheco Neves (Vendas Externas Especializadas). Terno de Ciência e de Notificação de 10/02/2020 (evento 1.123). PROCESSO: EX-000014151.989.20.09 (EXECUÇÃO CONTRATUAL). Em Exame: Acompanhamento da execução contratual. Cuidam os autos da Licitação na modalidade de licitação de menor preço, pelo Edital nº 005/2020, de 10/02/2020, decorrente Contrato nº 011/2020 de (EX-13122.989.20.05), e do consequente Acompanhamento da Execução Contratual (EX-14151.989.20.09) celebrados entre a Prefeitura Municipal de São Pedro do Turvo, e a empresa JAVEX – Veículos, Peças e Serviços Ltda, tendo por objeto a aquisição de 01 veículo

seu valor (zero) km para o Gabinete do Executivo, pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses (10/02/2020 a 10/02/2021), no valor global de R\$ 88.000,00. A instrução da matéria coube à Unidade Regional de Marília – UR-04, que elaborou os laudos constantes dos eventos 194.5 do TC-13122.989.20.5 (Licitação/CONtrato) e 9.2 do E-15.151.989.20.9 (Acompanhamento da Execução Contratual), concluindo que os apontamentos do parecer do TCU não foram suficientes para caracterizar a irregularidade e o contrato examinados, todavia não houve objeções quanto ao acompanhamento da execução contratual, destaca oE-TC0013122.989.20.5 (LICITAÇÃO/CONTRATO). Análise jurídica prévia não atentou para as irregularidades detectadas (item 11); Exigência de certidão de tributos não relacionados diretamente ao objeto licitado, no que tange aos tributos federais, estaduais e municipais (item 15.1); Exigência de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, sem a possibilidade de apresentação de Certidão Positiva Com Efeito de Negativa (item 15.2); Restrição à competitividade do preçao (item 15.3); Não comprovação da compatibilidade do certame contratado com o praticado no mercado, considerando a restrição do objeto licitado a ser executado em âmbito municipal; Não apresentação do extrato do contrato, em desacordo com o parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/93, c/c o art. 9º da Lei Federal nº 15.502/02 (item 32);E-TC0015151.989.20.9 – Acompanhamento da Execução Contratual.Visita nº 01 – Análise documental em 19/06/2020 - Final da Vigência: 10/02/2021 (Não foi constatado irregularidade na execução do objeto contratado).

Nesse contexto, considerando o pronunciamento externado pela Unidade Regional de Marília – UR-04, assino as respostasíveis o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 70/93, para que os interessados tomem conhecimento das objeções consignadas nos citados autos, e apresentem as alegações que entenderem cabíveis. Por fim, solicito que se trate o presente procedimento eletrônico na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCPEP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: TC-13647 399-20-09. (Origem: Prefeitura Municipal de Santa Isabel. Responsável(s): Fábria da Silva Porto Rossetti – Prefeitura Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECÍFICO – COVID 19 – agosto/20. Exercício: 2020. Advogados: Flávia Aparecida Santos – OAB/SP 194.641, Luan Aparecido de Almeida – OAB/SP 195.745. Tratamento: 1º Grau.)
ACOMPANHAMENTO ESPECÍFICO – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Santa Isabel. A matéria foi instruída pela UR/7, com apontamentos junto ao evento 82. Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, obrigadas no TC-2995, 399-20-09, sob minha tutela, e integrarão as ações de fiscalização quando houver a sua publicação. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica da Responsável Sr. Fábria da Silva Porto Rossetti, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo: TC-14158.989.20-0. Origem: Prefeitura Municipal de Saltinho. Responsáveis(s): Carlos Alberto Lisi – Prefeito Municipal. Assunto: COMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – agosto/20. Exercício: 2020. Trata-se dos presentes autos de COMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Saltinho. A matéria foi instruída pela UfR/0, com apontamentos em 12/08/2020, item 57. Os presentes tramitam em dependência de aquelas contas, abrangidas no TC-2986.398.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Carlos Alberto Lisi, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo TC-14191.989.20-1. Origem: Prefeitura Municipal de Dumont. Responsável(s): Alan Francisco Ferracini – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID – 19 – agosto 2020. Emissão: 20/10/2020. Advogado(s): Eliezer Pereira de Menezes, OAB nº 168.733. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Dumont. A matéria foi instruída pela URf, com apontamentos junto ao evento 66. Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, obrigadas no TC-2795.989.20-1, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do relatório final. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Alan Francisco Ferracini, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo TC-14198.989.20-4. Origem: Prefeitura Municipal de Terra Roxa. Responsável(s): Marcelino Abbes Filho – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – agosto/20. Exercício: 2020. Trata-se dos presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Terra Roxa. A matéria foi instruída pela UP/6, com apontamentos quanto ao item 7.2. Os presentes tramitam em dependência de aquelas contas, abrangidas no TC-3036.989.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determine a notificação eletrônica do Responsável sr. Marcelino Abbes Filho, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo TC-14357.989.201. Origem: Prefeitura Municipal de Silveiras. Responsáveis(s): Guilherme Carvalho da Silva – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – agosto/20. Exercício: 2020. Trata os presentes autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Silveiras, a qual foi instruída pela UR/SP, com apontamentos, em seu item 57.0, do presente, tramitam em dependência daquelas contas, abrangidas no TC-3175.989.201, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Guilherme Carvalho da Silva, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo: TC-14485.989.19-8. Origem: Prefeitura Municipal de Aparecida. Responsável: Emílio Cesar Marcondes – Prefeito Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada – Hospitais – UPA's UBS's. Exercício: 2019. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada, realizado pela UR/4 sobre as contas da Municipalidade de Aparecida, exercício de 2019, as quais estão abrangidas por TC-4918.989.19 – O RDE foi notificado sobre o teor do laudo de inspeção – Noé 18.12.19 (evento 31). Depois, a matéria foi referenciada ao processo das contas, com lançamento de informações em Item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Processo: TC-14495.989.20. Origem: Prefeitura Municipal de Adolfo. Responsável(s): Izael Antonio Fernandes – Prefeito Municipal. Assunto(s):ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – Agosto/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Adolfo. A Administração foi instruída pela UR/6 com apontamentos em 16/08/2020, no evento 40. Os presentes tramitam em dependência das contas anuais, abrangidas no TC-27119.989.20-4, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Izael Antonio Fernandes, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

[illegible]

Processo: TC-14631.989.20-9. Origem: Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. Responsável (s): Juvenal Rossi – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – agosto/20. Exercício: 2020. Trata-se dos presentes dos autos nº 14631.989.20-9, do processo nº 14631.989.20-9, sobre os atos administrativos do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. A matéria foi instruída pela UR/3, com apontamentos relativos ao evento 89. Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, arquivadas no TC-3298.989-2/3, sob minha supervelocidade, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Juvenal Rossi, para que, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da matéria e proceda as correções destacadas e reinterdita.

Publique-se.

Processo: TC-14645.989.20-3. Origem: Prefeitura Municipal de Meridiano. Responsável(s): Maicon Fabiano de Oliveira – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL COVID 19 – agosto/20. EXERCÍCIO: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Meridiano. A matéria foi instruída pela UR/11, com apontamentos junto ao evento 70. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, arquivadas no TC-2888.989-20-9, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Maicon Fabiano de Oliveira, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

PubliMateria

Processo: TC-14683.989.20-6. Origem: Prefeitura Municipal de Apiaí. Responsável(is): Luciano Polaczek Neto – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Apiaí. A matéria foi instruída pela UR/16, com apontamentos junto ao evento 69. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrigadas no TC-2732.989-20-7, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Luciano Polaczek Neto, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo: TC-14726.989.20-5. **Origem:** Prefeitura Municipal de Capão Bonito. **Responsáveis(s):** Marco Antonio Citadini – Prefeito Municipal. **COMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, EXERCÍCIO 2020.** Trata-se o presentes dados de COMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Capão Bonito. A matéria foi instruída pela UR/16, com apontamentos junto ao item 63. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, abrangidas no TC-3203.989.20-7, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização, quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marco Antonio Citadini, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Publicuse-se.

Processo: TC-14795.989.20-1. Origem: Prefeitura Municipal de Birigui. Responsáveis(s): Cristiano Salmeirão – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – agosto-20. Exercício: 2020. Trata os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre os contatos anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Birigui.

A matéria foi instruída pela URI, com apontamentos junto ao evento 63. Os presentes tratam em dependência aquelas com ciência na nº 3271.989.20-4, sob o mesmo relatório, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Cristiano Salmeirão, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de imediato.

Processo: TC-14828.989.20. Origem: Prefeitura Municipal de Lins. Responsável(s): Edgard de Souza, Lucas Pavezzi Ferreira, José Roberto Danti. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – AGOSTO/20. Exercício: 2020. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Lins. A matéria foi instruída pela UR1, com apontamentos junto ao evento 24. Os presentes tramitam em dependência àqueles contas, abrigadas no TC-3283.989.20-0, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica dos Responsáveis, para que tomem ciência da matéria e procedam as correções destacadas de imediato.

Público-Use: TR-14957.989/20.5. Origem: Prefeitura Municipal de São Simão. Responsável(s): Marcos Daniel Bonagamba – Prefeito Municipal. Assunto: EXERCÍCIO MANUTENÇÃO ESPECIAL – COVID 19 –agosto/20. ACOMPANHAMENTO. Advogado: Carlos Augusto Mella Ribeiro – OAB/SP 278.733. Tratam os presentes dos autos de EXERCÍCIO MANUTENÇÃO ESPECIAL – COVID 19 as contas anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de São Simão, a qual foi instruída pela UFRS, com apontamentos junto ao evento 91. Os presentes tramitam em dependência àquelas contas, arquivadas no TR-3021.989/20, sob minha relatoria, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício. Diante do exposto, determino a notificação eletrônica do Responsável Sr. Marcos Daniel Bonagamba, para que, com ciência da matéria e proceda as correções devidas de imediato.

Publique-se.

Processo: 15278.989.20-7. Origem: Prefeitura Municipal de Cananéia. Responsáveis(s): Gabriel dos Santos Oliveira Rosa – Prefeito Municipal. Assunto: ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19 – AGOSTO/20. Exercício: 2020. Advogado: Marcelo Rosa – OAB/SP 119.156. Tratam os presentes dos autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL – COVID 19, sobre os casos anuais do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Cananéia. A matéria foi instruída pela UR12, com apontamentos junto ao evento 46. Os presentes tramitam em dependência àqueles casos, arquivados no TC-769.989.20-3, sob minha relação, e integrarão as conclusões de fiscalização quando do relatório de Diagnóstico. Diante disso, propõe-se a expedição de carta eletrônica do Responsável Sr. Gabriel dos Santos Oliveira Rosa, para que tome ciência da matéria e proceda as correções destacadas de melhoria.

PROCESSO: eTC-00015755.989.20-9 (DISPENSA/CONTRATO). Contratado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. Contratador: LUISS CARLOS PEREIRA (Localod).Objeto: Locação de um imóvel localizado na Avenida Sallum, nº 1.587, Boa Vista, no Município de São Carlos, para instalação do Ambulatório Médico de Especialidades –AME.Materiais: - Dispensa de Licitação - Processo nº 288/2014 – SMS (Fundamento legal: artigo 24, inc. X, da Lei nº 8.666/93). - Contrato nº 96/2014, assinado em 26/06/2014, Vigência: 12 (doze) meses (26/06/2014 a 26/06/2015) – Valor: R\$ 24.000,00 mensais (evento 118)- 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 96/14, firmado em 19/08/2015– Finalidade: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, retroagindo a 27/06/2015 término em 26/06/2016 – redução

do valor mensal para R\$ 21.600,00 (evento 1.33); 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 9614, firmado em 18/06/2016 - Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, retroagindo a 27/06/2016 término em 26/06/2017 – mantido o valor do aluguel mensal de R\$ 21.600,00 (evento 1.43); 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 9614, firmado em 30/06/2017 Finalidade: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, retroagindo a 27/06/2017 término em 26/06/2018 – redução do valor do aluguel mensal para R\$ 20.000,00 (evento 1.51); 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 9614, firmado em 29/08/2017 Finalidade: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, retroagindo a 27/06/2017 término em 26/06/2019 – sublocação ou arrenda a cessão de uso para entidade “OSC”, mantida demais cláusulas (evento 1.58) - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 9614, firmado em 18/06/2018 Finalidade: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 27/06/2018 término em 26/06/2019 – passando o valor mensal para R\$ 20.570,98 (evento 1.66); 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 9614, firmado em 26/06/2019 Finalidade: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, retroagindo o termo em 26/09/2019 – passando o aluguel mensal para R\$ 21.529,25 (evento 1.75); 7º Termo Aditivo ao Contrato

96/14, firmas em 19/09/2019 Finalidade: Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, apartir de 27/09/2019 término em 26/09/2020 – mantido o aluguel mensal de R\$ 21.529,25 (evento 1.81); Autoridades Responsáveis pelo Órgão Jurisdicionado, pela Dispensa da Licitação e que firmaram os instrumentos: Paulo Roberto Altomani (Prefeito Municipal) e a esposa – Dispende Carlos – 3º ao 7º Termos de Aditamentos/Contrato; Luislir Carlos Pereira (Locador - Proprietário), Termos de Ciência e de Notificação de 26/06/2014 (evento 1.22); 19/08/2015 (ev. 1.3), 11/08/2016 (ev. 1.44); 30/06/2017 (ev. 1.52); 28/08/2017 (ev. 1.59); 18/06/2018 (ev. 1.67); 26/06/2019 (ev. 1.76); 19/09/2019 (evento 1.82) Cuidam os autos da Dispensa de Licitação - Processo nº 288/2014 – SMS (com fundamento legal no artigo 24, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.005/2014, e no artigo 1º, inciso I, da Lei nº 96/2014, assinado em 26/06/2014, bem como dos subsequentes Termos de Aditamento, formalizados, respectivamente em 19/08/2015 (1ª TA); 11/08/2016 (2ª TA); 30/06/2017 (3ª TA); 28/08/2017 (4ª TA); 18/06/2018 (5ª TA); 26/06/2019 (6ª TA) e em 19/09/2019 (7ª TA) ante a Prefeitura Municipal de São Carlos e o locador Luislir Carlos Pereira, tendo por objeto a Locação de um imóvel localizado na Avenida Sallum, nº 1.587, Boa Vista, no Município de São Carlos, para instalação do Ambulatório de Pronto Atendimento, com vigência de 12 (doze) meses, a partir de 26/06/2014 a 25/06/2015, pelo valor mensal de R\$ 24.000,00 – A instrução da matéria coube à Unidade Regional de São Carlos – UR-13, que elaborou o laudo constante do evento 24.1 do ETC-15755.989-20, concluindo que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados, comprometem a dispensa de licitação e o contrato examinados, quais sejam: Ausência nos processos de documentos especificando as adaptações necessárias para o imóvel, em respeito às Cláusulas 4.1.4, 4.1.5, 4.2.2 do Contrato; Falha formal quanto ao preenchimento dos dados de nota de empenho; Justificativas insuficientes quanto ao preço e quanto à escolha do imóvel locado; Justificativas insuficientes para prorrogação do contrato de locação, em desatendimento ao artigo 57, inciso II e §2º da Lei Federal 8.666/93; Celebração de Termos Aditivos de prazo com períodos de vigência retroativos, em desatendimento ao estabelecido no artigo 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93; e Ausência de comprovação de pagamento dos valores devidos, em prejuízo aos pagamentos ao locador em face de adequações realizadas no imóvel pela Administração Municipal. Nesse contexto, considerando o pronunciamento externado pela Unidade Regional de Araraquara – UR-13.3, assinso aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que tomen conhecimento das objeções consignadas nos citados autos e apresentem as alegações que possam ser consideradas para a modificação do procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciação, no Sistema de Processo Eletrônico – eT-PCSP, na página www.tce.sp.gov.br

Público-sujeito: PROCESSO Nº 0001618.989-20. **CONVENIENTE:** Prefeitura Municipal de Santa Rita, Responsável: Sílvia de Souza e Prefeita Municipal. Responsável: José Conrado Dias Netto e Secretário Municipal de Saúde. Resoluções do convênio e de termo de ciência e notificação, eventos 1.13 e 1.15). **CONVENIADO** (A): Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca. Tony Graciano – Presidente do Conselho Administrativo à época (signatário do convênio e de termo de ciência e notificação) e Diretor Geral da Fundação Santa Casa de Misericórdia destinada à manutenção das atividades contínuas de serviços hospitalares para interações tratamento do COVID-19, em 20 lotes de enfermaria, para ocupação exclusiva dos pacientes do município de Franca/SP conforme Plano de Trabalho. EM EXAME: Convênio nº 10/2020, assinado em 26/05/2020, para vigência até 25/08/2020, no valor de R\$ 1.367.190,69. EXERCÍCIO: 2020. O valor de R\$ 1.367.190,69 é referente ao exercício de 2020, pelo que o RS nº 1.367.190,69 e o valor de R\$ 25.720,00, o qual foi selecionado para acompanhamento de sua execução. A instrução da matéria coube à UR-17.De acordo com a equipe de fiscalização, em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), a Prefeitura de Franca, tendo decretado estado de calamidade pública, buscou adequar a rede municipal de saúde e concretizou a contratação, na presente licitação, para a celebração do presente ajuste.Todavia, conforme declaração do Executivo, acompanhada de termo de rescisão assinado por ambas as partes, a vigência do ajuste findou-se em 25/08/2020 sem repasses financeiros à beneficiária e qualquer execução de atividades. Constatou, assim, a regularidade do convênio sob aspecto formal. Na conclusão, diante da insignificância de efeitos econômicos e concretos decorrentes da presente licitação, pelo o arquivamento do lote (evento 18.2). O Diretor(a) da UR-17 entende, todavia, em que se pede proposta de arquivamento, ser o caso de julgamento da matéria (evento 18.5). O MPC informou não terem sido os autos selecionados para análise (evento 21.1).e o termo original.Consante o anotado pela UR-17, não houve execução do objeto, tampouco repasse financeiro vinculado ao contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Franca e a Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca (eventos 18.2 e 18.3). Assim, verificada a incorrência de efeitos financeiros decorrentes do convênio nº 10/2020, determino o arquivamento dos presentes autos.

PROCESSO: TC-018401.989.19-9 (Ref. TC-00479.989.19-0). ORÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES. RESPOSTA: BENTO LUCCHETTI JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL. ASSUNTO: Contas de Prefeitura – Fiscalizações Ordenadas. EXERCÍCIO: 2019. ADVOGADO: José Francisco Limone (OAB/SP 82.138). Os autos albergam os relatórios de Fiscalizações Ordenadas levadas a efeito por esta e. Corte no âmbito das Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes. Considerando que a matéria subvindo à análise do relatório de fiscalização constante do evento 57.63 do processo TC-00479.989.19-0, conforme informado pela UR-13 no evento 25, determino seu arquivamento.

Processo: TC-18497.989.1/4. Origem: Prefeitura Municipal de Aramina. Responsável: Dalva Aparecida Pierro Rodrigues – Prefeita Municipal. Assunto: Fiscalização Ordenada – Medicamentos. Exercício: 2019. Advogado: Daniela Francine Torres – OAB/SP 200.822, Julio Cesar Machado – OAB/SP 330.136. Tratam os presentes da Fiscalização Ordenada- Medicamentos, realizado pela UR17 sobre as contas da Municipalidade de Aramina, exercício de 2019, as quais estão abrangidas no período de 01/05/2019 a 30/09/2019, com base no teor do laudo de inspeção – DOE 03.10.19 (evento 16). Depois, matéria foi referenciada ao processo das contas, com encaminhamento de informações em item próprio do relatório de inspeção. Diante do exposto, considerando o referenciamento da matéria, proceda-se o arquivamento dos presentes.

Expediente: eTC-20154.989.20-6. Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – DEPRE – Serviço de Gestões das Dívidas, Conciliações e Rateios dos Depósitos – Letras Q a Z – Exmo. Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos – DEPRE Dr. Wanderley Federighi. mencionada: Prefeitura Municipal de Pongai. Responsável: Adilson Brumati – Prefeito Municipal. Assunto: Ofício nº 086470/70 – 17.08.20. Processo 90004616-16.2015.8.26.0500/03. Assunto: Sanções Art. 104 ADCT. Trata-se de expediente apresentando

cópia da 1ª defesa proferida no Processo DEPRE nº 90004613-16.2015.8.24.05003, entidade devedora Prefeitura Municipal de Pongal, requerendo à E. Presidência do TJSP o sequestro da importância de R\$ 255.925,89. Na sequência foi juntada cópia de decisão proferida naqueles autos, determinando o cancelamento das medidas antes adotadas, em face do Mandado de Segurança nº 2206367.27.2020.8.26.0000. As contas Anuais do Exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Pongal estão albergadas no processo (E-2952.989-20.0), sob minha retidão. Considerando que a matéria ora noticiada guarda relação com o processo em epígrafe, requeremos a Vossa Excelência, determine seu encaminhamento à UR4 para arquivar, devendo servir de subsídio à inspeção oportuna dos referidos demonstrativos e fazendo constar em item próprio do relatório de fiscalização. Antes, sigam o expediente ao Cartório para: 1- Referenciar ao E-2952.989-20.0; 2- Notificar eletronicamente o e. Órgão subscritor; 3- Encaminhar a matéria à UR4; 4- Arquivar.

Publique-se.

Expediente: TC-020480.989.20.1. Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por intermédio do Exmo. Sr. Desembargador Dr. Wanderley Federrighi, Coordenador do DEPRE-Mencionada: Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul. Assunto: Ofício nº 091076/2020 – encaminha informações sobre a gestão de Precatórios no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul, no exercício de 2020 (sanções do art. 104 do ADCT).Advogada: Pilar Alonso Lopez. Cid (OAB/SP 342.389),Trata-se de ofício encaminhado pelo e. Tribunal de Justiça versando sobre a gestão de Precatórios no âmbito da Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul, no exercício de 2020 (sanções do art. 104 do ADCT).As Contas Anuais do Exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul foram alvo de alegações no processo TC-003132.989.20.3, sob minha relatoria.Encaminha-se este protocolado à Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR-19 para atuar, servindo a matéria de subsídio à análise dos demonstrativos e recebendo tratamento em item próprio do relatório de fiscalização.Antes, porém, ao Cartório para:1 – Referenciar ao TC-003132.989.20.32 – Notificar eletronicamente o e subscritor.

Publique-se.

Processo: TC-020741.989.20.06 (Ref. aos TCS 01071.989.19.06 e 032529.989.19.09) Embargante: Marilida Cárdenas de la Cruz, Ombudsman do Município de Curitiba. Recorrido: Nélson Públics do Município de Paulínia – Ajuizamento: Recurso Ordinário, versando sobre ato de Apostentadoria da ex-servidora, concedido pelo Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia, no exercício de 27.Avgado: Anderson Barbosa da Costa (OAB/SP nº 375.918). Em exame: Embargos de Declaração, Trata-se de peça denominada “Embargos de Declaração” apresentada por Marilida Cárdenas de la Cruz Ferramolla, em 31/08/2020, através de seu advogado, face publicação lançada na imprensa oficial em 27/08/2020, que divulgou a Ordem do dia da 24ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal, a realizar-se às 14:30 do dia 01 de setembro de 2020, por meio de plataforma para video conferência, nos termos do Edital nº 001/2020, publicado em 27/08/2020, ocasião em que se apreciou o Recurso Ordinário[1] interposto pela interessada, objeto dos presentes “embargos” Saliente que o Recurso Ordinário constou dos trabalhos da Primeira Câmara, na sessão informada (01/09/2020), sendo retirados da pauta de julgamento, em virtude da sustentação oral promovida pelo Procurador do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia, retornando os autos ao Gabinete, para os fins de análise e decisão. Não há qualquer alegação de fato novo exposto, indefinir “in limine”, os Embargos de Declaração opostos, dada a sua manifesta impertinência, com fundamento no art. 138, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO
MORAES

Processo: 0005/014-15. Concessor: Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista. Responsáveis: João Luiz do Nascimento Ramos (ex-Prefeito) e Edson Mendes Mota (atual Prefeito). Beneficiária: Associação Beneficente São José e Santa Casa de Misericórdia São José. Responsáveis: Marco Antonio Marquetti (Presidente) e Edson Mendes Mota (Vice-Presidente). Assunto: Prestação de contas dos recursos financeiros concedidos em 2013, no valor de R\$ 5.366.204,19. Advogados: Marco Aurélio Rebelo Ortiz (OAB/SP 128.281.11), Felipe Augusto Ortiz Pirtuoschi (OAB/SP 165.305), João Paulo Zeraick da Costa (OAB/SP 330.128) e Luciana Carvalho de Costa (OAB/SP 330.128). O Conselho de Contas do Município realizou a fiscalização da UR-14 constatou as seguintes ocorrências: a) despesas competentes a exercícios anteriores; b) despesas que não guardam correlação ao repasse; c) despesas desprovidas de documentação hábil a comprovar a legitimidade dos gastos; d) utilização de subvenção para aquisição de material permanente; e) utilização de recursos para pagamento de despesas pessoais; f) utilização de recursos para pagamento de multa pelo atraso na entrega do empréstimo bancário da própria entidade; g) precatório da Prefeitura sendo pago com recursos do repasse; h) despesas com tarifas bancárias; i) o preço da Entidade está sendo leilado por determinação da Justiça do Trabalho; e j) saldo residual de recursos financeiros dos responsáveis em epígrafe, no prazo de 15 (quinze) dias, para que apresentem as alegações que entenderem pertinentes.

PUBLIQUE-SE

PROCESSO TC-169/007/14. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes. PREFEITO ATUAL: MARCELO MOTA. CONTRATADA: Demais Serviços e Comércio Ltda. OBJETO: Execução de obras e serviços de regularização e adequação do Estado Nacional (ESP 15), localizada na Rua Profª Ana Maria da Marinha nº 189, bairro JARDIM DO EXATUM - Conceição - Município nº 032014. - Contrato nº 278124 (fols 670/679), celebrado em 22/04/2014, no valor de R\$ 18.181.878,74, pelo prazo de 12 meses. RESPONSABILIDADE PELA ASSINATURA DO CONTRATO: Marcos Aurélio Bertaioli (Pelo Município à época), Nilo Martins Guimarães (Secretário Municipal de Esportes e Lazer) e Quirino Wolff (Diretor da empresa contratada). INSTRUÇÃO POR ORDEM DE ROL: José dos Santos Campos. ADVOGADOS: Eduardo de Andrade de Sousa - OAB/SP nº 262.845 e Otávio Lins, Rodrigo Rogério de Azevedo - OAB/SP nº 262.845 e Iuris (ID. 7700); Marcelo de Araújo Generoso - OAB/SP nº 307.753 (f. 738); Rodrigo Spontâneo Fagan - OAB/SP nº 342.542 (f. ID. 753); Fabio Mutskanski Nakano - OAB/SP nº

181.00 - Procurador do Município (fl. 704); Michel Braz de Oliveira - OBA/SP nº 235.072; Ruy Pereira Camilo Júnior - OAB/SP nº 111.471 (fl.765). Considerando a manifestação da AT, assino aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que informe a esta Corte de Contas a atual situação do ajuste, juntando aos autos, se for o caso, os Termos de Recebimento ou de Rescisão Contratual.

Publicação-se:
Processo: TC-674/00714. Contratante: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Contratada: Stremma Engenharia e Construções Ltda. Objeto: Construção da Casa do Idoso Região Norte. Julgado Regulares.: Concorrência Nº 01/12; - R\$ 26.800.414,12, celebrado em 14/06/2012, no valor inicial de R\$ 17.777.874,57, pelo prazo inicial de 360 dias, às 12:10/12/17º. Termo de Recebimento Provisório 02/14, de 28/08/2012, com o nº 14555/162, e o nº 14555/162, de 22/08/2014 (fs. 1329). E, Primeira Câmara, em Sessão de 18/09/2018 - Acórdão publicado no DOE de 30/10/2018 - Relator Substituto de Conselheiro Alexandre Maniir Figueiredo Sarguis - vs. 1376/1377 - Decisão com trânsito em julgado em 28/11/2018 (fs.1381). EM EXAME - 1º termo Aditivo nº 28.885, de 28/08/2012, com o nº 14555/162, e o nº 14555/162, de 22/08/2014 (fs. 1501/1502). 2º termo Aditivo de 14/02/2014 (fs. 1393/1398). Responsáveis pela assinatura do Contrato:

to - Eduardo - ex-Prefeito Municipal de São José dos Campos - Leandro Dias Coló - Representante da Contratada. Responsáveis pela assinatura dos Termos de Recibo de Fiscalização - Rodolfo de Souza Neto - Diretor de Obras - e Carlos José de Oliveira - Coordenador de Engenharia - e a assinatura dos Termos Aditivos - Carlos José de Almeida (\"Carlinhos de Almeida\") - ex-Prefeito Municipal de São José dos Campos - Leandro Dias Coló - Representante da Contratada. *Termo de Ciência e de Notificação firmado pelo representante da Contratada às fls. 1209 na data da assinatura do Contrato. Prefeito atual: Felício Ramalho. Advogados: William de Souza e Silva - OAB/SP 158.285, Carlos José de Almeida - OAB/SP 149.782, Mary Anne Mendes Costa Preta Pereira Lima Borges - OAB/SP 232.668, Ronaldo José de Andrade - OAB/SP 182.605, Luis Henrique Homon Alves - OAB/SP 105.281, Evelyn Reisinger - OAB/SP 68.955. Instrução: Unidade Regional de São José dos Campos - UR-07. Considerando a manifestação da AJ, assim como interessado o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 129/2004, que permite a esta Corte de Contas a atual situação do ajuste, juntamente aos autos, se for o caso, os Termos de Recibo ou de Recisão Contratual.

Publique-se.
PROCESSO: TC-24508/026710. CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Barueri. CONTRATADA: Engenheiro Construtor e Pavimentador Ltda. (CNPJ nº 49.362.007/0001-42). OBJETO: Execução, manutenção, conservação e reparação de obras de infraestrutura viária na via de ligação da Rua Irene com a Avenida Zilda, incluindo serviços complementares – Parque dos Camargos. EM EXAME: – Concorrência nº 007/10, do tipo menor preço global, regime de empreitada por preços unitários (fls. 88/103); – Contrato nº 272/10, celebrado em 10.06.10, no valor de R\$ 7.263.772,33, com prazo para execução dos serviços de 365 dias (fls. 101/102); – Termo de Aditamento, celebrado em 10.10.10, que transferiu o montante de R\$ 500.000,00 do exercício de 2011 para o exercício de 2010 (fls. 451/452); – 2º Termo de Aditamento, celebrado em 24.11.10, que acrescentou o montante de R\$ 1.798.338,43 ao valor do contrato original (fl. 467); – 3º Termo de Aditamento, celebrado em 22.12.10, que transferiu o montante de R\$ 200.000,00 do exercício de 2011 para o exercício de 2010 (fls. 509/10); – 4º Termo de Aditamento, celebrado em 29.12.10, que transferiu o montante de R\$ 400.000,00 do exercício de 2011 para o exercício de 2010 (fls. 493/494). AUTORIDADE QUE HOMOLOGOU O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: José Roberto Piteri (Secretário de Projetos e Construções à época) – fl. 328. AUTORIZAÇÕES SIGNATÁRIAS DO INSTRUMENTO E DOS TERMOS DE ADITAMENTO POR PARTE DA CONTRATADA: – fls. 335; 451; 467; 494; 509. Tais Assuntos (Secretário dos Negócios Jurídicos à época) – fls. 335; 451; 467; 494; 509. José Roberto Piteri (Secretário de Projetos e Construções à época) – fls. 335; 452; 467; 494; 509. SIGNATÁRIO DO INSTRUMENTO E DOS TERMOS DE ADITAMENTO POR PARTE DA CONTRATADA: Frederico Pirondi Chiminazzo – fls. 335; 452; 467; 494; 509. 2º Assessor Jurídico – fls. 335; 452; 467; 494; 509. DE-10 – fls. 356/364 (licitação e contrato). ADVOGADOS: Eduardo José de Faria Fleury (OAB/SP nº 248.740.0) – fl. 562; Humberto Alexandre Foltran Fernandes (OAB/SP nº 142.502) – fl. 412; Eduardo Leandro de Queiroz e Sousa (OAB/SP nº 109.013) – fls. 580, Eduardo Dias de Vasconcelos (OAB/SP nº 357.955) – fls. 582; e outros. Considerando a manifestação da PAJ, assim aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/2003, para que apresentem recurso, e a ausência de manifestação, a PAJ informe a esta Corte de Contas a atual situação do assunto, juntando aos autos, se for o caso, os Termos de Recebimento ou de Rescisão Contratual.

Publique-se.
DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO
MORAES

Processo: 02-01836.989.20-2. Representante: Berlin Fianze Meios de Pagamentos Ltda. Representada: Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba – URBS. Responsável: Gilmar Tadeu Ribeiro Alves (Diretor Presidente). Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2020 (Processo nº 767/2020) que objetiva a contratação de empresa para fornecimento de vale alimentação e vale refeição. Em exame a Representação formulada pela representante em face da licitação nº 13/2020, cujo objeto é a contratação pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2020 (Processo nº 767/2020) da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba – URBS, que objetiva a contratação de empresa para fornecimento de vale alimentação e vale refeição. Nos termos da documentação que instrui a inicial a abertura do procedimento está marcada para os 09h da dia 22/09/2020. Em resumo a representante critica os seguintes aspectos do ato convocatório: Da Exigência do Atestado de Capacidade Técnica.No entender da representante as alíneas “a” e “a-1” do subitem 8.2.2, alínea “a” do item 8.2.2, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, não se aplicam à presente licitação, tendo em vista que o responsável técnico exigido das licitantes é 8.2.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.a) Prova de registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Atestado de desempenho anterior, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando que a proponente prestou ou está prestando satisfatoriamente serviços compatíveis em no mínimo 50% (cinquenta por cento), com as características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, em nome da empresa, ou de seu responsável técnico, nos termos do artigo 58, inciso II, da Lei Federal nº 13.303/2016, e do item 8.2.2, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, anterior ao edital, em nome do responsável técnico deverá ser devidamente comprovado o vínculo com a licitante, nos termos da Súmula nº 25 do STJ/CSPBE assim, apresenta diversas dúvidas quanto às compressões Não assim, informado com clareza se deve ser registrado ou não (atestado ou empresa); Apesar de considerar que se está exigindo o registro de atestado, não é informado com clareza em qual entidade deverá ser efetivado esse registro; O Conselho Regional de Nutrição não é competente para a emissão do atestado de capacidade técnica, sendo esta competência de Alimentação do Trabalhador, que a seu vez é órgão competente, não registra atestado tampouco faz anotação técnica; Embora o edital faça referência a comprovação de 50%, não informa qual parcela se trata tal exigência, compreendendo que no caso específico, a parcela relevante seria o fornecimento de cartões e não os seus saldos.Do Capital Social Integralizado.Reclama da alínea “a” do subitem 8.2.4, relacionado à qualificação econômico-financeira, que exige a demonstração de capital social integralizado, contrariando entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a exigência dessa medida que supõe o andamento do certame, com posterior determinação de retificação do edital.E o relatório.Decido.Em que pese o inconformismo da representante, entendo que as questões por ela trazidas não são suficientes para se determinar a suspensão do procedimento na forma requerida na inicial.Como se observa em publicação lavada a efeito no site da URBS, as dúvidas levantadas pela representante foram sanadas pela via Administrativa, consoante publicação de esclarecimento de dúvidas, onde ficou claro que o atestado deve ser registrado e se deve, onde deve ser registrado.Dificultando o acesso das demais licitantes quanto este requisito...RESPOSTA: Esclarecemos tratar-se de erro de digitação. Considerar o seguinte texto para o item 8.2.2, alínea “a”: “a) Atestado de desempenho anterior, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando que a proponente prestou ou está prestando satisfatoriamente serviços compatíveis em no mínimo 50% (cinquenta por cento), com as características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, em nome da empresa ou de seu responsável técnico, nos termos do artigo 58, inciso II, da Lei Federal nº 13.303/2016, e do item 8.2.2, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016, anterior ao edital, em nome do responsável técnico deverá ser devidamente comprovado o vínculo com a licitante, nos termos da Súmula nº 25 do STJ/CSPBE assim, apresenta diversas dúvidas quanto às compressões Não assim, informado com clareza se deve ser registrado ou não (atestado ou empresa); Apesar de considerar que se está exigindo o registro de atestado, não é informado com clareza em qual entidade deverá ser efetivado esse registro; O Conselho Regional de Nutrição não é competente para a emissão do atestado de capacidade técnica, sendo esta competência de Alimentação do Trabalhador, que a seu vez é órgão competente, não registra atestado tampouco faz anotação técnica; Embora o edital faça referência a comprovação de 50%, não informa qual parcela se trata tal exigência, compreendendo que no caso específico, a parcela relevante seria o fornecimento de cartões e não os seus saldos.Do Capital Social Integralizado.Reclama da alínea “a” do subitem 8.2.4, relacionado à qualificação econômico-financeira, que exige a demonstração de capital social integralizado, contrariando entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a exigência dessa medida que supõe o andamento do certame, com posterior determinação de retificação do edital.E o relatório.Decido.Em que pese o inconformismo da representante, entendo que as questões por ela trazidas não são suficientes para se determinar a suspensão do procedimento na forma requerida na inicial.Como se observa em publicação lavada a efeito no site da URBS, as dúvidas levantadas pela representante foram sanadas pela via Administrativa, consoante publicação de esclarecimento de dúvidas, onde ficou claro que o atestado deve ser registrado e se deve, onde deve ser registrado.Dificultando o acesso das demais licitantes quanto este requisito...”

atestado compreve 50%, sem maiores detalhes. Ora, será a quantidade de cartões correto?, vez que a empresa contratada só emite os cartões e faz os repasses, não trata de uma operação financeira, apenas repassamos o valor que será pago pelo contratante. RESPOSTA: Sim. O atestado é sobre o quantitativo de cartões, conforme a alínea "a" do item 8.2.2 do Edital: "... compatíveis em no mínimo 50% (cinquenta por cento), com as características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação...". Pergunta Q3: Quanto à este ponto o edital exige que as empresas apresentem capital social INTEGRALIZADO, entretanto, tal exigência não foi observada em 14, vez que o artigo art. 31, §3º (do taxativo) não menciona que o capital deve ser INTEGRALIZADO. RESPOSTA: Conforme regra a SÚMULA 48 do TCE-SP é possível a exigência de capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira. Além disso, o edital prevê como alternativa a comprovação através do patrimônio líquido. Nessas circunstâncias, não mais subsistem as dúvidas suscitadas pela representante, além do fato que a disposição em questão relacionada à comprovação do capital social mínimo encontra-se na jurisprudência consolidada desta Corte na Súmula 48/SÚMULA nº 48 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de capital social mínimo na forma integralizada, como condição de demonstração da capacitação econômico-financeira. Por esses motivos, adstrita aos termos da inicial, deixo de adotar qualquer medida no sentido da suspensão do certame, determinando o arquivamento dos autos com extinção do processo, sem decisão de representante e a representada. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste Despacho e da Representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCE-SP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
Processo: TC-013763.989.19-1. Contratante: Prefeitura Municipal de Taquarivã. Responsável: Maria Sebastiana Cecé Cardoso Priosti (Prefeitura Municipal) Organização Social: União Saúde Apoio. Responsável: Carlos de Araújo Camargo (Diretor Presidente). Entidade Gerenciada: Diretoria da Saúde – Pronto Atendimento 24 Horas – Taquarivã. Finalidade: Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Município de Taquarivã-SP, da Diretoria Municipal de Saúde, situada na Alameda do Brasil, nº 31, de dezembro, nº 1 – Centro. Matéria: Contrato de Gestão nº 02/2016, de 13/01/2016 (TC-19663.989.16-8). Assunto: Termo Aditivo Nº 01/2017, assinado em 12/01/2017. Objeto: Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para a contratação emergencial de seus profissionais pela contratada, mantendo as demais exigências de contratação de pessoal, após este prazo. Processo: TC-013766.989.17-2. Assunto: Termo de Aditamento Nº 02/2017, assinado em 01/02/2017. Objeto: Alterar o prazo para apresentação e prestação de contas, pela contratada, estabelecendo que, a partir de 1º de fevereiro de 2017, a prestação de contas dos recursos repassados e dos serviços executados, será mensal e apresentada à Diretoria Municipal de Saúde pela contratada, impreterivelmente até 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente. Processo: TC-000478.989.18-3. Assunto: Termo Aditivo Nº 03/2017, assinado em 13/12/2017. Objeto: Prorrogar a vigência contratual até 31/12/2017, alteração do prazo para apresentação da prestação de contas, pela contratada, passando de 05 (cinco) para 08 (oito) dias úteis; alteração do Plano de Trabalho e acréscimo do valor de R\$ 519.929,94 que somados aos R\$ 2.430.200,76 iniciais, totalizam R\$ 2.949.993,70. Processo: TC-024586.989.18-4. Assunto: Termo de Aditamento Nº 04/2017, assinado em 20/12/2017. Objeto: Prorrogar o período de vigência do contrato de gestão por 03 meses, com início em 1º/04/2018 e término em 31/03/2018. Processo: TC-024591.989.18. Assunto: Termo de Aditamento Nº 05/2018, assinado em 28/03/2018. Objeto: Prorrogar o período de vigência do contrato de gestão por 03 meses, com início em 1º/04/2018 e término em 30/06/2018, bem como acrescentar o valor de R\$ 812,61, totalizando o valor mensal de R\$ 203.329,34 e o valor global pelo período de 90 dias de R\$ 609.988,02. Processo: TC- 000780.989.19-0. Assunto: Termo de Aditamento Nº 06/2019, assinado em 28/06/2019. Objeto: Prorrogar o período de vigência do contrato de gestão por 03 meses, com início em 1º/07/2018 e término em 30/09/2018. Processo: TC- 000782.989.19-8. Assunto: Termo de Aditamento Nº 07/2018, assinado em 24/09/2018. Objeto: Prorrogar o período de vigência do contrato de gestão por 03 meses, com início em 1º/01/2018 e término em 31/12/2018. Processo: TC- 923.989.19-8. Assunto: Termo de Aditamento Nº 08/2018, assinado em 27/12/2018. Objeto: Alterar o valor de repasse R\$ 203.329,34 por mês para R\$ 609.988,02 para um período de 06 meses e prorrogar o período de vigência do contrato de gestão por 06 meses, com início em 1º/01/2019 e término em 1º/07/2019. Processo: TC- 011474.989.20-9. Assunto: Termo de Aditamento Nº 11/2020, assinado em 28/02/2020. Objeto: Prorrogação da vigência por mais por 03 (três) meses, ou seja: de 01/03/2020 a 29/05/2020, acrescentando-se o valor de R\$ 547.680,00, referente ao período de correção monetária (item 1.8). Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo, formulado pela Prefeitura Municipal de Taquarivã, no evento 68 do processo: TC-013763.989.17-5 bem como nos demais processos supramencionados. Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP nº 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845); Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 317.849), Agatha Alves De Araújo (OAB/SP nº 418.124), Ricardo Eduardo Leão (OAB/SP nº 242.387), Fabiana Miyauti (OAB/SP nº 335.327), Rodrigo Luis de Freitas (OAB/SP nº 290.835). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado.

Publique-se.
Processo: TC-021036.989.19-1. Conveniente: Prefeitura Municipal de Campinas. Responsáveis: Janes Donizete Ferreira (Prefeito Municipal), Carmo Antonio de Souza (Secretário Municipal de Saúde). Conveniada: Serviço de Saúde "Dr. Cândido Ferreira". Responsável: Sandra Kleim Indiani/Presidente do Conselho Diretor. Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 04/17 referente ao exercício de 2019. Valores Repassados: R\$ 28.696.000,00 (Recurso Municipal). R\$ 18.542.348,33 (Recurso Federal). Advogados: Julio Cesar Mariani (OAB/SP nº 143303), Ricardo Henrique Rudicki (OAB/SP nº 177566), Rui Ricardo Ortiz Sartori (OAB/SP nº 248543), Rafael Ângelo Chaib Lotiero (OAB/SP nº 92.255), Eduardo Leandra de Queiroz e Souza (OAB/SP 109.013), Graziela Nobrega da Silva (OAB/SP 247.092), Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP 262.845), Beatriz Neme Ansarah (OAB/SP 242.274). Em exame no processo TC-021036.989.19-1 a prestação de contas dos recursos financeiros concedidos durante o exercício de 2019, por meio do Convênio nº 04/17, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o Serviço de Saúde "Dr. Cândido Ferreira", objetivando o desenvolvimento de programa de assistência à saúde, ofertando cuidados em saúde mental, reabilitação e reintegração das pessoas. Considerando as informações da fiscalização (evento 73), notifiquei-se os responsáveis, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as alegações e documentações que entenderem pertinentes. Notifiquei-se eletronicamente.

Publique-se.
Processo: TC-010992.989.20-2. Conveniente: Secretaria da Educação – Diretoria de Ensino – Região de Apiaí. Responsáveis: Rosseli Soares da Silva (atual Secretário), José Renato Nalini, João Cury Neto (Secretário à época), Cleide Baub Ed Buchino (Secretária Adjunta à época), Giovana Aparecida Santini Casagrande (Diregente à época) e Ana Paula Dorini Santos (atual Dirigente). Conveniada: Prefeitura Municipal de Apiaí. Responsável: Luciano Polaczek Neto (Prefeito). Assunto: Prestação de contas dos recursos financeiros concedidos em

2018, no valor de R\$ 3.931.841,21, por meio do Convênio firmado em 1º/8/13. Objeto: transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção do programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino (apreciado no TC-13671.989.16-3). Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura Municipal de Apiaí, no evento 52. Advogado: Julio Cesar Machado (OAB/SP 330.136). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado.

Publique-se.
Processo: TC-001672.989.19-1. Órgão Conveniente: Prefeitura Municipal de Porto Ferreira. Responsável: Rômulo Luis de Lima Ripa (Prefeito Municipal), Saldanha Leivas Couco. Entidade Conveniada: Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira. Responsável: Gilson Fantinato (Provedor), Paulo Sérgio Fávoro (ex-Provedor). Assunto: Prestação de Contas do Convênio nº 01/2018 referente ao exercício de 2019. Valor Repassado: Recurso Federal = R\$ 500.161,45 e Recurso Municipal R\$ 5.116.309,25. Advogado: Lucas Peres de Lima (OAB/SP 403.087). Em exame no processo TC-001672.989.19-1 a prestação de contas dos recursos financeiros concedidos durante o exercício de 2019, por meio do Convênio nº 01/2018, entre a Prefeitura Municipal de Porto Ferreira e a Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira, objetivando a prestação de serviços de emergência de saúde (PS) a qualquer indivíduo que deles necessite, com atendimento 24 horas por dia, de segunda a domingo, com um coordenador médico, dois médicos plantonistas, serviços de radiologia simples e traumatologia, serviços de enfermagem e medicação, exames complementares para fins de diagnósticos, serviços de remoção inter-hospitalar para outra unidade hospitalar do SUS, todos específicos ao atendimento e de acordo com a capacidade instalada do proponente; consultas pré-anestésicas para usuários do SUS no limite de três (trinta) e oito (oitenta) avaliações ao mês; e serviço de Plantão de Dispositivos Médicos para atendimento de casos de urgência/emergência quando solicitado pelo médico plantonista do Pronto Socorro Municipal, nas especialidades de pediatria, ginecologia/obstetrícia, clínica geral, cirurgia geral, anestesia, ortopedia, e urologia. Considerando as informações da fiscalização (evento 71), notifiquei-se os responsáveis, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as alegações e documentações que entenderem pertinentes. Notifiquei-se eletronicamente os interessados.

Publique-se.
Processo: TC-004394.989.18-0. Interessada: Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista. Prefeito: Edson Mendes Mota. Assunto: Contas do exercício de 2018. Procuradores: Wellington Falcão de Moura Vasconcelos Neto (OAB/SP nº 150.087), Marco Aurelio Siqueira da Rocha (OAB/SP nº 239.455), Tatiana Ferreira Leite Aquino (OAB/SP nº 269.677), Luciana Carvalho de Castro (OAB/SP nº 280.474), Marcos Antonio Mendes (OAB/SP nº 117.252), Lucimara de Fátima Buzzatto (OAB/SP nº 137.673), Marcos Antonio Melo (OAB/SP nº 136.338) e Gisely Fernandes Rodrigues das Chagas (OAB/SP nº 141.897). Em exame: Petição denominada "Reexame", formulada pelo senhor Edson Mendes Mota, Prefeito, por sua procuradora, Luciana Carvalho de Castro (OAB/SP nº 288.804), em face da decisão proferida pela 1ª. Primeira Câmara, em Sessão de 27.08.2019, publicado no DOE de 01.10.19, contra o evento nº 181 (Protocolo: 7496502). Trata-se de petição protocolada pelo Senhor Edson Mendes Mota, Prefeito do Município de Cachoeira Paulista, no evento nº 181 (Protocolo: 7496502), versando sobre Reexame. Indefiro a juntada da petição, considerando que tal pleito, tendo conteúdo recursal, foi manejado sem a observância das disposições do Comunicado GP nº 03/13, publicado no DOE de 18/09/13, segundo o qual "os recursos intentados contra decisões proferidas no âmbito do TCE-SP serão cadastrados/autuados de forma autônoma e consequentemente, receberão número de protocolo específico, passando a tramitar vinculados aos processos originários". Observo, a propósito, que referida falha foi corrigida pelo interessado mediante a adequada autuação do processo TC-21277.989.20-4, em análise nesta Corte.

Publique-se.
Processo: TC-004782.989.19. Interessada: Prefeitura Municipal de Mirandópolis. Responsável: Regina Celia Mucchi. Araújo. Período: 1º/1 a 29/5/2019. Responsável: Carlos Werverton Ortega Sanchez. Período: 30/5 a 24/10/2019. Responsável: Everton Luiz Fernandes Sodário Raimundo. Período: 25/10 a 31/12/2019. Assunto: Contas do exercício de 2019. O processo TC-004782.989.19, trata da prestação anual de contas da Prefeitura Municipal de Mirandópolis, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Araraquã – UR-13, evento nº 57, e o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Processo: TC-004749.989.19. Interessada: Prefeitura Municipal de Fernando Prestes. Responsável: Bento Luchetti Junior. Período: 01/01/2019 a 31/12/2019. Assunto: Contas do exercício de 2019. Advogado: Jose Francisco Limone (OAB/SP 82.138). O processo TC-004749.989.19, trata da prestação anual de contas da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Araraquã – UR-13, evento nº 57, e o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Processo: TC-004640.989.19. Interessada: Prefeitura Municipal de Santa Albertina. Responsável: Vánderlei Novelli. Período: 01/01/2019 a 31/12/2019. Assunto: Contas do exercício de 2019. O processo TC-004640.989.19, trata da prestação anual de contas da Prefeitura Municipal de Santa Albertina, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Fernandópolis – UR-11, evento nº 45, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Processo: TC-002363.989.19-5. Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Contratada: TB Serviços, transporte, limpeza, gerenciamento e recursos humanos S/A. Objeto: Prestação de serviços de copa, atendimento e portaria para atender a demanda da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Assunto: Acompanhamento da execução contratual. Início da vigência da ajuste: 07/04/2017. Término da vigência do ajuste: 05/08/2020. 1ª visita realizada em: 20/02/2019, sem ressalva. 2ª visita realizada em: 24/05/2019, sem ressalva. 3º Acompanhamento efetuado em: 01/06/2020, com ressalva. Responsáveis: Autoridade que assinou o Contrato: Rodrigo Gonçalves de Almeida (Secretário de Governo (evento 1.17 do TC-001602.989.19) – Signatário do ajuste pela Contratada: Lídia Leila da Silva – Representante (evento 1.17 do TC-01602.989.19) – Prefeito atual: José Auricchio Junior. Termo de Ciência e Notificação – Evento 1.22 dos autos principais (TC-001602.989.19). Advogados: Allan Frassati Silva (OAB/SP 234.514), Marcos Antonio Gaban Monteiro (OAB/SP 278.013) e Bruna De Alencar Rocha (OAB/SP 41.616). Em Exame: Requerimento de prorrogação de prazo

formulado pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por seu procurador, Allan Frassati Silva (OAB/SP 234.514), conforme evento nº 63. Defiro o prazo requerido de 10 (dez) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado no evento supramencionado.

Publique-se.
Processo: TC-023495.989.19-6. Conveniente: Secretaria da Saúde – Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF. Responsáveis: José Henrique Germann Ferreira (Secretário), Eloisio Vieira Assunção Filho (ex-Coordenador da CGOF), Carlos Roberto de Lima (atual Coordenador da CGOF). Conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui. Responsável: Claudio Castellan Lopes (Presidente). Assunto: Convênio nº 13/2019, firmado em 24/4/2019, no valor de R\$ 10.897.214,000. Promover o fortalecimento do desenvolvimento de ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio – Gerenciamento de 40 leitos de UTI no Hospital Estadual Regional "Dr. Vivaldo Martins de Osasco". Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira – CGOF, no evento 63. Advogados: Adilson Peres Eccheli (OAB/SP 137.111), Ricardo Luis Aroni (OAB/SP 212.872), Sergio Luis Vianni (OAB/SP 322.100). Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado.

Publique-se.
Processo: TC-002364.989.19-4. Contratante: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Contratada: RM Consultoria e Administração de Mão de Obra EIRELI. Objeto: Prestação de serviços de copa, atendimento e portaria para atender a demanda da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul. Assunto: Acompanhamento da execução contratual. Início da vigência da ajuste: 07/04/2017. Término da vigência do ajuste: 05/08/2020. 1ª visita realizada em: 20/02/2019, com ressalva. 2ª visita realizada em: 24/05/2019, sem ressalva. 3º Acompanhamento efetuado em: 01/06/2020, com ressalva. Responsáveis: Autoridade que assinou o Contrato: Rodrigo Gonçalves Toscano – Secretário Municipal de Governo (evento 1.3 do TC-001604.989.19) – Signatário do ajuste pela Contratada: Fabricio Ramon Lopes – Representante (evento 1.3 do TC-01604.989.19) – Prefeito atual: José Auricchio Junior. Termo de Ciência e Notificação – Evento 1.22 dos autos principais (TC-001604.989.19). Advogado: Allan Frassati Silva (OAB/SP 234.514). Em Exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, por seu procurador, Allan Frassati Silva (OAB/SP 234.514), conforme evento nº 60. Defiro o prazo requerido de 10 (dez) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado no evento supramencionado.

Publique-se.
Processo: TC-013569.989.19-7. Órgão Público: Prefeitura Municipal de Cubatão. Responsáveis: Ademário da Silva Oliveira (Prefeito), Sandra Lucia Furquim de Campos (ex-Secretária da Saúde), Andrea Pinheiro Lima (atual Secretária da Saúde). Organização Social: Instituto Alpha de Medicina para Saúde. Responsável: Diego Santiago Ramos (Diretor Administrativo). Assunto: Prestação de contas dos recursos financeiros concedidos em 2018, no valor de R\$ 1.980.000,00, por meio do Contrato de Gestão nº 008.989.17-3, firmado em 5/8/16 (apreciado no TC-0088.989.17-3). Em Exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura Municipal de Cubatão no evento 64 em 04/08/2020 e reiterado no evento 82. Advogados: Maurício Cramer Esteves (OAB/SP nº 142.288), Nara Nidia Vieguri Yonamine (OAB/SP nº 147.880), Rogério Molina de Oliveira (OAB/SP nº 147.880), Vera Denise Santana Azanhal do Nascimento (OAB/SP nº 156.964), Marcelo Leme de Magalhães (OAB/SP nº 200.827), Gilberto do Nascimento e Silva (OAB/SP nº 341.673), Tielle Meneses Damos da Silva. Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado.

Publique-se.
Processo: TC-015714.989.19-1. Órgão Público: Secretaria da Cultura (atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa) – Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico. Responsáveis: Sérgio Henrique de Oliveira Figueira – Diretor Executivo. Período: 1º/1 a 29/5/2019. Responsável: Carlos Werverton Ortega Sanchez. Período: 30/5 a 24/10/2019. Responsável: Everton Luiz Fernandes Sodário Raimundo. Período: 25/10 a 31/12/2019. Assunto: Contas do exercício de 2019. O processo TC-004782.989.19, trata da prestação anual de contas da Prefeitura Municipal de Mirandópolis, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Araraquã – UR-13, evento nº 57, e o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Processo: TC-3290.989.19-3. Interessada: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP. Dirigente: Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira Figueira – Diretor Executivo. Período: 01.01.2019 a 31.12.2019. Matéria em exame: Balanço Geral – Contas do exercício de 2019. O processo TC-3290.989.19-3, trata da prestação anual de contas da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela 5ª Diretoria de Fiscalização, evento nº 15, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Processo: TC-018136.989.19. Interessada: Fundação de Apoio à Física e à Química – FAQP. Dirigente: Vitor Hugo Polisel Pereira – Diretor Executivo. Período: 01.01.2019 a 31.12.2019. Matéria em exame: Balanço Geral – Contas do exercício de 2019. O processo TC-018136.989.19, trata da prestação anual de contas da Fundação de Apoio à Física e à Química – FAQP, relativas ao exercício de 2019. Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Araraquã – UR-13, evento nº 39, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Processo: TC-008156.989.17-0. Conveniente: Prefeitura Municipal de Ubatuba. Responsáveis: Maurício Humberto Fortini Morimaz (ex-Prefeito), Délcio José Santa (Prefeito). Conveniada: Casa de Misericórdia da Irmandade dos Passos de Ubatuba. Responsáveis: Silvio Bonfiglioli Neto (ex-Diretor), Roberto Kazushi Tamura (Diretor). Assunto: Prestação de contas dos recursos financeiros concedidos em 2015, no valor de R\$ 446.939,00, por meio do Convênio nº 49/2012. Em exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura Municipal de Ubatuba, no evento 123. Advogados: Cristóvão Gomes Marques da Silva (OAB/SP nº 305.983), Michele de Olibo Alves (OAB/SP nº 394.489), Cesar Augusto Leite e Prates (OAB/SP 296.269), Juliana de Moraes Rodrigues Barbosa (OAB/SP nº 290.272). Defiro o prazo de 5 (cinco) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado.

Publique-se.
Processo: TC-017628.989.18-8. Contratante: Prefeitura Municipal de Araras. Contratada: Areatec Tecnologia e Serviços Ltda. – EPP. Objeto: Prestação de serviços de apresentação de solução tecnológica para a implantação, controle e informatiza-

ção do estacionamento rotativo pago (Zona Azul) no Município de Araras, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Assunto: Acompanhamento da execução contratual. Início da vigência do ajuste: 11/08/2017. Término da vigência do ajuste: 12/08/2020. 1ª visita realizada em: 11/10/2018, com ressalva. 2ª visita realizada em: 03/12/2019, com ressalva. 3º Acompanhamento efetuado em: 08/07/2020, com ressalva. Responsáveis: Autoridade que assinou o Contrato: Pedro Eliseu Filho – Prefeito à época (evento 1.16 do TC-017468.989.18) – Signatário do ajuste pela Contratada: Fábio Eduardo Cressoni – Representante (evento 1.16 do TC-017468.989.18) – Prefeito atual: Ricardo Rodrigues Júnior. Advogados: Leandro Cressoni (OAB/SP nº 227.902), Monica Liberrati Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), José Ricardo Biazzi Simon (OAB/SP nº 127.708), Rodrigo Rodrigues (OAB/SP nº 237.221), Luis Roberto Olimpio (OAB/SP nº 135.997), Cleber Vargas Barbieri (OAB/SP nº 252.785) e outros. Em Exame: Requerimentos de prorrogação de prazo formulados pelo senhor PEDRO ELISEU FILHO, por sua procuradora, Monica Liberrati Barbosa Honorato (OAB/SP nº 191.573), bem como pela empresa AREATEC TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, por seu procurador, Cleber Vargas Barbieri (OAB/SP nº 252.785), conforme evento nº 133 e 134. Defiro o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado nos eventos supramencionados.

Publique-se.
1. DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processos: TC-015425.989.20-9, TC-015599.989.20-9, TC-015617.989.20-9 e TC-016386.989.20-6. Representantes: Sertel Soluções em Mobilidade Urbana Ltda., por seus procuradores Teógenes Carneiro Coimbra (OAB/PE nº 22.727) e Davi Leite de Araújo (OAB/SP nº 35.990). Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda., por sua procuradora Sandra Marques Brito Unterkirch (OAB/SP nº 113.818); Dal Pozzo Advogados, por seu procurador Alexandre José Bortolotto (Protocolo nº 252.566), Ana Cristina Fecuri (OAB/SP nº 125.181) e Adriane Maria Gonçalves (OAB/SP nº 437.211); e Eliseu Kopp & Cia. Ltda., por seus procuradores Eduardo Luchesi (OAB/SP nº 202.603) e Anyuska Leal Schmidt Kuske (OAB/RS nº 82.251). Representado: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP. Responsável: Paulo Cesar Tagliavini – Superintendente. Assunto: Representações formuladas contra o Edital da Licitação nº 025/Jun/2019 (Protocolo nº DER/259698/2020), que objetiva a prestação de serviços técnicos especializados para apoio no controle de trânsito, através da utilização de equipamentos e sistemas que de forma integrada executem, simultaneamente, a fiscalização de excesso de velocidade, o monitoramento do tráfego, registro e parametrização de imagens e dados dos fluxos de veículos, o cálculo do tempo médio de deslocamento de veículos entre dois ou mais equipamentos, geração de relatórios, controle de acesso à infraestrutura de comunicação de dados e imagens, além do fornecimento de sistema de informações e orientações aos usuários das rodovias, em tempo real e de forma centralizada, nas rodovias sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, divididos em 14 lotes. Em exame: Pedido de dilação de prazo. Defiro o prazo de prazo requerido por mais 30 (trinta) dias.

Publique-se.
Processo: TC-021764.989.20-8. Representante: Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda., por seus procuradores Brunella Nani Gasca (OAB/SP nº 382.986) e Luiz Henrique Ornellas de Rosa (OAB/SP nº 277.087). Representada: Prefeitura Municipal de Jandiraópolis. Responsável: Paulo José Brigliadori – Prefeito Municipal. Procurador: Anderson Mestrinelli de Oliveira (OAB/SP 251.231). Assunto: Representação de pedido de anulação do Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2020, que objetiva a contratação de licenciamento de uso temporário de sistema para controlar a arrecadação e gerir o imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Trata-se de Representação formulada pela empresa Eicon Controles Inteligentes de Negócios Ltda., contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 46/2020, da Prefeitura Municipal de Jandiraópolis, que objetiva a contratação de licenciamento (do uso temporário de sistema para controlar a arrecadação e gerir o imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Segundo a documentação que acompanha a inicial, a abertura procedimento estava agendada para o dia 22/09/2020, às 09h. Todavia, de acordo com informações obtidas junto à Municipalidade, o certame foi suspenso sine die. A petiçãoária, em resumo, resume-se contra: A) Omissão acerca da realização de visita técnica, que entende ser essencial em face da complexidade da solução tecnológica a ser contratada; B) Ausência de previsão de regime de execução no preâmbulo, contrariando a jurisprudência deste Tribunal e ao artigo 40 da Lei de Licitações; C) Inexistência de condições para a qualificação técnica e econômico-financeira das licitantes, lacuna que considerada prejudicial à ampla competitividade e a adequada execução contratual; D) Ausência de quantitativos para treinamento, o que compromete a confecção da proposta comercial; E) Descumprimento à Constituição do Estado de São Paulo, no que tange à previsão acerca da vedação de o Poder Público contratar de empresas que não respeitam as normas de segurança e saúde do trabalho (artigo 117); F) Ausência de vinculação dos níveis de serviços com os pagamentos mensais, porquanto inexistia indicação precisa das parcelas, indicadores e/ou instrumento de medição que serão utilizados pela Prefeitura Municipal; G) Incongruências técnicas, que trazem subjetividade ao certame, quais sejam: - No item 6.1.1.2, que prevê que a contratação de serviços de manutenção onde possam solucionar "rapidamente" as dúvidas, sem, no entanto, explicitar qual o prazo adequado; - No item 6.1.1.3 dispõe que a empresa contratada deverá fornecer a contratante um modelo de manual de orientação aos usuários do sistema, sem, todavia, definir quem seria o responsável por eventuais custos de impressão, reimpressão, divulgação; - No item 6.1.1.4 que menciona que a contratante irá fornecer o layout contendo todas as especificações técnicas para o estabelecimento dos sistemas já existentes, sem previsão editalícia quanto a esses dados essenciais para a integração; - No item 6.2.1, apesar de exigir que a contratada ofereça treinamento e capacitação aos usuários, não discrimina as quantidades necessárias e máximas; - No item 6.3.1 prevê a atividade consultiva, sem especificar nenhuma quantidade de ocorrências pretendidas e, também, sem explicitar a forma dos planos de ações fiscais que sejam realizadas pelo usuário, sem, no entanto, estabelecer o dimensionar, precificar e garantir a execução do item 8.11 ("Os sistemas devem possuir recursos de extração de dados através de web services, acessíveis diretamente pelo usuário final."); - Ao item 8.12 não cabe a natureza exemplificativa dos perfis de acesso pretendidos, diante do necessário controle de permissões de acesso ao sistema; - Ausência de determinação no Termo de Referência (item 9) exige sejam disponibilizados aplicativos para o usuário da solução que será integrada, em flagrante contradição com item 8.6 que dispõe que: "não deverá haver necessidade de qualquer instalação física em qualquer máquina, dispositivo ou equipamento; - Dificuldade de dimensionar, precificar e garantir a execução do item 8.11 ("Os sistemas devem possuir recursos de extração de dados através de web services, acessíveis diretamente pelo usuário final."); - Ao item 8.12 não cabe a natureza exemplificativa dos perfis de acesso pretendidos, diante do necessário controle de permissões de acesso ao sistema; - Ausência de determinação no Termo de Referência de quais seriam os sistemas que teriam a autenticação compartilhada, inviabilizando o dimensionamento da atividade e, consequentemente, a prestação do serviço; - Os itens 8.29, 8.30 e 8.31 não tem relação com o objeto pretendido na contratação especificada no Termo de Referência, já que não há menção à contratação de sistema ERP pela Prefeitura à exceção da redação destes itens; - Os itens 8.22 e 8.32 trazem exigências que não tem qualquer aplicação prática com o pretendido no objeto da contratação, porquanto não discrimina o que deveria ser assinado digitalmente e nem a forma como

isto deveria ocorrer.Nessa conformidade, com fundamento em precedentes jurisprudenciais, pugna pela suspensão do procedimento, com posterior julgamento pela procedência dos questionamentos.É o relatório.Decido.Considerando a possibilidade do regular exercício do contraditório, antes de avaliar o mérito dos questionamentos aduzidos, assino a autoridade responsável o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que apresente cópia do Edital impugnado e suas modificações porventura efetivadas, assim como justificativas sobre os questionamentos aventados.Recomendo seja mantida a suspensão do procedimento licitatório até ulterior decisão desta Casa.Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a íntegra deste Despacho e da Representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e.TCESP, na página www.tcesp.gov.br.

DESPACHO DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Expediente: eTC-17474.989.20-9. Interessado: William Cândido Lopes – qualificado como advogado da empresa RFP Máquinas e Empreendimentos Ltda. EPP. Mencionada: Prefeitura Municipal de São Sebastião. Responsável: Felipe Augusto – Prefeito Municipal. Assunto: Comunica possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura de São Sebastião, relacionadas à inadimplência parcial referente aos veículos fornecidos ao Município, conforme Contrato nº 201956AJ077 (precedido pelo Pregão Presencial 34/2019) e Ata de Registro de Preços nº 49/2019 (precedida pelo Pregão Presencial nº 09/2019). Trata-se de expediente noticiando possíveis irregularidades no âmbito da Municipalidade de São Sebastião.Em síntese, a provocação trazida pelo Interessado consiste na entrega de veículos à Municipalidade, em valor de R\$ 864.500,00, porém, com recebimento de parte do montante devido, restando pendente a quantia de R\$ 433.126,82.As Contas Anuais do Exercício de 2019 da Prefeitura Municipal de São Sebastião estão albergadas no processo eTC-5014.989.19-8, sob minha relatoria.Considerando que a matéria ora noticiada guarda relação com a análise ordinária compreendida nas contas municipais, determino a notificação eletrônica do Responsável pela Municipalidade, a fim de que apresente justificativas ao alegado, em prazo de 15 dias.Antes, ao Cartório para:1. Referenciar ao IC-5014.989.19-8, 2. Notificar eletronicamente o Interessado a respeito desta decisão; Ao Cartório, para cumprimento.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

Processo: eTC-010545.989.17-0
Contratante: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio
Contratada: B & S Gestão Pública S/S Ltda.
Responsáveis: Sidnei Caio da Silva Junqueira (Prefeito à época)
Cassia Regina Zaffani Furian (Prefeita atual)
Procurador: Márcio Teruo Matsumoto (OAB/SP nº 133.431)
Objeto: Prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas Administrativa e Jurídica.

Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas

Vistos.

I) Tomo ciência da Petição (Evento 70), por meio da qual a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio apresenta as providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos, em especial informa que “a atual administração, a partir de 2017, deixou de efetuar a contratação de empresa visando a recuperação de créditos tributários, em respeito às orientações deste E. Tribunal de Contas”.

II) Agrade-se em Cartório a notificação pessoal do Sr. Sidnei Caio da Silva Junqueira, Prefeito do Município à época dos fatos, para que promova o recolhimento da multa aplicada nestes autos, conforme Ofício CG.C.DER nº 660/2020 (Evento 59.3).

Publique-se.

Processo: eTC-010782.989.20-6
Requerente: GSTAFF Serviços e Produtos de Limpeza EIRELI
Mencionada: Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Sorocaba

Procuradores: Edson César dos Santos Cabral (OAB/SP 079.396)

Rosane Gomes da Silva (OAB/SP 315.667)
João Eduardo Lopes Queiroz (Assessor Jurídico)

Assunto: Representação com Pedido Liminar, em face de possíveis irregularidades na contratação emergencial (Processo nº 70/2020)

Exercício: 2020

Vistos.

Trata-se de “Representação com Pedido Liminar” autuada por GSTAFF Serviços e Produtos de Limpeza EIRELI, em face de possíveis irregularidades na contratação emergencial (Processo nº 70/2020) promovida pelo Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Sorocaba, para prestação de serviços de limpeza por período de 90 (noventa) dias, devido à demora na conclusão do Pregão Presencial nº 16/2019-ICTS.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, por meio de Petição (Evento 48), apresenta as suas justificativas, em especial informa que “a referida contratação direta que decorreu do Processo SORC/ICTS n. 70/2020 promovido pelo Instituto de Ciência e Tecnologia da UNESP, Campus de Sorocaba, e que foi impugnado neste Tribunal de Contas, foi declarada NULA pelo Diretor da Unidade”.

Desta forma, declaro a perda do objeto do presente Expediente I/Representação e determino o arquivamento dos autos.

Antes, porém, REFERENCIE-SE o Expediente ao Processo eTC-004894.989.20-1, de minha relatoria, que trata do Balanço Geral do Exercício de 2020 do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Sorocaba.

Publique-se.

Processo: eTC-012350.989.18-2

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Campina

Contratada: Andre Luiz Sguarero EIRELI

Responsáveis: Nilton Ferreira da Silva (Prefeito à época)

Jucemara Forres do Nascimento (Prefeita atual)

Procuradores: Rosely de J. Lemos (OAB/SP 124.850)

José Américo Lombardi (OAB/SP 107.319)

Milena Aparecida Tadiotto Martiniano Nunes (OAB/SP 287.616)

Objeto: Autos próprios do Processo eTC-003983.989.16-1

- Contas Anuais do Exercício de 2016 da Prefeitura Municipal de Nova Campina, para fins de análise do Contrato nº 1.0/2016

Em exame: Medidas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas

Vistos.

I) A Prefeitura Municipal de Nova Campina, notificada por Ofício / Aviso de Recebimento (Evento 65.1), recebido em 08/07/2020 (Evento 69.1), não apresentou as providências administrativas adotadas em razão das irregularidades apontadas nestes autos.

Desta forma, NOTIFICO a Prefeita do Município de Nova Campina para que, no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, apresente as providências administrativas adotadas em face da decisão deste Tribunal de Contas, tais como apuração dos responsáveis, eventual sanção imposta, além de medidas para regularização e não repetição das falhas relatadas.

Alerto que o não atendimento da diligência, dentro do prazo consignado, poderá acarretar na imposição da penalidade de multa prevista no artigo 104, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93.

II) AGUARDE-SE a notificação pessoal do Sr. Nilton Ferreira da Silva, Prefeito do Município à época dos fatos, para que promova o recolhimento da multa aplicada nestes autos, conforme Ofício CG.C.DER nº 698/2020 (Evento 65.3).

Publique-se.

Processo: eTC-013188.989.20-6

Requerente: Associação Guaimbé, Sustentabilidade, Desenvolvimento e Transparência

Mencionada: Prefeitura Municipal de Guaimbé

Responsável: Albertino Domingues Brandão (Prefeito)

Procuradores: Rogerio Monteiro de Barros (OAB/SP 205.472)

Marcelo Mansano (OAB/SP 128.979)

Assunto: Representação formulada por Organização da Sociedade Civil a fim que sejam tomadas providências em razão de gastos possivelmente excessivos com a manutenção de veículos da frota municipal em comparação com outros municípios do mesmo porte

Exercício: 2020

Vistos.

A Associação Guaimbé, Sustentabilidade, Desenvolvimento e Transparência comunica possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaimbé, relacionadas aos gastos com peças e manutenção da frota do Município no período de 2013 a 2019, quando comparados às despesas da espécie de outros Municípios da região.

A Prefeitura Municipal de Guaimbé, por meio de Petição (Evento 39), requer “a prorrogação de prazo por 15 (quinze) dias, para que possa apresentar as suas justificativas, uma vez que o prazo desdê a habilitação não foi suficiente para a formalização de todo o pretendido”.

DEFIRO o pedido.

Desta forma, NOTIFICO o Prefeito do Município de Guaimbé para que, no prazo de 15 (quinze) dias, TOMÉ CIÊNCIA do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Publique-se.

Processo: eTC-013348.989.20-3

Requerente: Nacional Construções Ltda.

Mencionada: Prefeitura Municipal de Jaborandi

Responsáveis: Marcos Antônio Daniel (Prefeito)

Assunto: Comunica possíveis irregularidades na Edital da Tomada de Preços nº 002/2020, Processo nº 014/2020, promovida pelo Município de Jaborandi, com finalidade de contratar empresa para a execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais para revitalização e conclusão do ginásio de esportes do município

Exercício: 2020

Vistos.

Nacional Construções Ltda. insurge-se contra dispositivo do Edital da Tomada de Preços nº 002/2020, Processo nº 014/2020, promovida pelo Município de Jaborandi, com finalidade de contratar empresa para a execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais para revitalização e conclusão do ginásio de esportes do município.

Sustenta a ilegalidade da exigência contida no item 8.1.3, alínea “c”, do Termo de Referência do ato convocatório (cujo descumprimento deu causa à sua inabilitação) e requer a revisão do ato administrativo posto que, no seu entender, a exigência de capacidade técnico operacional no percentual de 60% não teria respaldo para ser utilizada no procedimento licitatório, por inexistir previsão expressa no “Estatuto das Licitações”, além de ser arbitrária, abusiva e não constituir óbice para a realização da obra.

Desta forma, NOTIFICO o Prefeito do Município de Jaborandi para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome ciência do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Publique-se.

Processo: eTC-013593.989.20-5

Requerente: Café Pacaembu Ltda.

Mencionada: Prefeitura Municipal de Diadema

Responsável: Lauro Michels Sobrinho (Prefeito)

Procurador: Guilherme Marques Galindo (OAB/SP 312.756)

Assunto: Representação formulada pela empresa Café Pacaembu Ltda., em face da Prefeitura Municipal de Diadema por suposta ausência de pagamento e descumprimento do Edital de Licitações

Exercício: 2020

Vistos.

Trata-se de peça nominada “Representação”, protocolada pela empresa Café Pacaembu Ltda., em face de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Diadema, relativas à Ata de Registro de Preços nº 314/2017, cujo objeto era o fornecimento de café.

A Requerente alega, em síntese, que cumpriu suas obrigações, entregando todos os produtos solicitados, entretanto, a Municipalidade não adimpliu o pagamento das Notas Fiscais devidas.

A Prefeitura Municipal de Diadema, por meio de Petição (Evento 28), apresentou as suas Justificativas, em especial informou que:

“A Secretaria de Saúde solicitou a Secretaria de Finanças, a regularização dos pagamentos referente às notas pendentes, o que foi realizado no dia 31/08/2020, conforme demonstrativo anexo”.

Ato contínuo, a empresa Café Pacaembu Ltda., por meio de Petição (Evento 32), alega que:

“[O] Município de Diadema cumpriu parcialmente o pagamento a empresa. Com base no Instrumento Convocatório do Município de Diadema ter efetuado o pagamento dos juros simples abaixo”.

Assessei que a declaração da empresa SX Lighting Second EIRELI como vencedora dos itens 1 e 2 do certame se deu em desconformidade com as previsões do Edital e da Lei de Licitações. Aduz que o documento de garantia não foi apresentado da forma solicitada, e, além disso, que não constam da documentação apresentada que todos os ensaios tenham laudo de certificação no INMETRO e que as luminárias ofertadas ultrapassem a potência máxima de 150 watts, fatores impeditivos da assinatura do contrato.

Após, ao arquivo.

Processo: eTC-013939.989.20-8

Requerente: Unicoiba Energia S/A

Mencionada: Prefeitura Municipal de Morro Agudo

Responsável: Vinicius Cruz de Castro (Prefeito)

Procuradora: Eliezer Pereira Martins (OAB/SP 168.735)

Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Morro Agudo, relacionadas ao Pregão Presencial nº 08/2020, Processo Administrativo nº 34/2020, objetivando aquisição de luminárias (LED)

Exercício: 2020

Vistos.

Unicoiba Energia S/A, por seu advogado, comunica possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Morro Agudo, relacionadas ao Pregão Presencial nº 08/2020, Processo Administrativo nº 34/2020, objetivando aquisição de luminárias (LED).

Assessei que a declaração da empresa SX Lighting Second EIRELI como vencedora dos itens 1 e 2 do certame se deu em desconformidade com as previsões do Edital e da Lei de Licitações. Aduz que o documento de garantia não foi apresentado da forma solicitada, e, além disso, que não constam da documentação apresentada que todos os ensaios tenham laudo de certificação no INMETRO e que as luminárias ofertadas ultrapassem a potência máxima de 150 watts, fatores impeditivos da assinatura do contrato.

A Prefeitura Municipal de Morro Agudo, por meio de Petição (Evento 32), requer “a prorrogação do prazo por mais 15 (quinze) dias, uma vez que está levantando toda documentação e esclarecimento necessário para prestar as justificativas”.

DEFIRO o pedido.

Desta forma, NOTIFICO o Prefeito do Município de Morro Agudo para que, no prazo de 15 (quinze) dias, TOMÉ CIÊNCIA do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Publique-se.

Processo: eTC-014307.989.20-2

Requerente: Roberto Siriane Francischini (Município)

Mencionada: Prefeitura Municipal de Santópolis do Aguapeí

Responsável: Haroldo Alves Pio (Prefeito)

Procuradora: Fatima Aparecida dos Santos (OAB/SP 161.749)

Assunto: Comunicação de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Santópolis do Aguapeí, relativas a utilização de funcionários em obras que foram licitadas e contratadas pelo Município

Exercício: 2020

Vistos.

O Sr. Roberto Siriane Francischini, munícipe de Santópolis do Aguapeí, comunica possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Santópolis do Aguapeí, relativas a utilização de funcionários em obras que foram licitadas e contratadas pelo Município.

Desta forma, NOTIFICO o Prefeito do Município de Santópolis do Aguapeí para que, no prazo de 15 (quinze) dias, TOMÉ CIÊNCIA do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Publique-se.

Processo: eTC-014682.989.20-7

Requerente: RT Energia e Serviços Ltda.

Mencionada: Prefeitura Municipal de Lorena

Responsável: Fábio Marcondes (Prefeito)

Procurador: Márcio Camarrosano (OAB/SP 024.170)

Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Lorena relacionadas à execução contratual realizada pela empresa Rafael Soler Engenharia ME via Contrato nº 166/2019

Exercício: 2020

A empresa RT Energia e Serviços Ltda., por seu sócio João Paulo Casimiro Costa, comunica possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Lorena relacionadas à execução contratual realizada pela empresa Rafael Soler Engenharia ME via Contrato nº 166/2019, Concorrência nº 01/2019, objetivando a contratação de serviços de engenharia elétrica para a manutenção e operação do sistema de iluminação pública e ornamental, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais.

Argumenta a Requerente que “desde o momento da assinatura do Contrato, a Contratada vem reiteradamente descumprindo as suas disposições, seja deixando de disponibilizar os equipamentos e equipes exigidas objetivamente pelo Contrato, seja prestando serviço inadequado, ineficiente e precário”.

A Prefeitura Municipal de Lorena, por meio de Petição (Evento 27), requer “dilação de prazo de 15 (quinze) dias, vez que se está a proceder a coleta de elementos e documentos a serem juntados nestes autos, com as devidas justificativas”.

DEFIRO o pedido.

Desta forma, NOTIFICO o Prefeito do Município de Lorena para que, no prazo de 15 (quinze) dias, TOMÉ CIÊNCIA do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Processo: eTC-016164.989.20-4

Requerente: Belisa Comércio e Serviços Ltda. – EPP

Mencionada: Prefeitura Municipal de Mira Estrela

Responsável: Marcio Hamilton Castreghini Borges (Prefeito)

Procurador: Eberton Guimarães Dias (OAB/SP 312.829)

Assunto: Comunica possíveis irregularidades no Pregão Presencial nº 15/2020, Processo Licitatório nº 50/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Mira Estrela

Exercício: 2020

Vistos.

Belisa Comércio e Serviços Ltda. – EPP comunica possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Presencial nº 15/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Mira Estrela, com vistas à aquisição de um (01) veículo (ambulância Tipo A) para transporte de pacientes, 0 km, primeiro empacamento, ano / modelo 2020.

Nominada “Denúncia/Representação”, a petição notifica inabilitação da interessada, por não apresentar o CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Município, exigência contida no item 6.1 do Edital que, segundo expõe, contraria legislação de regência e decisões deste Tribunal de Contas.

A Prefeitura Municipal de Mira Estrela, por meio de Petição (Evento 27), esclarece que “o Pregão Presencial nº 15/2020 [...] foi REVOGADO em seu inteiro teor, sendo publicado novo edital retirando a exigência do item 6.1 do mesmo”.

Desta forma, tendo em vista a REVOGAÇÃO do processo licitatório em exame, declaro a perda do objeto do presente Expediente I/Representação e determino o arquivamento dos autos.

Antes, porém, REFERENCIE-SE o Expediente ao Processo eTC-002891.989.20-4, de minha relatoria, que trata das Contas Anuais de 2020 da Prefeitura Municipal de Mira Estrela.

Publique-se.

Processo: eTC-017190.989.20-2

Requerente: Telemática Sistemas Inteligentes Ltda.

Mencionada: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM

Procuradores: Caio Augusto de Moraes Forjaz (OAB/SP 182.311)

Magnus da Silva Menezes (OAB/SP 211.506)

Assunto: Possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico nº 8153182062, promovido pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, por reputar equivocada a habilitação da empresa Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, por meio de Petição (Evento 27), apresentou as suas Justificativas.

Desta forma, REFERENCIE-SE o presente Expediente ao Processo eTC-004325.989.20-0, de minha relatoria, que trata do Balanço Geral do Exercício de 2020 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, para subsidiá-lo.

Após, ao arquivo.

Processo: eTC-018123.989.20-4

Requerente: Josni Nunes (Vereador de Bastos)

Mencionada: Câmara Municipal de Bastos

Responsável: Claudemir José dos Santos (Presidente da Câmara)

Assunto: Encaminha cópia de denúncia protocolada junto ao Ministério Público Estadual em face de possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Câmara Municipal de Bastos

Exercício: 2020

Vistos.

O Sr. Josni Nunes, Vereador do Município de Bastos, encaminha cópia da denúncia protocolada em 12/03/2020 junto ao Ministério Público Estadual em face de possíveis irregularidades

no âmbito da Câmara Municipal de Bastos durante o exercício de 2019, em razão de despesas com diárias, viagens e hospedagens realizadas sob o argumento de angariação de recursos, para eventuais providências.

Segundo consta, ocorrências da espécie já foram aduzidas a este Tribunal de Contas, tendo sido objeto de apontamentos nos relatórios de 2017 e 2018. Destarte, noticiam que em 2019 e 2020, no intuito de burlar as recomendações havidas, criou-se por Resolução o pagamento de diárias sem prestação de contas e para cobertura de hotéis e refeições, permanecendo diretamente a cargo da Câmara Municipal as despesas com combustíveis e pedágios.

Argumentam que os valores das diárias foram fixados de acordo com gastos anteriores, não condizendo com os preços de mercado e representando mais que o dobro do valor concedido aos motoristas de ambulância do Município. Noticiam, ainda, que as viagens são realizadas por três ou quatro vereadores, além do motorista, sem antecipadas justificativas ou comprovantes.

Desta forma, NOTIFICO o Presidente da Câmara Municipal de Bastos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome ciência do conteúdo do presente Expediente e apresente as JUSTIFICATIVAS que entender pertinentes.

Publique-se.

Processo: eTC-018160.989.20-8

Requerente: Sergio Olímpio Gomes (Senador da República)

Mencionada: Fundação Butantan

Responsáveis: Rui Curi (Diretor Presidente)

Reinaldo Noboru Saito (Superintendente)

Procuradora: Eliana Lombardi (OAB/SP 056.989)

Assunto: Ofício nº 755/2020/GSOLMPI, de 08-07-2020.

Solicita apuração em face de “possíveis irregularidades em contratos celebrados pelo Instituto Butantan e pela Fundação Butantan, bem como, o possível vínculo e influência do Governo do Estado de São Paulo com os referidos contratos”.

Exercício: 2020

Vistos.

O Sr. Major Olímpio, Senador da República, solicita apuração em face de “possíveis irregularidades em contratos celebrados pelo Instituto Butantan e pela Fundação Butantan, bem como, o possível vínculo e influência do Governo do Estado de São Paulo com os referidos contratos”.

A Presidência houve por bem encaminhar-me o presente Expediente na qualidade de relator do Processo eTC-015254.989.20-5, que trata de Contrato celebrado entre a Fundação Butantan e a empresa Shayra Medikal Saglik Kozmetik Ticaret Ltd., destinado a aquisição de 1.500 Unidades de Respiradores Mecânicos, para serem utilizados no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

A Fundação Butantan, por meio de Petição (Evento 23), apresentou as suas justificativas.

Desta forma, REFERENCIE-SE o presente Expediente ao Processo eTC-015254.989.20-5, para subsidiá-lo.

Após, ao arquivo.

Processo: eTC-018396.989.20-4

Requerente: Thomas Romero Pereira Machado (Município de Mariporã)

Mencionada: Câmara Municipal de Mariporã

ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 109.013) / MARIA DO CARMO ALVARES DE ALMEIDA MELLO PASQUALLUCCI (OAB/SP 138.981) / RAFAEL LAGE FREIRE (OAB/SP 431.951)

ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-07

PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00021682.989.18-1, 00020063.989.18-0, 00013770.989.19-2

Notas:

NOTÍFQUE-SE, nos termos do artigo 91, III, do Sr. FLUIPE AUGUSTO e sua representante legal para que regularize a peça recursal constante do Evento 259.1, protocolando a mesma em processo autônomo nos moldes do Comunicado GP 03/2013.

Portanto, indefiro a juntada de toda a documentação constante do Evento 259.

Public-use:

PROCESSO:00005138.989.18-1

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ (CNPJ 71.566.715/0001-54)

ADVOGADO: DANIEL DIAS DE MORAES FILHO (OAB/SP 146.054)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-09

Notas:

Trata-se das contas anuais do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ.

Considerando as medidas adotadas em face da pandemia de Covid-19, indefiro a juntada de memorias (evento 58.1) que, nos moldes do Comunicado SDG nº 16/2020, acessível no endereço: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/legislacao/ComunicadoSDG%2016-2020.pdf>, deverá ser feita através do sistema disponível no endereço <http://www.tce.sp.gov.br/memorials>

Public-use:

PROCESSO:00005202.989.18-2

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA (CNPJ 01.740.774/0001-49)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2018

EXERCÍCIO: 2018

INSTRUÇÃO POR: UR-10

Notas:

Em face da manifestação do duto representante do MPC, inserida no evento 60, onde acrescenta apontamento suplementar relativo à excessiva devolução de duodécimos, NOTÍFICO o sr. LEONARDO FRANCISCO SAMPAIO DE SOUZA FILHO, responsável pelas contas do exercício de 2018 da CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 70/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dessa ressalva e apresente as justificativas suplementares e que entender pertinentes.

Public-use:

PROCESSO:00005490.989.19-1

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS (CNPJ 57.722.783/0001-80)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-02

Notas:

A CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS, por via de seu Procurador Jurídico, solicita prazo para cumprimento de determinação desta Corte.

Defiro 15 dias a contar da publicação.

Public-use:

PROCESSO:00005538.989.19-5

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE OLIMPIA (CNPJ 51.539.818/0001-36)

ADVOGADO: CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO (OAB/SP 22.275) / FABIO MARINARI GONÇALVES (OAB/SP 356.371)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-08

PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00025086.989.19-1

Notas:

O responsável, Sr. Antonio Delomondare, por via de seus procuradores, solicita dilação de prazo para cumprimento de determinação desta Corte.

Concedo 15 dias

Public-use:

PROCESSO:00005567.989.19-9

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE AVARE (CNPJ 50.366.491/0001-67)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-02

Notas:

Em face das falhas apontadas no relatório de fiscalização, elaborado pela Unidade Regional de Bauri – UR-02, inserido no evento 12, NOTÍFICO o Sr. FRANCISCO BARRETO DE MONTE NETO, responsável pelas contas do exercício de 2019 da CÂMARA MUNICIPAL DE AVARÉ, nos termos do disposto no artigo 30, da Lei Complementar Paulista nº 70/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dos apontamentos e apresente as alegações e justificativas que entender pertinentes.

Oportunamente registrar que a peça de defesa, deverá constar item específico informando o número total de sessões realizadas, bem como os dados consolidados da produção legislativa do exercício, com o número de projetos de lei, resoluções, peças orientadoras, audiências públicas, requerimentos, indicações, moções, tributos honoríficos, decisões da Mesa Diretora e demais matérias submetidas à deliberação da Câmara Municipal.

Public-use:

PROCESSO:00005821.989.16-7

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA (CNPJ 54.163.167/0001-00)

ADVOGADO: WILSON RODRIGO GARCIA (OAB/SP 276.158)

ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2017

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-13

PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00008306.989.18-7, 00019294.989.17-3, 00008304.989.18-9

Notas:

Trata-se das contas anuais de 2017 do Legislativo de Monte Azul Paulista.

Considerando as medidas adotadas em face da pandemia de Covid-19, indefiro a juntada de memorias (eventos 102/104) que, nos moldes do Comunicado SDG nº 16/2020, acessível no endereço: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/legislacao/ComunicadoSDG%2016-2020.pdf>, deverá ser feita através do sistema disponível no endereço <http://www.tce.sp.gov.br/memorials>

Public-use:

PROCESSO:00015268.989.16-7

MARCANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA (CNPJ 46.634.044/0001-74)

ADVOGADO: (OAB/SP 129.515) / ANDERSON TADEU OLIVEIRA MACHADO (OAB/SP 221.808) / ERIKA CAPELLA FERNANDES (OAB/SP 330.995) / LAURA BOTTO DE BARROS NASCIMENTO SANTOS (OAB/SP 359.723)

CONTRATADO(A): APETEPE SISTEMAS DE ALIMENTACAO S/A (CNPJ 60.166.832/0001-04)

ADVOGADO: MARCOS ANTONIO GABAN MONTEIRO (OAB/SP 278.013)

INTERESSADO(A): ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (CPF 189.523.648-72)

ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 75/2016 - Processo CPL nº 507/2016 - Contrato SIM nº 438/2016 - de 29-7-2016 - Objeto:

to: prestação de serviços de preparo de alimentação escolar, em conformidade com o Termo de Referência - Vigência: 180 dias (2-8-2016 a 28-1-2017).

EXERCÍCIO: 2016

INSTRUÇÃO POR: UR-09

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00012854.989.16-7, 00015513.989.16-0, 00006558.989.17-4

PROCESSO:00012854.989.16-7

REPRESENTANTE: CONVIDA REFEICOES LTDA (CNPJ 05.599.283/0001-53)

ADVOGADO: ERIKA CAPELLA FERNANDES (OAB/SP 330.995)

REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA (CNPJ 46.634.044/0001-74)

ADVOGADO: (OAB/SP 45.977) / JOAO BENEDITO MARTINS (OAB/SP 65.529) / LUIZ ANGELO VERRONE QUILICI (OAB/SP 73.578) / (OAB/SP 76.216) / (OAB/SP 77.268) / (OAB/SP 77.700) / (OAB/SP 84.377) / (OAB/SP 92.880) / (OAB/SP 95.694) / (OAB/SP 108.775) / (OAB/SP 115.403) / (OAB/SP 115.686) / (OAB/SP 115.780) / (OAB/SP 122.692) / (OAB/SP 123.396) / (OAB/SP 129.621) / (OAB/SP 131.479) / (OAB/SP 133.163) / DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES (OAB/SP 185.885) / (OAB/SP 195.602) / ANDERSON TADEU OLIVEIRA MACHADO (OAB/SP 221.808) / (OAB/SP 233.794) / (OAB/SP 258.063) / FABRICIO PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB/SP 270.073) / (OAB/SP 274.326) / JULIANA FUCCI DALL OLIO (OAB/SP 277.622) / CELSO CARLOS BARCELLO (OAB/SP 299.185) / CRISTIANE ALONSO SALAO PIEDOMONTE (OAB/SP 301.263) / (OAB/SP 316.193) / (OAB/SP 339.940) / (OAB/SP 362.079)

INTERESSADO(A): APETEPE SISTEMAS DE ALIMENTACAO S/A (CNPJ 60.166.832/0001-04)

ADVOGADO: MARCOS ANTONIO GABAN MONTEIRO (OAB/SP 278.013)

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (CPF 189.523.648-72)

ADVOGADO: THIAGO LOPES FERRAZ DONNINI (OAB/SP 235.247)

ASSUNTO: Possíveis irregularidades no processo emergencial de contratação referente a alimentação escolar do Município de Sorocaba tendo em vista a suspensão do pregão presencial nº 02/2016.

EXERCÍCIO: 2016

INSTRUÇÃO POR: UR-09

PROCESSO PRINCIPAL: 15268.989.16-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA (CNPJ 46.634.044/0001-74)

ADVOGADO: (OAB/SP 129.515) / DOUGLAS DOMINGOS DE MORAES (OAB/SP 185.885) / ANDERSON TADEU OLIVEIRA MACHADO (OAB/SP 221.808) / ERIKA CAPELLA FERNANDES (OAB/SP 330.995) / LAURA BOTTO DE BARROS NASCIMENTO SANTOS (OAB/SP 359.723)

CONTRATADO(A): APETEPE SISTEMAS DE ALIMENTACAO S/A (CNPJ 60.166.832/0001-04)

ADVOGADO: MARCOS ANTONIO GABAN MONTEIRO (OAB/SP 278.013)

INTERESSADO(A): ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (CPF 189.523.648-72)

ADVOGADO: THIAGO LOPES FERRAZ DONNINI (OAB/SP 235.247)

ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 75/2016; Contrato SIM nº 438/2016, tendo por objeto serviços de preparo de alimentação escolar; Vigência: 180 dias, a partir da emissão da ordem de serviço de 28/2016 a 29/12/2017.

EXERCÍCIO: 2016

INSTRUÇÃO POR: UR-09

PROCESSO PRINCIPAL: 15268.989.16-7

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA (CNPJ 46.634.044/0001-74)

ADVOGADO: (OAB/SP 129.515) / ANDERSON TADEU OLIVEIRA MACHADO (OAB/SP 221.808) / ERIKA CAPELLA FERNANDES (OAB/SP 330.995)

CONTRATADO(A): APETEPE SISTEMAS DE ALIMENTACAO S/A (CNPJ 60.166.832/0001-04)

ADVOGADO: MARCOS ANTONIO GABAN MONTEIRO (OAB/SP 278.013)

INTERESSADO(A): JOSE ANTONIO CALDINI CRESCO (CPF 024.927.118-46)

MONIQUE RODRIGUES DE CAMPOS CELESTINO (CPF 364.752.908-74)

ASSUNTO: Termo de Recebimento Definitivo e Encerramento do Contrato, celebrado em 27-3-2017, referente ao Contrato SIM nº 438/2016 (Processo CPL nº 507/2016), decorrente da Dispensa de Licitação nº 75/2016, tendo por objeto a prestação de serviços de preparo de alimentação escolar.

EXERCÍCIO: 2017

INSTRUÇÃO POR: UR-09

PROCESSO PRINCIPAL: 15268.989.16-7

Notificamos os interessados, via postal, na forma do artigo 9º, III, c/c art.º XII, da Lei Complementar nº 70/93, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre as possíveis irregularidades apontadas nestes autos, apresentando as razões e documentos que entenderem pertinentes.

Após, retornem ao Gabinete, com prévia passagem por MPC.

Public-use:

PROCESSO:007390.989.20-0

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI (CNPJ 67.168.856/0001-41)

CONTRATADO(A): AGUAS DE ESTIVA GERBI SPE LTDA (CNPJ 33.909.992/0001-23)

INTERESSADO(A): CLAUDIA BOTELHO DE OLIVEIRA DIEGUES (CPF 168.379.038-37)

ADVOGADO: ARTHUR AUGUSTO CAMPOS FREIRE (OAB/SP 266.329)

MARCOS DINIZ (CPF 121.266.668-24)

ASSUNTO: CONTRATO Nº 023/2019 de 25/06/2019. Concorrência Pública nº 01/2018. OBJETO: CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO e dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, em caráter de exclusividade, aos USUÁRIOS que se localizam na ÁREA DE CONCESSÃO.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 007595.989.20-3

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI (CNPJ 67.168.856/0001-41)

CONTRATADO(A): AGUAS DE ESTIVA GERBI SPE LTDA (CNPJ 33.909.992/0001-23)

INTERESSADO(A): CLAUDIA BOTELHO DE OLIVEIRA DIEGUES (CPF 168.379.038-37)

ADVOGADO: ARTHUR AUGUSTO CAMPOS FREIRE (OAB/SP 266.329)

MARCOS DINIZ (CPF 121.266.668-24)

ASSUNTO: Acompanhamento da Concessão referente ao CONTRATO Nº 023/2019 de 25/06/2019.

EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: UR-19

PROCESSO PRINCIPAL: 007390.989.20-0

Notas:

Tendo em vista o não atendimento do despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 18/08/2020 (evento 40 do TC-007390.989.20-0 e evento 31 do TC-007595.989.20-3), NOTIFICO, nos termos do artigo 91, inciso II, da Lei Complementar nº 70/93, os interessados acima discriminados para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem ciência da instrução processada nos autos, e apresentem as justificativas e docu-

mentos que entenderem pertinentes, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 70/93, em cumprimento ao citado despacho.

Alerto que o não atendimento conduzirá ao julgamento do feito no estado em que se encontra, bem como poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Transcorrido o prazo assinalado, encaminhem-se os autos à Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ, nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 02/2018, para que se pronuncie, por sua unidade de despacho, conforme proposta do II. Ministério Público de Contas – MPC (evento 48 do TC-007390.989.20-0 e evento 30 do TC-007595.989.20-3).

Cumpridas as providências, retornem os autos a este Gabinete, com prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regulamento Interno deste Tribunal.

Public-use:

PROCESSO:000008687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

ASSUNTO: LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 04/2011

CONTRATO: CONTRATO 51/2013, ASSINADO AOS 30 DE JULHO DE 2013

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL 7 EM EI DO BAIRRO QUINHÕES DA BOA ESPERANÇA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

EXERCÍCIO: 2013

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00009789.989.20-9, 00009791.989.20-5, 00009796.989.20-0, 00009799.989.20-7, 00009803.989.20-1, 00009806.989.20-8, 00009810.989.20-2, 00013015.989.20-5, 00013016.989.20-4, 00013017.989.20-3, 00013018.989.20-2, 00013024.989.20-4, 00013027.989.20-1, 00013030.989.20-0, 00013032.989.20-4, 00017134.989.20-1

PROCESSO:00009789.989.20-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 26/2014, de 30/04/14 AO CONTRATO Nº 51/2013, de 30/07/13 OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL, POR MAIS 180 DIAS (CENTO E OITENTA DIAS - VIGÊNCIA: 30/04/14 A 30/10/14)

EXERCÍCIO: 2014

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS (CPF 195.660.708-02)

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 67/2014, de 30/10/14 AO CONTRATO Nº 51/2013, de 30/07/13 OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL, POR MAIS 180 DIAS - VIGÊNCIA: 30/10/14 A 30/04/15

EXERCÍCIO: 2014

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 39/2015, de 30/04/15 AO CONTRATO Nº 51/2013, de 30/07/13 OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL, POR MAIS 180 DIAS - VIGÊNCIA: 30/04/15 A 30/10/15

EXERCÍCIO: 2015

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 55/2015 AO CONTRATO Nº 51/2013, de 30/07/13 OBJETO: ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS NO VALOR DE R\$ 549.950,05, EQUIVALENTE A 24,39% DO VALOR ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO: 2015

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 15/2016, de 29/01/16 AO CONTRATO Nº 51/2013, de 30/07/13 OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL ATÉ 21 DE JUNHO DE 2016 - VIGÊNCIA: 21/02/16 A 21/06/16

EXERCÍCIO: 2016

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

ASSUNTO: TERMO ADITIVO Nº 53/2016, de 20/06/16 AO CONTRATO Nº 51/2013, de 30/07/13 OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL ATÉ 21 DE DEZEMBRO DE 2016 - VIGÊNCIA: 21/06/16 A 21/12/16

EXERCÍCIO: 2016

INSTRUÇÃO POR: UR-03

PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR (CNPJ 45.787.652/0001-56)

ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850)

CONTRATADO(A): CONSTRUTORA TERRUEL LTDA (CNPJ 67.165.969/0001-93)

INTERESSADO(A): THIAGO GIATTI ASSIS

MENTO DE TODO MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS.

EXERCÍCIO: 2013
INSTRUÇÃO POR: UR-03
PROCESSO PRINCIPAL: 8687.989.20-2
INTERESSADOS: THIAGO GISTTI ASSIS
REYNALDO COSENZA
ESTEVAM LUIS TURRELL

Defiro por 15 (quinze) dias a prorrogação de prazo solicitada para apresentação de justificativas, a contar da publicação. Transcorrido o prazo, retornem os autos pelo MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO:015579.989.18-7
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA (CNPJ 44.573.007/0001-61)
ADVOGADO: FABIO EVANDRO PORCELLI (OAB/SP 138.243)
CONTRATADORA: NUTRICIONAL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (CNPJ 08.528.442/0001-17)
ADVOGADO: (OAB/SP 139.722) / LEONARDO FURQUIM DE FARIA (OAB/SP 307.731) / LUIS HENRIQUE GARCIA (OAB/SP 322.822)

INTERESSADO(A): JOSE RICARDO RAYMUNDO (CPF 043.398.018-44)
ADVOGADO: RENATO APARECIDO TEIXEIRA (OAB/SP 210.678)

BARBARA CRUZ FAITANORE (CPF 384.881.378-50)
ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 09/2017. CONTRATO: 70/2018, de 12/03/2018. OBJETO: Contratação de empresa do ramo até 31/12/2018 para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, às escolas e creches municipais.

EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: UR-18
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 017025.989.18-7, 002285.989.19-0, 002286.989.19-9, 002291.989.19-2, 002293.989.19-0, 002295.989.19-8, 002297.989.19-6
Vistos.

Em face da solicitação de prorrogação de prazo apresentada pelo Senhor José Ricardo Raymundo (evento 88.1), defiro o prazo de 20 (vinte) dias para que se manifeste sobre a instrução processada nos autos, em atendimento ao despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 16/04/2019 (evento 39), nos termos do artigo 2º, inciso XII, da Lei Complementar nº 70/93.

Estendo aos demais interessados acima citados a oportunidade para manifestação, no mesmo prazo.

Alerto que o não atendimento conduzirá ao julgamento do feito no estado em que se encontra, bem como poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 70/93.

Transcorrido o prazo assinalado, retornem os autos a este Gabinete, com prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO:00016758.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO (CNPJ 45.127.248/0001-56)
CONTRATADORA(A): ASSOCIACAO DE SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CNPJ 24.229.369/0001-39)

INTERESSADO(A): WILSON FARID CASSEB
NEWTON CESAR MATHIAS
ASSUNTO: CONTRATO 029/2020 DISPENSA 016/2020
OBJETO: REQUISICAO DE SERVICOS MEDICOS A SEREM PRESTADOS TENDO COMO LOCAL DE ATUACAO A UNIDADE BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARAISO- PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

VIGÊNCIA: 90 DIAS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO (17/04/2020)

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-13
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00016957.989.20-5, 00019543.989.20-6
INTERESSADOS/RESPONSÁVEIS: WILSON FARID CASSEB - PREFEITO MUNICIPAL
NEWTON CESAR MATHIAS PELA CONTRATADA
Vistos.

Diante das irregularidades anotadas pela Fiscalização e para que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 70/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas, ficando, ainda, os responsáveis supracitados notificados para acompanhar o presente feito e, caso queiram, no mesmo prazo, apresentar os esclarecimentos que entenderem cabíveis.

Transcorrido o prazo, retornem os autos pelo MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO:016874.989.20-5
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES (CNPJ 45.732.377/0001-73)

CONTRATADORA(A): HEMODIAG LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA (CNPJ 54.010.384/0001-52)
INTERESSADO(A): ROGERIO PASCON (CPF 082.535.568-02)
AUGUSTO CESAR BOBBO (CPF 167.893.378-30)
ASSUNTO: Dispensa nº 93/2020. Contrato nº 50, assinado em 08/04/2020. Objeto: Realização de testes para COVID-19 em amostra de nase e orofaringe por PCR (confirmatório).

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 017050.989.20-1, 018136.989.20-9

PROCESSO:017050.989.20-1
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES (CNPJ 45.732.377/0001-73)

CONTRATADORA(A): HEMODIAG LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA (CNPJ 54.010.384/0001-52)
INTERESSADO(A): ROGERIO PASCON (CPF 082.535.568-02)
AUGUSTO CESAR BOBBO (CPF 167.893.378-30)
ASSUNTO: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 50, assinado em 08/04/2020.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO PRINCIPAL: 016874.989.20-5

PROCESSO:018136.989.20-9
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES (CNPJ 45.732.377/0001-73)
CONTRATADORA(A): HEMODIAG LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA (CNPJ 54.010.384/0001-52)
INTERESSADO(A): ROGERIO PASCON (CPF 082.535.568-02)
AUGUSTO CESAR BOBBO (CPF 167.893.378-30)
ASSUNTO: Termo de Prorrogação de Prazo 01/2020, assinado em 07/07/2020.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
PROCESSO PRINCIPAL: 016874.989.20-5

Vistos.
Em face da instrução processada nos autos pela Fiscalização (evento 27 do TC-016874.989.20-5, evento 15 do TC-017050.989.20-1, e evento 15 do TC-018136.989.20-9), assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, bem como aos interessados acima citados, o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 70/93, tomem ciência dos respectivos

relatórios (evento 27.3 do TC-016874.989.20-5, evento 15.4 do TC-017050.989.20-1, e evento 15.1 do TC-018136.989.20-9), e adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou, então, apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.

Alerto que, nos termos da Resolução nº 01/2011, os interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico - e-TCEP, na página, www4.tce.sp.gov.br/tceesp/, mediante regular cadastramento, se ainda não efetivado.

Transcorrido o prazo assinalado, retornem os autos a este Gabinete, com prévio trânsito pelo Ministério Público de Contas, nos termos do artigo 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO:00017675.989.20-6
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA (CNPJ 68.020.916/0001-47)
ADVOGADO: ROBERTO ESTEVES MARTINS NOVAES (OAB/SP 63.061)

CONTRATADORA: PORTELA MERCANTIL E PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI (CNPJ 28.774.221/0001-36)
INTERESSADO(A): CAIO ARIAS MATHUEUS
SIMONE ARAUJO DE OLIVEIRA PAZAL
VALTER DE ALMEIDA CAMPOI
FABIANA APARECIDA DA SILVA PEREIRA
ASSUNTO: CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 01/2020, ASSINADO EM 24/03/2020. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.919/2020, VIGENCIA: 180 DIAS. OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA EQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA (MONTAGEM DE 10 LEITOS DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, NECESSÁRIOS PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DO COVID-19).

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-20
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 000180530.989.20-1
PROCESSO:00018530.989.20-1

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA (CNPJ 68.020.916/0001-47)

ADVOGADO: ROBERTO ESTEVES MARTINS NOVAES (OAB/SP 63.061)

CONTRATADORA(A): PORTELA MERCANTIL E PRESTACAO DE SERVICOS EIRELI (CNPJ 28.774.221/0001-36)
INTERESSADO(A): CAIO ARIAS MATHUEUS
SIMONE ARAUJO DE OLIVEIRA PAZAL
VALTER DE ALMEIDA CAMPOI
FABIANA APARECIDA DA SILVA PEREIRA

ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DE EXECUCAO CONTRATUAL. REF: CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTACAO DE SERVICOS Nº 01/2020 DE 24/03/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA EQUIPAR O HOSPITAL MUNICIPAL DE BERTIOGA.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-20
PROCESSO PRINCIPAL: 17675.989.20-6

Vistos.
Diante das irregularidades anotadas pela Fiscalização na dispensa de licitação e contratação direta e ressalvas na execução contratual e para que no futuro não se alegue cerceamento de defesa, assino à PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA o prazo de 15 (quinze) dias para que, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 70/93, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ou apresente justificativas acerca das dúvidas suscitadas, ficando, ainda, os responsáveis supracitados notificados para acompanhar o presente feito e, caso queiram, no mesmo prazo, apresentar os esclarecimentos que entenderem cabíveis.

Transcorrido o prazo, retornem os autos pelo MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO:00018125.989.20-2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARARE (CNPJ 46.634.390/0001-52)

CONTRATADORA(A): NINOMAO CONSTRUCOES E LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS EIRELI (CNPJ 10.687.025/0001-69)
INTERESSADO(A): HELITON SCHEIDT DO VALLE (PREFEITO MUNICIPAL)

JERONIMO DE ALMEIDA (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA)

MAICON DE MIRANDA (ADVOGADO DA CONTRATADA)
ASSUNTO: Pregão Presencial nº 07/2020. Contrato nº 37/2020, assinado em 16/03/2020. Objeto: Locação de 01 aterro esteira e 10 par carregadeira para manutenção do Óleo Sanitário Municipal.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-16
PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00018653.989.20-2

VISTOS.
Os interessados, nos termos do inciso XIII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 70/93, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou, então, apresentem justificativas a respeito de toda a matéria constante dos autos, esclarecendo os apontamentos registrados pela Fiscalização (eventos 25.1 a 25.11).

PUBLICQUE-SE.
PROCESSO:018286.989.20-7
CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80)

ADVOGADO: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939)

CONTRATADORA(A): TESLA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (CNPJ 19.108.418/0001-45)

INTERESSADO(A): ADRIANO CANDIDO STRINGHINI (CPF 151.578.808-39)

MARA REGINA LUCIANO (CPF 166.854.128-95)

ASSUNTO: LICITAÇÃO: Edital Pregão 0121019 - CONTRATO 0121019. OBJETO: Prestação de Serviços de Transporte de Hipoclorito de Sódio a granel através de logística de distribuição fracionada para Unidades da Sabesp.

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: DF-07

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 018528.989.20-5, 018544.989.20-5

CONTRATANTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO 20-5 DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80)

ADVOGADO: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939)

CONTRATADORA(A): TESLA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA (CNPJ 19.108.418/0001-45)

INTERESSADO(A): ADRIANO CANDIDO STRINGHINI (CPF 151.578.808-39)

CARLOS ROBERTO SEVERIAN DE CARVALHO (CPF 116.639.968-06)

MARA REGINA LUCIANO (CPF 166.854.128-95)

ASSUNTO: Acompanhamento da Execução do Contrato nº 0121019.

EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: DF-07

PROCESSO PRINCIPAL: 018286.989.20-7

Vistos.
Em face da solicitação de prorrogação de prazo apresentada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (evento 50 do TC-018286.989.20-7 e evento 38 do TC-018544.989.20-5), defiro o prazo de 20 (vinte) dias para que se manifeste sobre a instrução processada nos autos, em atendimento ao despacho publicado no Diário Oficial do Estado

de São Paulo de 25/08/2020 (evento 35 do TC-018286.989.20-7 e evento 23 do TC-018544.989.20-5), nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 70/93.

Estendo aos demais interessados acima citados a oportunidade para manifestação, no mesmo prazo.

Alerto que o não atendimento conduzirá ao julgamento do feito no estado em que se encontra, bem como poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 70/93.

Transcorrido o prazo assinalado, retornem os autos a este Gabinete, com prévio trânsito pelo Procuradoria da Fazenda Pública, em seguida, pelo Ministério Público de Contas, nos termos dos artigos 60 e 69, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.
PROCESSO: TC-0018942.989.16-1

CONTRATANTE: HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - HCFMUSP
ADVOGADO: MARIA MATHILDE MARCHI (OAB/SP 50.523)

CONTRATADORA(A): PARAMOUNT BED DO BRASIL COMERCIO E EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA

INTERESSADO(A): ANTONIO JOSE RODRIGUES PEREIRA, MARCO ANTONIO BEGO, DAISY FIGUEIRA, ADILSON BRETHEKIC
ASSUNTO: Contrato nº 27/2016 Inexigibilidade de Licitação
Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com inclusão de peças, para câmaras elétricas hospitalares, marca Paramount Bed, sendo 30 (trinta), instaladas no Hospital Auxiliar de Suzano - HAs e 195 (cento e noventa e cinco) no Instituto do Coração - INCOR.

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 19353.989.16-3, 13559.989.17-3, 18653.989.18-6, 018449.989.19-3

Vistos.
Notifico os interessados, na forma do artigo 2º, XIII, da Lei Complementar nº 70/93, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre as possíveis irregularidades apontadas nestes autos, apresentando os argumentos e documentos que reputarem pertinentes.

Após, retornem os autos ao Gabinete, com prévia passagem por PFE e MPC.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

PROCESSO:00015953.989.20-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA (CNPJ 46.341.038/0001-29)

ADVOGADO: MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS (OAB/SP 69.842) / RENATO ALVES DE OLIVEIRA (OAB/SP 277.391)

CONTRATADO(A): MASTER DIAGNOSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA (CNPJ 00.647.935/0001-64)

INTERESSADO(A): BARIAS NEGREI (CPF 611.264.978-00)
PEDRO ANTONIO DE MELLO (CPF 120.757.601-87)

CLAUDIA MEZLECKAS CARIAS
ASSUNTO: Processo nº 61.504/2020. Empenho nº 466, de 23/04/2020. Objeto: Aquisição de teste rápido para detecção da COVID-19.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00016149.989.20-4
PROCESSO:00016149.989.20-4

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA (CNPJ 46.341.038/0001-29)

ADVOGADO: MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS (OAB/SP 69.842) / RENATO ALVES DE OLIVEIRA (OAB/SP 277.391)

CONTRATADO(A): MASTER DIAGNOSTICA PRODUTOS LABORATORIAIS E HOSPITALARES LTDA (CNPJ 00.647.935/0001-64)

INTERESSADO(A): BARIAS NEGREI (CPF 611.264.978-00)
PEDRO ANTONIO DE MELLO (CPF 120.757.601-87)

CLAUDIA MEZLECKAS CARIAS
ASSUNTO: Processo nº 61.504/2020. Empenho nº 466, de 23/04/2020. Objeto: Aquisição de teste rápido para detecção da COVID-19.

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10

PROCESSO PRINCIPAL: 15953.989.20-9

INTERESSADOS/RESPONSÁVEIS: BARIAS NEGREI; PEDRO ANTONIO DE MELLO; CLAUDIA MEZLECKAS CARIAS

Vistos.
Defiro por 10 (dez) dias a prorrogação de prazo solicitada para apresentação de justificativas, a contar da publicação.

Transcorrido o prazo, retornem os autos pelo MPC, nos termos do artigo 69, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se.

DESPACHOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

D E S P A C H O
PROCESSO:00010040.989.20-4

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO (CNPJ 46.523.056/0001-21)

ORGANIZ. SOCIAL: INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SAUDE - SALVADOR (CNPJ 11.344.038/0001-06)

ADVOGADO(A): RODRIGO KENI DE SOUZA ASHUCHI (CPF 276.171.928-00)

ADVOGADOS(A): MIRIAM ATHIE (OAB/SP 79.338) / ROGERIO CESAR GALOIZO (OAB/SP 236.274) / RODRIGO GAIOTTO ARONCH (OAB/SP 236.957) / PAULO ROBERTO ATIE PIC-CELLI (OAB/SP 345.307) / FERNANDA RAELE FRANCA (OAB/SP 352.175)

LUIS CLAUDIO RACHA GUILLAUMON (CPF 269.157.058-48)
ASSUNTO: Chamada Pública nº. 003/2019/SMS - Processo Administrativo nº. 18.418/2019 - Contrato de Gestão nº. 014/2020. Data de Assinatura: 27/01/2020. Valor: R\$ 47.328.714,32 (sendo R\$ 36.627.736,33 para o Lote I e R\$ 10.700.977,99 para o Lote II). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, contados do primeiro dia subsequente à assinatura (de 28/01/2020 a 27/01/2021). Objeto: gerenciamento, operacionalização e execuções das ações e serviços de saúde, nas Unidades de Atenção Básica / Saúde da Família e Central de Abastecimento Farmacêutico (Exclusivamente para o Lote II) e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 (Exclusivamente para o Lote II).

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: DF-01

Defiro, por 10 (dez) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida no evento 50.

Publique-se.

D E S P A C H O
PROCESSO:00016888.989.20-9

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (CNPJ 45.276.128/0001-10)

CONTRATADO(A): VIACAO PARATY LTDA (CNPJ 51.663.680/0003-26)

ADVOGADOS(A): JOSÉ RICARDO BIAZZO SIMON (OAB/SP 127.708) / RENATA FIORI PUCETTI (OAB/SP 131.777) / CLEBER VARGAS BARBIERI (OAB/SP 252.789) / EMILIO MENDONÇA DIAS DA SILVA (OAB/SP 341.795) / LEANDRO TEDDORO ANDRADE (OAB/SP 349.688) / KAIQUE JACINTO CARVALHO ALMEIDA (OAB/SP 390.646) / (OAB/SP 409.030) / ERICA SILVA OLIVEIRA GARRIDO (OAB/SP 420.903) / MAYARA OLIVEIRA TORRES DA SILVA (OAB/SP 428.806) / OTAVIO QUINDERE CAUBRY (OAB/SP 435.855)

INTERESSADOS(A): MARCELO FORTES BARBIERI (CPF 022.782.708-26)

CLELIA MARI DOS SANTOS (CPF 131.112.878-66)
MAURO ARTUR HERSZKOWICZ (CPF 563.855.448-34)

ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 4647-2016 - 01/USP de 15/04/2020. PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 4647/2016, que tem por objeto a execução dos serviços de transporte regular e urbano da rede pública de ensino, oriundos das zonas rural e alunas do Município de Araraquara. VIGÊNCIA: Suspensão de 15/04/2020 a 23/07/2020 e prorrogação automática até 18/12/2020

EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-13

Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida no evento 30.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00002529.989.19-6

ÓRGÃO: FUNDACAO DE PROTECAO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE SAO PAULO - PROCON (CPF 57.659.583/0001-84)

ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019

INSTRUÇÃO POR: DF-03

Considerando as manifestações da PFE (evento 18) e do MPC (evento 22), em prestígio ao direito da ampla defesa e do contraditório, assino aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 70/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes para a elucidação do quanto apontado nos autos.

Informo, nos termos da Resolução TCEP nº 01/2011, que a consulta aos autos e a juntada de documentos será realizada por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, no Sistema do Processo Eletrônico e-TCEP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00008045.989.20-0

CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAUDE (CNPJ 46.374.500/0251-89)

D E S P A C H O
PROCESSO: 00008821.989-20-9
CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM (CNPJ 71.832.679/0001-23)
ADVOGADO: CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ (OAB/SP 182.311)
CONTRATADO(A): CONSORCIO TMTTREN 2000 (CNPJ 31.055.376/0001-27)
ADVOGADO: IVAN HENRIQUE MORAES LIMA (OAB/SP 236.578)
INTERESSADO(A):
PEDRO TEGON MORO - DIRETOR-PRESIDENTE DA CPTM (CPF 144.051.718-58)
PAULO DE MAGALHÃES BENTO GONÇALVES - DIRETOR-PRESIDENTE DA CPTM QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 040.238.498-98)
VITOR WILSON GARCIA - DIRETOR DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CPTM QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 919.926.058-15)
CARLOS ROBERTO DOS SANTOS - DIRETOR DE ENGENHARIA E OBRAS E DE PLANEJAMENTO E PROJETOS EM EXERCÍCIO, DA CPTM, QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 022.579.898-05)
MÁRCIO MACHADO - GERENTE DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL RODANTE DA CPTM QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 988.577.708-34)
DAVID LOPES - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 000.390.238-08)
TATIANY DAS VIRGENS BARROS HARTIGERS - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 061.972.988-05)
MARCELO DE CASTRO FARIA FERREIRA - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 776.871.087-87)
LUIZ ANTÔNIO DA CUNHA PINTO - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 483.032.407-49)
ANDRIGO LOBO CHIAROTTI - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 836.215.559-00)
MARCOS MARANGÃO - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 130.242.098-40)
CARLOS EDUARDO MORAES LIMA - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O AJUSTE (CPF 293.276.628-73)
ASSUNTO: Concorrência Internacional nº 8408173011. Contrato nº 840817301100. Tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 30 trens de 4 carros da série 2000 da CPTM, com fornecimento de materiais e insumos, aferidos por padrões pré-definidos de qualidade, confiabilidade e disponibilidade. Com vigência de 48 meses.
EXERCÍCIO: 2018
INSTRUÇÃO POR: DF-03
PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00009177.989-20-9, 00009605.989-20-1
PROCESSO: 00009177.989-20-9
CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM (CNPJ 71.832.679/0001-23)
ADVOGADO: CAIO AUGUSTO DE MORAES FORJAZ (OAB/SP 182.311)
CONTRATADO(A): CONSORCIO TMTTREN 2000 (CNPJ 31.055.376/0001-27)
ADVOGADO: IVAN HENRIQUE MORAES LIMA (OAB/SP 236.578)
INTERESSADO(A):
PEDRO TEGON MORO - DIRETOR-PRESIDENTE DA CPTM QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 144.051.718-58)
RODRIGO SÉRGIO DIAS - DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA CPTM QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 225.510.368-01)
MARCELO JOSÉ BRANDÃO MACHADO - DIRETOR DE ENGENHARIA, OBRAS E MEIO AMBIENTE DA CPTM QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 025.077.968-47)
LUIZ EDUARDO ARGENTON - DIRETOR DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CPTM QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 056.324.968-48)
FÁBIO ABDU ORTONA - GERENTE DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL RODANTE DA CPTM QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 086.348.968-03)
EDUARDO JORGE DA CUNHA CALDAS PEREIRA - DIRETOR DE PLANEJAMENTO DA CPTM QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 892.467.801-91)
DAVID LOPES - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 000.390.238-08)
TATIANY DAS VIRGENS BARROS HARTIGERS - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 061.972.988-05)
SEGISMAR PAGOTTO - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 374.440.501-04)
MÁRIA ABEU DO VALLE - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 104.639.697-82)
MARCOS MARANGÃO - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 130.242.098-40)
RICARDO QUINTILIANO BASSO - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 570.195.928-72)
CARLOS EDUARDO MORAES LIMA - REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO QUE FIRMOU O TERMO ADITIVO (CPF 293.276.628-73)
ASSUNTO: Termo de Aditamento nº 01 ao contrato nº 840817301100. Tem como objeto a exclusão da empresa DOGMA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, da composição do CONSÓRCIO TMTTREN 2000, a alteração dos percentuais de participação das consorciadas remanescentes na execução dos serviços objeto do contrato, a inclusão, para fins de faturamento, da filial da empresa MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A e a alteração do tipo jurídico da empresa TRAIL INFRAESTRUTURA LTDA, de sociedade empresária limitada para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, sob a denominação de TRAIL INFRAESTRUTURA EIRELI.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: DF-03
PROCESSO PRINCIPAL: 8821.989-20-9
Tendo em vista os Pareceres constantes dos eventos 72 do TC-8821.989-20 e 61 do TC-9177.989-20, assino aos interessados o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial do Estado, para que apresentem, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar estadual nº 709/93, as justificativas que entenderem pertinentes acerca dos novos apontamentos consignados pela área técnica deste Tribunal.
Alerto que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00016559.989-20-7
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA (CPF 46.522.983/0001-27)
CONTRATADO(A): BIOMEGA MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA (CNPJ 28.966.389/0001-43)
INTERESSADO(A):
ELVIS LEONARDO CEZAR (CPF 185.522.478-01)
ADVOGADO(S): MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.161) / FLÁVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889) / RUTH DOS REIS COSTA (OAB/SP 188.312) / RENATA MARIA PALAVERI ZAMARO (OAB/SP 376.248) / OLGA AMÉLIA GONZAGA VIEIRA (OAB/SP 402.771) / TIAGO ALBERTO FREITAS VARISI (OAB/SP 422.843) / (OAB/SP 444.821)
ASSUNTO: Processo Administrativo nº 212/2020; Dispensa de Licitação Extraordinária nº 006/2020; Contrato/Pedido nº

1191/2020 de 23/03/2020; Objeto: Teste para Influenza A+B (H1N1). Realização de teste fornecimento de SWAB para coleta e emissão de laudo com resultado em uma hora.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: DF-08
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 33.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00018334.989-20-9
CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCSS - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/0156-20)
CONVENIADO(A): HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA - SAO CAMILO (CNPJ 60.975.737/0072-45)
INTERESSADOS:
JEAN CARLO GORINCHEVY - SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
DANILO CESAR FIORE (CPF 345.074.868-82) - COORDENADOR DE SAÚDE
JOAO BATISTA GOMES DE LIMA (CPF 153.620.588-51) - PRESIDENTE DA CONVENIADA
ASSUNTO: CONVÊNIO tem por objeto a execução, pela CONVENIADA, de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra referência do Sistema Único de Saúde - SUS, sem prejuízo da observância do sistema regulador de urgências/emergências quando for o caso, no HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-07
PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00019038.989-20-8
PROCESSO: 00019038.989-20-8
CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCSS - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/0156-20)
CONVENIADO(A): HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA - SAO CAMILO (CNPJ 60.975.737/0072-45)
INTERESSADO(A):
JEAN CARLO GORINCHEVY - SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
DANILO CESAR FIORE (CPF 345.074.868-82) - COORDENADOR
JOAO BATISTA GOMES DE LIMA (CPF 153.620.588-51) - PRESIDENTE DA CONVENIADA
ASSUNTO: Estabelecer a sistemática pagamento, acompanhamento, avaliação e controle inclusão de indicadores de qualidade e valor do repasse de recursos financeiros provenientes do Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e recursos financeiros de Custeio provenientes do Fundo Estadual de Saúde, para o período de julho a dezembro de 2020.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-07
PROCESSO PRINCIPAL: 18334.989-20-9
Considerando os relatórios da Fiscalização (evento 27 do TC-018334.989-20 e evento 15 do TC-019038.989-20), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00002330.989-20-3
CONCESSOR: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (CNPJ 46.384.111/0143-61)
BENEFICIÁRIO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA (CNPJ 67.662.437/0001-61)
INTERESSADO(A):
ENIO MAGRO (CPF 080.346.678-11)
JOSE RENATO NALINI (CPF 202.507.388-72)
CHRISTIAN FUZUKI IKEDA (CPF 152.144.678-42)
ASSUNTO: Termo de Convênio entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Educação, e o Município de Euclides da Cunha Paulista, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados ao transporte escolar aos alunos da rede estadual de ensino.
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: UR-05
Considerando a manifestação da PFE (evento 41), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que tragam informações atualizadas acerca do pedido de parcelamento informado nas justificativas apresentadas no evento 31.
Alerto que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se e oficie-se por mensagem eletrônica.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00017933.989-20-4
CONVENIENTE: COORDENADORIA DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA - CGOF - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/0251-89)
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE PIRACICABA (CNPJ 54.384.631/0002-61)
INTERESSADOS:
JOSE HENRIQUE GERMANN FERREIRA (CPF 672.438.518-00) - RESPONSÁVEL PELO AJUSTE
JOSE CORAL (CPF 041.016.698-72) - DIRETOR PRESIDENTE DA CONVENIADA
WILSON ROBERTO DE LIMA (CPF 007.516.518-00) - COORDENADOR DO CGOF
JEAN CARLO GORINCHEVY - SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: Termo de Convênio nº 1206/2020-Objeto: Promover o fortalecimento do desenvolvimento das ASES e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante a transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas com Custeio-Material de consumo, prestação de serviços, utilidade pública (energia elétrica)-Programa Pró-Santa Casa 2, conforme Plano de Trabalho anexo, que integra o presente. Assinatura: 16/04/2020-Vigência: 21/12/2024-Valor: R\$ 11.063.083,20-Processo SES-2019/06245-NIS-17069.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
Considerando o relatório da Fiscalização (evento 30), assino às partes interessadas o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, para que apresentem as justificativas que entenderem pertinentes.
Alerto que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, por advogados e interessados previamente cadastrados e habilitados, nos termos do artigo 17 da Resolução TCESP nº 01/2011.
Publique-se.

D E S P A C H O
PROCESSO: 00024067.989-19-4
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS (CNPJ 46.319.000/0001-50)
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDMA DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 320.221)
ORGANIZ. SOC. CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM SAO FRANCISCO (CNPJ 13.668.931/0002-95)
INTERESSADOS:
GUSTAVO HENRIC COSTA (CPF 313.006.468-02) - PREFEITO
ANDREIA APARECIDA DE ARAÚJO PAIXÃO PRESIDENTE-TE (CPF 254.498.608-54) - PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
PAULO CESAR MATEUS DA SILVA (CPF 131.036.518-05) - SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
ADVOGADO: JOSE AMERICO LOMBARDI (OAB/SP 107.319) / (OAB/SP 107.509) / ROSELY DE JESUS LEMOS (OAB/SP 124.850) / MILENA APARECIDA TADIOTTO MARTINIAMUNO NUNES (OAB/SP 287.616) / ALINE GRAZIELLE FLEITAS CANO (OAB/SP 351.475)
ASSUNTO: Prestação de contas e acompanhamento da execução do Termo de Colaboração nº 0005/24-19-SESE03-RPP de 01/07/2019 (Proc. Origem nº 17.936/2019) celebrado visando disciplinar os esforços conjuntos para o desenvolvimento complementar da educação pública e gratuita prestada pela rede municipal de Guarulhos, na modalidade educação básica - educação infantil/creche.
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: DF-10
PROCESSO PRINCIPAL: 16599.989-19-1
Considerando o quanto noticiado no relatório de acompanhamento de execução de repasses ao terceiro setor (evento 36), ALERTO os responsáveis para que adotem, desde já, as medidas que se façam necessárias para a correção das impropriedades apuradas pela Fiscalização deste Tribunal.
Vale destacar que o presente despacho não configura fixação de prazo para apresentação de justificativas ou abertura do contraditório, mas, apenas, alerta de que as correções acima recomendadas serão avaliadas no decorrer do acompanhamento da execução e por ocasião do julgamento da prestação de contas anual.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-004713.989-19-2
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE
ADVOGADO: RAFAEL STEVAN (OAB/SP 241.866)
RESPONSÁVEL: DIRCEU BRAS PANO - Prefeito Municipal
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-13
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 58.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00020503.989-17-0
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES (CNPJ 46.523.114/0001-17)
ADVOGADO(S): MARCELO DOS SANTOS ERGESSE MACHADO (OAB/SP 167.008) / RODRIGO ANTONIO PAES (OAB/SP 234.900) / EDLAINE CRISTINA XAVIER CHRISOSTOMO (OAB/SP 250.216) / (OAB/SP 259.960) / SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742)
CONTRATADO(A): QUALITY MEDICAL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ 07.118.264/0001-93)
ADVOGADO(S): MIRIAM ATHIE (OAB/SP 79.338) / PAULO ROBERTO ATHIE RICELLI (OAB/SP 345.307) / FERNANDA RAELE FRANCA (OAB/SP 352.175)
INTERESSADO(A): CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS (CPF 218.840.298-76)
ASSUNTO: Contrato nº 93/2017, assinado em 15/08/2017. Dispensa de licitação nº 015/2017.
Objeto: aquisição de insumos para utilização na rede pública de saúde, em caráter emergencial, para atendimentos dos pedidos recebidos das diversas unidades de saúde sobre a supervisão da equipe técnica da secretária municipal de saúde.
Vigência 180 (cento e oitenta) dias - 15/08/2017 a 11/02/2018.
EXERCÍCIO: 2017
INSTRUÇÃO POR: DF-07
Diante das sucessivas prorrogações de prazo concedidas, conforme despachos dos eventos 61, 76 e 84, publicados, respectivamente, no DOE de 11-06-2020, 08-07-2020 e 05-08-2020, defiro, de maneira definitiva, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 88.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-004627.989-19-7
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA
ADVOGADA: ALESSANDRA CARLOS (OAB/SP 175.922)
RESPONSÁVEL: HUGO CESAR LOURENÇO - Prefeito Municipal
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-17
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição de evento 23.
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: TC-004377.989-19-9
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTINOPOLIS
RESPONSÁVEL: JOSE ROBERTO FERRACIN MARQUES - Prefeito Municipal
ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019
EXERCÍCIO: 2019
INSTRUÇÃO POR: UR-06
Diante da instrução da Fiscalização (evento 14), assino ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste despacho no DOE, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 709/93 e do artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para que apresente as alegações que entender pertinentes. Alerto, nos termos da Resolução TCESP nº 01/2011, que a íntegra deste processo poderá ser consultada no Sistema do Processo Eletrônico e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br, mediante regular cadastramento.
Publique-se.
Processo: TC-004236.989-18
Interessado: Prefeitura Municipal de Palmatim
Adogado: Roberto Rivellino Martins (OAB/SP nº 175.104)
Assunto: Pedido de retirada de pauta do processo em epígrafe da sessão de 22-09-20 da E. Primeira Câmara.
Defiro o pedido de retirada de pauta, com retorno automático na sessão de 06-10-20.
Publique-se.
Processo: TC-006182/026/98
Órgão: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Interessada: Maria da Graça Moraes.
Assunto: Prorrogação de Prazo.
Defiro, por 10 dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, o pedido de prorrogação de prazo requerido nas folhas 133 e 134 (TC-002260/026/20).
Publique-se.

Processo: TC-025821/026/98
Órgão: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Interessada: Mariana Ribeiro Conceição.
Assunto: Prorrogação de Prazo.
Defiro, por 10 dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, o pedido de prorrogação de prazo requerido nas folhas 144 e 145 (TC-002259/026/20).
Publique-se.
D E S P A C H O
PROCESSO: 00017502.989-20-5
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE SAO PEDRO - SAAESP (CNPJ 05.211.356/0001-98)
ADVOGADO: JOAO ARTHUR (OAB/SP 66.632)
CONTRATADO(A): ARUA CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 11.500.837/0001-16)
INTERESSADO(A): GIOVANE HENRIQUE GENEZEELI (CPF 280.927.298-08)
ASSUNTO: Termo de Prorrogação nº 08, assinado em 26/06/2020. Objeto: Prorrogação por mais 04(quatro) meses.
EXERCÍCIO: 2020
INSTRUÇÃO POR: UR-10
Defiro, por 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Despacho no DOE, a prorrogação de prazo requerida na petição do evento 23.
Publique-se.
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO RELATOR SIDNEY ESTANISLAU REALO
Expediente: TC-021846.989-20-0. Representante: Karoline Marcela Ferreira Mendes. Representada: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba. Assunto: Representação que visa ao exame prévio do edital da concorrência pública nº 06/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada em obras de engenharia para construção do novo hospital municipal, com localização à Avenida Diagonal, s/nº - Bairro Campo de São Paulo - Santana de Parnaíba - SP".
Responsável: Elvís Leonardo Cozar (Prefeito). Subscritora do edital: Thabata Rodrigues (Presidente da Comissão Permanente de Licitações). Sessão de abertura: 21-09-2020, às 09h00min. Advogado cadastrado no e-TCESP: Pedro da Cruz Silva (OAB/SP nº 404.561)
1. KAROLINE MARCELA FERREIRA MENDES formula, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, representação que visa ao exame prévio do edital da concorrência pública nº 06/2020, do tipo menor preço global, elaborado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA, que tem por objeto a "contratação de empresa especializada em obras de engenharia para construção do novo hospital municipal, com localização à Avenida Diagonal, s/nº - Bairro Campo da Vila - Santana de Parnaíba - SP".
2. Insurge-se a Representante contra os seguintes aspectos do instrumento convocatório:
a) Utilização de Projeto Básico deficitário, ante a ausência de diversos elementos essenciais para o correto dimensionamento do objeto licitado;
b) Vedação à participação de empresas reunidas em consórcio;
c) Existência de cláusulas que caracterizam compromisso de terceiros alheios à disputa, notadamente nas alíneas "c" (declaração em nome do engenheiro), "d" (compromisso do engenheiro) e "e" (equipe técnica) do item 10.42 e Itens 7.2.2 e 7.2.3 (fls.40);
d) Obrigatoriedade de apresentação de cópias autenticadas nos documentos relacionados à habilitação;
e) Imposição de que o detentor da prova de aptidão profissional pertença ao quadro de pessoal da empresa;
f) Exigência de declaração que constitui afronta à Súmula nº 51;
g) Falta de requisição de prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
h) Indevida previsão de sub-rogação do contrato;
i) Desrespeito à ordem legal de desconto para pagamento da multa;
j) Hipótese de restrição ao direito de impugnar o edital/10;
k) Imprecisão quanto à possibilidade de subcontratação/11;
l) Previsão de anulação do certame sem direito a indenização/12; e
m) Embora constem menções à devolução da "garantia de licitação", existe apenas requisição da "garantia contratual/14".
Requer, por essas razões, a suspensão liminar do certame e, ao final, a determinação de alteração do edital para fazer cessar os vícios apontados.
3. Os autos foram distribuídos por prevenção em razão da conexão com a matéria tratada no TC-019088.989-20-7, que abrigou representação formulada por Janaina Cristina da Silva, no qual foi proferida decisão suspensiva declarando extinto o processo, sem exame do mérito, em virtude de superveniente revogação do certame.
4. Recorro que incumbe aos Tribunais de Contas, por força de extração constitucional, via de regra, a fiscalização "a posteriori" do ato gerador da despesa promovido pela Administração.
Também lhes compete, nos termos do artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o exame prévio do edital de licitação já publicado, "obligando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas". Mas, regra excepcional que é, deve ser interpretada restritivamente. Eventual paralisação do trâmite do procedimento licitatório só mediante constatação de flagrante ilegalidade ou indícios concretos de restrição à ampla participação de interessados.
5. Não vislumbro, no caso em exame, razões que justifiquem a paralisação do certame.
De início, ressalto que, apesar de todo o prazo de publicidade de disponibilização para a realização da concorrência em apreço, que ocorrerá no dia 21-09-2020 (segunda-feira), às 09h00min, a Representante deixou para protelarização pedido de análise de "um edital de mais de 130 laudas, cuidando de muitos detalhes técnicos", segundo suas palavras, somente no 17-09-2020 (quinta-feira), às 17h50min, sendo o feito distribuído ao meu Gabinete em 18-09-2020 (sexta-feira), às 08h12min.
Instante o curto prazo para o consumidor cuidado na avaliação dos apontamentos, em uma análise apriorística, própria do rito de exame prévio, os elementos no edital e os serviços disponibilizados no site da Prefeitura, conforme Anexo III/15, denotam a existência de um adequado Projeto Básico para os serviços licitados, ao contrário do reclamado.
Por sua vez, os específicos pontos citados pela Representante, que no seu entender deveriam integrar o Memorial Descritivo, revestem-se de caráter técnico, cuja presunção de essencialidade ao caso demanda etapa de investigação e produção de provas, não se coadunando com este procedimento sumário, de forma que há de se presumir, ao menos por ora, ser legítimo o ato administrativo, não cabendo fulminá-lo na ausência de manifesta ilegalidade ou indícios concretos de restrição à participação de interessados.
6. Rememoro, ainda, que esta Corte, em reiteradas oportunidades, já se posicionou no sentido de vedar a participação de empresas reunidas em consórcio é prerrogativa que se insere no âmbito do exercício da competência discricionária do Administrador.
Esse é o assente entendimento da Casa, a exemplo dos TC-06204.989-18-016 e TC-00907.989-18-017, ambos de minha relatoria.
7. Insubsistente, outrossim, a alegada caracterização de compromisso de terceiros nos itens referentes à qualificação técnico-profissional, eis que a redação do item não destoa do contido no artigo 30 da Lei de Licitações e nas Súmulas nº 23 e 25 desta Corte.

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS.

PROCESSO: 00021659.989-20-4. REPRESENTANTE: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 21.922.507/0001-72). ADVOGADO: RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA (OAB/SP 288.403). REPRESENTAÇÃO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (CNPJ 55.356.633/0001-08). ASSUNTO: Representação contra o edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 090/2020, promovido pela Prefeitura de Presidente Prudente, tendo por objeto contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de implantação e manutenção de sistema de aquisição de gêneros alimentícios por documento de legitimação aos funcionários públicos municipais. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-05. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00021671.989-20-0. PROCESSO(S) REFERENCIADO(A): 00020417.989-20-6.

PROCESSO: 00021671.989-20-0. REPRESENTANTE: BERLIN FINANCE MEIOS DE PAGAMENTOS EIRELI (CNPJ 16.814.330/0001-05). REPRESENTAÇÃO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE (CNPJ 55.356.633/0001-08). ASSUNTO: Representação contra o edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 090/2020, promovido pela Prefeitura de Presidente Prudente, tendo por objeto contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de implantação e manutenção de sistema de aquisição de gêneros alimentícios por documento de legitimação aos funcionários públicos municipais. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-05. PROCESSO PRINCIPAL: 21558.989-20-4.

Trata-se de representações intentadas por Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda. e Berlin Finance Meios de Pagamento Eireli, contra o edital do Pregão Eletrônico nº 90/2020 da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, cujo objeto é o fornecimento de serviços de implantação e manutenção de sistema de aquisição de gêneros alimentícios por documento de legitimação aos funcionários públicos municipais – vale alimentação – por um período de 12 meses.

Insurge-se Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda., em brevíssima síntese, contra o seguinte: (i) a exigência de que a licitante vencedora do certame apresente rede credenciada com 3 (três) redes diferentes de hipermercados e/ou atacadistas redut. o universo de participantes; (ii) mensagem eletrônica via email de servidor da Prefeitura, em resposta ao questionamento da representante, declarou que dois determinados estabelecimentos da cidade, por pertencerem ao mesmo grupo empresarial e ter a mesma razão social, seriam considerados como um só estabelecimento; (iii) membros da Comissão de Licitação deveriam ser enquadrados no art. 82 da Lei 8.666/93.

Insurge-se Berlin Finance Meios de Pagamento Eireli., em apertada síntese, contra o seguinte: (i) o edital cumula exigência de capital social mínimo com índices contábeis de liquidez e endividamento; (ii) o exíguo o prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato para cadastramento de 3 (três) redes de hipermercado e/ou atacadista e 40 (quarenta) estabelecimentos do ramo alimentício na cidade de Presidente Prudente, podendo ser 33% em 30 dias e o restante em 60 ou 90 dias.

Nesses termos, requerem a suspensão cautelar do certame e a determinação para retificação do edital.

A sessão pública está designada para a data de 18/9/2020. É o relatório.

DECIDÓ.

Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda. já havia se insurgido contra o presente edital no proc. 20147.989-20-6, ocasião em que foi indeferido o seu pedido de suspensão cautelar do certame e arquivado aquele feito com as devidas comunicações a todas as partes interessadas.

As que consta destes autos, houve o adiamento da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 90/2020 e, assim, vieram as presentes representações.

Nun eaque perflutório e sumário, próprio deste rito processual, ainda não há indicio suficiente de algum risco que possa sustentar uma intervenção prévia nos atos da Administração.

Eventual enquadramento na penalização do art. 82 da Lei 8.666/93 ainda demandaria dilação probatória incompatível com o rito sumário e excepcional do exame prévio de edital, nos moldes do § 2º do art. 113 daquele mesmo Diploma Legal.

É jurisprudente consolidada na Súmula nº 27 deste Tribunal e no sentido de que “em procedimento licitatório, a cumulação das exigências de caução de participação e de capital social mínimo insere-se no poder discricionário do administrador, respeitados os limites previstos na lei de regência”. Por óbvio, essa disposição jurisprudencial aplica-se também à cumulação de capital social mínimo com índices contábeis mínimos e máximos.

No que tange à rede credenciada, não é exigência direcionada a todas as licitantes, mas, tão somente àquela que se sagrar vencedora do certame.

Ademais, noto que se trata do fornecimento do chamado “cartão alimentação” aos servidores municipais, a partir de recursos orçamentários previamente alocados para tanto, de tal sorte que não me parece haver algum desvio claro no juízo de discricionariedade tão somente pelo fato de ser solicitado o credenciamento dos 3 (três) hipermercados existentes na cidade em que atuam esses servidores beneficiários.

Sobre o prazo para tal credenciamento, ao que consta de tudo o que fora apresentado nas representações, ainda não há sinais mais robustos da invocada exiguidade do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho, para a licitante vencedora disponibilizar a rede credenciada dentro de uma só cidade, com 3 hipermercados/atacadistas e 40 estabelecimentos. Numa leitura sumária e aporística, não me parece ser razoável acolher o prazo solicitado pela representante, de 60 ou 90 dias a partir da assinatura do contrato, num ajuste programado para 12 (doze) meses de vigência.

Quanto à resposta da Administração induzir à interpretação no sentido de os estabelecimentos “Max Atacadista” e “Super Muffet” serem considerados um só estabelecimento comercial por pertencerem ao mesmo grupo empresarial, cabe, nesta oportunidade, advertência à Prefeitura Municipal de Presidente Prudente para que não dê interpretação à cláusula editalícia em questão, por se mostrar em desconformidade com postulados do “caput” do art. 3º da Lei 8.666/93.

Isso tudo com o alerta de que a não suspensão cautelar do certame não eliminará a análise de qualquer evento do caso concreto, já que a presente decisão se cinge a uma análise preliminar e sumária, própria do rito sumaríssimo que se impõe à situação em comento, mesmo porque não se reveste de caráter final, já que se presta apenas para estabelecer quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas – se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, – ou posteriormente, nos termos do disposto no “caput” do mesmo artigo, diante do caso concreto.

Portanto, todos os aspectos aqui suscitados passam à condição de serem aferidos no caso concreto através dos procedimentos ordinários de fiscalização e acompanhamento já adotados rotineiramente pelos órgãos de instrução deste Tribunal. Ante o exposto, deixo de proceder à abertura da licitação e, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regulamento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento deste feito.

Publique-se.

Intime-se a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas, agrade-se o prazo para recurso e, ao final, arquivar-se o feito.

Cumpra-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS.

PROCESSO: 00021706.989-20-9. REPRESENTANTE: P4 CONCESSÕES CONSULTORIA EIRELI (CNPJ 28.825.828/0001-06). ADVOGADO: ALEXANDRE FRAYZE DAVID (OAB/SP 160.614). REPRESENTAÇÃO(A): COMPANHIA ITAUNA DE SANEAMENTO - CIS (CNPJ 26.938.926/0001-16). ASSUNTO: Representação contra edital da Concorrência Pública nº 001/2020, promovida pela Companhia Itana de Saneamento – CIS, tendo por objeto serviços de manutenção, implantação de redes de esgotamento sanitário, sistemas de abastecimento de água (distribuição, DMCS e soterização), novas ligações de água, esgoto e serviços correlatos no Município de Itauna. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 21558.989-20-8.

PROCESSO: 00021765.989-20-7. REPRESENTANTE: AGUA FORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (CNPJ 15.049.409/0001-70). ADVOGADO: CAMILLO GIAMUNDO (OAB/SP 305.364). REPRESENTAÇÃO(A): COMPANHIA ITAUNA DE SANEAMENTO - CIS (CNPJ 26.938.926/0001-16). ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio do edital da Concorrência nº 001/2020, destinada à contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção, implantação de redes de esgotamento sanitário, sistemas de abastecimento de água (distribuição, DMCS e soterização), novas ligações de água, esgoto e serviços correlatos, no Município de Ita. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 21558.989-20-8.

Trata-se de representações intentadas por P4 Concessões e Consultoria Eireli e Água Forte Saneamento Ambiental Ltda. contra o edital da Concorrência nº 1/2020 da Companhia Itana de Saneamento – CIS, cujo objeto é a execução de serviços de manutenção, implantação de redes de esgotamento sanitário, sistemas de abastecimento de água (distribuição, DMCS e soterização), novas ligações de água, esgoto e serviços correlatos, no Município de Itauna.

Insurge-se P4 Concessões e Consultoria Eireli, em apertada síntese, contra o seguinte: (i) inconsistência aparente dos quantitativos estimados e projeção de um valor fix mensal durante toda a vigência indicam que a estrutura proposta para o cronograma físico financeiro não foi precedida de um estudo específico sobre as reais demandas esperadas pelo contrato; (ii) há imprópria justaposição de atividades distintas num só ajuste, de serviços ligados ao fornecimento de água com outros de esgotamento sanitário, em concentração incompatível com a realidade do mercado de fornecedores; (iii) a concentração de objetos distintos traz exigências de qualificação técnica a partir de abrangente e restritivo rol de parcelas de maior relevância técnica; (iv) apesar dos serviços concentrados nestes certame, é vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio; (v) é vedada a participação de empresa estrangeira que não tenha sede no Brasil; (vi) é vedada a participação de empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou quaisquer dos seus órgãos descentralizados; (vii) o item 8.5 do edital requisita planilhas de composição dos custos e o BDI apenas da licitante vencedora quando da assinatura do contrato, o que inviabiliza a aplicação do art. 48, II, da Lei 8.666/93.

À Água Forte Saneamento Ambiental Ltda. insurge-se, em breve resumo, contra o seguinte: (i) há sobreposição indevida de serviços de manutenção e serviços de soterização de controle de perdas no mesmo procedimento licitatório, os quais são de metodologias, complexidades e expertises distintas; (ii) a grande maioria dos serviços licitados neste Concorrência nº 1/2020 corresponde aos mesmos serviços atualmente executados pela Representante no âmbito dos contratos nºs 12019, 45/2018 e 58/2018, todos em plena vigência e com encerramento previsto para 2021, de sorte que há sobreposição desses objetos; (iii) a abrangência dos requisitos de qualificação técnica trazem grave prejuízo à competitividade, pois não é comum, no ramo da prestação de serviços complementares de saneamento básico, que empresas executem serviços de manutenção e realizem análises e pesquisas de perdas, ou mesmo que os órgãos licitantes contratem esses serviços através do mesmo procedimento licitatório.

Nesses termos, requerem a suspensão cautelar do certame e a retificação do ato convocatório.

A sessão pública de recebimento das propostas estava designada para a data de 21/9/2020.

É o relato do necessário.

O edital contra o qual se insurgem as representantes já se encontra suspenso por força da ordem cautelar exarada pelo E. Plenário nos processos 21558.989-20-8 e 21624.989-20-8, em sessão de 16/9/2019.

Ante o exposto, recebo a matéria como Exame Prévio de Edital, bem como determino à Ordem, no uso do poder que me confere o parágrafo único do artigo 221 do RITCESP, que apresente este Tribunal de Contas, mediante instância do contrato nº 12019, no prazo de 48 horas, a partir da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, uma cópia do edital ora em referência, acompanhada de documentos que lhe sejam acessórios, para o exame previsto no § 2º do artigo 113 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, alternativamente, que certifique a este Tribunal que a cópia do edital acostada aos autos pelo Representante corresponde fielmente à integralidade do edital original.

A Administração responsável fica desde já NOTIFICADA para apresentar justificativas sobre todos os pontos levantados, no mesmo prazo acima fixado, em defesa do ato cuja legalidade de se vê contestada.

Publique-se.

As Cartório para as devidas providências.

PROCESSO: 00021495.989-20-4. REQUERENTE/SOLICITANTE: CAMARA MUNICIPAL DE IBITINGA (CNPJ 72.918.782/0001-53). ADVOGADO: RICARDO TOFI JACOB (OAB/SP 100.944) / PAULO EDUARDO ROCHA PINEZI (OAB/SP 249.388). INTERESSADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITINGA (CNPJ 45.321.460/0001-50). ADVOGADO: ALESSANDRA TEIXEIRA DE GODOI LUTAFI (OAB/SP 126.069). ASSUNTO: Ofício encaminhando cópia do Decreto Legislativo 236, de 25 de agosto de 2020, que aprovou o Parecer do Tribunal de Contas sobre as contas do município de Ibitinga-SP referente ao exercício de 2018. EXERCÍCIO: 2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IBITINGA informa o Decreto Legislativo n. 236/2020 referente ao julgamento das contas do exercício de 2018 da Prefeitura Municipal de Ibitinga, processo etc-4146.989-18-1.

Ciente do teor da notificação na inicial.

À UR-13 para anulação de prazo.

Referencie-se, antes, ao processo 4146.989-18-1.

Publique-se, encaminhe-se e, quando oportuno, arquivar-se.

PROCESSO: 00007675.989-20-6. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS (CNPJ 46.319.000/0001-50). ADVOGADO: ANTONIO CARLOS ZOVIN DE BARROS FERNANDES (OAB/SP 231.360) / EDNA DOS SANTOS SILVA (OAB/SP 220.221). ORGANIZAÇÃO: KTK INDUSTRIA IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 61.489.381/0001-09). INTERESSADO(A): GUSTAVO HENRIC COSTA (CPF 313.006.48-02). PAULO CESAR MATHEUS DA SILVA (CPF 131.036.518-05). ASSUNTO: Termo de Colaboração nº 124/2019-SESE03 - RPP. Processo: 67.710/2018. Tem como objeto o atendimento de crianças na faixa etária de até 3 anos e 11 meses por meio de unidades escolares, em vigência de 05 (cinco) anos. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00011339.989-20-4, 00019783.989-20-5.

Ficam as partes NOTIFICADAS para, no prazo de 30 dias, conhecerem o teor do Relatório de Fiscalização produzido na DF-10 (ev. 23), bem como, a manifestação do Ministério Público de Contas (ev. 35), e, ante o al. exposto, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e arquivar-se.

Caso não haja manifestação da OS, determine, desde já, seja notificado por A.R., fixando-se igual prazo para resposta. Não comparecimento, determine o acionamento do disposto no artigo 91, IV, da Lei Complementar 70/93.

PROCESSO: 00012734.989-20-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIA (CNPJ 46.523.049/0001-20). ADVOGADO: ANTONIO MAURO DE SOUZA FILHO (OAB/SP 253.194) / ADRIANO MORIMITS UEHARA (OAB/SP 300.930) / EDCARLOS ALVES LIMA (OAB/SP 305.297) / EDUARDO JOAO GABRIEL FLECK DA SILVA ABREU (OAB/SP 317.093) / LEONARDO DOS REIS (OAB/SP 395.261). ORGANIZADOR: INSTITUTO BOM JESUS (CNPJ 06.339.994/0001-51).

ADVOGADO: ARIANE DE CARVALHO LEME (OAB/SP 377.155). GERENCIADA: UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COTIA. INTERESSADO(A): ROGERIO CARDOSO FRANCO (CPF 191.051.098-09). MAGNO SAUTER FERREIRA DE ANDRADE JUNIOR (CPF 222.789.928-05). ADVOGADO: MIRIAM ATHIE (OAB/SP 79.338) / OSMAR BELEVEDERE (OAB/SP 166.812) / LEONARDO DOS REIS (OAB/SP 263.873). ASSUNTO: Termo Aditivo nº. 002 - Processo nº. 39.707/2017 - Contrato de Gestão nº. 019/2018. Data de Assinatura: 06/03/2020. Valor: R\$ 53.639.570,28. Objeto: prorroga a vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a partir de 07/03/2020 (e até 06/03/2021); ratifica as demais cláusulas do contrato. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-10. PROCESSO PRINCIPAL: 13337.989-18-0.

Mantenha-se sobrestado até decisão definitiva do principal. Cumpra-se.

PROCESSO: 00005445.989-19-6. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBUCA (CNPJ 44.723.765/0001-25). ADVOGADO: JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136). INTERESSADO(A): MARIA RUTH BELLANGA DE OLIVEIRA (CPF 029.621.158-37). ADVOGADO: JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP 330.136). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00020540.989-20-9.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MOMBUCA requer prorrogação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro prazo suplementar de 5 dias.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados. Publique-se e arquivar-se.

PROCESSO: 00020540.989-20-9. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA (CNPJ 51.455.087/0001-22). INTERESSADO(A): NATAN BARBOSA COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI (CNPJ 13.656.358/0001-19). INTERESSADO(A): JOSUE SILVEIRA RAMOS (CPF 009.194.808-88). DANILLO SILVEIRA RAMOS (CPF 344.277.358-00). ASSUNTO: Aquisição de gêneros alimentícios estoáveis, destinado a Merenda Escolar, em conformidade com o estabelecido no Anexo 01- Termo de referência- do Edital nº 14/2019 e proposta financeira, EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 22355.989-19-5.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE PAULISTA requer dilação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se nos autos.

Não lhe foi, nestes, fixado prazo algum para adotar providência de espécie alguma.

O pedido é, portanto, impertinente.

Indefiro-o por isso.

Publique-se e restitua-se à unidade de fiscalização competente para prosseguimento da instrução.

PROCESSO: 00015064.989-20-5. REQUERENTE/SOLICITANTE: RENATA TORRES DE SENE (CPF 275.425.248-79). ÓRGÃO DA ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO (CNPJ 46.523.072/0001-14). ADVOGADO: BRUNA VERSETTI NEGRAO (OAB/SP 277.011-41). ASSUNTO: Encaminha Declaração em atendimento aos limites definidos na LRF, art. 23, § 3º, e art. 25, inciso IV, alínea “C”, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Subscrito pela Prefeita Municipal Dra. Renata Torres de Sene. EXERCÍCIO: 2020.

Tendo em vista os novos documentos juntados no ev. 38, retomem os autos à DF-09 para conhecimento e anotações. Uma vez cumprida a determinação, arquivar-se provisoriamente. Publique-se e encaminhar-se.

PROCESSO: 00005264.989-19-5. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE POTIM (CNPJ 65.043.713/0001-88). INTERESSADO(A): MARCELO DE CASSIO RAYMUNDO (CPF 268.781.198-40). ADVOGADO: LEONARDO AUGUSTO MOREIRA DA SILVA (OAB/SP 420.980). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-14.

Em face da manifestação do Ministério Público de Contas (ev. 47), fica o responsável pelas contas aqui em exame, MARCIO DE CASSIO RAYMUNDO, NOTIFICADO para, no prazo de 15 dias, apresentar justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e arquivar-se.

PROCESSO: 00005251.989-19-0. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PEREIRAS (CNPJ 58.982.254/0001-11). ADVOGADO: GRAZIELA CHAGAS GARCIA (OAB/SP 350.433). INTERESSADO(A): ADAIL TRISTAO (CPF 020.846.978-83). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-09.

ADAIL TRISTAO, ainda no exercício do cargo de Presidente, e a CÂMARA MUNICIPAL DE PEREIRAS, devidamente representados pela procuradora pública signatária da petição de ev. 83, apresentam justificativas complementares àquelas presentes no ev. 51.

Delas consoante.

Abra-se nova vista ao Ministério Público de Contas - MPC.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00015397.989-20-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA (CNPJ 46.522.983/0001-27). CONTRATADO(A): KTK INDUSTRIA IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 61.489.381/0001-09). INTERESSADO(A): ELVIS LEONARDO CEZAR (CPF 185.522.478-01). ADVOGADO: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889). ASSUNTO: Processo Administrativo nº 234/2020, Dispensa de Licitação nº 013/2020. Contrato: Requisição nº 2115/2020. Objeto: Aquisição de 17 unidades de Servoventilador para pacientes adulto/pediátrico. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00015680.989-20-9.

PROCESSO: 00015680.989-20-9. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNABA (CNPJ 46.522.983/0001-27). CONTRATADO(A): KTK INDUSTRIA IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ 61.489.381/0001-09). INTERESSADO(A): ELVIS LEONARDO CEZAR (CPF 185.522.478-01). ADVOGADO: MARCELO PALAVERI (OAB/SP 114.164) / FLAVIA MARIA PALAVERI (OAB/SP 137.889). ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 013/2020 - Processo Administrativo nº 234/2020 - Contrato Requisição nº 2115/2020 - OBJETO: Aquisição de 17 unidades de servoventilador para pacientes adulto/pediátrico. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 15597.989-20-1.

ELVIS LEONARDO CEZAR requer prorrogação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro o pedido.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados. Por oportuno, junte-se as petições pendentes no proc. 15680.989-20-9.

Publique-se e arquivar-se.

PROCESSO: 00021858.989-20-5. REPRESENTANTE: CHRISTOPHER MARINI (CPF 369.352.038-05). ADVOGADO: CHRISTOPHER MARINI (OAB/SP 330.230). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS (CNPJ 46.643.466/0001-06). ADVOGADO: GABRIELA ABRAMIDES (OAB/SP 149.782) / RONALDO JOSE DE ANDRADE (OAB/SP 182.605). ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio do edital da Concorrência Pública nº 004/SFAR/2020, destinada

à contratação de empresa especializada para execução de serviço de reforma/ampliação de escola municipal - EMF Profª Maria Otília Veneziani Pedrosa. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-07.

Tratam os autos de representação formulada por Christopher Marini, em face do edital da Concorrência Pública nº 004/SFAR/2020, instaurada pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos, com vistas à contratação de empresa especializada para execução de serviço de reforma/ampliação de escola municipal - EMF Profª Maria Otília Veneziani Pedrosa. Os aspectos de insurgência foram distribuídos pelo representante nos seguintes títulos: “inexistência de regra sobre a impugnação por licitantes”; “desatualização da planilha orçamentária”; “inexistência da regra do artigo 30, parágrafo terceiro da Lei 8.666/93”; e “exigência de modalidade de garantia não prevista em lei”.

Do exposto, requer a suspensão cautelar do certame, com posterior retificação do edital.

Para fins de mero registro, deve-se anotar que: (i) a abertura dos envelopes está prevista para ocorrer no dia 21/09/2020, segunda-feira; (ii) o edital está disponível desde 13/08/2020; (iii) o representante protocolou sua petição neste Tribunal quando já não havia tempo para que a Administração licitante pudesse ser instada a se manifestar a respeito.

É o relatório.

Decido.

Inviável a apreciação do teor do pedido, considerando-se, em especial, o aspecto temporal envolvido.

Com efeito, consta do sistema eletrônico deste Tribunal que a peça vestibular fora protocolizada eletronicamente no dia 17/09/2020, às 21h53min, após o término do expediente, e chegou neste Gabinete às 08h50s de hoje, sexta-feira, 18/09/2020, véspera da data designada para abertura dos envelopes, inexistindo, portanto, lapso de tempo suficiente para a devida apreciação, com a cautela devida, dos termos do pedido e a realização de todas as medidas burocráticas necessárias à requisição do edital, caso se mostrassem oportunas.

Isto porque, à luz do que prescreve o § 2º, art. 113 da Lei nº 8.666/93, a solicitação do edital só poderá ser formalizada pelos Tribunais de Contas até o dia útil imediatamente anterior à data do recebimento das propostas, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção das providências pertinentes que, em função deste exame, lhes forem determinadas.

Diante desse quadro, indefiro o pedido, registrando que a impugnação ora apresentada poderá ser aferida no caso concreto, através dos procedimentos ordinários de fiscalização já adotados rotineiramente pelos órgãos de instrução deste Tribunal, visto que a presente decisão baseia-se em uma análise preliminar e sumária, própria do rito que se impõe à situação em comento, mesmo porque não se reveste de caráter final, já que se presta apenas para estabelecer quando os atos da Administração devem submeter-se à fiscalização do Tribunal de Contas – se previamente, com base no § 2º do artigo 113 da Lei 8.666/93, – ou posteriormente, nos termos do disposto no “caput” do mesmo artigo, diante do caso concreto.

Ante o exposto, deixo de suspender a abertura da licitação e, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regulamento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento deste expediente.

Publique-se.

Agrade-se o prazo para recurso e comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas, arquivando-se ao final.

O cartório deve encaminhar cópia do presente despacho à entidade proponente, para ciência, por correspondência eletrônica, para ciência, fazendo-o constar dos autos do processo da contratação.

As Cartório, para cumprir.

PROCESSO: 00022708.989-19-9. CONVENIENTE: DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAUDE DE SOROCABA - DRS XV - SECRETARIA DA SAUDE. CONVENIADO(A): SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITAPORA (CNPJ 49.791.238/0001-79). ADVOGADO: DANIELA BARUANA (OAB/SP 147.010). INTERESSADO(A): DAVID EVERSON UPI. AUGUSTO RIOS CARNEIRO. ASSUNTO: Prestação de Contas do exercício de 2018 - Convenio nº 800/16. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 8719.989-17-0. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00002491.989-20-8.

Oficie-se na forma proposta pela fonte PFE.

Encaminhe-se junto ao ofício cópia da manifestação de ev. 155.

Agrade-se por 30 dias.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00015823.989-20-7. AGRAVANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU DAS ARTES (CNPJ 46.523.114/0001-17). ADVOGADO: SANDRO RAMAZZINI (OAB/SP 301.742). MENCIONADO(A): CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS (CPF 218.840.298-76). ASSUNTO: Agrav. EXERCÍCIO: 2020. RECURSO(AÇÃO) DO: 00012751.989-19-5.

O Município de Embu das Artes e o Prefeito, Claudinei Alves dos Santos, ingressam com petição nominada de “Recurso Ordinário fúlgvel à agravar”, requerendo a reforma do despacho publicado em 3/6/2020, do processo TC-12751.989-19-5, que aplicou multa de 40 (quarenta) ufsp/s ao Prefeito, com fundamento no art. 1

PROCESSO: 00005064.989.18-9. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE DOLCINÓPOLIS (CNPJ 51.845.378/0001-27). ADVOGADO: ALEX GALANTI NILSEN (OAB/SP 350.355). INTERESSADO(A): WELLINGTON CARLOS DOS SANTOS (CPF 326.483.628-94). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2018. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-11.

Em face da manifestação do Ministério Público de Contas (ex 60), fica o responsável pelas contas aqui em exame, WELLINGTON CARLOS DOS SANTOS, NOTIFICADO para, no prazo de 15 dias, apresentar justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00016469.989.20-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVA (CNPJ 46.634.358/0001-77). ADVOGADO: MARCELIUS GONSALES PEREIRA (OAB/SP 148.850) / MARCOS PAULI CARDOSO GUIMARÃES (OAB/SP 205.816) / HELENA VASCONCELOS MIRANDA MARCZUK (OAB/SP 220.187) / FABIO DE ALMEIDA MOREIRA (OAB/SP 272.074) / JOAO RICARDO FIGUEIREDO DE ALMEIDA (OAB/SP 276.162). CONTRATADO(A): JOSÉ APARECIDO SALVADOR - ALIMENTOS (CNPJ 01.579.237/0001-31). INTERESSADO(A): MARIO SERGIO TASSINARI (CPF 015.384.138-92). LUCILEIA DE SIQUEIRA RODRIGUES SCHREINER (CPF 122.983.068-50). ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 806/2020 - Empenho nº 3871/2020, realizado em 25/03/2020. OBJETO: Aquisição de Cestas básicas simples. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-16. PROCESSO PRINCIPAL: 16279.989.20-6.

Mantenha-se o processo sobrestado enquanto se aguarda a completa instrução do processo principal, 16279.989.20-6.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00019996.989.19-0. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPES (CNPJ 45.159.381/0001-94). CONTRATADO(A): VIDOTTI & RUSSO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ 29.009.881/0001-93). INTERESSADO(A): ALCEMIR CASSIO GREGGIO (CPF 787.206.998-91). ASSUNTO: CONTRATO: 59/2019, de 11/06/2019. OBJETO: Contratação de serviços de engenharia de empresa especializada para realizar a implantação de dispositivo para recebimento de resíduos recicláveis e volumosos e programa municipal de educação ambiental voltado à preservação dos recursos hídricos em Urupês-SP. VIGÊNCIA: 29/08/2019 até data de emissão do Termo de Recebimento definitivo. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-08. PROCESSO PRINCIPAL: 18095.989.19-0.

Mantenha-se o processo sobrestado enquanto se aguarda o retorno a este Gabinete do processo principal, 18095.989.19-0.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00005489.989.19-3. ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ (CNPJ 01.603.319/0001-74). INTERESSADO(A): SAULO HENRIQUE CANDIDO (CPF 374.039.648-29). ASSUNTO: Contas de Câmara - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-09.

Em face da manifestação do Ministério Público de Contas (ex 44), fica o responsável pelas contas aqui em exame, SAULO HENRIQUE CANDIDO, NOTIFICADO para, no prazo de 15 dias, apresentar justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00004789.989.19-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TEJUPÁ (CNPJ 46.237.756/0001-09). ADVOGADO: JOAO PAULO DE LIMA ROLIM (OAB/SP 298.331). INTERESSADO(A): PEDRO BERGAMO NETO (CPF 054.220.878-44). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2019. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-16. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00018516.989.19-1. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00009516.989.19-1, 00015771.989.20-9.

Cuidam os autos das contas da Prefeitura Municipal de Tejupá, relativas ao exercício de 2019.

Tendo em vista o contido no Relatório de Fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Itapeva - UR-16 (ex 90), e de acordo com o que dispõem os artigos 29 da Lei Complementar 709/93 e 194 do Regulamento Interno deste Tribunal de Contas, assino ao responsável pelas contas aqui em exame a prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento daquela e apresente alegações de interesse.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 00011512.989.20-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAARAQUARA (CNPJ 45.276.128/0001-10). ADVOGADO: RODRIGO CUTIGGI (OAB/SP 254.921). ORGANIZ. SOCIAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL IRENE SIQUEIRA ALVES VOVO MODICINA MATERINIDADE GOTA DE LEITE DE ARAARAQUARA - FUNGOTA ARAARAQUARA (CNPJ 14.986.862/0001-40). ADVOGADO: ERNESTO GOMES ESTEVES NETO (OAB/SP 342.783) / DAVI LAURINDO (OAB/SP 343.271) / (OAB/SP 349.219) / (OAB/SP 415.595). GERENCIADA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAARAQUARA (CNPJ 13.776.613/0001-67). INTERESSADO(A): LUCIA REGINA ORTIZ LIMA (CPF 064.124.808-38). EDSON ANTONIO EDINO DA SILVA (CPF 026.381.168-90). ELIANA APARECIDA MOURI HONAIN (CPF 054.316.288-60). ASSUNTO: CONTRATO Nº 001/2018, de 15/02/2018. PROCESSO Nº TC-018059.989.18-6. PROCESSO Nº (ORIGEM): Nº 386/2018. VIGÊNCIA: 16/02/2019 a 16/02/2023. FONTE DE RECURSOS: Municipal. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 18059.989.18-6.

A Prefeitura Municipal de Araraquara requer dilação de prazo (ex 139), por mais 30 dias, para manifestar-se nos autos.

Defiro, a contar da publicação do presente despacho.

Os efeitos da decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e a guarde-se.

PROCESSO: 000011773.989.20-7. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU (CNPJ 45.780.079/0001-59). ADVOGADO: EDUARDO LEANDRO DE QUEIROZ E SOUZA (OAB/SP 199.013) / GRAZIELA NOBREGA DA SILVA (OAB/SP 247.092) / RODRIGO POZZI BORBA DA SILVA (OAB/SP 262.845) / CAMILA APARECIDA DE PADUA DIAS (OAB/SP 331.415) / FABIO ALBERGARIA MODINGER (OAB/SP 401.221) / AGATHA ALVES DE ARAUJO (OAB/SP 418.902). ORGANIZ. SOCIAL: IVS - INSTITUTO VIDA E SAUDE (CNPJ 13.499.839/0001-68). ADVOGADO: LUCIANE BOMBACH (OAB/SP 387.052). INTERESSADO(A): ELIANE LORENCINI (CARGMO) (CPF 252.765.178-00). ANTONIO GOMES GONCALVES (CPF 036.644.658-10). ASSUNTO: 2º Termo de Aditamento, de 31/01/2020. Finalidade: prorrogar a vigência do Contrato de Gestão nº 01/2018 por mais 12 meses, a partir de 1º/02/2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO PRINCIPAL: 21925.989.19-6.

Mantenha-se sobrestado até decisão definitiva do principal.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00001882.989.20-0. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA (CNPJ 45.781.184/0001-02). ADVOGADO: JULIANA CAMARGO DOS SANTOS (OAB/SP 217.435). CONTRATADO(A): LABORATORIO IDAIATUBA J. A. LTDA (CNPJ 20.915.602/0001-86). INTERESSADO(A): BENJAMIM BILL VIEIRA DE SOUZA (CPF 139.476.368-76). VANDERLEI COCATO BORGES (CPF 229.196.848-33). ASSUNTO: Contrato nº 44/2020 - Dispensa de Licitação - PM Nova Odessa - Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de testes e exames laboratoriais para identificação do novo Coronavírus COVID-19. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00019403.989.20-5.

A Prefeitura Municipal de Nova Odessa requer dilação de prazo, por 15 dias, para manifestar-se.

Defiro.

Os efeitos desta decisão estendem-se aos demais interessados.

Publique-se e a guarde-se.

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

DESPACHOS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
PROCESSO: TC-001528/008/14 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UCHOA RESPONSÁVEIS: JOSÉ CLAUDIO MARTINS – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA; e VALDEMIR ANTONIO PINHEIRO DE CARVALHO – PREFEITO MUNICIPAL ATUAL CONTRATADA: SCAMATTI & SELLER INFRA-ESTRUTURA LTDA RESPONSÁVEL: LUIZ CARLOS SELLER – ADMINISTRADOR OBJETO: EXECUÇÃO DE 4.328,90 M2 DE RECAPEAMENTO ASFALTICO DO TIPO CONCRETO BETONITICO USUARIA: QUENTE EM VIAS URBANAS. ASSUNTO: PROCESSO AUTUADO POR DETERMINAÇÃO DO TC-0206/02612 - CONVITE 62012 - CONTRATO 84/2012 VALOR: R\$ 101.087,43 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (UR-08) / DSF-1.

Vistos. Em 10 de setembro de 2014 estes autos foram formalizados em razão da decisão proferida no TC-002026/026/12, que analisou as contas de 2012 da Prefeitura Municipal de Uchoa (fl. 22), na qual restou determinada abertura de autos próprios para o exame da licitação e contrato em epígrafe. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000227/010/15 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA RESPONSÁVEIS: CELSO JOSÉ GONÇALVES – EX SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS SILVIO FÉLIX DA SILVA – PREFEITO À ÉPOCA CONTRATADA: MAGALHÃES ENGENHARIA LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE JARDIM JAPONÊS. ASSUNTO: LICITAÇÃO: CONVITE Nº19/2011, TIPO MENOR PREÇO; CONTRATO Nº321/2011, DE 23/11/2011 - FLS.354/359; e TERMO ADITIVO S/N, DE 26/04/2012 - FLS.395/396 VALOR: R\$ 139.782,50 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÚS (UR-10) / DSF-1.

Vistos. Em 30 de março de 2015 estes autos foram formalizados em razão da decisão proferida no TC-009670/07/11, que analisou as contas de 2011 da Prefeitura Municipal de Limeira (fl. 683), na qual restou determinada abertura de autos próprios para o exame da licitação, contrato e aditivo em epígrafe. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-001224/002/14 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAHU RESPONSÁVEIS: OSVALDO FRANCÉSCHI JUNIOR – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA (01/01/2011 a 15/07/2011) e (26/07/2011 a 31/12/2011) JOÃO BATISTA BRANDÃO DO AMARAL – VICE-PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA (Substituto Legal – 16/07/11 a 25/07/2011) ORIVALDO CANDAROLLA – SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO À ÉPOCA. CONTRATADA: JBMS EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA (CNPJ: 09.382.742/0001-01). OBJETO: AQUISIÇÃO DE APOSTILAS DO "PROJETO CRESCENDO", CAPACITAÇÃO DOCENTE E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DO PROJETO, INCLUSIVE SUPERVISÃO. ASSUNTO: EXAME DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2011 - CONTRATO S/N, DE 21/07/2011 – FLS. 237/239 - NOTA DE EMPENHO: Nº 14377 - FLS. 246. VALOR: R\$ 107.055,00 EXERCÍCIO: 2011 ADVOGADOS: JULIO CESAR MACHADO (OAB/SP Nº 114.164), JOSÉ FERNANDO RIGHI (OAB/SP Nº 137.889) e OUTROS. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE BAURUR (UR-02) / DSF-1.

Vistos. Em 24 de setembro de 2013 estes autos foram formalizados em razão da decisão proferida no TC-000962/026/11, que analisou as contas de 2011 da Prefeitura Municipal de Jahu (fls. 63/86), na qual restou determinada abertura de autos próprios para o exame da licitação e contrato em epígrafe. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000177/001/13 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA ADVOGADOS: MARIA APARECIDA MERCURI (OAB/SP Nº 71.899) e RONAN FIGUEIRA DAUN (OAB/SP Nº 150.425) RESPONSÁVEL: SILVIO NAVARRO JOINE – PREFEITA À ÉPOCA ADVOGADOS: CRISTIANE CALDARELLI (OAB/SP Nº 169.275) e MARCUS VINICIUS IBANEZ BORGES (OAB/SP Nº 214.215). CÍRO AUGUSTO MOURA VENERONI – PREFEITO ATUAL CONTRATADA: ESTERMOE CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA (CNPJ: 10.639.811/0001-30) RESPONSÁVEL: ALEXANDRE DE OLIVEIRA ESTERMOE E LUCIA ESTERMOE FILHO – SÓCIOS PROPRIETÁRIOS ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENCÉRICA DE VALORES DOS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO - CONVITE Nº 007/2010, CONTRATO Nº 39/2010 e 1º a 3º TERMOS ADITIVOS. VALOR INICIAL: R\$ 68.000,00 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE MARILIA (UR-04) / DSF-1.

Vistos. Em 25 de fevereiro de 2013 estes autos foram formalizados em razão da decisão proferida no TC-002415/026/10 (fls. 27/33), que analisou as contas de 2010 da Prefeitura Municipal de Avanhandava, na qual restou determinada abertura de autos próprios para o exame da licitação, contrato e aditivos em epígrafe. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000230/017/11 ÓRGÃO CONCESSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO RESPONSÁVEIS: GILBERTO CESAR BARBETI – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA; VINICIUS CRUZ DE CASTRO – PREFEITO ATUAL BENEFICIÁRIA: SOCIEDADE AMIGOS DE MORRO AGUDO (CNPJ: 49.158.833/0001-63) RESPONSÁVEL: CARLOS ROBERTO ROSA – PRESIDENTE À ÉPOCA; ASSUNTO: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR – SUBVENÇÕES SOCIAIS VALOR: R\$ 50.000,00 EXERCÍCIO: 2010 ADVOGADOS: DAVILSON DOS REIS GOMES (PROCURADOR MUNICIPAL) - OAB/SP Nº 83.117, VICENTE DE PAULA OLIVEIRA - OAB/SP Nº 253.514 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA (UR-17) / DSF-1.

Vistos. Em 04 de julho de 2011 estes autos foram formalizados para exame de prestação de contas originária dos repasses efetivados pela Prefeitura Municipal Morro Agudo, no exercício de 2010, à entidade Sociedade Amigos de Morro Agudo, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-0001631/004/13 (APENSOS EXPEDIENTES TC-020898/026/16 e TC-032553/026/16) CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÁ, ADVOGADOS: ROGERIO SILVEIRA LIMA (OAB/SP Nº 185.989); SUELI MARIA VIEIRA PAULINO DONATO (OAB/SP Nº 109.840); RODRIGO SILVEIRA LIMA (OAB/SP Nº 204.359) e HILÁRIO VETORE NETO (OAB/SP Nº 233.737). RESPONSÁVEL: MAURO DA SILVA VIEIRA – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA CONTRATADA: Bp MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. ME. (CNPJ: 10.750.108/0001-55) ASSUNTO: AUTOS PRÓPRIOS FORMALIZADOS PARA A ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CIEC - CONVITE Nº 16/2011 e CONTRATO Nº 66/2011 VALOR INICIAL: R\$ 127.549,12 EXERCÍCIO: 2011 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE MARILIA (UR-04) / DSF-1.

Vistos. Em 23 de outubro de 2013 estes autos foram formalizados em face da decisão da E. Primeira Câmara (fls. 275), para análise de contratação de empresa para a reforma e ampliação do Centro Integrado de Educação e Cultura - CIEC, tendo em vista o constatado pela Fiscalização em seu relatório nº fls. 222/231 dos autos. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-001092/018/14 (REF.: EXPEDIENTES TC-000567/018/15 e TC 000590/018/15) CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCÉLIA, ADVOGADO: CARLO COTI MARINI - OAB/SP Nº 318.534. RESPONSÁVEL: JOÃO PEDRO MORANDI – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA CONTRATADA: ORGANIZAÇÃO LUCILENESE DE PUBLICIDADE S/S LTDA. ME. (CNPJ: 05.823.639/0001-00). RESPONSÁVEIS: MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA EDER SABINO PEREIRA ALVES LEANDRO ALTAIO MARTINS ADVOGADO: SANDRO MAURICIO ALTRAIO (OAB/SP Nº 353.756) ASSUNTO: TOMADA DE PREÇO Nº 39/2005, FOLHA Nº 39, 39/05/05, VALOR: R\$ 95.000,00, QUE TRATA CONTRATAÇÃO DE DIVULGAÇÃO EM IMPRENSA ESCRITA DAS LEIS, DECRETOS, EDITAIS, TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, RESUMO DOS CONTRATOS E DEMAIS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE LUCÉLIA. VALOR INICIAL: R\$ 95.000,00 EXERCÍCIO: 2006 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA (UR-18) / DSF-1.

Vistos. Em 17 de dezembro de 2014 estes autos foram formalizados para exame de licitação (fls. 203/30), contrato (fls. 249/252), de 02/02/206, e Aditivos, cujo objeto era a prestação de serviços por empresa especializada para divulgação em imprensa escrita das Leis, Decretos, Editais, Termos de Homologação, Adjudicação, Resumos dos Contratos e demais atos oficiais do município de Lucélia, e final de vigência em 21/12/2010, no valor inicial de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais). Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

PROCESSO: TC-001423/005/14 ÓRGÃO CONCESSOR: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA RESPONSÁVEIS: ALCIDES DURIGAN JÚNIOR – Presidente (01/01/2013 a 31/05/2013); e JOSÉ CARLOS NARDI – Presidente (01/06/2013 a 31/12/2013). BENEFICIÁRIA: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ACADÊMICA SÉRGIO CARNEVALI RESPONSÁVEIS: ALEXANDRE GUIMARÃES DI STASI – Presidente (01/01/2013 a 02/10/2013); HELIO LUIS ALMEIDA MISSURA – Presidente (03/10/2013 a 31/12/2013). ASSUNTO: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR – CONTRIBUIÇÃO VALOR: R\$ 137.908,19 EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE MARILIA (UR-04) / DSF-1.

Vistos. Em 05 de dezembro de 2014 estes autos foram formalizados para exame de prestação de contas originária dos repasses efetivados pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília, no exercício de 2013, no montante de R\$ 137.908,19 (cento e trinta e sete mil, novecentos e oito reais e dezesseis centavos). Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-1368/007/13 ÓRGÃO CONCESSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO RESPONSÁVEIS: MARCELO DE SOUZA CÂNDIDO – PREFEITO À ÉPOCA; ADVOGADOS: GABRIEL PEREIRA MENDES AZEVEDO BORGES (OAB/SP Nº 370.133); CAIAN ZAMBOTTO (OAB/SP Nº 368.813); EDER MESSIAS DE TOLEDO (OAB/SP Nº 220.390) e ANDRÉ ROTA SENA (OAB/SP Nº 261.264). RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI – PREFEITO ATUAL BENEFICIÁRIA: INSTITUTO RATTO BASQUETHEOL. RESPONSÁVEIS: LEOPOLDO JOSÉ DOS SANTOS - PRESIDENTE À ÉPOCA; ANDRÉ LUIS GUIMARÃES FONSECA - PRESIDENTE EM 13/09/2016 (fls. 3073/717) ASSUNTO: REPASSES PÚBLICOS AO TERCEIRO SETOR – CONTRIBUIÇÃO VALOR: R\$ 700.500,00 EXERCÍCIO: 2012 INSTRUÇÃO: 9º DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO / DSF-1.

Vistos. Em 05 de novembro de 2013 estes autos foram formalizados para exame de prestação de contas originária dos repasses efetivados pela Prefeitura Municipal de Suzano, no exercício de 2012, no montante de R\$ 709.500,00 (setecentos e nove mil e quinhentos reais). Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000164/018/15 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ RESPONSÁVEIS: VALTER LUIZ MARTINS – PREFEITO À ÉPOCA EDMAR CARLOS MAZUCATO – PREFEITO ATUAL CONTRATADA: DEMOP PARTICIPAÇÕES LTDA. RESPONSÁVEL: MAURO ANDRÉ SCAMATTI – SÓCIO ADMINISTRADOR OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA 2ª FASE DA OBRA DE REFORMA DO CORREDOR VESTIBULAR E HALL DE FORMOCIMENTO DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÓB DE OBRA ASSUNTO: LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2011 e CONTRATO Nº 332/2011, FLS. 105/110, DE 01/06/2011 VALOR: R\$ 306.889,16 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA (UR-18) / DSF-1.

Vistos. Em 16 de março de 2015 estes autos próprios foram formalizados, em razão de decisão proferida no TC-000164/018/15 (fls. 37 e 42), a qual determinou a análise da licitação e contrato em epígrafe. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

PROCESSO: TC-000865/005/13 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO EXPEDITO RESPONSÁVEIS: CARLOS ALBERTO F. DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA Período: 2009 a 2012 (Autoridade que homologou o certame e firmou a avença) IVANDECI JOSÉ CABRAL – PREFEITO MUNICIPAL ATUAL - Período: 2013 a 2020 CONTRATADA: CESTREIN CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. EM EXAME: CARTA CONVITE Nº 30/2012, DEGRADADA EM 03/10/2012 DECORRENTE CONTRATO S/Nº, FIRMADO EM 08/11/2012 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA DO TRABALHO OBJETIVANDO O REENQUADRAMENTO DE PAGAMENTOS POSTERIORES A 2013. Isso posto, em consonância com o artigo 1º da Resolução 03/2020, determino o arquivamento do feito no estado em que se encontra.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-000060/006/20
PROCESSO: TC-000040/017/14 ÓRGÃO CONCESSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS RESPONSÁVEIS: VERGILIO BARBOSA FERREIRA – PREFEITO À ÉPOCA NAIM MIGUEL NETO – VICE-PREFEITO À ÉPOCA CONTRATADA: CEM MARIA DE LOURDES PAIVA ASSUNTO: REPASSES AO TERCEIRO SETOR – SUBVENÇÃO VALOR: R\$ 13.549,67 EXERCÍCIO: 2012 ADVOGADO: WEVERSON FÁBREGA DOS SANTOS – OAB/SP 234.064. INSTRUÇÃO: UR-17 UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA / DSF-1

Visto. O processado TC-000040/017/14 foi autuado para exame da prestação de contas originária de Subvenção, dos recursos repassados pela Prefeitura de Miguelópolis à APM da CEMEL MARIA DE LOURDES PAIVA, relacionada às fls. 03, no valor total de R\$ 13.549,67, no exercício de 2012. Sobreto

repasso de verbas públicas foi JULGADO IRREGULAR, com fulcro no artigo 33, inciso II, alínea "b", c/c o artigo 36, ambos da Lei Complementar nº 709/93. A referida decisão monocrática foi publicada no DOE de 21/06/2018 e transitou em julgado em 19/07/2018. No presente Expediente TC-006/006/20, datado de 20/03/2020, comparece a Prefeitura Municipal de Miguelópolis, por seu advogado público, requerendo: a) que futuras notificações concernentes ao feito sejam promovidas pela imprensa oficial, exclusivamente em nome do nobre causidico que subscreve a petição; b) vistas dos autos. Nesse quadrante, neste Expediente, urge consignar: a) Futuras notificações não ocorrerão visto que o exame da matéria se esauriu, portanto, não há razões para novos despachos. b) O processado TC-04017/14 (autuado em meio físico) encontra-se arquivado na Prefeitura Municipal de Miguelópolis, esaurido o exame da matéria lá tratada, nos termos das Instruções desta Corte vigentes, de modo que reputo despendida a abertura de vistas à Própria Municipalidade.

Publique-se.

EXPEDIENTE: TC-000059/006/20
PROCESSO: TC-000034/017/14 ÓRGÃO CONCESSOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUELÓPOLIS RESPONSÁVEIS: VERGILIO BARBOSA FERREIRA – PREFEITO À ÉPOCA NAIM MIGUEL NETO – PREFEITO ATUAL BENEFICIÁRIA: APM DA CEMEL JACINTA BARBOSA FERREIRA ASSUNTO: REPASSES AO TERCEIRO SETOR – SUBVENÇÃO VALOR: R\$ 25.469,06 EXERCÍCIO: 2012 ADVOGADO: WEVERSON FÁBREGA DOS SANTOS – OAB/SP 234.064. INSTRUÇÃO: UR-17 UNIDADE REGIONAL DE ITUVERAVA / DSF-1

Visto. O processado TC-000034/017/14 foi autuado para exame da prestação de contas originária de Subvenção, dos recursos repassados pela Prefeitura de Miguelópolis à APM da CEMEL "Jacinta Barbosa Ferreira", relacionada às fls. 03, no valor total de R\$ 25.469,06, no exercício de 2012. Sobreto repasse de verbas públicas foi JULGADO IRREGULAR, com fulcro no artigo 33, inciso II, alínea "b", c/c o artigo 36, ambos da Lei Complementar nº 709/93. A referida decisão monocrática foi publicada no DOE de 21/06/2018 e transitou em julgado em 19/07/2018. No presente Expediente TC-59/006/20, datado de 20/03/2020, comparece a Prefeitura Municipal de Miguelópolis, por seu advogado público, requerendo: a) que futuras notificações concernentes ao feito sejam promovidas pela imprensa oficial, exclusivamente em nome do nobre causidico que subscreve a petição; b) vistas dos autos. Nesse quadrante, neste Expediente, urge consignar: a) Futuras notificações não ocorrerão visto que o exame da matéria se esauriu, portanto, não há razões para novos despachos. b) O processado TC-34017/14 (autuado em meio físico) encontra-se arquivado na Prefeitura Municipal de Miguelópolis, esaurido o exame da matéria lá tratada, nos termos das Instruções desta Corte vigentes, de modo que reputo despendida a abertura de vistas à Própria Municipalidade.

Publique-se.

DESPACHOS DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

DESPACHOS DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO
PROCESSO: TC-003207.989.19-5 ÓRGÃO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ATOS RESPONSÁVEL: PAULO HENRIQUE PINTO SERRA - PRESIDENTE PERÍODO: 01/01/2019 A 31/12/2019 ASSUNTO: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2019 INSTRUÇÃO: 9º DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO/DSF-1

Considerando os óbices levantados pela Fiscalização na conclusão de seus trabalhos, e tendo em vista a disposição do artigo 29 da Lei Complementar Paulista nº 709/93, NOTIFICO o Órgão e o Responsável acima referidos para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento do relatório de fiscalização e apresentem suas alegações a respeito. Autorizo, desde logo, vista e extração de cópia dos autos no Cartório do Corpo de Auditores, e retirada de cópia do relatório naquela unidade de instrução, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se.

PROCESSO: TC-012043.989.20-1 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM ADVOGADO: DÉBORA DANIELA BARBOSA FAGUNDES (OAB/SP 320.266) OBJETO: DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DURANTE O EXERCÍCIO - RESOLUÇÃO Nº 06/2012 - DE 18/01/2012 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 09/2014. PERÍODO: 2020 RESPONSÁVEL: SR. WILSON MENNA - PRESIDENTE INSTRUÇÃO: UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOBRAL - DSF-1

PROCESSO: TC-022143.989.19-2 CONTRATANTE: PRE-FEITURA MUNICIPAL DE ALTAIR RESPONSÁVEL: ANTONIO PADRON NETO - EX-PREFEITO CONTRATADA: ALESSANDRA FONSECA PEREIRA - ME RESPONSÁVEL: ALESSANDRA FONSECA PEREIRA OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários à construção de Centro de Convivência do Idoso VALOR INICIAL: R\$ 267.507,52 EM EXAME: Contrato (INICIAL) 011 INSTRUÇÃO: UR-308 Conforme decisão do TC-3800.989.16-2, que analisou as contas da Municipalidade em epígrafe, ficou determinada a abertura de autos próprios para análise do contrato em questão. Assim sendo,

A vista das falhas verificadas no relatório da Fiscalização (evento 12), ASSINOU, com fundamento no artigo 2º, inciso XIII da Lei Complementar Estadual nº 709/93, ao Município, ao Contratado, bem como ao responsável pela contratação em apreço acima nominado, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresentem suas razões ou justificativas. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste despacho e da inicial poderá ser obtida mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.
Publique-se.

DESPACHOS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZEI

DESPACHOS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZEI
PROCESSO: TC-000352/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia
RESPONSÁVEL: Mauro Rodrigues, Diretor à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDORA: Rosa Maria Rodrigues EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20654/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria da ex-servidora acima mencionada.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000445/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Mauro Rodrigues, Diretor à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDOR: José Gonçalves da Silva EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20649/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria do ex-servidor acima mencionado.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000445/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Mauro Rodrigues, Diretor à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDORA: Sonia Maria Grassi EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20656/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria da ex-servidora acima mencionada.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000443/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Mauro Rodrigues, Diretor à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDORA: Erilcia Maria Laranja EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20644/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria da ex-servidora acima mencionada.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000448/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Magali Valério Codogno Maciel, Diretora à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDOR: Vanderlei Miguel Franchin EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20658/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria do ex-servidor acima mencionado.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000442/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Magali Valério Codogno Maciel, Diretora à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDORA: Conceição Savioili Fernandes EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20643/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria da ex-servidora acima mencionada.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000446/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Mauro Rodrigues, Diretor à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDOR: Nivaldo Ferreira EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20650/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria do ex-servidor acima mencionado.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000447/989/15 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia RESPONSÁVEL: Mauro Rodrigues, Diretor à época ASSUNTO: Aposentadoria EX-SERVIDORA: Regina Helena de Campos Marfiano EXERCÍCIO: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-II ADVOGADOS: Douglas de Moraes Norberto, OAB/SP nº 217.149; Raul Miguel Freitas de Oliveira, OAB/SP nº 147.591 e outro

Ciente do apontado pela unidade de fiscalização e pelo d. Diretor Técnico de Divisão quanto à atuação do TC-20652/989/20 para análise da apostila retificatória relativa à aposentadoria da ex-servidora acima mencionada.

DESPACHOS DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

DESPACHOS DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO
PROCESSO: TC-001159.989.19-5 ENTIDADE: Saneamento Básico do Município de Mauá – SAMA RESPONSÁVEL: Paulo Sérgio Soares – Dirigente à época MATÉRIA: Balanço Geral – Contas de Exercício de 2016 INTERESSADOS: Prefeitura Municipal de Mauá; José Francisco Jacinto – Dirigente atual INSTRUÇÃO: 4ª Diretoria de Fiscalização ADVOGADOS: José Americo Lombardi, OAB/SP 107.319; Rosely de Jesus Lemos, OAB/SP 124.850; Poliane Aparecida Lima Mendonça, OAB/

SP 395.306; Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes, OAB/SP 242.953; Yuri Marcel Soares Dotta, OAB/SP 305.262; Rafael Cezar Dos Santos, OAB/SP 334.475; Norberto Fontenell Prestes De Abreu E Silva, OAB/SP 172.253; Gregorio Battazza Lanza, OAB/SP 182.332.

Vistos. Os autos encontram-se devidamente instruídos, já tendo sido inclusive, colhidas as manifestações de ATJ e MPC de Contas[1]. Considerando que o responsável à época, senhor Paulo Sérgio Soares, ainda não se manifestou nos autos, em atendimento aos chamamentos publicados no DOE em 10/04/2018 e 19/06/2018[2]; Considerando que a defesa da Origem, encartada nos autos (evento nº 57) foi trazida exclusivamente pelo dirigente à época da prestação de contas, em prejuízo dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório; A fim de preservar a higidez da futura sentença, NOTIFICO, com fundamento no artigo 29, c/c o artigo 91, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, o senhor Paulo Sérgio Soares, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento dos autos e apresente alegações de interesse, oportunidade em que poderá retificar, ratificar ou complementar as razões já trazidas pela Origem. Fica o destinatário advertido de que a ausência de resposta, à presente diligência, implicará o julgamento da matéria no estado em que se encontra instruída. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida mediante regular cadastramento e habilitação no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.
Publique-se.

PROCESSO: TC-016619/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência Social de Campinas CAMPREV EM EXAME: APOSENTADORIA RESPONSÁVEIS: José Ferreira Campos Filho – Diretor Presidente CPF 054.861.988-33 Elias Lopes de Almeida – Diretor Presidente CPF 173.764.868-79 INTERESSADO: Mariaválido Fernandes Maciel – Diretor Presidente CPF 523.642.406-20 EXERCÍCIO: 2012 INTERESSADA: RESCE LIACIANE NOGUEIRA MUÑOZ INTERESSADA: CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS ADVOGADOS: EDUARDO FREDIANI DUARTE MESQUITA, OAB/SP 259.400; GUILHERME FONSECA TADINI, OAB/SP 202.930; ARIANA ALVES ROSA, OAB/SP 318.837; JOÃO ROBERTO CASTRO FELICIANO, OAB/SP 309.821; MARIAHE POETA CARRATO, OAB/SP 414.215 INSTRUÇÃO: UR-10 – DSF-II

Vistos. Deito o sobrestamento dos autos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos e para os fins pleiteados no evento 60 pelo Instituto de Previdência Social de Campinas – CAM-REV. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra deste processo poderá ser obtida no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br, mediante cadastramento que é obrigatório.
Publique-se.

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

PROCESSO: TC-43131/026/15 CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE RESPONSAVEIS: MARIA ESTEVES MONTEIRO – DIRETORA ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO ROSANGELA NARCIZO DE MOURA – CHEFE DO DEPTO DE REG. DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES CONTRATADA: MAGMOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. OBJETO: LICITAÇÃO – PROCESSO ELETRÔNICO. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADA EM 22-10-2015. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE ALUNO CIA-05 EM EXAME: TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – TEOC: 06/06/2016 – 1.356 INSTRUÇÃO: 8ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO GDF-8 / DSF-II

Na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições unânimes dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pela Resolução nº 04/2017 (TC-A-023486/026/10, de 23.11.2017), CONHEÇO da matéria tratada, deferindo sua apreciação em resolução de mérito. Aguarde em aguardo.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00017006.989.20-6 CONVENIENTE: DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A – DERSA ADVOGADOS: MARCELO DE OLIVEIRA FAUSTO FIGUEIREDO SANTOS (OAB/SP 69.842) / MONICA DE JESUS SILVA (OAB/SP 328.786) RESPONSÁVEL: HAMILTON DE FRANÇA LEITE – DIRETOR PRESIDENTE À ÉPOCA (01 a 09/01/2019) MILTON ROBERTO PERSOLI – DIRETOR PRESIDENTE À ÉPOCA (09/01 a 30/08/2019) ULYSSES CARABAS – DIRETOR PRESIDENTE À ÉPOCA (02 a 25/09/2019) JOÃO LUIZ LOPES – DIRETOR PRESIDENTE À ÉPOCA E ATUAL (A PARTIR DE 25/09/2019) CONVENIADO: DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E OBRAS RESPONSÁVEL: FRANCISCO EDUARDO LODOCCA – SUPERINTENDENTE À ÉPOCA: (01/01 a 07/02/2019) HEITOR BRANDÃO DE AZEVEDO – SUPERINTENDENTE À ÉPOCA (08/02 a 12/06/2019) ALCÉU SEGAMACHO JUNIOR – SUPERINTENDENTE À ÉPOCA E ATUAL (A PARTIR DE 13/06/2019) ASSUNTO: REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO OBJETO: CONVENIO Nº 203/2015 – Elaboração dos projetos e execução das obras e serviços para a construção da Via Parque/Ciclovia – “Polder” Itaim, doravante denominado “Polder” Itaim, incluindo as desapropriações dos imóveis, no perímetro das obras, a remoção e o atendimento habitacional da população atingida. VALOR: R\$ 21.319.034,49 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: DF-9.4 / GDF-9 / DSF-II

Cuidam estes autos da análise da prestação de contas, relativas a 2019, do Convênio nº 203/2015, firmado entre o DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A e o DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE, objetivando a laboração de projetos e execução de obras e serviços para construção da Via Parque/Ciclovia – “Polder” Itaim. A instrução processual revela a ocorrência da seguinte impropriedade: Não elaboração de relatório acerca da execução do objeto do Convênio, contendo comparativos entre as metas propostas e os resultados alcançados, em inobservância ao artigo 105, inciso IV das Instruções TCESP nº 02/2016[1]. A análise procedida pela Nona Diretoria de Fiscalização DF-9.4 atesta que a falta retromencionada não compromete a presente prestação de conta, propondo seja objeto de recomendação. O posicionamento da Fiscalização, manifesta-se pela regularidade da matéria a d. Procuradoria da Fazenda Estadual. Os autos tramitam regimentalmente pelo d. Ministério Público de Contas. Nessa conformidade, na ausência de apontamentos que possam num primeiro momento ensejar exame de julgamento, acolho as posições unânimes dos que me precederam e, no uso das atribuições conferidas pelo § 1º, artigo 10 da Resolução nº 04/2017[2], conheço da matéria tratada, deferindo sua apreciação em resolução de mérito. Outros: RECOMENDO ao órgão cessionar que atente à regulamentação vigente deste Tribunal, em especial no que concerne à elaboração do relatório comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, nos termos do artigo 105, inciso IV das Instruções TCESP nº 02/2016. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais interessados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – eTCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/tceesp/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.
Publique-se.

ACORDÃOS

ACÓRDÃOS DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-025593/026/12. ÓRGÃO CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde. RESPONSÁVEIS: Giovanni Guido Cerri e David Everson Uip (Secretários de Estado), José Manoel de Camargo Teixeira (Secretário Adjunto) e Antonio Carlos Salgueiro de Araújo (Conselheiro Presidente SECONCI – SECONCI – SP OBJETO: Contrato de Gestão celebrado em 27/17/12, no valor de R\$ 482.758.791,36, e Termos de Retratificação firmados em 28/12/12, 5/9/13, 21/10/13 e 20/12/13, todos objetivando a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual “Henri-que Altimayer” de Vila Alpina. ADVOGADOS: Piêtro Sidoti (OAB/SP nº 221.730), Andreza Nazuti da Silveira Segala (OAB/SP nº 273.416), Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031) e outros. Os presentes autos encontravam-se nas dependências da Ilustre Assessoria Técnica desde 14/3/18, para manifestação por parte de suas unidades Jurídica e Econômica. Recebidos os autos neste Gabinete em 10/9 último, verifiquei que a matéria em questão foi julgada irregular em sede recursal na Sessão de 22/8/18 do E. Tribunal Pleno, conjuntamente com a prestação de contas relativa ao exercício de 2012, segundo interesse do corpo do Voto proferido no TC-032947/026/13 pelo E. Conselho Antonio Roque Citadini, então relator. Na condita de atual relator dos Recursos Ordinários constantes do processo em epígrafe e nos termos da competência que me é outorgada pelo inciso VIII, do artigo 49 do Regimento Interno deste E. Tribunal, retifico o v. Acórdão publicado no Diário Oficial de 12/9/18, para que nele seja incluído o TC-025593/026/12. Assim, tendo vista a correção de erro material, determino a publicação deste despacho e a republicação do v. Acórdão em causa, reabrindo-se, em decorrência, todos os prazos recursais aos interessados.

A C O R D Ã O
TC-025593/026/12
RECURSO ORDINÁRIO

Recorrentes: Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo – SECONCI, Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CCSSS) e Giovanni Guido Cerri – Ex-Secretário de Estado da Saúde.

Assunto: Contrato de Gestão celebrado em 27/17/12. Valor – R\$ 482.758.791,36. Termos de Retratificação celebrados em 28/12/12, 5/9/13, 21/10/13 e 20/12/13.

Responsáveis: Giovanni Guido Cerri e David Everson Uip (Secretários de Estado), José Manoel de Camargo Teixeira (Secretário Adjunto) e Antonio Carlos Salgueiro de Araújo (Conselheiro Presidente SECONCI – SP).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra o acórdão da E. Primeira Câmara, que julgou irregulares o Contrato de Gestão, os Termos de Retratificação e a prestação de contas do exercício de 2012. Acórdão publicado no D.O.E. de 19-01-16.

Advogados: Piêtro Sidoti (OAB/SP nº 221.730), Andreza Nazuti da Silveira Segala (OAB/SP nº 273.416), Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031) e outros.

Procuradora da Fazenda: Dra. Claudia Távora Machado Viviani Niculau.

Fiscalização atual: GDF-10 – DSF-I.

TC-032947/026/13

RECURSO ORDINÁRIO

Recorrentes: Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo – SECONCI, Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CCSSS) e Giovanni Guido Cerri – Ex-Secretário de Estado da Saúde.

Assunto: Prestação de contas de repasses concedidos pela Secretaria de Estado da Saúde ao Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo – SECONCI, relativa ao exercício de 2012.

Responsáveis: Srs. Giovanni Guido Cerri (Secretário de Estado da Saúde à época) e Antonio Carlos Salgueiro de Araújo (Presidente SECONCI).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra o acórdão da E. Primeira Câmara, que julgou irregulares o Contrato de Gestão, os Termos de Retratificação e a prestação de contas do exercício de 2012. Acórdão publicado no D.O.E. de 19-01-16.

Advogados: Piêtro Sidoti (OAB/SP nº 221.730), Andreza Nazuti da Silveira Segala (OAB/SP nº 273.416), Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031) e outros.

Procuradora da Fazenda: Dra. Claudia Távora Machado Viviani Niculau.

Fiscalização atual: GDF-10 – DSF-I.

RECURSOS ORDINÁRIOS. CONTRATO DE GESTÃO. TERMOS ADITIVOS. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE REPASSES. IRREGULARIDADE. CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. V.U.

Exigência concedida na Convocação Pública para que as Organizações Sociais cadastradas manifestassem interesse em celebrar o ajuste, beneficiando, indevidamente a entidade que já vinha operando a unidade hospitalar há 11 anos. Não demonstrada a existência de estudos para avaliação específica da contratação, pautando-se, basicamente, em levantamentos globais comparativos entre as OSS e órgãos gerenciados pelo Estado. Plano de trabalho que não identifica detalhadamente as atividades que seriam desenvolvidas, de modo a justificar os repasses efetuados e sobre os critérios para remuneração da Contratada, posta a fixação de percentual mínimo de 70% a título de custos fixos inóstatos o quantitativo de atendimentos. Afastado o fundamento a respeito da inclusão de depreciações e amortizações a título de despesas operacionais, negar-lhes efeitos.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 22 de agosto de 2018, pelo Voto dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Relator, Edgard Camargo Rodrigues, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, afastando da decisão apenas o fundamento a respeito da inclusão de depreciações e amortizações a título de despesas operacionais, negar-lhes efeitos.

Presentes o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Rafael Neubert Demarchi Costa, e o Procurador-Chefe da Fazenda do Estado, Dr. Luiz Meneses Neto.

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

São Paulo, 15 de setembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES PRESIDENTE

RENATO MARTINS COSTA REDATOR

TC-001646.989.20-2

Contratante: Prefeitura Municipal de Pereira Barreto.

Contrato: Contract Show Produções Artísticas Ltda.

Objeto: Prestação de serviços artísticos da dupla João Neto & Freixo para animação XLI RAP – Feira Industrial, Agrícola e Pecuária e XLVII – Festa do Peão de Pereira Barreto.

Responsável pela Ratificação da Inexigibilidade de Licitação e pelo Instrumento: João de Altayr Domingues (Prefeito).

Em Julgamento: Inexigibilidade de Licitação (artigo 25, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações). Contrato de 11-07-19. Valor – R\$100.000,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93,

pelo Conselheiro Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 13-02-20.

Advogado: Fátima Aparecida dos Santos (OAB/SP nº 161.749).

Fiscalizada por: UR-15 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-15 – DSF-II.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (ART. 25, INC. III, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93). CONTRATO. SHOW ARTISTICO. ARTISTAS FIGURAM COMO SÓCIOS ADMINISTRADORES DA EMPRESA CONTRATADA. VALOR COMPATÍVEL COM O MERCADO. RELEVADA A OMISSÃO SOBRE A DURAÇÃO MÍNIMA DAS APRESENTAÇÕES NA COTAÇÃO DE PREÇOS E O PAGAMENTO ANTECIPADO DO VALOR PACTUADO. REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regulares o processo de inexigibilidade de licitação e o contrato celebrado em 11/07/2019 entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a empresa Contract Show Produções Artísticas Ltda.

Não obstante, recomenda que doravante:

- as pesquisas prévias de preços incluam informações sobre a duração dos shows adotados como parâmetros e
- sejam observados os artigos 62, c.c. o inciso III, § 2º, art. 63 da Lei nº 4.320/64, de forma que os pagamentos sejam realizados após o cumprimento dos contratos.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-012222.989.17-0

Contratante: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos.

Contratada: Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda.

Objeto: Contratação emergencial de laboratório especializado em exames e análises clínicas de citologia, oncológica e anatomia patológica, incluindo transporte de material biológico, treinamento dos funcionários realizadores das coletas nas unidades de saúde e fornecimento de material.

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação: José Carlos Fernandes Chacon (Prefeito).

Responsáveis pelos Instrumentos: José Carlos Fernandes Chacon (Prefeito) e Marco Aurélio Alves Feitosa (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Dispensa de Licitação (artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações). Contrato de 06-04-17. Valor – R\$966.731,83. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicado no D.O.E. de 11-04-18.

Advogados: Luiz Felipe Pinto Lima Graziano (OAB/SP nº 220.932), Thays Christyna Munhoz de Freitas (OAB/SP nº 251.382), Juliana Fosalza (OAB/SP nº 281.842), Camillo Giandom (OAB/SP nº 305.964), Fernanda de Oliveira Carvalho (OAB/SP nº 322.398), Fernanda Leoni (OAB/SP nº 330.251) e outros.

Fiscalizada por: GDF-4 – DSF-II.

Fiscalização atual: GDF-4 – DSF-I.

TC-012684.989.17-0

Contratante: Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos.

Contratada: Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda.

Objeto: Contratação emergencial de laboratório especializado em exames e análises clínicas de citologia, oncológica e anatomia patológica, incluindo transporte de material biológico, treinamento dos funcionários realizadores das coletas nas unidades de saúde e fornecimento de material.

Responsável pela Ratificação da Dispensa de Licitação: José Carlos Fernandes Chacon (Prefeito).

Responsáveis pelos Instrumentos: José Carlos Fernandes Chacon (Prefeito) e Marco Aurélio Alves Feitosa (Secretário Municipal).

Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assaturação de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 11-04-18.

Advogados: Luiz Felipe Pinto Lima Graziano (OAB/SP nº 220.932), Thays Christyna Munhoz de Freitas (OAB/SP nº 251.382), Juliana Fosalza (OAB/SP nº 281.842), Camillo Giandom (OAB/SP nº 305.964), Fernanda de Oliveira Carvalho (OAB/SP nº 322.398), Fernanda Leoni (OAB/SP nº 330.251) e outros.

Fiscalizada por: GDF-4 – DSF-II.

Fiscalização atual: GDF-4 – DSF-I.

DISPENSA DE LICITAÇÃO E CONTRATO. EXISTÊNCIA DE TEMPO HÁBIL PARA A REALIZAÇÃO DE CERTAME. EXAURIMENTO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL. MUDANÇA NA GESTÃO MUNICIPAL EM PERÍODO COINCIDENTE COM O FIM DO AJUSTE. EXCEPCIONALIDADE. REGULARIDADE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar regulares a dispensa de licitação e o contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos e o Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda, bem como toma conhecimento da execução contratual.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-000698.989.18-3

Contratante: Prefeitura Municipal de Tremembé.

Contratada: BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. – ME.

Objeto: Locação de tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017.

Responsável pela Abertura e Homologação do Certame Licitatório, e pelo Instrumento: Marcelo Vaquei (Prefeito).

Em Julgamento: Licitação – Convite. Contrato de 24-02-17. Valor – R\$26.400,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelos Conselheiros Antonio Roque Citadini e Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 10-04-18 e 24-01-2020.

Advogados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013) e Cláudio Antonio de Oliveira (OAB/SP nº 396.034).

Contratados: AM Figueira Eventos – ME.
Objeto: Locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias e tendas para os festejos carnavalescos de 2017.

Responsável pelo Instrumento: Marcelo Vaqueli (Prefeito).
Em Julgamento: Licitação – Convite (analisada no TC-000433.989.18-3). Contrato de 24-02-17. Valor – R\$47.320,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselho Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 23-03-18 e 24-01-2020.

Advo(g)ados: Meire Xavier Simão (OAB/SP nº 190.831), Marco Antonio Queiroz Moreira (OAB/SP nº 115.666), Rita de Cássia da Silva (OAB/SP nº 356.013) e Cláudio Antunes de Oliveira (OAB/SP nº 396.034).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalização por: UR-14 – DSF-I.
REPRESENTAÇÃO
TC-004333.989.17-6
Representante: Ban Maq Comércio e Locação de Bens Móveis Ltda. – EPP.
Representado: Prefeitura Municipal de Tremembé.
Responsável: Marcelo Vaqueli (Prefeito).

Assunto: Comunica possível irregularidade em sua inabilitação no Convite nº 05/17, promovido pelo Executivo Municipal de Tremembé, objetivando a locação de banheiros químicos, grades de proteção, chapas divisórias, tendas e supedâneos para os festejos carnavalescos de 2017. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselho Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 24-01-2020.

Advo(g)ado: Alan Acquaviva Carrano (OAB/SP nº 197.557).
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.
Fiscalização por: UR-14 – DSF-I.
Fiscalização atual: UR-14 – DSF-I.
REPRESENTAÇÃO – PROCEDENTE – LICITAÇÃO – CONVITE – CLÁUSULAS RESTRITIVAS – EMPRESA INABILITADA IRREGULARMENTE – CONTRATOS – IRREGULARES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julga procedente a Representação tratada no TC-004333.989.17-6 e irregulares o Convite nº 05/2017 e os Contratos nºs 18 e 19, de 24/2/17, celebrados pela Prefeitura Municipal de Tremembé com as empresas BPA Comércio e Serviços de Equipamentos de Som Ltda. e A. M. Figueira Eventos ME., acionando-se, por conseguinte, o previsto no inciso XV, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Decide ainda, nos termos do inciso II, do artigo 104 do mesmo diploma legal, aplicar ao responsável Marcelo Vaqueli (Prefeito) multa no equivalente pecuniário de 160 (cento e sessenta) UFESPs, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas do Estado, nas agências do Banco do Brasil, na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.

Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este Tribunal do recolhimento efetuado, no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório fica autorizado a inscrever os débitos na divida ativa, visando à posterior cobrança judicial.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-007790.989.19-8

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião.
Contratada: Autolabor Indústria e Com. Ltda.
Objeto: Fornecimento de laboratório didático móvel para as unidades educativas do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação.

Responsável pela Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Luiz Carlos Biondi (Secretário Municipal).

Responsável pelo Instrumento: Felipe Augusto (Prefeito).
Em Julgamento: Inexigibilidade de Licitação (artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores atualizações). Contrato de 23-11-18. Valor – R\$1.675.189,00. Justificativas apresentadas em decorrência de assinaturas de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselho Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 17-05-19 e 04-10-19.

Advo(g)ados: Reinaldo Rodrigues da Rocha (OAB/SP nº 289.918), João Fernando Lopes de Carvalho (OAB/SP nº 93.989), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Alberto Luis Mendonça Rollo (OAB/SP nº 114.295), Maria do Carmo Álvares de Almeida Mello Pasqualucci (OAB/SP nº 138.981), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845).

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.
Fiscalizada por: UR-7 – DSF-I.
Fiscalização atual: UR-7 – DSF-I.
TC-000006.989.19-8

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião.
Contratados: Autolabor Indústria e Com. Ltda.
Objeto: Fornecimento de laboratório didático móvel para as unidades educativas do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação.

Responsáveis pelos Instrumentos: Felipe Augusto (Prefeito) e Luiz Carlos Biondi (Secretário Municipal).
Em Julgamento: Acompanhamento da Execução Contratual. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura(s) de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselho Renato Martins Costa, publicadas no D.O.E. de 17-05-19 e 04-10-19.

Advo(g)ados: Reinaldo Rodrigues da Rocha (OAB/SP nº 289.918), João Fernando Lopes de Carvalho (OAB/SP nº 93.989), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Alberto Luis Mendonça Rollo (OAB/SP nº 114.295), Maria do Carmo Álvares de Almeida Mello Pasqualucci (OAB/SP nº 138.981), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845).

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.
Fiscalizada por: UR-7 – DSF-I.
Fiscalização atual: UR-7 – DSF-I.

CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ARTIGO 25, INCISO I, LEI Nº 8.666/93 – INABILITAÇÃO DE SUPRITA – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – NÃO COMPROVADAS – IRREGULARES.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar irregulares a Inexigibilidade de Licitação nº 061/18 e o Contrato nº 2018SEUDC160, de 23 de novembro de 2018, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Sebastião e a empresa Autolabor Indústria e Comércio Ltda. Toma conhecimento do acompanhamento da execução contratual. Aciona, por fim, o previsto no inciso XV, do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Ainda, com fundamento no artigo 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, aplica aos responsáveis Felipe Augusto (Prefeito) e Luiz Carlos Biondi (Secretário de Administração), multas individuais no valor correspondente a 200 (duzentas) UFESPs, a serem recolhidas na forma da Lei nº 11.077, de 20 de março de 2002.
Decorrido o prazo recursal e ausente a prova junto a este Tribunal dos recolhimentos efetuados no prazo constante da notificação prevista no artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, o Cartório fica autorizado a inscrever os débitos na divida ativa, visando à posterior cobrança judicial.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-023029.989.18-3

Conveniente: Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto. Conveniada: Assistência Social Formosa.

Objeto: Transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar no atendimento de Educação Infantil na Escola de Educação Infantil Formosa, situada na Avenida Dr. Nelson da Veiga, nº 100, Jardim do Bosque II.

Responsáveis pelos Instrumentos: Rosa Mary Melara Cordova (Secretaria Municipal) e Josue Gama (Presidente da Conveniada).

Em Julgamento: Termo Aditivo de 27-12-16. Justificativas apresentadas em decorrência de assinatura de prazo, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, pelo Conselho Renato Martins Costa, publicada no D.O.E. de 17-08-19.

Advo(g)ados: Luís Roberto Thiesi (OAB/SP nº 146.769), Tatiana Barone Sussa (OAB/SP nº 228.409), Gabriela Macedo Diniz (OAB/SP nº 217.849), Camila Aparecida de Pádua Dias (OAB/SP nº 331.745), Eduardo Dias de Vasconcelos (OAB/SP nº 357.955), Maylis Rodrigues Santos (OAB/SP nº 380.089), Fábio José de Almeida de Araújo (OAB/SP nº 398.760), Fábio Albergaria Modinger (OAB/SP nº 401.221), Anderson Almeida Gorge (OAB/SP nº 407.818), Jocimar Ramos Moura (OAB/SP nº 408.328), Yan Daniel Silva (OAB/SP nº 408.816), Karen Silva do Bonfim (OAB/SP nº 410.314), Ana Carolina Gomes Moraes (OAB/SP nº 415.242), Agatha Alves de Araújo (OAB/SP nº 418.902), Endy Yasmin Silva (OAB/SP nº 428.715), Luis Carlos Dias Tavares (OAB/SP nº 158.307), Tatianne da Silva Gerolin Teixeira Batista (OAB/SP nº 223.576), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza (OAB/SP nº 109.013), Graziela Nóbrega da Silva (OAB/SP nº 247.092) e Rodrigo Pozzi Borba da Silva (OAB/SP nº 262.845).

Fiscalizada por: UR-8 – DSF-I.
Fiscalização atual: UR-8 – DSF-I.

TERMO ADITIVO DE CONVENIO. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS A AUXILIAR O ATENDIMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. IRREGULAR.

Afastada falha relativa ao descumprimento das Instruções nº 2/16; mas não demonstrada nem justificada a diferença no aumento dos repasses em decorrência do aditivo firmado.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar irregulares o 1º Termo Aditivo de Prorrogação, de 27/12/16, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto e a entidade Assistência Social Formosa, aplicando-se em consequência as disposições do artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Consigna que a invocação dos ditames do inciso XXVII, acima referido, importa que o atual Prefeito Municipal forme a esta Egrégia Corte as providências administrativas complementares adotadas em função das imperfeições anotadas, comunicando, em especial, a eventual abertura de sindicância. Excetua os atos porventura penderes de julgamento por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-009833.989.20-6

(ref. TC-014363.989.17-9)
Recorrente: Prefeitura Municipal de Itaberá.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Itaberá e Igarapé Distribuidora Agrícola e Comercial Ltda., objetivando a aquisição de dois tratores, no valor de R\$115.900,00.

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 22-02-20, na parte que julgou irregular o pregão presencial e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 350 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advo(g)ados: Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Evandra Zimerer Lopes (OAB/SP nº 131.930), Rafael Chueri Gurgel (OAB/SP nº 384.906) e Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306).

Procurador de Contas: Elida Graziane Pinto.
Fiscalização atual: UR-16 – DSF-II.
TC-009833.989.20-5

(ref. TC-015068.989.17-7)
Recorrente: Prefeitura Municipal de Itaberá.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Itaberá e Igarapé Distribuidora Agrícola e Comercial Ltda., objetivando a aquisição de dois tratores, no valor de R\$115.900,00.

Responsável: Alex Rogério Camargo de Lacerda (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 22-02-20, na parte que julgou irregular o acompanhamento da execução contratual, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 350 UFESPs

ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advo(g)ados: Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136), José Américo Lombardi (OAB/SP nº 107.319), Rosely de Jesus Lemos (OAB/SP nº 124.850), Evandra Zimerer Lopes (OAB/SP nº 131.930), Rafael Chueri Gurgel (OAB/SP nº 384.906) e Poliane Aparecida Lima Mendonça (OAB/SP nº 395.306).

Procurador de Contas: Elida Graziane Pinto.

Fiscalização atual: UR-16 – DSF-II.
RECURSOS ORDINÁRIOS. LICITAÇÃO. PREGÃO. PRESENCIAL. AJUSTE E EXECUÇÃO CONTRATUAL. AQUISIÇÃO DE TRATORES. IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NO CERTAME. NADA ALEGADO PELO RECORRENTE. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SÚMULA Nº 50. AFASTADOS APONTAMENTOS DE FALHAS NA EXECUÇÃO DO AJUSTE. PROVIMENTO DO RECURSO QUE VERSOU SOBRE O PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E PROVIMENTO PARCIAL DO APELO INCIDENTE SOBRE A LICITAÇÃO E O CONTRATO, APENAS PARA O CANCELAMENTO DA MULTA APLICADA.

1. É vedado o impedimento à participação de pessoas físicas em certames destinados à aquisição de máquinas e veículos usados.

2. É vedado o impedimento à participação no certame de empresas em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida comprovação da existência de plano recuperatório em vigor, homologado em juízo, conforme retidão dada pela Súmula nº 50 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, pelo provimento ao interposto no TC-009833.989.20-5, para o fim de cancelar o juízo de irregularidade que incluiu sobre a execução contratual tratada no TC-015068.989.17-7, dela portanto tomando conhecimento neste momento, e pelo provimento parcial do protocolizado no TC-009832.989.20-6, apenas para o fim de cancelar a multa aplicada ao Prefeito Municipal, mantendo a r. Decisão de Primeira Instância no que decretou a irregularidade da licitação e do contrato.

Registra que afasta das razões de decidir as questões da ausência de dados necessários à formulação de propostas e da deficiência no parecer jurídico que precedeu o certame.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

RECURSO ORDINÁRIO
TC-011350.989.19-0
(ref. TC-004802.989.14-5)

Recorrente: Antônio Cláudio Falchi – Prefeito do Município de Cândido Rodrigues.

Assunto: Representação formulada por Roberto Carlos Bassani – Presidente da Câmara Municipal de Cândido Rodrigues, acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues em contratações no exercício 2013.

Responsável: Antônio Cláudio Falchi (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 28-03-19, que julgou procedente a representação.

Fiscalização atual: UR-13 – DSF-II.

RECURSO ORDINÁRIO
TC-011351.989.19-9

(ref. TC-003189.989.16-3)
Recorrente: Antônio Cláudio Falchi – Prefeito do Município de Cândido Rodrigues.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e Certa Assessoria e Planejamento S/S Ltda., objetivando a prestação de serviços de consultoria, assessoria e orientação em licitação e planejamento público-administrativo, no valor de R\$18.040,00.

Responsável: Antônio Cláudio Falchi (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 28-03-19, que julgou irregulares o convite, o contrato e o termo aditivo de 27-12-13, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Fiscalização atual: UR-13 – DSF-II.

RECURSOS ORDINÁRIOS – LICITAÇÃO – CONTRATO – TERMO ADITIVO – APELOS CONHECIDOS – NEGADO PROVIMENTO – AFASTADAS AS FALHAS QUANTO À AUSÊNCIA DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO E DO CADASTRO DO RESPONSÁVEL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e

do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhes provimento, mantendo-se, os termos da r. Decisão recorrida, exceto quanto à ausência de Termo de Ciência e de Notificação e do cadastro de autoridade responsável, que afasto, remetendo-se os autos ao eminente Julgador originário para as providências que entender necessárias.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-014968.989.19-4

(ref. TC-004962.989.15-8)
Recorrente: Jean Carlos Januário – Ex-Diretor-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cerqueira César – IPREM.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cerqueira César – IPREM, relativo ao exercício de 2015.

Responsável: Jean Carlos Januário (Diretor-Presidente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 14-06-19, que julgou irregulares

as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas “b” e “c”, c.c. artigo 36, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 709/93, aplicando multa no valor de 200 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Fiscalização atual: UR-2 – DSF-I.

RECURSO ORDINÁRIO. BALANÇO GERAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. PREJUÍZO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO INSTITUTO. FALTA DE CERTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS. FALTA DE DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS NOS RELATÓRIOS EXPEDIDOS POR EMPRESA DE CONSULTORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NOS BALANÇO PATRIMONIAL. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NÃO FIDELÍGIDAS. RECURSO IMPROVIDO.

1. Os investimentos realizados pelos Institutos de Previdência devem ser realizados por gestores devidamente certificados.

2. Os relatórios expedidos pelas empresas de consultoria, quando destinados aos institutos de previdência, devem abordar especificamente os investimentos efetivamente realizados.

3. O prejuízo nos investimentos constituirá motivo de irregularidade nas situações em que o instituto de previdência deixar de adotar medidas adequadas para efetiva gestão de valores.

4. A omissão de investimentos no balanço patrimonial constitui falta grave com potencial para ocasionar juízo de irregularidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, os termos da r. Decisão recorrida.

Registra que afasta das razões de decidir as questões da falta de liquidez nos investimentos de longo prazo, da acumulação remunerada de cargos e da ausência de cobrança de dívidas da Prefeitura.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-019184.989.18-4

(ref. TC- 007891.989.16-2)
Recorrente: João Luiz Veronezi – Prefeito do Município de Uru à época.

Assunto: Apartado das contas do exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Uru, para análise de pagamento de gratificação sem previsão legal.

Responsável: João Luiz Veronezi (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 31-08-18, que julgou irregular o assunto, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas “b” e “c”, c.c. artigo 36, caput, acionando o disposto no artigo 2º, inciso XV, todos da Lei Complementar nº 709/93 e condenando o responsável à devolução da quantia impugnada.

Advo(g)ados: Fernando José Polito da Silva (OAB/SP nº 90.878) e Eduardo Luiz Penaroli (OAB/SP nº 224.886).

Fiscalização atual: UR-4 – DSF-I.

RECURSO ORDINÁRIO. APARTADO. CONTAS DE PREFEITURA MUNICIPAL. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO. FALTA DE NORMALIZAÇÃO LEGAL. INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E IMPESSOALIDADE. AFASTADA A CONDENAÇÃO DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento parcial, mantendo-se o juízo de irregularidade sobre os pagamentos de gratificação efetuados, mas afastando da r. Decisão recorrida a condenação do ordenar da despesa à restituição da quantia impugnada, bem como o encaminhamento ao Ministério Público Estadual.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce-sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-024564.989.19-2

(ref. TC-011280.989.17-9)
Recorrente: Hamilton Luis Foz – Ex-Prefeito do Município de Promissão.

Assunto: Apartado das contas do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Promissão, para análise de matéria relacionada a desvio de função.

Responsável: Hamilton Luis Foz (Prefeito).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 05-11-19, que julgou irregular o assunto, com base no artigo 33, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 709/93, aplicando multa no valor de 200 UFESPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advo(g)ado: Natassha Santos da Silva (OAB/SP nº 365.095), Celso Ricardo Franco (OAB/SP nº 317.731) e Luis Henrique Pironcello Tobler (OAB/SP nº 384.211).

Procurador de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalização atual: UR-1 – DSF-II.

APARTADO. RECURSO ORDINÁRIO. TERMO DE COOPERAÇÃO. PRECARIIDADE. ADMISSÃO POR TEMPO DETERMINADO. REGULARIDADE. DESVIO DE FUNÇÃO. NÃO CARACTERIZADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento, para julgar regular a matéria tratada no item D. 3.1.9 do Relatório de Fiscalização do exercício de 2014, cancelando, em consequência, a multa imposta ao responsável, Sr. Hamilton Luis Foz.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-019890.989-19-7
(ref. TC-015789.989-19-1)
Recorrente: Prefeitura do Município de Iporanga.
Assunto: Admissão de pessoal por tempo determinado, realizada pela Prefeitura Municipal de Iporanga no exercício de 2013.

Responsável: Valmir da Silva (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 22-08-19, que julgou irregulares os atos de admissão, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogados: Júlio César Machado (OAB/SP nº 330.136), Renaldo Rodrigues Junior (OAB/SP nº 270.731) e Daniela Francine Torres (OAB/SP nº 202.802).

Fiscalização atual: UR-12 – DSF-I.
RECURSO ORDINÁRIO. ADMISSÃO DE PESSOAL PRAZO DETERMINADO. EXCEPCIONALIDADE NÃO COMPROVADA. FORMA DE CONTRATAÇÃO NÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL E RECORRENTE. DESPRESTADO À REGRA DO ART. 37, INC. IX, DA CF/88 E DO ART. 16 DA LEI FEDERAL Nº 11350/06. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelo recorrente não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-022828.989-19-4
(ref. TC- 008592.989-19-8)
Recorrente: Prefeitura Municipal de Cardoso.

Assunto: Apartado das contas do exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Cardoso, para análise de realização de despesas sem licitação.

Responsável: Leonardo Gomes da Silva (Prefeito).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 17-10-19, que julgou irregular o assunto, com base no artigo 33, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93, aplicando multa no valor de 100 UEPs, ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogado: Fátima Aparecida dos Santos (OAB/SP nº 161.749).

Fiscalização atual: UR-11 – DSF-I.
RECURSO ORDINÁRIO. APARTADO DE CONTAS MUNICIPAIS. DESPESAS DE MANUTENÇÃO VEICULAR INCORRIDAS EM GRANDE ESCALA, PARA PREVISTA LICITAÇÃO. EVIDENCIADA FALHA DE PLANEJAMENTO DESACERETADA EMERGENCIALIDADE. SOMATÓRIA ULTRAPASSA O LIMITE LEGAL. QUE AUTORIZARIA A CONTRATAÇÃO DIRETA, NÃO COMPROVADA A PESQUISA PRÉVIA E COMPATIBILIDADE DOS VALORES PAGOS. IMPROVIMENTO.

1. A Administração Pública, em suas compras e contratações de serviços, deve observar o disposto no inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal, bem como no artigo 2º da Lei nº 8.666/93.

2. Em caso de contratação direta decorrente de situação emergencial essa condição deve ser cabalmente comprovada.

3. Para que seja autorizada a dispensa de licitação com base no valor envolvido, deve ser respeitado o limite estabelecido no artigo 24, inciso II, da Lei de Licitação.

4. Nas contratações diretas é imprescindível a demonstração da pesquisa prévia e compatibilidade dos preços.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelos recorrentes não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR
TC-020679.989-19-4
(ref. TC-005280.989-15-3)
Recorrente: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Engenharia Coelho – ENGEPREV.

Assunto: Balanço Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Engenharia Coelho – ENGEPREV, relativo ao exercício de 2015.

Responsável: Amos Soares Nogueira (Diregente).
Em Julgamento: Recurso(s) Ordinário(s) interposto(s) contra sentença, publicada no D.O.E. de 05-09-19, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da referida Lei e determinando ao responsável a restituição ao erário da quantia impugnada.

Advogados: Daniela Francine Torres (OAB/SP nº 202.802).
Fiscalização atual: UR-19 – DSF-I.
RECURSO ORDINÁRIO. CONTAS ANUAIS. EXERCÍCIO DE 2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. DESACERTOS NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. INVESTIMENTO COM ACENTUADO GRAU DE RISCO. REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE EM DESCONFORTIDADE COM O ATO FIVATÓRIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTO SEM A DEVIDA TRANSPARÊNCIA. PROVIMENTO PARCIAL. EXCLUSÃO DE VALORES DE ADIANTAMENTOS DA CONDENAÇÃO DE DEVOLUÇÃO.

Visitos, relatados e discutidos os autos.
ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento parcial, apenas para excluir da condenação o valor referente aos demais adiantamentos, reduzindo o valor do ressarcimento para R\$ R\$ 38.002,10, mantendo-se a decisão recorrida nos demais termos.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-023365.989-18-5
(ref. TC-020473.989-17-6)
Recorrente: Prefeitura Municipal de Alambari.
Assunto: Prestação de contas de recursos repassados no exercício de 2015 pela Prefeitura Municipal de Alambari ao Instituto Corpre para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no valor de R\$539.621,65.
Responsáveis: Hudson José Gomes (Prefeito) e Crys Angélica Ulrich (Presidente do Instituto).
Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 26-10-18, que julgou irregular parte da aplicação dos repasses, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas “b” e “c”, c.c. artigo 36, parágrafo único, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, todos da Lei Complementar nº 709/93 e condenando a beneficiária à devolução do valor impugnado aos cofres públicos.

Advogados: Caroline Oliveira Souza Mucci (OAB/SP nº 245.795), Helena Letícia Ayala (OAB/SP nº 205.809) e André Leonardo de Carvalho Zaitthammer (OAB/PR nº 72.944).

Fiscalização atual: UR-9 – DSF-II.
TC-023712.989-18-5
(ref. TC-020473.989-17-6)
Recorrente: Instituto Corpre para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida.

Assunto: Prestação de contas de recursos repassados no exercício de 2015 pela Prefeitura Municipal de Alambari ao Instituto Corpre para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida, no valor de R\$539.621,65.

Responsáveis: Hudson José Gomes (Prefeito) e Crys Angélica Ulrich (Presidente do Instituto).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra sentença, publicada no D.O.E. de 26-10-18, que julgou irregular parte da aplicação dos repasses, com fundamento no artigo 33, inciso III, alíneas “b” e “c”, c.c. artigo 36, parágrafo único, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, todos da Lei Complementar nº 709/93 e condenando a beneficiária à devolução do valor impugnado aos cofres públicos.

Advogados: Caroline Oliveira Souza Mucci (OAB/SP nº 245.795), Helena Letícia Ayala (OAB/SP nº 205.809) e André Leonardo de Carvalho Zaitthammer (OAB/PR nº 72.944).

Fiscalização atual: UR-9 – DSF-II.
RECURSO ORDINÁRIO. REPASSES. TERCEIRO SETOR. TERMO DE PARCERIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO ALHEIA À ALÇADA DAS CÂMARAS. CUSTOS INDIRETOS. DESPESAS SEM COMPROVAÇÃO. CONHECIMENTO. PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. NÃO PROVIMENTO.

Nos repasses a entidades do Terceiro Setor, é imprescindível que a aplicação de recursos em despesas administrativas e/ou custos indiretos, além de devidamente prevista no Plano de Trabalho, seja documentalmente comprovada (TC-020859/026/16 e TC-025990/026/14).

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, considerando que os argumentos oferecidos pelos recorrentes não modificaram a situação processual, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos da decisão recorrida.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
São Paulo, 4 de agosto de 2020.
RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

ACORDÃO DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO

ACORDÃO DO CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
A C Ó R D A O
TC-019871.989-20-8

Representante: MARCELA FURLAN BAGGIO.

Representada: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍZ ANTÔNIO.

Responsável: GABRIEL CARVALHARES ROSATI – PREFEITO.

Assunto: REPRESENTAÇÃO CONTRA O EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2463/2020, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍZ ANTÔNIO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR (CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARES – SISTEMAS INFORMATIZADOS INTEGRADOS) POR PRAZO DETERMINADO, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DOS RESPECTIVOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS CONSISTENTES NA INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO TÉCNICA E LEGAL (QUANDO NECESSÁRIO), SUPORTE TÉCNICO DOS RESPECTIVOS SISTEMAS INFORMATIZADOS INTEGRADOS E DOCUMENTAÇÃO DOS SOFTWARES.

Procurador de Contas: CELSO AUGUSTO MATUCK FERES JUNIOR.

Advogados: MARCELA FURLAN BAGGIO (OAB/SP 367.979); MARIO APARECIDO EUZEIO JUNIOR (OAB/SP 184.897).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA. COMPOSIÇÃO DO OBJETO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. REGIME DE REMUNERAÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE FORMATO E VOLUME DE DADOS PARA MIGRAÇÃO. TREINAMENTO DE USUÁRIOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. Nos termos do artigo 3º, inciso II da Lei 10.520/02, na contratação de serviços de fornecimento de softwares, a Administração deve incluir no edital todas as informações necessárias ao dimensionamento dos serviços de treinamento de usuários, de modo a viabilizar a formulação de propostas.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de setembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Dimas Ramalho, Relator, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo, bem como do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, em conformidade com o Relatório e Voto do Relator, bem assim das correspondentes notas taquigráficas, decidir pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da representação. Presente na sessão o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Ficam, desde já, autorizadas aos interessados vista e extração de cópia dos autos, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 16 de setembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

DIMAS RAMALHO

Conselheiro

A C Ó R D A O

TC-018952.989-20-0

Representante: CLEBER VARGAS BARBIERI.

Representada: DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE CAMPINAS LESTE.

Responsável: NIVALDO VICENTE – DIRIGENTE.

Assunto: REPRESENTAÇÃO EM FACE DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020, PROCESSO Nº 1874123/2018, OFERTA DE COMPRA Nº 08030100012020CO0028, DO TIPO MENOR PREÇO, PROMOVIDO PELA DIRETORIA DE ENSINO

REGIÃO DE CAMPINAS LESTE, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL.

Procurador de Contas: RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA. Procuradores da Fazenda do Estado: CARIM JOSE FERES; LUIZ MENEZES NETO.

Assunto: CLEBER VARGAS BARBIERI (OAB/SP Nº 252.785).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA. COMPOSIÇÃO DO OBJETO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO. REGIME DE REMUNERAÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE FORMATO E VOLUME DE DADOS PARA MIGRAÇÃO. TREINAMENTO DE USUÁRIOS. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. Nos termos do artigo 3º, inciso II da Lei 10.520/02, na contratação de serviços de fornecimento de softwares, a Administração deve incluir no edital todas as informações necessárias ao dimensionamento dos serviços de treinamento de usuários, de modo a viabilizar a formulação de propostas.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de setembro de 2020, pelo voto do Conselheiro Dimas Ramalho, Relator, e dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo, bem como do Auditor Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, em conformidade com o Relatório e Voto do Relator, bem assim das correspondentes notas taquigráficas, decidir pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da representação. Presente na sessão o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Dr. Thiago Pinheiro Lima e o representante da Procuradoria da Fazenda do Estado, Dr. Luiz Meneses Neto.

Ficam, desde já, autorizadas aos interessados vista e extração de cópia dos autos, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 16 de setembro de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

DIMAS RAMALHO

Conselheiro

ACORDÃO DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

A C Ó R D A O

TC-005314.989-19-5

Câmara Municipal: Santa Rosa de Viterbo.

Exercício: 2019.

Presidente: Marcos Lúcio Neri.

Fiscalização atual: UR-6.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE APONTAMENTOS DIGNOS DE NOTA. REGULARIDADE.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 01 de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, nos termos do artigo 33, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar regulares as contas da Câmara Municipal de Santa Rosa de Viterbo, exercício de 2019, quitando-se o Responsável, Senhor Marcos Lúcio Neri, com base no artigo 34 do mesmo diploma legal.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópia dos autos, das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Elida Graziane Pinto.

Publique-se.

São Paulo, 10 de setembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D A O

TC-005375.989-19-1

Câmara Municipal: Altinópolis.

Exercício: 2019.

Fiscalização atual: UR-6.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. NECESSIDADE URGENTE DE ADEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO. REGULARIDADE. COM RESSALVAS.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 01 de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Altinópolis, exercício de 2019, quitando-se o Responsável, Luiz Carlos da Silva, com base no artigo 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo da severa advertência consignada no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópias do acórdão e das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte de Contas, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a efetiva adoção das medidas notificadas e determinadas nos autos.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Elida Graziane Pinto.

Publique-se.

São Paulo, 10 de setembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D A O

TC-005437.989-19-7

Câmara Municipal: Nantes.

Exercício: 2019.

Assunto: Contas Anuais Renato Guedes dos Santos.

Advogado: Márcio Gomes Barbosa (OAB/SP nº 183.515).

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: UR-5.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO. PREVISÃO LEGAL DE INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE. REGULARIDADE. COM RESSALVAS.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 01 de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Nantes, exercício de 2019,

quitando-se o Responsável, Senhor Carlos Renato Guedes dos Santos, com base no artigo 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das recomendações e advertências consignadas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópias do acórdão e das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte de Contas, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a efetiva adoção das medidas notificadas e determinadas nos autos.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Elida Graziane Pinto.

Publique-se.

São Paulo, 10 de setembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D A O

TC-005738.989-16-9

Câmara Municipal: Guapiara.

Exercício: 2017.

Advogado: Alexandre Martins de Oliveira.

Assunto: Carlos Pereira Barbosa e Filho (OAB/SP nº 108.524) e Paulo Roberto de Sousa de Castro (OAB/SP nº 358.407).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalização atual: UR-16.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. APOSTAMENTOS SEM GRAVIDADE SUFICIENTE PARA REPROVAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS. REGULARIDADE. COM RESSALVAS.

Visitos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 01 de setembro de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Cristiana de Castro Moraes, Presidente, e Antonio Roque Citadini, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, decidir julgar regulares, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Guapiara, exercício de 2017, quitando-se o Responsável, Senhor Alexandre Martins de Oliveira, com base no artigo 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, outrossim, o encaminhamento, por ofício, de cópias do acórdão e das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte de Contas, devendo a Fiscalização competente verificar, na próxima inspeção, a efetiva adoção das medidas notificadas e determinadas nos autos.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas, Dra. Elida Graziane Pinto.

Publique-se.

São Paulo, 10 de setembro de 2020.

CRISTIANA DE CASTRO MORAES

PRESIDENTE DA PRIMEIRA CÂMARA

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C Ó R D A O

TC-005694/02618

Autor: Carlos Alberto Taino Junior – Ex-Presidente do Consórcio Intermunicipal para o Aterro Sanitário – Cipas.

Assunto: Contas Anuais do Consórcio Intermunicipal para o Aterro Sanitário – Cipas, relativas ao exercício de 2011.

Responsável: Carlos Alberto Taino Junior (Presidente).

Em Julgamento: Ação de Revisão interposta contra sentença, publicada no D.O.E. de 19-02-14, que julgou irregulares as contas anuais consignadas no TC-000622/026/11, nos termos do artigo 33, inciso III, alínea “b”, c.c. artigo 36, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da mesma Lei e aplicando multa no valor de 200 (duzentas) UEPs ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mencionado Diploma Legal.

Advogados: Marcos Aparecido de Melo (OAB/SP nº 80.060), Yuri Marcel Soares Oates (OAB/SP nº 305.226) e Natashia Santos da Silva (OAB/SP nº 365.095).

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, Relator, e dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente, e Dimas Ramalho, a 2ª Câmara, em sessão de 18 de fevereiro de 2020, decidiu julgar regular o 6º Termo Aditivo, de 21/07/2017, bem como conheceu do 6º Termo Aditivo, de 15/07/2019, e da Execução Contratual.

Decidiu, outrossim, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, julgar irregular o 7º Termo Aditivo, de 19/06/2018, determinando-se o acionamento dos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se e, quando oportuno, arquivar-se.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020.

RENATO MARTINS COSTA – Presidente

SAMY WURMAN – Relator

A C Ó R D O S

ACÓRDÃO DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO VALDENIR ANTONIO POLIZELLI

TC-002193003/10 – Ação de Rescisão.

Autor: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Assunto: Admissão de pessoal por prazo determinado da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, no exercício de 2006.

Responsável: José Tadeu Jorge (Relator à época).

Em Julgamento: Ação de Rescisão em face do acórdão da E. Segunda Câmara, que negou provimento ao recurso ordinário interposto contra sentença publicada no D.O.E. de 07-01-09, que julgou ilegais as admissões, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93. Acórdão publicado no D.O.E. de 21-04-10 (TC-003575/003/07).

Advogada: Fernanda Lavras Costallat Silvano (OAB/SP nº 210.899).

Acompanham: TC-003575/003/07 e Expedientes: TC-012246026/11 e TC-007413026/13.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

EMENTA: AÇÃO DE RESCISÃO OBJETIVANDO DESCONSTITUIR DECISÃO QUE NEGOU REGISTRO A ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO. UNIVERSIDADE ESTADUAL. AUSÊNCIA DE LEI DE CRIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO. COMPROVADA A CRIAÇÃO DAS VAGAS ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. AÇÃO PROCEDENTE.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, Relator, e dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 04 de dezembro de 2019, preliminarmente conheceu da Ação de Rescisão e, quando ao mérito, julgou-a procedente, para o fim de ser reformada a decisão proferida no processo TC-003575/003/07, julgando legais as admissões por tempo determinado, com o consequente registro dos atos de admissão pelos prazos especificados nas planilhas nele juntadas.

Publique-se e, quando oportuno, arquivar-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2019.

ANTONIO ROQUE CITADINI – Presidente

VALDENIR ANTONIO POLIZELLI – Relator

TC-039457026/07 – Recursos Ordinários.

Requerentes: Unipiaget – Brasil, Prefeitura Municipal de Suzano e Marcelo de Souza Cândido – Ex-Prefeito.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Suzano e Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico – C.R.L., objetivando a concessão de direito real de uso com encargos, pelo prazo de 80 anos, para implantação e desenvolvimento de Instituição de Ensino Superior, no valor de R\$45.702.217,25.

Responsável: Marcelo de Souza Cândido (Prefeito à época).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra o acórdão da E. Primeira Câmara, que julgou irregulares a concorrência internacional e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93, bem como aplicou multa ao responsável, no valor de 500 Uefeps, nos termos do artigo 104, inciso II, da mencionada lei. Acórdão publicado no D.O.E. de 01-09-18.

Advogados: Miriam Athié (OAB/SP nº 79.338), Marco Aurélio Pereira Tanoeiro (OAB/SP nº 121.274), Eder Messias de Toló (OAB/SP nº 220.390), José Serafim da Silva Junior (OAB/SP nº 253.323), André Rota Sena (OAB/SP nº 261.264), Paulo Roberto Athié Piccilli (OAB/SP nº 345.307), Fernanda Reale (OAB/SP nº 352.175), Caian Zambotto (OAB/SP nº 368.813), Gabriel Pereira Mendes Azevedo Borges (OAB/SP nº 370.133) e outros.

Acompanham: Expedientes: TC-0121550/026/10, TC-0082902/06/11, TC-031026/026/11 e TC-00585602/12.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

EMENTA: LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL. CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM ENCARGOS. TIPO TÉCNICA E PREÇO. AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL INTERNACIONAL. OU FÉRENTAMENTO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 22 DA LINDA. RECURSO ORDINÁRIO. PROVIMENTO. Devido à incidência do artigo 22 da LINDA, devem ser considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas do seu cargo.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, Relator, e dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 04 de dezembro de 2019, preliminarmente conheceu dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, deu-lhes provimento, sem prejuízo das recomendações feitas no voto do Relator, juntado aos autos.

Publique-se e, quando oportuno, arquivar-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2019.

ANTONIO ROQUE CITADINI – Presidente

VALDENIR ANTONIO POLIZELLI – Relator

TC-000004/009/19 – Pedido de Reconsideração.

Requerentes: Projeto Alternativo do Menor Aprendiz de Sarapuí – Palmas – Miriam Bruno de Lima – Dirigente e Marina Aparecida Pinheiro – Ex-Presidente.

Assunto: Prestação de contas de repasses concedidos pela Prefeitura Municipal de Sarapuí ao Projeto Alternativo do Menor Aprendiz de Sarapuí – Palmas, no valor de R\$358.168,39, exercício de 2012.

Responsáveis: Ari Vieira da Silva (Prefeito à época) e Maria-ná Aparecida Pinheiro (Presidente à época).

Em Julgamento: Pedido de Reconsideração em face do acórdão do e. Tribunal Pleno, que não conheceu da ação de revisão interposta contra sentença publicada no D.O.E. de 30-11-16, que julgou irregular a prestação de contas, nos termos do artigo 33, inciso II, alíneas "b" e "c", c.c. o artigo 36, da Lei Complementar nº 709/93, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, do mesmo Diploma Legal, condenando a entidade beneficiária à devolução do valor de R\$19.044,64, aos cofres públicos municipais, devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento e a não receber novos repasses até a regularização das pendências demonstradas, nos termos do artigo 103, da mencionada Lei, bem como aplicou multa individual aos responsáveis, no valor de 200 Uefeps, com fundamento no artigo 104, inciso II da referida Lei (TC-002276/009/13). Acórdão publicado no D.O.E. de 07-09-19.

Advogados: Caroline Oliveira Souza Mucci (OAB/SP nº 245.795), Ariane de Carvalho Lima (OAB/SP nº 377.155), Lillian Brunelli Buane (OAB/SP nº 225.953), Laerte Américo Mollet (OAB/SP nº 148.863) e outros.

Acompanha: Expediente(s): TC-002276/009/13.

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas: Thiago Pinheiro Lima.

EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO. TERCEIRO SETOR. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto do Auditor Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, Relator, e dos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 04 de dezembro de 2019, preliminarmente conheceu do Pedido de Reconsideração e, quanto ao mérito, negou-lhe provimento.

Publique-se e, quando oportuno, arquivar-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2019.

ANTONIO ROQUE CITADINI – Presidente

VALDENIR ANTONIO POLIZELLI – Relator

PARECERES

PARECERES DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

TC-004521.989.18-6

Prefeitura Municipal: Descalvado.

Exercício: 2018.

Prefeito: Antonio Carlos Reschini.

Advogados: Silvio Rogério de Moraes (OAB/SP nº 145.171), Laércio José Loureiro dos Santos (OAB/SP nº 145.234), Daniel Bagatini (OAB/SP nº 328.713) e outros.

Procurador de Contas: João Paulo Giordano Fontes.

Fiscalizada por: UR-13 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-13 – DSF-II.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	27,15%
FUNDEB	100%
Magistério	86,28%
Pessoal	47,36%
Saúde	29,46%
Execução Orçamentária	Deficit 0,07% – R\$ 81.411,58
Resultado Financeiro	Superávit – R\$ 8.136.633,05
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 10 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Castani.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

Replicado.

TC-004393.989.18-1

Prefeitura Municipal: Buritizal.

Exercício: 2018.

Prefeito: Agilberto Gonçalves.

Advogados: José Ramires Neto (OAB/SP nº 185.265) e Naiara Kelly Silva Giordani Oliveira (OAB/SP nº 429.814).

Procurador de Contas: Leticia Formoso Delain Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-17 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-17 – DSF-II.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	28,05%
FUNDEB	100%
Magistério	72,72%
Pessoal	48,83%
Saúde	23,90%
Execução Orçamentária	Deficit 0,86% – R\$ 219.790,44 (relevado)
Resultado Financeiro	Superávit – R\$ 1.465.540,03
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 5 de maio de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Rafael Antonio Baldo.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 19 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

Replicado.

TC-004325.989.18-4

Prefeitura Municipal: São José do Barreiro.

Exercício: 2018.

Prefeito: Alexandre de Siqueira Braga.

Advogado: Paulo Sérgio Mendes de Carvalho (OAB/SP nº 131.979).

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalizada por: UR-14 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-14 – DSF-II.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	28,05%
FUNDEB	100%
Magistério	72,72%
Pessoal	48,83%
Saúde	23,90%
Execução Orçamentária	Superávit 18,84% – R\$ 4.869.585,78
Resultado Financeiro	Superávit – R\$ 7.124.538,71
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular
Transferências ao Legislativo	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas

da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004124.989.18-7

Prefeitura Municipal: Gastão Vidigal.

Exercício: 2018.

Prefeito: Roberto Carlos da Silva Breschello.

Advogado: Idelaine Aparecida Negri da Silva (OAB/SP nº 190.959).

Procurador de Contas: José Mendes Neto.

Fiscalizada por: UR-1 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-1 – DSF-I.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CONTROLE INTERNO. IEGM. RECOMENDAÇÕES. DÉFICITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. FALTA DE LIQUIDEZ. RECURSOS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS NÃO REPASSADOS. FALHAS RELEVADAS. PARECER FAVORÁVEL.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	26,16%
FUNDEB	100,00%
Magistério	74,99%
Pessoal	50,34%
Saúde	25,86%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Deficit 3,17% – R\$ 486.192,57
Resultado Financeiro	Deficit – R\$ 551.129,70
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004575.989.18-1

Prefeitura Municipal: Votuporanga.

Exercício: 2018.

Prefeitos: João Eduardo Dado Leite de Carvalho e Renato Gaspar Martins.

Períodos: (01-01-18 a 22-04-18, 28-04-18 a 31-12-18) e (23-04-18 a 27-04-18).

Advogados: Ivilton da Silva Cassemiro (OAB/SP nº 247.080), Douglas Liska da Silva (OAB/SP nº 253.783) e Maria Beatriz Ferrari Pan (OAB/SP nº 358.303).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-11 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-11 – DSF-I.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. DÉFICIT FINANCEIRO. IEGM. FALHAS RELEVADAS. CONCESSÃO DE INCENTIVOS. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. RECOMENDAÇÕES. PARECER FAVORÁVEL.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	26,66%
FUNDEB	100,00%
Magistério	76,30%
Pessoal	44,98%
Saúde	26,88%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Superávit 0,11% – R\$ 257.495,92
Resultado Financeiro	Deficit R\$ 2.077.570,10 (relevado)
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004536.989.18-9

Prefeitura Municipal: Jaguariúna.

Exercício: 2018.

Prefeito: Márcio Gustavo Bernardes Reis.

Advogado: Fabiano Augusto Rodrigues Urbano (OAB/SP nº 229.207).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-3 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-3 – DSF-II.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA MUNICIPAL. OBSERVÂNCIA DOS MANDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS RELEVANTES. SUPERÁVITS ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS. INSUFICIÊNCIA NO EXERCÍCIO. RELEVADA. CERTIDÃO DE QUITAÇÃO EXPEDIDA PELO TJ/SP. DEMAIS FALHAS FORMAIS PASSÍVEIS DE RECOMENDAÇÕES. EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	32,53%
FUNDEB	100%
Magistério	83,88%
Pessoal	40,94%
Saúde	31,03%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Superávit de 3,45% – R\$ 11.591.998,27
Resultado Financeiro	Positivo – R\$ 1.168.484,63
Orn Cronológica de Pagamentos	Inobservância – Relevada
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Inobservância – Relevada
Encargos Sociais	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

TC-004040.989.18-8

Prefeitura Municipal: Anápolis.

Exercício: 2018.

Prefeito: Jairo Aparecido Mascia.

Advogada: Lídia Maria Coelho (OAB/SP nº 157.412).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalizada por: UR-10 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-10 – DSF-II.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. PRECATÓRIOS JUDICIAIS. INADIMPLÊNCIA. CONTABILIZAÇÃO INCORRETA. DESFAVORÁVEL.

1. O descumprimento dos prazos estabelecidos para pagamento de precatórios e/ou requisitos trabalhistas infringe o disposto no art. 100, § 5º, da Constituição Federal e conduz à reprovação das contas, a exemplo da decisão adotada no TC-004226.989.18-6.

ITEMS	RESULTADOS
Ensino	36,97%
FUNDEB	100,00%
Magistério	81,47%
Pessoal	53,73%
Saúde	23,25%
Transferências ao Legislativo	Regular
Execução Orçamentária	Superávit 14,09% – R\$ 4.628.311,89
Resultado Financeiro	Deficit R\$ 1.719.676,28
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Precatórios	Incompleto
Encargos Sociais	Regular

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 21 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Recomende-se ao atual Prefeito que: aprimore o funcionamento do Setor de Controle Interno, nos termos dos Comunicados SDG nº 32/2012 e nº 35/2015; realize estudos prévios e levantamentos que subsidiem as atividades de planejamento; estabeleça certo limite para a abertura de créditos suplementares em linha com o Balanço Patrimonial; de cumprimento ao art. 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; regularize o Quadro de Pessoal, conforme art. 37, V, da Constituição Federal; aprimore a contabilização da Dívida Ativa, observando o art. 39, § 4º, da Lei Federal nº 4.320/64 e as normas contábeis vigentes, bem como adote as providências necessárias para recuperação de seus valores, conforme Comunicado SDG nº 23/2013; cumpra os ditames da Lei Federal nº 8.666/93; adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal – IEGM, observando, para tanto, os questionários setoriais, as metas previstas no Plano Nacional da Educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU; providencie a correção dos descasos verificados na fiscalização Ordenada sobre Transporte Aéreo; informe com fidelidade os dados encaminhados ao Sistema Audisp; e, por fim, atenda às instruções e às recomendações desta E. Corte.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas João Paulo Giordano Fontes.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

São Paulo, 4 de agosto de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

SENTENÇAS PROFERIDAS PELA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Processo: TC-00006357.989.18-5. Órgão Concessor: Departamento Regional de Saúde de Bauru – DRS V1 – Secretária de Estado da Saúde – SES. Responsáveis: David Eversson Iujo – Secretário de Estado da Saúde à época. Doroti da Conceição Vieira Alves Ferreira – Diretora Técnica de Saúde III. Entidade Beneficiária: Prefeitura Municipal de Águas de Santa Bárbara. Responsável: José Mariano da Silva – Prefeito Municipal à época. Objeto: Repasses a órgãos públicos – Convênio nº 1736/2013, celebrado para o aperfeiçoamento de ações e serviços de saúde com o fito de apoiar a Prefeitura Municipal, com transferência de recursos para aquisição de ambulância. Em exame: Prestação de Contas no valor de R\$ 154.717,22. Exercício: 2014. Fiscalização: UR-02 Advogados: José Antonio Gomes Ignácio Junior (OAB/SP 119.663) e Plácido dos Santos Cardoso (OAB/SP 262.445).

EXTRATO DE SENTENÇA: Pelo exposto na referida sentença, nos termos de manifestação de SDG, julgou regular a prestação de contas sob exame, dando-se quitação dos responsáveis, no valor de R\$ 106.000,00. Esclareço, por fim, que, por se tratar de procedimentos eletrônicos, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente Sentença e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Processo: eTC-7295.989.18-0 (ref. ao eTC - 1518.989.18-1). Contratante: Prefeitura Municipal De Cerqueira César. Contratada: J. C. Trinca Peças – ME. Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e peças originais de primeira linha para manutenção dos veículos da frota da educação da municipalidade. Matéria em exame: Termo Aditivo nº 43/17, de 18/7/2017 (evento nº 1), arquivo 160 – acréscimos de serviços e valores ao contrato original, consistentes na troca de peças e na respectiva mão de obra, os quais não estavam inicialmente previstos no ajuste. Em função desses novos trabalhos, foi somado R\$ 69.364,69 ao preço do acordo, representando uma majoração de 23,07%. Responsáveis que firmaram o instrumento: Pela Contratante: Marcos Antonio Zoloti (Prefeito à época). Pelo atado: José Carlos Gerudillo. Pela Contratada: João Carlos Trinca (Sócio Proprietário). Termo de Ciência e de Notificação de 18/7/2017 (evento 1.10). Julgados: Pregão Presencial nº 005/2017 e Contrato nº 005/2017, celebrado em 13.2.2017 (vigência: 13.2.2017 a 31.12.2017, no valor de R\$ 300.606,00), examinados no eTC-1518.989.18, julg

dações alviradas, além de aplicação de multa ao Sr. Marcos Antonio Zolati, ex-Prefeito e responsável à época, de 160 (cento e sessenta) UFEFS, nos termos do inciso I do artigo 104 da Lei Orgânica desta Corte, por afronta ao I do artigo 48 da Lei nº 123.065, do inciso II do artigo 40, ao inciso II do artigo 48 c/c "caput" do artigo 3º, todos da Lei nº 8666/93. Advogada: Camila Ferreira da Silva, Procuradora Jurídica, OAB/SP nº 256.151.

Extrato da Sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença e acompanhando a manifestação expendida pela UR-2, julgo irregular o Termo Aditivo nº 437/17. Por fim, esclareço que, por se tratar de processo eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente sentença, a instrução processual e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br. Publique-se, por extrato. Transitado em julgado a decisão e cumpridas todas as providências e determinações, arquivem-se os autos.

Publique-se.
Processo: 017453.989.16-2. Órgão: Fundação Unl. Responsável pela admissão: José Carlos Chistovan. Interessada: Katherine Pereira (PIS/PASEP nº 12903317145). Assunto: Admissão de Pessoal – Tempo determinado. Exercício: 2015. Instrução: UR-2. Advogado: Arcênio Rodrigues da Silva (OAB/SP nº 183.031), Diego Nascimento, Marcondes (OAB/SP nº 379.884).

EXTRATO DE SENTENÇA: Pelo exposto na referida sentença, acompanhando as manifestações favoráveis constantes nos autos, aprecio o ato de admissão da Sra. Katherine Pereira efetuado pela Fundação Unl, no exercício de 2015, relacionado no evento 11.1, o qual considero legal e, em consequência, determino que se proceda ao competente registro, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 709, de 14/01/93, c/c o artigo 50, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente sentença e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
Processo: TC-019285.989.20-8. Órgão: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Ordenador (a) da despesa: Cauê Macris (Presidente da Assembleia Legislativa). Responsável pelo adiantamento: João Carlos Fernandes (Assessor Chefe de Gabinete). Valor: R\$ 15.000,00 – Utilidade Pública. Data: 2.411.61 – Recolhido: R\$ 12.588,39. Período: 01/06/2020 a 30/06/2020. Assunto: Prestação de contas de adiantamento – verba de representação. Competência: Julgador Singular – Artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 70/93 c/c Artigo 50, inciso VI, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

EXTRATO DE SENTENÇA: Considerando as manifestações favoráveis constantes nos autos, aprecio o ato de prestação de contas no valor de R\$21.411,61 (dois mil, quatrocentos e onze reais e sessenta e um centavos), tom do quinhentos e oitenta e oitenta e trinta e nove centavos) e, em consequência, quo, quitação aos responsáveis. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
Processo: TC-006317.989.18-4. Órgão: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Responsável: Elói Lourenço Bolzani – Coordenador Técnico da Unidade de Recursos Humanos à época. Interessados: 003 – Auxiliar de Docente Rafael Antonio da Silva, PIS/PASEP nº 1904788924; Thaís Armagne Rocha, PIS/PASEP nº 19048048783 013 - Docente Alexandre Gonçalves Bressar, PIS/PASEP nº 1211338773; Pablo Bergamo, PIS/PASEP nº 12919077179 031 - Docente Adriana Ruenis da Silva, PIS/PASEP nº 16932203007; Carla Caroline Oliveira dos Santos, PIS/PASEP nº 20650310890 034 - Docente Karina Costa Palmirini, PIS/PASEP nº 1308675239 035 - Docente Jorge Vieira da Silva, PIS/PASEP nº 1072619963 041 - Docente Isabel Alvanete Rodrigues de Paula, PIS/PASEP nº 12124971591; Nascença Maria Rodrigues, PIS/PASEP nº 12793720102 043 - Docente Tatiana Maria Coimbra, PIS/PASEP nº 12182465024 045 - Docente Claudiane Varejão Garcia, PIS/PASEP nº 12484889161 047 - Docente Rodolfo Henrich Bellavennato de Gallardo, PIS/PASEP nº 19041036728 051 - Docente Carla Barros Botelho, PIS/PASEP nº 12791290143 058 - Docente Eduardo de Lima Silva, PIS/PASEP nº 12471793495 061 - Docente Mauricio Capuzzo, PIS/PASEP nº 1702296693; Rosana Reis, PIS/PASEP nº 12567531892 067 - Docente Julio de Carvalho Monteiro de Barros, PIS/PASEP nº 1213694412 068 - Docente Rafael de Andrade Fernandes, PIS/PASEP nº 1903358800 073 - Docente Jefferson Fernandes Fassa, PIS/PASEP nº 12555752201 076 - Docente Fabiano Correa Pereira, PIS/PASEP nº 12500727523 081 - Docente Edson Antonio Ramires, PIS/PASEP nº 12205721579 085 - Docente Clayton Santos, PIS/PASEP nº 12486262616; Renata Lima, PIS/PASEP nº 13017770779 096 - Docente Janaina Aparecida Zonzini Justino da Costa, PIS/PASEP nº 12373117268 101 - Docente Marcela Guimaraes Noremberg, PIS/PASEP nº 12978532779 107 - Docente Fulvio Fusaro Caratin, PIS/PASEP nº 12501315783 108 - Docente Inacio Ramos Leite, PIS/PASEP nº 1294274178 115 - Docente Rafael de Colle, PIS/PASEP nº 20145437577 118 - Docente Aline Santos Duarte, PIS/PASEP nº 12789698433; Daniel de Oliveira Fritsch, PIS/PASEP nº 1260009814 134 - Docente Juliana de Oliveira Martins, PIS/PASEP nº 13353987931 135 - Docente Milena Ticianelli de Oliveira, PIS/PASEP nº 12691668683 141 - Docente Marta Aparecida Sant Ana, PIS/PASEP nº 12284628542 149 - Docente Alessandra Marques Ferreira dos Santos, PIS/PASEP nº 12444988931; Geraldo Evangelista dos Santos Filho, PIS/PASEP nº 12237364879 166 - Docente Ulisses Claudio Pereira Arias, PIS/PASEP nº 2073070723 180 - Docente Angelica Andrade Silva Menezes, PIS/PASEP nº 21023629323; Cleber Wilhans Spolpe, PIS/PASEP nº 12211302957; Patricia Pereira Aockio, PIS/PASEP nº 19051084024; Vanessa Medina, PIS/PASEP nº 19044761520 188 - Docente Fabricio Anselmo da Silva, PIS/PASEP nº 12586528818 190 - Docente Lindaci Severina da Silva Pereira, PIS/PASEP nº 12325275703; Cintia Pinheiro Broggio Benicasa, PIS/PASEP nº 1237328805 198 - Docente Jose Mauricio Lima da Silva, PIS/PASEP nº 19004392198 199 - Docente Carlos Renato de Farias, PIS/PASEP nº 12343296986 200 - Docente Jose Aparecido de Souza, PIS/PASEP nº 13777209898; Raquel Schnoeller de Toledo, PIS/PASEP nº 13194022775 203 - Docente Maria Alice Rosa Lolobrigida, PIS/PASEP nº 12094120920; Persiana Alcídia de Attills Ferreira Leoni, PIS/PASEP nº 12363860138 207 - Docente Claudia Barceles Giquinto, PIS/PASEP nº 12532523672 208 - Docente Marco Aurelio Pereira, PIS/PASEP nº 12487972574 211 - Docente Mario Barbosa da Silva, PIS/PASEP nº 12486120043; Regiane Aparecida dos Santos, PIS/PASEP nº 12524001356 212 - Docente Reginaldo Aparecido Pereira Bolin, PIS/PASEP nº 20650327513 214 - Docente Marcelo Bueno da Silva, PIS/PASEP nº 17058592851 219 - Docente Maurilio Jose Pereira, PIS/PASEP nº 2069139098 225 - Docente Regina Siqueira Haddad Carvalho, PIS/PASEP nº 17007032816; Renata Barbosa Ferreira, PIS/PASEP nº 12563738816; Thaís Aparecida de Assis Garcia Moreira, PIS/PASEP nº 1276930923; Vera Lucia Siqueira, PIS/PASEP nº 17024274911 226 - Docente Andersen Souza Paula, PIS/PASEP nº 12497681807; Flavio Borges Oliveira, PIS/PASEP nº 12399330895; Pablo Urbano Pereira, PIS/PASEP nº 12541904950; Regiane Oho, PIS/PASEP nº 19001825500; Ricardo Gomes Brasil, PIS/PASEP nº 20489027045 227 - Docente Ana Paula Aparecida Gomes Brazil, PIS/PASEP nº 10631462667; Andrei Lima Carvalho, PIS/PASEP nº 12469904139; Danilo Aparecido

Gomes, PIS/PASEP nº 12812323932; Edilson Peixoto Simões Rebollo, PIS/PASEP nº 12069101837; Juraci Gomes da Rocha, PIS/PASEP nº 1232825344; Simone Aparecida Alves de Sousa Silva, PIS/PASEP nº 12427429831; Adail de Farias Manzotti, PIS/PASEP nº 12509968000 232 - Docente Antonio Pantoja Cabrera, PIS/PASEP nº 12502085421 234 - Docente Leopoldo de Mello, PIS/PASEP nº 12555330366 239 - Docente Laudimira Cordeiro Cunha, PIS/PASEP nº 12094652531 243 - Docente Carine Ciminelli Velloso, PIS/PASEP nº 12493218495; Mariana Nogueira Ghizzi Pereira, PIS/PASEP nº 13611478899; Paula Fernanda de Mello, PIS/PASEP nº 1260898326 244 - Docente Sidney José Junior Vieira, PIS/PASEP nº 12100987897 252 - Docente Leonardo Ribellato Lepre, PIS/PASEP nº 19043070133; Marcos Aparecido Mutti, PIS/PASEP nº 12816183175 253 - Docente Aline Sgarfata, PIS/PASEP nº 13495804810 254 - Docente Paulo Henrique Pess, PIS/PASEP nº 12189051268. Assunto: Admissão de Pessoal. Exercício: 2013. Instrução: GDF-2.

EXTRATO DE SENTENÇA: Diante do exposto na referida sentença e na conformidade das manifestações favoráveis constantes nos autos, aprecio os atos de admissão efetuados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, no exercício de 2013, relacionados no evento 8.2, os quais considero legais e, em consequência, determino que se proceda aos competentes registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 709, de 14/01/93, c/c o artigo 50, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente sentença e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
Processo: TC-008270.989.18-9. Órgão: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Responsável: Elói Lourenço Bolzani – Coordenador Técnico da Unidade de Recursos Humanos à época. Interessados: 017 - Docente Rita de Cássia Miguel Aleixo, PIS/PASEP nº 12622025221 035 - Docente Carlos Luiz Ribeiro Orquella, PIS/PASEP nº 12188768894 067 - Docente Patricia Carla dos Santos Martins, PIS/PASEP nº 12520825717 154 - Docente João Simão, PIS/PASEP nº 12694098489 173 - Auxiliar de Docente Patrick Allan dos Santos Faustino, PIS/PASEP nº 20110063028 180 - Docente Fabiana de Castro Vilas Boas, PIS/PASEP nº 12625065771 211 - Docente Uilicire Jaquison da Silva, PIS/PASEP nº 13517962778 236 - Docente Mauricio Carmezini, PIS/PASEP nº 1243361133 248 - Docente Patricia Cappellini e Silva, PIS/PASEP nº 12035319228; Lesli Neiva Leite Silva, PIS/PASEP nº 19013402189. Assunto: Admissão de Pessoal. Exercício: 2014. Instrução: GDF-2.

EXTRATO DE SENTENÇA: Diante do exposto na referida sentença e na conformidade das manifestações favoráveis constantes nos autos, aprecio os atos de admissão levados a efeito pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, no exercício de 2014, relacionados no evento 13.8, os quais considero legais e, em consequência, determino que se proceda aos competentes registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 709, de 14/01/93, c/c o artigo 50, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente sentença e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

SENTENÇA DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

SENTENÇAS DO AUDITOR ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
PROCESSO: TC-0000315.989.20-8. ÓRGÃO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO POLO TURISTICO DO CIRCUITO DAS FRUTAS ADVOGADO: JANDRYA FERRAZ DE BARROS MOLENA BRONHOLI (OAB/SP 46.864) / ROBERTA KANDAS DE MEIROZ GRILLO (OAB/SP 97.509) / ALBERTO SNIHI HIGA (OAB/SP 154.818) / TANIA CARLA DE MENDONÇA (OAB/SP 219.244) / LUIZ CARLOS GERMANO COLOMBO (OAB/SP 302.107) / LUIZ FERNANDO ARANTES MACHADO – PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ EM EXAME: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2019 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS / DSF-II
EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença, e com fundamento no artigo 73, § 4º da Constituição Federal, no artigo 33, inciso II da Constituição Estadual e na Resolução TCESP nº 03/2012, JULGO REGULARES COM RECOMENDAÇÕES, nos termos do artigo 33, I, da Lei Complementar nº 70/93, as contas do exercício de 2019 do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Polo Turístico do Circuito das Frutas. Quanto os responsáveis na conformidade com artigo 34 do referido diploma legal. Executo os atos pendentes de julgamento. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.
e-TCESP/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00009545.989.20-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE ADVOGADO: THIAGO GOMES CARDONIA (OAB/SP 352.084) / REGIANE CRISTINA LIMA DE ABREU (OAB/SP 363.795) RESPONSÁVEIS: MAURICIO DIMAS COMISSO – PREFEITO À ÉPOCA NORBERTO DE OLIVEIRO JUNIOR – PREFEITO À ÉPOCA – ATUAL PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PROFº ISAIURA DE CARVALHO COELHO RESPONSÁVEL: ELIZANGELA LEME DE CASTILHO – DIRIGENTE EM EXAME: REPASSES AO TERCEIRO SETOR – PRESTAÇÕES DE CONTAS – SUBVENÇÃO EXERCÍCIO: 2014 VALOR: R\$ 31.080,00 INSTRUÇÃO: UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUACUÁ / DSF-I
EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES COM RECOMENDAÇÃO, nos termos do artigo 33, I, da Lei Complementar Estadual nº 70/93, as comprovações do repasse em apreço, dando-se, em consequência, quitação à responsável e liberando a entidade para novos benefícios, nos termos do artigo 34 da mesma diploma legal. Outrossim, RECOMENDO ao órgão conessor que, em futuros atos de espécie, aprimore seus mecanismos de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos repassados, bem como, atente aos prazos e demais disposições estabelecidas nas decisões vigentes deste Tribunal de Contas. RECOMENDO, ainda, à entidade beneficiária, que atente com rigor ao dever de prestar contas na forma da Lei que rege a matéria e conforme estabelecido nas Instruções TCESP nº 02/2016, atualmente em vigor. No tocante aos atrasos cometidos na entrega da documentação comprobatória, deixo de aplicar sanção pecuniária em razão da regularização materializada nos autos, sob advertência de que a reincidência poderá ensejar o acionamento das disposições do artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 70/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.
e-TCESP/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
PROCESSO: TC-017797.989.20-9. ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BRITÂNIA. RESPONSÁVEIS: ROBERTO DE ALMEIDA SILVA – ATUAL PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL FERNANDO JOSE GONCALVES – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ANO DE 2019 LOURIVAL BISPO DE MATOS – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ANO DE 2018 EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: CARLOS VINICIUS DE SOUZA MARTINS E OUTRO INSTRUÇÃO: UR-07 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DSF-I
EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença e na conformidade das manifestações favoráveis constantes nos autos, aprecio os atos de admissão levados a efeito pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, no exercício de 2013, relacionados no evento 8.2, os quais considero legais e, em consequência, determino que se proceda aos competentes registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 709, de 14/01/93, c/c o artigo 50, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente sentença e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-017797.989.20-9. ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BRITÂNIA. RESPONSÁVEIS: ROBERTO DE ALMEIDA SILVA – ATUAL PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL FERNANDO JOSE GONCALVES – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ANO DE 2019 LOURIVAL BISPO DE MATOS – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO ANO DE 2018 EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: CARLOS VINICIUS DE SOUZA MARTINS E OUTRO INSTRUÇÃO: UR-07 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS DSF-I
EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença e na conformidade das manifestações favoráveis constantes nos autos, aprecio os atos de admissão levados a efeito pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, no exercício de 2013, relacionados no evento 8.2, os quais considero legais e, em consequência, determino que se proceda aos competentes registros, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 709, de 14/01/93, c/c o artigo 50, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a integral da presente sentença e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, e com supadeno no artigo 73, § 4º da Constituição Federal, c/c o artigo 33, inciso II da Constituição Estadual e na Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, JULGO LEGAIS os atos de admissão de pessoal em exame e determine os registros pertinentes, nos termos do inciso V, do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 70/93. Deve, pois, a Origem, atentar para as recomendações constantes do corpo desta decisão, de modo a evitar sua reincidência em atos futuros da espécie. Consigo que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados possam ter acesso aos autos no Sistema de processo eletrônico (e-TCESP), na página www.tce.sp.gov.br.
e-TCESP/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

SENTENÇA DO AUDITOR JOSUE ROMERO

SENTENÇAS DO AUDITOR JOSUE ROMERO
PROCESSO: TC-0000355.989.20-3. ÓRGÃO: FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO – FITO ADVOGADOS: VAGNER CARLOS DE AZEVEDO (OAB/SP 196.380) / (OAB/SP 225.839) / ANA PAULA LEITE ROGERIO (OAB/SP 276.746) / (OAB/SP 417.553) RESPONSÁVEL: JOSE CARLOS PEDROSO – Presidente da Fitto e Responsável pela lavratura dos atos de admissão INTERESSADOS/ADMITIDOS: Advogado Andre Luiz Sanchez, Maria Cristina Nunes de Oliveira Ribeiro, Regiane Mattias da Silva Gualati, Analista de Gestão Clarice Alves da Cruz Santos; Isaias Luiz Santos; João Vitor Alves Pereira Donato dos Santos; Lúia Aparecida de Oliveira; Luiz Paulo dos Santos; Pedreiro Carles Paulo Beloni; Jose Abenilton Cardoso dos Santos; Porteiro Cidreira Milene Pereira Diniz; Luiz Barbosa de Moura EM EXAME: Admissão de Pessoal – Tempo Determinado (33) Processos SESSÕES: 003/2017, 004/2017, 005/2017, 001/2018, 002/2018, 003/2018, 004/2018, 005/2018 e 006/2018. Leis Municipais nº 2.094/1989 e 4.315/2009 EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: 5ª Diretoria de Fiscalização

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, e nos termos do que dispõe o inc. V, art. 2º, da LC 709/93, JULGO LEGAIS as admissões em exame, com exceção daquelas de Advogado Andre Luiz Sanchez, Maria Cristina Nunes de Oliveira Ribeiro, Regiane Mattias da Silva Gualati, Analista de Gestão Clarice Alves da Cruz Santos; Isaias Luiz Santos; João Vitor Alves Pereira Donato dos Santos; Lúia Aparecida de Oliveira; Luiz Paulo dos Santos; Pedreiro Carles Paulo Beloni; Jose Abenilton Cardoso dos Santos; Porteiro Cidreira Milene Pereira Diniz; Luiz Barbosa de Moura, a, as quais JULGO ILEGAS, negando seus registros. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00001719.989.17-0. ÓRGÃO: FUNDACAO CULTURAL DE JACAREHY – JOSE MARIA DE ABREU ADVOGADO: RAFAEL APONI DE FIGUEIREDO ROCHA (OAB/SP 280.820) RESPONSÁVEIS: FABRICIUS TREMACUDI STIPP – Presidente à época 01/01/17 a 29/09/17 e 29/09/17 a 31/12/17 ANA LUIZA DO PATROCÍNIO – Presidente à época 26/09/17 a 28/09/17 INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI ADVOGADO: RENATO RATTI (OAB/SP 198.081) / MOYRA GABRIELA BATISTA BRAGA FERNANDES (OAB/SP 200.484) / CAMILA MARIA LEITE DE OLIVEIRA (OAB/SP 217.118) / RAFAEL APONI DE FIGUEIREDO ROCHA (OAB/SP 280.820) / INGRID VASS (OAB/SP 282.121) EXERCÍCIO: 2017 OBJETO: Balanço Geral - Contas ANO EM EXAME: 2017 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR/705F-II

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença referida, JULGO REGULARES COM RESSALVAS, as contas anuais de 2017, da Fundação Cultural de Jacarehy – José Maria de Abreu, com amparo no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 70/93. Recomendando que a Fundação: a) busque o equilíbrio de suas contas, em cumprimento ao estabelecido no § 1º do artigo 104 da Lei de Responsabilidade Fiscal; b) providencie o efetivo funcionamento do seu Conselho Fiscal, em observância ao disposto no artigo 3º, inciso II, alínea "b", da Lei Complementar nº 6.149/17; c) envide os esforços necessários à concretização da adequação do Estatuto Social ao Plano Nacional de Cultura; d) regularize o apontamento relativo às metas que não guardam relação com as unidades de medida e as quantidades estimadas; e) atente doravante, e de uma forma geral, para os ditames da Lei nº 8.666/93, e para as Instruções nº 02/2016 desta C. Corte; bem como, para o entendimento firmado nos CTS. 11141/989/16-0 e 3553/989/14-6, quando da elaboração de aditamento de quantidade em Ata de Registro de Preços e previsão de equilíbrio econômico/financeiro. Alerto que a reincidência no descumprimento de determinação desta Corte poderá ensejar a reprovação de futuras contas e imposição de sanção pecuniária ao responsável nos termos do § 1º, do artigo 104 da Lei de Responsabilidade Fiscal. RECOMENDO, ainda, ao Sr. Quanto os responsáveis, Sr. Fabricius Tremocudi Stipp e Sra. Ana Luiza do Patrocínio, nos termos artigo 35 do mesmo diploma legal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00002555.989.18-5. ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE LOREAL – IPREM ADVOGADO: JOAQUIM DE SOUZA NETO (OAB/SP 169.785) RESPONSÁVEL: IVANGER BARRETO CAMIM – Superintendente à época e atual 01/01/2018 a 30/12/2018 EXERCÍCIO: 2018 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR.1/DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULARES, COM RESSALVAS as contas anuais de 2018 do INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE LOREAL – IPREM, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 70/93, com as recomendações mencionadas nesta decisão. Quanto o responsável nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00002571.989.18-5. ÓRGÃO: SERVIÇO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MONÇÕES – SEPREM ADVOGADO: JOAQUIM DE SOUZA NETO (OAB/SP 169.785) RESPONSÁVEL: IVANGER BARRETO CAMIM – Superintendente à época e atual 01/01/2018 a 30/12/2018 EXERCÍCIO: 2018 OBJETO: Balanço Geral – Contas do Exercício de 2018 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR.01/DSF-I
EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença proferida, JULGO REGULARES, COM RESSALVAS as contas anuais de 2018 do SERVIÇO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MONÇÕES – SEPREM, com amparo no art. 33, inciso II, da Lei Complementar nº 70/93, com as recomendações mencionadas nesta decisão. Quanto o responsável nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-0001749.989.20-2. ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SEGURIDADE DE BABY BASSITT RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO E PELA LAVRATURA DOS ATOS: NELSON LUIZ MUES DE MENDONÇA – DIRETOR EM EXAME: Pensão Mensal

PROCESSO: TC-00002655.989.19-2. ÓRGÃO: HOSPITAL E MATERINIDADE DE COREDEIROPOLIS ADVOGADO: DENILSON ZOPPI LISBOA (OAB/SP 295.831) RESPONSÁVEL: JOSE ADRIAN ORTOLAN – Prefeito à época e atual 01.01.2019 a 31.12.2019 EXERCÍCIO: 2019 OBJETO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2019 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR.10/DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, entendo que não há matéria a ser apreciada nos presentes e determino o arquivamento dos autos sem exame de mérito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00003166.989.19-4. ÓRGÃO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA BACIA DO RIO SOROCABA E MEDIO TETE – CISAB SMT ADVOGADO: DANILLO ANTONIO DE CAMARGO NITRINI (OAB/SP 254.974) RESPONSÁVEL: HEITOR CAMARIN JUNIOR EXERCÍCIO: 2019 EM EXAME: Balanço Geral do Exercício (14) INSTRUÇÃO: UR-9

EXTRATO: Por todo o exposto, à vista do contido nos autos e nos termos do que dispõem a Constituição Estadual, artigo 33, II, e a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, determino o arquivamento do feito sem exame de mérito, em face da ausência de atos de gestão, no período, a serem apreciados. Contudo, entendendo pertinente que a Fiscalização, no decorrer deste exercício, verifique se foram adotadas as medidas noticiadas pela Origem para o desaparecimento jurídico do Consórcio e a consequente baixa do seu CNPJ junto à Receita Federal. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de processo Eletrônico (e-TCESP), na página www4.tce.sp.gov.br.
e-TCESP/processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00005099.989.15-4. ÓRGÃO: FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE CARAGUATATUBA ADVOGADO: DAYANA MARCIA DIAS MENDONÇA RESPONSÁVEL: ZENAIDE DE SOUZA BICUDO VERNIZ – Dirigente à época 1º.1.2015 a 31.12.2015 EXERCÍCIO: 2015 OBJETO: Balanço Geral - Contas ANO EM EXAME: Balanço Geral do Exercício INSTRUÇÃO: UR.7/DSF-II

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença referida, JULGO IRRREGULARES as contas de 2015 do FUNDACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE CARAGUATATUBA, com amparo no art. 33, inciso II, letras "b" e "c", da Lei Complementar Estadual nº 70/93, com as recomendações mencionadas nesta decisão. Outrossim, nos termos do art. 104, incisos I e II da Lei Complementar nº 70/93, aplico ao responsável Sra. ZENAIDE DE SOUZA BICUDO VERNIZ, multa no valor de 200 (duzentas) UFEFS, cujo o pagamento deverá ser providenciado no prazo de 30 (trinta) dias, contado do trânsito em julgado desta decisão, em consonância com o disposto na Lei estadual 11.077/02, implicando o não recolhimento na inscrição de seu montante em dívida ativa. Executo os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00010194.989.20-8. ÓRGÃO: FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO – FPS RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO: RICARDO CARVALHO COSTA – Gestor – RPVS RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA DO ATTO: JOSE CARLOS COUTO DA SILVA – Coordenador – RPVS INTERESSADO/APOSENTADO: CHARLES OSWALD SARDEMBERG EVANS NETO EM EXAME: Aposentadoria (34) EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: 9ª Diretoria de Fiscalização

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, e nos termos do inc. VI, art. 2º, da LC 709/93, JULGO LEGAL a aposentadoria do Senhor Charles Oswald Sardeberg Evans Neto, determinando sua regularização e a remissão da dívida em sentença ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para ciência e providências que entender cabíveis. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00011641.989.20-7. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAUBAL ADVOGADO: GUSTAVO MANZANI VIOLA (OAB/SP 239.748) RESPONSÁVEL: JOÃO FLORENTINO NETO – EX-PREFEITO ADVOGADOS: ANA CLAUDIA POLEZINI (OAB/SP 326.116) / VISTREMUNDO JOSE FERREIRA JUNIOR (OAB/SP 370.840) BENEFICIÁRIA: SANTA CASA DE MACAUBAL RESPONSÁVEL: ERICA SANCES BATISTA – PROVIDORA EM EXAME: PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES DE RECURSOS PÚBLICOS – SUBVENÇÕES – Não precedido de Ajuste – INDIVIDUAL (55-I) VALOR INICIAL: R\$ 930.000,00 EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – UR-08

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULARES COM RESSALVAS, nos termos do artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 70/93, as contas anuais de 2017 da Prefeitura Municipal de Macaúbal, com amparo no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 70/93, com as recomendações mencionadas nesta decisão. Quanto o responsável nos termos do art. 35 do mesmo diploma legal, sem prejuízo de severas recomendações no sentido de que a Municipalidade verifique com minúcias e faça constar de futuros planos de trabalho apresentados pela Santa Casa o percentual e a natureza dos serviços profissionais que serão objeto de terceirização na prestação dos serviços de assistência à saúde com verbas públicas, e doravante, passe a proceder integralmente nos termos da legislação vigente. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00014211.989.20-7. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE APRAZ

(35) EXERCÍCIO: 2017 EX-SERVIDORAS: Benedita Ondina de Oliveira Domingues e outras. BENEFICIÁRIOS: EUCLIDES PEDROSO DOMINGUES e outros INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – UR-8

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos concessórios de pensão mensal em exame e determino os respectivos registros, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019344.989.20-7 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE AMERICANA – AMERIPREV MATÉRIA: PENSÃO RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO: JOAQUIM PEDRO DE MELLO DA SILVA – Superintendente Período: 1º.01.2019 a 31.12.2019 SARA CRISTIANE PINTO – Superintendente Período: 03.06.2019 a 31.12.2019 RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA DO ATO: SARA CRISTIANE PINTO – Superintendente Período: 03.06.2019 a 31.12.2019 EXERCÍCIO: 2019 INSTRUÇÃO: AMERICANA EX-SERVIDOR: MAURO DOMINGUES DA SILVA INSTRUÇÃO: Unidade Regional de Campinas UR-03

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a concessão de PENSÃO ao beneficiário do ex-servidor relacionado na planilha Siscas (evento 13), e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00019361.989.20-5 ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE POLONI RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO: HEMERSON JOSE MARINOTO – PRESIDENTE DA CÂMARA RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA DO ATO DE ADMISSÃO: EVANEDIR PAZETO – EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL – EDITAL Nº: 01/2017 CONCURSO: 01/2017 EXERCÍCIO: 2017 INTERESSADA/ADMITIDA: Andressa Giglioli Nogueira Costa INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – UR-8

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL o ato de admissão do servidor em exame e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando a Origem que nos próximos concursos públicos, não insira nos editais cláusula que possibilite a incineração de documentos relativos ao concurso público, antes do trânsito em julgado da decisão que considerou regulares tais admissões. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00020267.989.20-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA RESPONSÁVEL: PAULO FERNANDO BARUFFI DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: Lucinédia dos Santos e outros EDITAL Nº: 01/2019 – PROCESSO SELETIVO 2019 INSTRUÇÃO: 7º DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO – DF-7.2

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Recomendando a Origem que implemente medidas que possibilitem oferecer o benefício da isenção da taxa de inscrição para participação das pessoas menos privilegiadas nas próximas seleções públicas, bem como, para que, nos próximos concursos públicos, não insira nos editais cláusula que possibilite a incineração de documentos relativos ao concurso público antes do trânsito em julgado da decisão que considerou regulares tais admissões. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.

PROCESSO: TC-00020617.989.20-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO ADVOGADOS: RAFAEL FRANCESCHINI LEITE (OAB/SP 195.852) / CAMILA OLIVEIRA BEZERRA (OAB/SP 239.548) RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO E PELA LAVRATURA DOS ATOS DE ADMISSÃO: PATRICIA CAPODIFOLGIO LANDGRAF – PREFEITA MUNICIPAL MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL – EDITAL Nº:01/2017- CONCURSO PÚBLICO Nº: 01/2017 – ADMISSÕES SUBSEQUENTES EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS/ADMITIDOS: Auro Kinock Júnior e outros INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ARARAS – UR-10

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00021000.989.20-2 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO E PELA LAVRATURA DOS ATOS DE ADMISSÃO: MAURILEI APARECIDO DIAS DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL – EDITAL Nº: 02/2019. CONCURSO Nº: 01/2019. EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS/ADMITIDOS: Maria Aparecida Lima Cavalcante e outros. INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA – UR-18

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00021108.989.20-3 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA RESPONSÁVEIS: SANTILMO XAVIER SOBRINHO (PREFEITO À ÉPOCA) JOEL DAVID HADDAD (PREFEITO) MATÉRIA: ADMISSÃO DE PESSOAL EXERCÍCIO: 2019 INTERESSADOS: Débora de Almeida Barrios Santos e outros; Edital nº 2/2014; Concurso nº 2/2014 INSTRUÇÃO: UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR-9

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS os atos de admissão dos servidores em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00021675.989.20-6 EMBARGANTE: GENIVALDO LINHARES BRANDÃO – SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO ADVOGADO: PAULO DE TOLEDO RIBEIRO (OAB/SP 164256N-SP) MENCIONADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO ADVOGADOS: MAURICIO CRAMER ESTEVES (OAB/SP 142.288) / NARA NIDIA VIGUETTI YONAMINE (OAB/SP 147.880) / ROGERIO MOLINA DE OLIVEIRA (OAB/SP 156.107) / VERA DENISE SANTANA AZANHA DO NASCIMENTO (OAB/SP 156.964) / MARCELO LEME DE MAGALHÃES (OAB/SP 200.867) / WALLAN PEREIRA E SILVA (OAB/SP 318.869) / GILBERTO DO NASCIMENTO E SILVA (OAB/SP 341.673) EM EXAME: Embargos de Declaração em face da sentença proferida pelo Auditor José Romero, conforme publicado no DOE de 05/09/2020, nos autos do TC-00019140.989.18-7 (B32) EXERCÍCIO: 2020 ASSUNTO: Prestação de contas – Repasse ao Terceiro Setor da Prefeitura Municipal de Cubatão à Instituição Beneficente Carmelo EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, base nos artigos 52, IV e 66, II da Lei Complementar nº 709/93 e artigos 153 a 158 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo estabelecido pela Resolução nº 04/2010 INSTRUÇÃO: 10º DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, em preliminar, conheço dos embargos de declaração, uma vez que atendidas as condições legais de sua admissibilidade. No mérito, acolho as razões do embargante na íntegra, para

accolher a defesa apresentada nos autos principais (evento 156 do TC-019140.989.18-7), reproduzidos no presente. Nestes termos, dou provimento aos Embargos para o fim de se promover a correção pleiteada, e reitere os demais termos da sentença combatida, tal como proferidos. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
PROCESSO: TC-00025828.989.19-4 ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OURINHOS – IPMO ADVOGADO: LETICIA AKEMI YAMAMOTO SPERANZA (OAB/SP 335.798) RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO/ ENTIDADE E PELA LAVRATURA DO ATO: SIMEIA CARDOSO RIBEIRO – Presidente ASSUNTO: Aposentadoria INTERESSADA/ APOSENTADA: ISAURA RIBEIRO DE FREITAS BRABO ADVOGADO: FERNANDO PLUXO DE OLIVEIRA (OAB/SP 337.789) EXERCÍCIO: 2018 INSTRUÇÃO: UR-4

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na referida sentença, e nos termos do que dispõe o Inc. VI, art. 2º, da LC 709/93, JULGO LEGAL a aposentadoria da Senhora Isaura Ribeiro de Freitas Brabo, determinando seu registro. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.

SENTENÇA DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO

SENTENÇA DA AUDITORA SILVIA MONTEIRO
PROCESSO: TC-007913.989.20-8 ÓRGÃO: EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE UBATUBA – EMDURB RESPONSÁVEIS: PEDRO VICENTE TUZINO LEITE – Responsável pela Homologação – Diretor Ex-Presidente – Período: 12/01/2018 a 31/12/2018 IVO DE OLIVEIRA LOPES JUNIOR – Diretor Presidente EM EXAME: ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSO (SUBSEQUENTE) EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADOS: THIAGO SANTOS ADAMI; MATHEUS DE CARVALHO SILVA CONCEIÇÃO; e FABRÍCIO DE OLIVEIRA SANTOS INSTRUÇÃO: UR-14 /DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, e nos termos do que dispõe a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, e em conformidade com o entendimento da Fiscalização JULGO ILEGIS os atos admissionais em exame, negando-lhes registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Outrossim, nos termos do artigo 104, inciso II da Lei Complementar nº 9/93, aplico ao responsável, Pedro Vicente Tuzino Leite – ex-Diretor Presidente, multa no valor de 200 (duzentas) UFPEF. Decorrido o prazo, sem interposição de recurso, a autoridade deverá ser notificada, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 709/93, para pagamento da multa imposta, implicando o não recolhimento, em sua inscrição em dívida ativa. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-000951.989.20-1 Órgão: Prefeitura Municipal de Buritama Responsável: Rodrigo Zacarias dos Santos Assunto: Admissão de Pessoal – Concurso nº 001/2018 Interessados: Nataniel Capobianco de Oliveira e outros Exercício: 2018. Instrução: UR-01/DSF-II

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS as admissões relacionadas no evento 13.1, e determino o correspondente registro dos atos. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www4.tce.sp.gov.br/etcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Republique-se, por ter saído com incorreção.
PROCESSO: TC-001259.989.20-0 ÓRGÃO: FUNDO DE PREVIDÊNCIA E BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA – FUNPREMAN RESPONSÁVEL(S): DELSON CONDE JUNIOR JOSE ROBERTO DA SILVA EM EXAME: Pensão Mensal EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADO(S): Roberto Carlos Cunha Forster (ex-servidor); Divanise Suruagy Forster (beneficiária) INSTRUÇÃO: UR-19 /DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, acolho a defesa oferecida, e, de acordo com o artigo 73, § 4º da

Constituição Federal e Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, JULGO LEGAL o ato concessório de pensão em exame e, por via de consequência, concedo o seu registro, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Registro que, nos termos da Resolução nº 01/2011, a Origem e demais mencionados poderão ter acesso aos autos no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/ processo-eletronico, mediante regular cadastramento.

Publique-se.
PROCESSO: TC-002546.989.19-5 ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – FUMAS (CNPJ 51.864.205/0001-56) ADVOGADO: SIMONE ATIQUE BRANCO (OAB/SP 193.300) / CASSIANO RICARDO PALMERINI (OAB/SP 203.400) / (OAB/SP 255.237) / (OAB/SP 264.495) MUNICÍPIO: JUNDIAÍ RESPONSÁVEIS: SOLANGE APARECIDA MARQUES (CPF 109.550.908-06) LEOPOLDO BRUNELLI (CPF 964.741.578-87) ASSUNTO: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2019 MPC: ATO NORMATIVO Nº 006/14-PGC INSTRUÇÃO POR: UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS/DSF-II

EXTRATO: Ante ao exposto, considerando os dados constantes da instrução dos autos, e nos termos do que dispõem a Constituição Federal, art. 73, § 4º, e a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, JULGO REGULARES COM RESSALVAS O BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2.019 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – FUMAS, nos termos do art. 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Quanto os responsáveis, com base no art. 35 do mesmo diploma legal e executou os atos pendentes de julgamento por este Tribunal. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-002690.989.19-9 Órgão: Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sumaré – ARS Município: Sumaré Responsável: Alexandre José Cecilio Assunto: Balanço Geral Exercício: 2019 Advogados: José Americo Lombardi – OAB/SP nº 107.319; (OAB/SP nº 107.509); Rosely de Jesus Lemos – OAB/SP nº 124.850; Evandra Zimerer Lemos – OAB/SP nº 131.930; (OAB/SP nº 214.850); Milena Aparecida Tadiotto Martiniano Nunes – OAB/SP nº 287.616; Aline Grazielle Fleitas Cano – OAB/SP nº 351.475; Poliane Aparecida Lima Mendonça – OAB/SP nº 395.306. Instrução: UR-03/DSF-I.

EXTRATO: A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Sumaré não executou qualquer atividades no exercício examinado e não houve qualquer movimentação financeira, econômica, contábil ou patrimonial. Assim, DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos autos sem solução de mérito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-003337.989.19-8 FUNDO DE PREVIDÊNCIA: FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE RIO GRANDE DA SERRA – FUNPREV (CNPJ 03.463.463/0001-88) RESPONSÁVEL: HILTON FERNANDES OLIVARES (CPF 124.707.718-70) ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 MPC: ATO NORMATIVO Nº 006/14-PGC INSTRUÇÃO POR: UR-20 UNIDADE REGIONAL DE SANTOS/DSF-II

EXTRATO: Ante ao exposto, nos termos da Resolução nº 03/2012 deste Tribunal de Contas, JULGO REGULAR COM RESSALVAS A TOMADA DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE RIO GRANDE DA SERRA – FUNPREV, com fundamento no artigo 33, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993. Quanto o responsável nos termos do artigo 35 do mesmo diploma legal. Executo os atos pendentes de apreciação por esta Corte de Contas. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br/etcesp/.

Publique-se.
PROCESSO: TC-009141.989.16-0 Contratante: Prefeitura Municipal de Borborema Responsável: Virgílio do Amaral Filho Contratada: Pierre Engenharia e Comércio Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil, com fornecimento de material e mão-de-obra para término da área ampliada e adequações do centro de Saúde CS III. Valor: R\$80.675,95 Em exame: Convite nº 38/2013. Contrato nº 91/2013 de 09-10-2013 Exercício: 2013 Instrução: UR-20/DSF-II

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado


COMPRAR
UM CERTIFICADO


RENOVAR
MEU CERTIFICADO


TENHO
UM VOUCHER


CLIENTES
DE GOVERNO


INSTALAR
MEU CERTIFICADO


SUPORTE
TÉCNICO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 175 • São Paulo, terça-feira, 22 de setembro de 2020

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULAR a matéria em exame. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-010245.989-20-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA ADVOGADO: FLAVIA SCHONEBOOM RIETJENS (OAB/SP 169.666) RESPONSÁVEL: FERNANDO FIORI DE GODOY - PREFEITO ASSUNTO: Apartado do eTC-6656.989-16-7 para tratar de análise específica da contratação/manutenção de servidores vinculados aos Consórcios CISMETRO e CONSAB (Itens 8.1.8.1, 8.1.9.2 e 8.1.9.3 do relatório de fiscalização). EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO: UR-10 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULARES os itens 8.1.8.1; 8.1.9.2; 8.1.9.3 do relatório que abordaram contratação/manutenção de servidores vinculados aos Consórcios CISMETRO e CONSAB, sem prejuízo de recomendar-se a estrita observância das regras de contabilização de despesas fixadas no artigo 8º, § 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, com o consequente arquivamento do feito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-012815.989-20-7 ÓRGÃO: EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A - EMDEC ADVOGADOS: ANA PAULA TARANTINI (OAB/SP 174.171) / FERNANDA SOARES DE MARIALVA (OAB/SP 197.715) / DANIELA CRISTINA SILVA DO PRADO (OAB/SP 231.138) / JOSE AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB/SP 293.094) / ISADORA ALMEIDA MARTINS DE PAULA (OAB/SP 331.028) / FERNANDA SARTORI MARQUES VIEIRA (OAB/SP 335.548) RESPONSÁVEL: LUIZ CARLOS SPINOLA SILVEIRA - GERENTE DE RECURSOS HUMANOS ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 EXERCÍCIO: 2018 INTERESSADOS: CELSO MUNIZ GRECO FILHO e outros. INSTRUÇÃO: UR-10 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, conforme artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, e ILLEGAL o ato de admissão do servidor KLEBER GAZOLLA SILVA, pelos fundamentos aduzidos, negando-lhe registro e aplicando-se, por via de consequência, o disposto nos incisos XV e XXVII do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Deixo de aplicar penalidade de devolução de numerário ou de multa em razão da providência prontamente adotada objetivando extinguir o vínculo impugnado. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-014803.989-17-7 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM RESPONSÁVEIS: ALDO FRANCELINO MOYSES – PREFEITO À ÉPOCA (01/01 a 06/05/2015) CLAUDEMIR PEREIRA DA SILVA – PREFEITO À ÉPOCA (07/05 a 07/10/2015) MIGUEL CARDOSO PINTO NETO – PREFEITO À ÉPOCA (03/10 a 02/10/2016) APARTADO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM - EXERCÍCIO 2015 - TC 2679026/15 - DECISÃO: PRIMEIRA CÂMARA, DE 06/06/17 - ASSUNTO: APARTADO PARA TRATAR DOS PAGAMENTOS INDEVIDOS EM FAVOR DA MAXICOOP COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE (SUBITEM C.2.3, DO RELATÓRIO DA FISCALIZAÇÃO). ADVOGADOS: RUBENS DA CUNHA LOBO JUNIOR – OAB/SP Nº 309.906 ALAN DE LIMA – OAB/SP Nº 287.297 DIEGO MANGOLIM ARAÚJO – OAB/SP Nº 278.472 CLAUDIA CRISTINA SOARES – OAB/SP 393.589 INSTRUÇÃO: UR-03 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO IRREGULARES pagamentos em favor da Maixcoop Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Saúde (Subitem C.2.3, do Relatório da Fiscalização). Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-017226.989-17-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPEÍ ADVOGADO: RAMIREZ MELO NOGUEIRA (OAB/SP 318.141) RESPONSÁVEL: EDSON DE SOUZA GUINZANI - PREFEITO À ÉPOCA APARTADO ATUAL EDSON ANDRE DE SOUZA OBJETO: Apartado do TC - 2675/026/15 para tratar de "Adiantamentos Visão Geral - Passagens e Despesas com Locomoção", constante do item B.5.3.2.3, do relatório. INSTRUÇÃO: UR-14 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULAR a matéria em apreço, com o consequente arquivamento do feito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-017266.989-17-0 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPEÍ ADVOGADO: RAMIREZ MELO NOGUEIRA (OAB/SP 318.141) RESPONSÁVEL: EDSON DE SOUZA GUINZANI - PREFEITO À ÉPOCA APARTADO ATUAL EDSON ANDRE DE SOUZA OBJETO: Apartado do TC - 2675/026/15 para tratar de "Ocorrências Encontradas em Adiantamentos", constante do item B.5.3.2.4, do relatório. INSTRUÇÃO: UR-14 / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença, JULGO REGULAR a matéria em apreço, com o consequente arquivamento do feito. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-019260.989/19 ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS DE APARECIDA RESPONSÁVEL: LAERCIO NOGUEIRA SILVA – DIRIGENTE À ÉPOCA ASSUNTO: APOSENTADORIA INTERESSADOS: JOSE RIBEIRO, LINA DA SILVA PINTO E PAULO DE ANDRADE EXERCÍCIO: 2018 (REFERENTE À APOSENTADORIAS CONCEDIDAS EM 1994, 1996 E 1998) INSTRUÇÃO: UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETÁ ADVOGADO: ARAUJO

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAIS as aposentadorias em exame e determino os consequentes registros, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-023961/989/18 ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHUMAS RESPONSÁVEL: GENILDO RAMIREL - PREFEITO À ÉPOCA ASSUNTO: EXPEDIENTE PRÓPRIO PARA FALHAS RELEVANTES REFERENTES À CONSTATAÇÃO DE DIFERENÇA NO TOTAL DE R\$ 21.451,52, ENTRE A QUANTIDADE REQUISITADA PELA NUTRICIONISTA E O VALOR EFETIVAMENTE LIQUIDADO PLO EXECUTIVO MUNICIPAL. EXERCÍCIO DE 2017, NO TOCANTE AOS ITENS "LÍNGUIÇA" E "FRIO". INTRUÇÕES: UR-05 - UNIDADE REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULARES as despesas recomendando à Municipalidade de Anhumas rigor no controle de seu amoxifranol, sob pena de multa em caso de reincidência. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-025137.989-19-0 Órgão: Prefeitura Municipal de Cananéia Responsável: Gabriel dos Santos Oliveira Rosa Assunto: Autos Próprios das Contas Anuais de 2017 (PM CANANÉIA) para verificação das despesas com aquisição direta descritas no item 8.3.2 - DESPESAS SEM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E IRREGULARIDADES NOS GASTOS (Aquisição de Combustíveis). Decisão da Segunda Câmara de 12/07/2019 (TC-6323.989-16-0). Advogado: Marcelo Rosa – OAB/SP nº 119.156. Instrução: UR-12/DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO IRREGULAR a matéria em exame. Por fim, deixo de condenar o responsável ao recolhimento das importâncias consideradas irregulares, por não observar nos autos indícios de prejuízo ao erário. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-025645.989-18-7 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA RESPONSÁVEL: FABIO MARCONDES CONTRATADA: DIRETRIX ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EIRELI. SIGNATÁRIO: FLAVIA B. S. MONTA BERNACHE OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LEVANTAMENTO DE DADOS E ESTUDOS STATÍSTICOS ORGANIZADOS EM FORMA DE RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SÓCIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO COM O OBJETIVO DE SUBSIDIAR E FOMENTAR DISCUSSÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. EM EXAME: TOMADA DE PREÇOS Nº 09/201. CONTRATO Nº 24415 DE 30-06-2015. VALOR: R\$ 110.000,00. ADVOGADOS: MARCIO CAMMAROSANO – OAB/SP Nº 24.170; FERNANDA GIUHO VALENTINI FRITOLI – OAB/SP Nº 201.218; (OAB/SP Nº 252.832); (OAB/SP Nº 260.473); WASSILA CALEIRO ABBUD – OAB/SP Nº 262.489; RENATA TELES DE MOURA – OAB/SP Nº 270.126; MARCIO ALEXANDRE GIOGINI FUSCO CAMMAROSANO – OAB/SP Nº 310.036; (OAB/SP Nº 353.002); GABRIELA SIMONE PEREIRA DA SILVA – OAB/SP Nº 245.824; FLAVIA BALBINA DOS SANTOS MOTA BERNACHE – OAB/SP Nº 283.741. INSTRUÇÃO: UR-14/DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULAR a matéria em análise. Determino ao atual Prefeito evitar a repetição das falhas narradas nos autos. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se.

SENTENÇA DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI

SENTENÇAS DO AUDITOR VALDENIR ANTONIO POLIZELI
PROCESSO: TC-020652/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDORA: Regina Helena de Campos Marica no EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória da ex-servidora acima relacionada e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-020649/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDOR: Jorge Gonçalves da Silva EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória do ex-servidora acima relacionado e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-020644/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDORA: Ercilia Maria Laranja EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória da ex-servidora acima relacionada e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se.

PROCESSO: TC-020654/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória

catória EX-SERVIDORA: Rosa Maria Rodrigues EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória da ex-servidora acima relacionada e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-020643/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Marcos André Breda, Diretor Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDORA: Conceição Savioi Fernandes EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória da ex-servidora acima relacionada e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-020658/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDOR: Vanderlei Miguel Francischins EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória do ex-servidor acima relacionado e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-020650/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDOR: Nivaldo Ferreira EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória do ex-servidor acima relacionado e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-020656/989/20 ÓRGÃO: Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia – PAULÍNIA PREV RESPONSÁVEL: Nívia Carla da Fonseca, Diretora Presidente à época ASSUNTO: Aposentadoria - Aposltia Retificatória EX-SERVIDORA: Sonia Maria Grassi EXERCÍCIO DA APOSENTADORIA: 2013 INSTRUÇÃO: UR-3 Campinas / DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO LEGAL a Aposltia Retificatória da ex-servidora acima relacionada e determino, por consequência, o respectivo registro, nos termos e para os fins do disposto no inciso VI, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. SENTENÇA DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO

SENTENÇAS DO AUDITOR MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO
PROCESSO: TC-00331/989/19 ÓRGÃO: Regime Próprio de Previdência Social do Município de Meridiano – RPPS MUNI- CÍPIO: Meridiano RESPONSÁVEL: Elza Nossche Chaves Bueno – Presidente ASSUNTO: Balanco Geral do exercício de 2019 INSTRUÇÃO: UR-11/DSF-I MPC: Ato Normativo nº 006/14 – PGC

EXTRATO: Pelos motivos expostos na sentença proferida, JULGO REGULARES com ressalva as contas do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Meridiano – RPPS, relativas ao exercício de 2019, com fundamento no artigo 33, II, da Lei Complementar nº 709/93, dando-lhe quitação à responsável, nos termos do artigo 35 do referido diploma legal, excetuando-se os atos pendentes de julgamento por este Tribunal, e sem prejuízo de que se renovar a determinação de observância aos procedimentos contábeis estabelecidos na norma do Ministério da Fazenda (IPC-14), reproduzido no Comunicado SDG nº 30/2018 e aos preceitos estabelecidos na Resolução nº 3.922/10 no tocante aos investimentos, devendo, ainda, adotar, um conjunto de ações e medidas de curto prazo em prol da boa gestão previdenciária, com as novas regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, sem deixar de abordar a perspectiva orçamentária do Ente Federativo. Deve a Fiscalização, em procedimento de acompanhamento, verificar a efetiva implantação das providências anunciadas pela defesa. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-010408/989/20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de São Carlos RESPONSÁVEL: Ailton Garcia Ferreira – Prefeito CP nº 209.770.008-00 ASSUNTO: Apartado das contas para a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial em nome de DEBORA DE SOUZA – DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS – subitem 6.2.3.1 das Unidades de Saúde – Ausência de Controle de Ponto - Servidores Tarefeiros - do Relatório da Fiscalização no TC-006915/989/16 EXERCÍCIO: 2017 INSTRUÇÃO: UR-13 ADVOGADOS: Valdemar Zanetti, OAB/SP 69.659, Alexandre Carreira Martins Gonçalves, OAB/SP 239.828 MPC: Ato Normativo 06/2014 PGC

EXTRATO: Dessa forma, à vista dos elementos que instruem a matéria e, nos termos do que dispõe o art. 73, § 4º da Consti-

tução Federal c/c a Resolução nº 03/2012 deste Tribunal, determino o arquivamento dos presentes autos. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-0021109.989-20 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora RESPONSÁVEIS: Santelmo Xavier Sobrinho (Prefeito à época) Joel David Haddad (Prefeito) ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso Público – Edital nº 72/2015 INTERESSADOS: Lubrificador Elias de Jesus Silva Motorista de Ônibus Josue Henrique Pereira Operador de Patrô Ricardo Moreira da Silva EXERCÍCIO: 2019 MPC: Ato Normativo nº 006/2014 – PGC INSTRUÇÃO: UR-9 – DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 2580/17. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP na página www.tce.sp.gov.br.

Publicuse-se. PROCESSO: TC-0021362.989-20-4 ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Flórida Paulista RESPONSÁVEL: Wilson Fróio Junior (Prefeito) ASSUNTO: Admissão de Pessoal – Concurso Público – Edital nº 22/2018 INTERESSADOS: Inspetor de Autos Laiane Fernanda Delfonso e Paula Bianca dos Santos EXERCÍCIO: 2019 MPC: Ato Normativo nº 006/2014 – PGC INSTRUÇÃO: UR-18 – DSF-I

EXTRATO: Pelos fundamentos expostos na sentença proferida, JULGO LEGAIS os atos de admissão em exame, registrando-os, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 2580/17. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP na página www.tce.sp.gov.br.

ATOS ADMINISTRATIVOS

ATOS DO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

ATO DO SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
DESIGNANDO WELLINGTON FERNANDO SALDEIRA, RG 8.699.507-7, exercendo a função gratificada de Chefe Técnico da Fiscalização, do QSTC, para exercer em substituição o cargo de Diretor Técnico de Divisão, do SQC-I, durante o impedimento de Edson Hideo dos Santos, por abono (ATO 1092/2002).

DIRETORIA DE CONTRATOS E PROJETOS

PROCESSO: SEI nº 0005615/2020-84
CONTRATO: Nº 45/2020
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CONTRATADA: FORÇA E APOIO SEGURANÇA PRIVADA LTDA.
OBJETO: Prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial armada na Unidade Regional de Bauri (UR-02) do CONTRANTE.
VALOR TOTAL: R\$ 624.892,66 (seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821 – Elemento: 3.3.90.37.95.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
VIGÊNCIA: Inicia-se na data indicada pelo CONTRATANTE na Autorização para Início dos Serviços, encerrando-se no término do prazo de execução dos serviços, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DPE.

PROZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 914 (novecentos e catorze) dias consecutivos e ininterruptos, contados da data indicada pelo CONTRATANTE na Autorização para Início dos Serviços.

DATA DA ASSINATURA: 16/09/2020.
PROCESSO: TC-A nº 24.460/026/17 (digitalizado no processo SEI nº 0001316/2020-71)

2º TERMO DE ADITAMENTO – 2º PRORROGAÇÃO – 2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO Nº 31/18
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: TRIBAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI – EPP
OBJETO: Prorrogação e alteração do contrato cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial armada na Unidade Regional de Araraquara (UR-13).

ALTERAÇÃO: Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE caso se conclua por sistemática diferenciação de contratação, contanto que a CONTRATADA seja notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 390.624,75 (trezentos e noventa mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821 – Elemento: 3.3.90.37.95.

BASE LEGAL: Artigos 57, inciso II e 65, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

VIGÊNCIA/PAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: De 04 de dezembro de 2020 a 03 de março de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 16/09/2020.
PROCESSO: TC-A nº 3.827/026/18 (digitalizado no processo SEI nº 0020211/2019-87)

2º TERMO DE ADITAMENTO – 2ª PRORROGAÇÃO – 1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO Nº 50/18
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: GODOY & ARAUJO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA – ME

OBJETO: Prorrogação e alteração do contrato cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial armada na Unidade Regional de Campinas (UR-03).

ALTERAÇÃO: Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE caso se conclua por sistemática diferenciação de contratação, contanto que a CONTRATADA seja notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 298.325,03 (duzentos e noventa e oito mil trezentos e vinte e cinco reais e três centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Funcional Programática 01.032.0200.4821 – Elemento: 3.3.90.37.95.

BASE LEGAL: Artigos 57, inciso II e Artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

VIGÊNCIA/PAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: De 03 de janeiro de 2021 a 04 de abril de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 16/09/2020.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCELO FIGUEIREDO LEMOS. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://le-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 2-P5Hf-D9L9-5SNG-7029